UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

RODRIGO DE LUIZ BRITO VIANNA

A DEMOCRACIA E AS ARMAS
- a trajetória do grupo guerrilheiro colombiano M-19

versão corrigida

São Paulo

2015

RODRIGO DE LUIZ BRITO VIANNA

A DEMOCRACIA E AS ARMAS
- a trajetória do grupo guerrilheiro colombiano M-19

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História Social da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lígia Coelho Prado

versão corrigida

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Vianna, Rodrigo de Luiz Brito
V617d A Democracia e as Armas - a trajetória do grupo
guerrilheiro colombiano M-19 / Rodrigo de Luiz Brito
Vianna ; orientadora Maria Lígia Coelho Prado. - São
Paulo, 2015.
285 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. América Latina. 2. Colômbia. 3. Democracia. 4.
Esquerda. 5. M-19. I. Prado, Maria Lígia Coelho,
orient. II. Título.

Nome: VIANNA, Rodrigo de Luiz Brito

Título: A Democracia e as Armas - a trajetória do grupo guerrilheiro colombiano M-19.

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História Social da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A meus pais, Geraldo e Márcia,
que abriram tantas portas.

A meus filhos, André, Vicente e Francisco,
que serão capazes de abrir outras tantas.

À Teresa, que mantém abertas
as janelas que dão para dentro.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação só existe porque, em 2011, o parceiro de reportagens Gilberto Nascimento insistiu para irmos até a Colômbia, numa arriscada aventura jornalística. A ele, sou grato, assim como aos colegas do departamento de Jornalismo da TV Record em São Paulo, especialmente a Helio Matosinho e Leandro Cipoloni que, além de viabilizar aquela viagem, souberam entender minhas eventuais ausências, nas muitas horas dedicadas ao Mestrado, desde 2012.

Mas a paixão antiga pela História da América Latina e a vontade de compreender melhor a Colômbia não se transformariam em um trabalho acadêmico, se não fossem a dedicação e a capacidade de minha orientadora Maria Lígia Coelho Prado - a quem sigo chamando de “professora”, como me acostumei desde os tempos da graduação. Não se trata de hábito apenas. Mas do respeito por alguém que exerce a função com plenitude.

Já conhecia a professora Lígia das salas de aula, nos anos 1980. Agora, conheci a orientadora: a precisão com os conceitos, a habilidade para detectar (e desarmar) armadilhas que o próprio pesquisador cria na redação, a firmeza para sugerir cortes e fazer críticas, a sensibilidade para o incentivo e o elogio sinceros. Foi ela que organizou o tempo, estabeleceu prazos, indicou leituras e, de maneira muito efetiva, ajudou a estruturar o texto que, pouco a pouco, foi-se construindo. Tijolo por tijolo, num trabalho de persistência. Mas feito sempre com muita alegria.

Conseguí chegar até aqui porque tive a felicidade de trabalhar com uma professora que ensina; com uma orientadora que orienta, de fato. Obrigado, Lígia!

Agradeço também aos amigos professores Gilberto Maringoni (UFABC) e Igor Fuser (UFABC) que, lá atrás, em 2011, me incentivaram a fazer esse percurso das redações para a academia: um caminho que eles trilharam com sucesso há mais tempo.

Rodrigo Gallo e Octavio Tostes, colegas no jornalismo e agora também na pós-graduação em História, foram fundamentais pela troca de experiências e pelo apoio (que, espero, tenha sido mútuo). As conversas no café, as dicas sobre formatos e prazos acadêmicos a cumprir, a bibliografia sugerida: tudo isso ajudou e muito.

Sou grato, ainda, ao professor Fernando Torres Londoño (PUC/SP), colombiano radicado há muitos anos no Brasil que, de forma generosa, colaborou especialmente nos

primeiros passos da pesquisa, indicando recortes e possíveis fontes. Torres Londoño e Wagner Iglecias (EACH/USP) integraram a banca de Qualificação, em 2013 - sugerindo novas abordagens, que acabaram enriquecendo o texto final.

Na Colômbia, foi decisiva a ajuda do historiador Mauricio Archila, da Universidad Nacional, que abriu as portas e os arquivos do CINEP (Centro de Investigación y Educación Popular). Agradeço a ele, bem como aos funcionários do CINEP e da Biblioteca Luis Ángel Arango - dois ótimos centros de pesquisa em Bogotá.

Ricardo Abreu (o Alemão), contemporâneo de movimento estudantil nos anos 80 na Universidade de São Paulo, indicou os contatos na Colômbia que permitiram chegar aos ex-militantes do M-19 entrevistados neste trabalho. Alemão também dividiu parte de seus conhecimentos sobre a esquerda colombiana, traçando um mapa de organizações e partidos que acabou sendo bastante útil. O historiador Valter Pomar deu boas dicas sobre Bogotá, incluindo livrarias onde acabei encontrando parte da bibliografia utilizada na dissertação.

Faço um agradecimento especial aos amigos Altamiro Borges, Renata Mielli e Dani Penha, do Centro de Estudos Barão de Itararé, em São Paulo. Foi essa entidade que bancou viagem minha a Cuba, em 2013; e, graças ao empenho da Dani, o vôo de volta de Havana se desdobrou, com uma parada em Bogotá. Sem isso, teria sido impossível realizar a pesquisa nos arquivos colombianos, bem como as entrevistas com os ex-militantes do M-19 Otty Patiño e Vera Grabe.

Patiño, de forma surpreendente, recebeu-me durante toda uma manhã de domingo em sua casa, em Bogotá. Enquanto a família já se preparava para o almoço, ele seguia falando sobre os velhos tempos na luta armada... Agradeço a ele, e também a Vera Grabe, ex-guerrilheira que forneceu boa parte dos documentos do M-19 (jornais, panfletos etc) analisados nesta dissertação.

Ao longo da pesquisa, recebi ainda preciosas sugestões, críticas e apoio de colegas e mestres na Universidade de São Paulo. Agradeço às professoras Maria Helena Rolim Capelato e Gabriela Pellegrino Soares, do Departamento de História (FFLCH/USP), e Nilce Aravecchia (FAU/USP). Esta última, estudiosa de cultura urbana na América Latina, leu trechos da dissertação e transformou-se em importante interlocutora.

Ricardo Streich e Valdir Tyrso, também orientandos da professora Maria Lígia Coelho Prado, ajudaram a suprir minhas incapacidades para lidar com os formatos e as formalidades acadêmicas. Foram parceiros generosos, a quem agradeço imensamente. Assim como a Luciano dos Santos, que me forneceu um dos textos teóricos fundamentais para esta pesquisa.

Faço questão de agradecer ainda a Alexandre Ganan B. Figueiredo, colega na pós-graduação, pelo incentivo e as boas conversas. Bem como a Vanuzia Rodrigues, Carlos Suarez, Eliel Waldvogel Cardoso, Alessandro de Sousa e Silva e a todos os colegas do LEHA (Laboratório de Estudos de História das Américas) da USP.

Amigos “do século passado”, colegas antigos desde a graduação, os historiadores Flamarion Maués e Janaína de Almeida Teles tiveram um papel fundamental, com a indicação de leituras e a afetuosa presença no exame de Qualificação.

Janaína e o professor Amílcar Torrão Filho (PUC/SP), também ex-colega da graduação, incentivaram-me a participar, em setembro de 2014, do XVII Congresso da AHILA (Associação de Historiadores Latinoamericanistas Europeus) em Berlim, onde pude apresentar parte da pesquisa sobre o M-19, num simpósio coordenado pela professora Beatriz Kushnir (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro). A eles, agradeço pela possibilidade de expor o trabalho a colegas de várias partes do mundo, que me ajudaram com observações e críticas. Uma citação, em particular, ao professor Jaime Yaffé (Universidad de La República/Uruguai), a quem conheci em Berlim, por esclarecer alguns pontos importantes sobre a atuação da guerrilha uruguaia que teria inspirado as ações do M-19.

Dafne Melo auxiliou-me de forma substancial, transcrevendo as entrevistas dos ex-guerrilheiros, inserindo imagens e revisando o texto da dissertação. André Lania deu forma final ao trabalho impresso - sempre com muita precisão e simpatia.

Sou grato também a alguns parceiros queridos que, mesmo sem envolvimento direto na pesquisa, tiveram papel importante pelo apoio nesses últimos anos: Ana Helena Gomes, Eduardo Prestes Diefenbach, Luís Cosme, Luiz Carlos Azenha, Márcia Cunha e Marco Aurélio Mello. Ao Gustavo Costa, que faz parte desse time, agradeço ainda por ter ido atrás de livros solicitados por este pesquisador quando estive em Bogotá, a trabalho.

Da mesma forma, foi decisiva a troca de ideias com um grupo de amigos de décadas, interlocutores em afetuosas e acaloradas conversas sobre política, sobre o Brasil e a vida: Paula Porta, Demian Fiocca, Ana Cristina Pimentel, Floriano de Azevedo Marques Neto, Regina Terraz, Florestan Fernandes Jr., Douglas Barros, Ronen Altman e Rogério Pacheco Jordão. Todos me ajudaram muito, mesmo sem saber.

Por último, mas não menos importante, um agradecimento aos mais próximos. Denise Padilha Lotito, mãe de meus filhos André e Vicente, além de cuidar dos dois com tanto afinho, dividiu comigo sua experiência no mestrado em Letras na USP. Aprendi muito nesses

anos com Deco e Vic, a quem pude apresentar um pouco da América Latina em inesquecíveis viagens pelo Cone Sul, desde 2004.

Meus irmãos Fernando e Heloísa (também formados na FFLCH) me incentivaram sempre. Geraldo e Márcia, nossos pais, abriram caminho para a formação humanista. Agradeço sempre pela educação que nos foi dada - em que nunca faltou espaço para a dúvida, o questionamento e a curiosidade. Minha mãe fez ainda uma leitura acurada desta dissertação, ajudando a eliminar erros de ortografia e a melhorar a redação de alguns trechos.

Minha companheira Teresa Cartaxo se desdobrou nos cuidados com nosso filho Francisco, nesses últimos anos em que a pesquisa tomou tantos dias e tantas noites. Os dois foram obrigados a frequentar arquivos e bibliotecas colombianos. Numa dessas visitas, recebi do pequeno Chico um inesquecível abraço - que se transformou numa das marcas desta pesquisa. Juntos, observamos os Andes imponentes debruçados sobre Bogotá, e conhecemos a Quinta de Bolívar de onde o M-19 roubou a espada em 1974. Juntos, vimos a figura de Bolívar na praça central da capital colombiana. E, juntos, vimos esta dissertação tomar forma, enquanto Francisco dava forma também a seus primeiros escritos - de maneira emocionante.

Teresa ainda deu preciosa ajuda na revisão e na formatação final do texto. A ela, um agradecimento carinhoso. Obrigado por tudo!

“As inimizades havidas em Roma, no princípio,
entre o povo e os nobres eram definidas por disputas,
enquanto as de Florença o eram por combates;
as de Roma terminavam com leis, enquanto
as de Florença terminavam com o exílio
e com a morte de muitos cidadãos.”

(**Nicolau Maquiavel**, *História de Florença*)

“Pedimos una pequeña cosa y una gran cosa:
que las luchas políticas se desarrollen por los cauces
de la normalidad (...) no creáis que nuestra tranquilidad,
esta impresionante tranquilidad, es cobardía.
Nosotros, señor presidente, no somos cobardes:
somos descendientes de los bravos que aniquilaron
las tiranias en este suelo sagrado.
Pero somos capaces, señor presidente, de
sacrificar nuestras vidas para salvar la tranquilidad,
la paz y la libertad de Colombia.”

(**Jorge Gaitán**, discurso durante a “*Marcha do Silêncio*”,
dois meses antes de morrer assassinado no centro de Bogotá)

RESUMO

VIANNA, Rodrigo de Luiz Brito. **A Democracia e as armas: a trajetória do grupo guerrilheiro colombiano M-19**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Esta pesquisa tem como objetivo estudar a atuação do Movimento 19 de Abril (M-19), grupo guerrilheiro colombiano fundado em 1973, e que realizou suas primeiras ações armadas em 1974. Em 1990, o M-19 depôs as armas e transformou-se num partido político, ajudando a escrever uma nova Constituição na Colômbia. Ao longo do trabalho, analisamos mais de 50 fontes primárias (jornais, boletins informativos e documentos internos produzidos pelos guerrilheiros). O estudo sobre o M-19 permite um duplo movimento: de um lado, observar como os guerrilheiros fazem a releitura da História da Colômbia, através de uma forte disputa simbólica pelo passado, que inclui personagens como Simón Bolívar e Jorge Gaitán; de outro, compreender como certas permanências, que remontam ao século XIX, ressurgem nas ações do M-19. Levantamos a hipótese de que, na Colômbia, o sistema político mantém-se permanentemente bloqueado para os “de fora”, e discutimos ainda as relações entre esquerda e democracia, procurando entender se o M-19 foi de fato renovador como se pretendia, ou se dialogava com as tradições de esquerda dominantes na América Latina da segunda metade do século XX. Esta dissertação adota a perspectiva de uma História Política renovada, em que a narrativa não é dominada (apenas) pelos fatos políticos miúdos, mas permite compreender movimentos de longa duração da cultura política colombiana, favorecendo também a reflexão sobre a democracia e a América Latina.

Palavras-chave: América Latina, Colômbia, M-19, esquerda, democracia

ABSTRACT

VIANNA, Rodrigo de Luiz Brito. **Democracy and arms: the trajectory of colombian guerrilla movement M-19**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This research aims to study the 19th of April Movement (M-19), the Colombian guerrilla group created in 1973 that held its first armed actions the following year. In 1990, the M-19 laid down arms and became a political party, helping to write Colombia's new Constitution. Throughout the research we analyzed more than 50 primary sources (newspapers, newsletters and internal documents produced by the guerrillas). On the one hand, we observe how the guerrillas reread the past of Colombia, in a symbolic dispute that brings forward characters such as Simón Bolívar and Jorge Gaitán; on the other, we understand how certain features of the past, dating back to the nineteenth century, resurface in the M-19's actions. We hypothesize that, in Colombia, the political system is permanently locked to "outsiders", and also review the relationship between left and democracy, trying to understand if the M-19 intended to renew it, or if it followed the dominant traditions of the left in Latin America in the second half of the twentieth century. This research adopts the perspective of a renovated Political History, in which the narrative is not dominated (only) by minor political events, but allows us to understand long-term trends of colombian political culture, also encouraging wider reflection on democracy and Latin America.

Keywords: Latin America, Colombia, M-19, left movements, democracy.

SUMÁRIO

Introdução	p. 14
Capítulo 1 – Histórias de Abril: uma introdução ao M-19	p. 27
1.1 – Gaitán e Rojas: derrotas de abril	p. 29
1.2 – As origens do M-19	p. 34
1.3 – A organização e seus princípios.....	p. 38
1.4 – As armas e os votos.....	p. 42
Capítulo 2 – Combates pela História: o M-19 e a luta simbólica	p. 51
2.1 – Bolívar no centro da praça	p. 52
2.2 – A memória em disputa	p. 54
2.3 – O culto a Bolívar	p. 65
2.4 – Rojas Pinilla: nos labirintos de outro general	p. 72
2.5 – Gaitán: “yo soy un pueblo”	p. 84
Capítulo 3 – Lutas de longa duração: o M-19 e as permanências.....	p. 92
3.1 – Guerras de facções	p. 96
3.1.1 – Os males da discórdia: história de uma ideia.....	p. 98
3.1.2 – Fragmentação e conflito na Colômbia	p. 105
3.2 – O combate à oligarquia	p. 119
3.3 – “La Violencia” – democracia em armas	p.132
Capítulo 4 – Esquerda e Democracia: anotações sobre o M-19	p. 143
4.1 – A esquerda colombiana no século XX.....	p. 147

4.1.1 – A oposição eleitoral a Liberais e Conservadores	p. 148
4.1.2 – O Partido Comunista: entre a luta eleitoral e a guerrilha.....	p. 150
4.1.3 – As guerrilhas de esquerda	p. 153
4.2 – As armas da propaganda	p. 157
4.3 – Um remédio para o corpo político doente.....	p. 167
4.4 – O homem novo e a velha violência	p. 172
4.5 – O nacionalismo e o mito da unidade	p. 181
4.6 – A defesa da democracia	p. 188
 Considerações finais	p. 195
 Fontes	p. 199
 Bibliografia.....	p. 204
 Anexos.....	p. 219

INTRODUÇÃO

Abril de 2011. À saída da sede do Parlamento colombiano, após rápida reunião com uma senadora, caminhamos pelo imenso quadrilátero de concreto que costuma ser palco das mais importantes manifestações populares em Bogotá. O local está tomado por barracas, cartazes, faixas, painéis com fotografias. Pequenos grupos cantam, outros debatem de forma ruidosa, e uns poucos tentam se reconhecer em velhos cartazes dos anos 70 e 80. É um misto de festa e reencontro político.

Há algumas bandeiras erguidas: as cores dominantes são o azul e o vermelho. A caminhada logo revela que aquela é uma enorme exposição pública, que relembra a trajetória de uma organização guerrilheira colombiana chamada M-19.

O acaso nos levou à Praça de Bolívar, centro de Bogotá, justamente num dia 19 de abril. E a memória agora nos guia para duas décadas atrás. Voltam à mente imagens vistas pela TV, em 1985: carros de combate, tropas do exército, um prédio incendiado, tiros e fumaça. M-19 era o nome do grupo que invadira o Palácio de Justiça, naquela mesma praça, no dia 6 de novembro de 85. A ação guerrilheira terminou de forma trágica, depois da brutal reação das Forças Armadas, chamando atenção do jovem estudante brasileiro que acompanhava tudo pelo noticiário televisivo da época.

Entre 1985 e 2011, foram 26 anos sem ouvir falar nesse nome: M-19. Agora, estávamos ali conversando com ex-militantes, tentando entender qual a história por trás da sigla enigmática.

A viagem à Colômbia, em abril de 2011, tinha um objetivo jornalístico: descobrir o paradeiro de três brasileiros que haviam abandonado trabalho e família em São Paulo para aderir às FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), a mais antiga frente guerrilheira em atividade nas Américas. A visita ao Parlamento era uma tentativa de encontrar pistas sobre esses jovens de esquerda, que tinham feito a opção de entrar para a luta armada¹. Mas a caminhada pela praça revelou outra história: a de um grupo guerrilheiro que, ao

¹ O autor desta pesquisa viajou à Colômbia, em 2011, em companhia do cinegrafista Gilson Dias e do também repórter Gilberto Nascimento, que há quase dez anos tenta encontrar pistas sobre os três jovens que aderiram à guerrilha nos primeiros anos do século XXI. A viagem, a serviço da TV Record de São Paulo, rendeu uma série de reportagens sobre as FARC, com visitas aos locais por onde os brasileiros passaram - incluindo San Vicente del Caguán, pequena cidade no Departamento de Caquetá, região de selva amazônica em que até hoje a guerrilha tem forte presença. Mas, ao fim de quase 15 dias, não foi possível obter informações definitivas sobre o paradeiro de Antônio Marcelo Manzoni, Radamés Sebastião Pereira e Vladimir Machado Bittar - que seguem desaparecidos há mais de uma década.

contrário das FARC, abandonara as armas e escolhera o caminho de fortalecer a democracia colombiana.

Naquele dia, na Praça de Bolívar, chamou-nos atenção, sobretudo, um jornal produzido por ex-militantes do M-19, e que trazia trechos de uma entrevista concedida pelo primeiro comandante da guerrilha, Jaime Bateman, morto num acidente de avião em 1983.

Na entrevista, Bateman dizia:

Nosotros, digo la izquierda, hemos cometido un error gravísimo: hemos enfrentado la gente con el socialismo, no con la democracia. En este país, un proyecto democrático es un proyecto revolucionario porque la situación de la democracia es aberrante (...) Es paradójico, brutalmente paradójico, que debamos optar por la guerra, el procedimiento más autoritario y menos democrático, para imponer el pluralismo, la democracia. Pero, es la realidad.²

Uma guerrilha de esquerda que defendia a democracia, e não o socialismo, como projeto revolucionário. E declarava que o caminho para a democracia passava pela guerra, pelas armas. Parecia um instigante ponto de partida.

Em outubro de 2011, poucos meses depois daquele primeiro contato com a “democracia em armas” proposta por Bateman, outro ex-guerrilheiro do M-19 foi eleito prefeito de Bogotá. E, assim, a ideia de um projeto acadêmico sobre o tema se consolidou: era preciso conhecer a fundo a história da guerrilha colombiana que trocara as armas pelas urnas.

A chegada de Gustavo Petro ao segundo cargo eletivo mais importante da Colômbia tinha mesmo forte conteúdo simbólico. Ainda mais porque, quatro dias após a eleição, o exército colombiano anunciou com grande alarde a morte em combate de Alfonso Cano, antropólogo que há quatro décadas trocara a universidade pelas FARC e era o número um da guerrilha.³

Alfonso Cano, o guerrilheiro morto. E Gustavo Petro, o prefeito eleito. Enquanto as FARC seguiam a lutar no meio da selva, isoladas politicamente e rechaçadas por boa parte da população colombiana, o ex-guerrilheiro do M-19 obtivera êxito ao substituir o fuzil pelo voto.

Foi assim que esta pesquisa nasceu.

O objetivo central da dissertação, já está claro, é recuperar a trajetória do Movimento 19 de Abril, o M-19, grupo com forte atuação na Colômbia nos anos 70 e 80 do século XX.

² Trecho de entrevista de Jaime Bateman Cayón, originalmente realizada no início dos anos 80, e reproduzida na capa do jornal *Mayorías 19*, Bogotá, abril de 2011.

³ Alfonso Cano tinha-se transformado no comandante das FARC após a morte, em 2008, por causas naturais, de Manuel Marulanda, o “Tirofijo” – fundador das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

O M-19 realizou operações armadas entre 1974 e 1990. Mas o recorte temporal que propomos terá como balizas os anos de 1973, data de fundação do grupo, e 1991, quando a organização guerrilheira (depois de assinar um tratado de paz e se transformar em partido) assume papel central na Assembleia Nacional que elaboraria a nova Constituição colombiana - até hoje em vigor.

Em alguns momentos, será preciso recuar mais no tempo, seja para retomar episódios centrais da política colombiana no século XX, como o “Bogotazo” em 1948 e a eleição presidencial de 1970, seja para buscar no século XIX linhas de permanência que nos ajudem a compreender a história de violência e conflitos armados naquele país.

Apesar de sua importância estratégica, sendo a única nação da América do Sul com saída para o Atlântico e o Pacífico, a Colômbia é pouco conhecida – e pouco estudada – no Brasil, mesmo nos centros de pesquisa que se dedicam à História das Américas e às Relações Internacionais.

Esta dissertação tem a pretensão de colaborar no esforço para melhor conhecer o passado recente da Colômbia, um país que - não obstante sua condição de parceiro preferencial dos Estados Unidos no subcontinente⁴ - possui 1.644 quilômetros de fronteira com o Brasil, na estratégica região amazônica, e tornou-se um dos sócios do Itamaraty na construção da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas). Lembramos, ainda, que se trata do único país da América Latina em que movimentos de esquerda surgidos nos anos 1960, com um programa originalmente marxista, seguem a atuar de armas na mão em pleno século XXI - em que pesem os esforços de negociação retomados desde 2012.⁵

Isso tudo reforça a importância de se estudar o M-19: um grupo político que trocou as armas pelo jogo eleitoral, justamente num país com históricas dificuldades para resolver os conflitos políticos pela via institucional.

Destacamos, desde logo, que nosso objetivo não é, simplesmente, contar “a” história de um movimento armado colombiano. As fontes primárias (documentos internos, revistas e boletins informativos produzidos pela guerrilha - aos quais voltaremos logo à frente) e a

⁴ Sob pretexto de auxiliar no combate ao narcotráfico, os Estados Unidos assinaram em 2009 um acordo com o governo do então presidente Alvaro Uribe, para instalar sete bases militares em território colombiano. Em nenhum outro país da América Latina a presença militar dos EUA é tão forte e tão ostensiva.

A parceria vem de longe: tropas colombianas atuaram sob comando dos Estados Unidos já na Guerra da Coréia, nos anos 50 - Cf. *Guerras Inúteis. Una historia de las FARC* (obra coletiva, sem indicação de autor, publicada pela Corporación Observatorio para la Paz). Bogotá: Intermedio Editores, 2009, p. 74.

⁵ Além das FARC, o Exército de Libertação Nacional (ELN) acaba de completar meio século de atuação armada ininterrupta.

Em 2012, o governo e as FARC iniciaram processos de paz: as mesas de diálogo ocorrem em Havana, Cuba. Em setembro de 2015, governo e guerrilheiros das FARC anunciaram que um acordo definitivo deve ser assinado até março de 2016.

bibliografia revelam que a trajetória do M-19 é riquíssima, e permite um duplo movimento analítico: de um lado, é possível discutir como o M-19 faz a releitura da História da Colômbia; e, de outro, observar como a História da Colômbia pode ser lida através das ações dos guerrilheiros.

Ou seja, num primeiro momento, nosso foco será mostrar que o M-19 é uma guerrilha que entra na disputa pela memória: o grupo armado, de forma bastante original, tenta reescrever a História colombiana e trava uma luta simbólica para recuperar personagens como José Antonio Galán, Jorge Gaitán, Rojas Pinilla e, especialmente, Simón Bolívar.

Nos anos 70, muito antes de Hugo Chávez transformar Bolívar em ícone do “socialismo do século XXI”⁶, o M-19 foi pioneiro na tentativa de incorporar a figura do “Libertador” à simbologia revolucionária. Os guerrilheiros retiram a espada de Bolívar do museu e a levam para os embates do presente. Mais que isso: Bolívar, que até então era símbolo de um projeto conservador de Estado, vira um aliado da guerrilha que luta contra a ordem. A análise dessa operação discursiva vai ocupar lugar de destaque na dissertação.

Depois, será a hora de inverter a perspectiva. Ao olhar para o M-19, será possível compreender certas permanências, ou questões recorrentes, na cultura política colombiana, quais sejam: a) a violência e as guerras de facções; b) a tradição oligárquica da política nacional (com um forte bipartidarismo, construído desde o século XIX); c) a dificuldade do sistema político colombiano em incorporar novos atores, para além dos Liberais e Conservadores⁷.

Esse último item será decisivo para a construção de uma das hipóteses centrais desta dissertação: o Estado colombiano, desde o Novecentos, mostra-se incapaz de criar mecanismos para institucionalizar os conflitos, e essa parece ser uma das razões fundamentais para a violência que domina a política no país. O assassinato de Gaitán, em 1948, e a eleição de 19 de abril de 1970, quando Rojas Pinilla foi impedido de chegar ao poder pelo voto, são exemplos claros dessa incapacidade.

Mas, para além das permanências e das disputas simbólicas, um terceiro foco de nosso trabalho será, a partir do caso concreto do M-19, retomar algumas questões que permitem refletir sobre a relação entre esquerda e democracia.

⁶ Cf. FIGUEIREDO, Alexandre Ganan de Brites. *Ecos do Libertador - Simón Bolívar no discurso de Hugo Chávez*. São Paulo: Annablume, 2013.

⁷ Ao longo da dissertação, os termos “Liberais” e “Conservadores” serão grafados em maiúsculas sempre que forem usados como sinônimos de Partido Liberal e Partido Conservador - duas legendas fundadas em meados do século XIX e que seguiram a dominar a política colombiana por mais de cem anos, como veremos mais adiante.

A adesão do M-19 a princípios democráticos teria pontos em comum com a de setores da esquerda que nos anos 70 e 80, em várias partes do mundo, adotaram o conceito da “democracia como valor universal”, superando a fase da democracia vista como um “valor burguês”?⁸

Desde a graduação em História, na passagem dos anos 1980 para 1990, esse é um tema central de nossas reflexões: a forma como a esquerda, especialmente na América Latina, foi capaz de lidar com a democracia. Evidentemente, a contraface dessa questão é saber quais são os limites que os poderes constituídos colocam para a ação de uma esquerda democrática em nosso continente.⁹

Não se trata de um debate apenas teórico, mas de uma relação tensa, construída em embates concretos. O caso de Salvador Allende (presidente do Chile entre 1970 e 1973), que tentou abrir uma via pacífica para o socialismo, foi o mais explícito. O desfecho trágico, com o golpe militar comandado pelo general Pinochet, indicaria que no processo chileno a esquerda foi incapaz de defender e aprimorar a democracia? Ou a democracia não teria suportado o avanço institucional da esquerda, ainda mais num contexto de Guerra Fria?¹⁰ A derrota de Allende, como veremos, foi decisiva para que o M-19 adotasse a tese de que a esquerda deveria estar preparada para defender a democracia de armas na mão.

O fim das ditaduras militares e a posterior chegada de forças de esquerda ao poder, sempre pelo voto, em diversos países da América do Sul¹¹, levaram a uma retomada dessa discussão. Em *Reflexões sobre a Democracia na América Latina*, Maria Lígia C. Prado, Gabriela Pellegrino Soares e Sylvia Colombo fazem um longo balanço do debate sobre a questão democrática, remontando aos processos de formação dos estados nacionais. As

⁸ Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como valor Universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra Editora, 1984.

⁹ Adotamos aqui a concepção de esquerda sugerida por Norberto Bobbio. O autor italiano prefere falar não em uma, mas em várias esquerdas - que constituiriam o que ele chama de “família igualitária”: para Bobbio, ser de esquerda significa lutar para reduzir as desigualdades (Cf. BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda - razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001, p. 18).

¹⁰ Está claro que não se pode resumir, em 2 ou 3 parágrafos, uma experiência tão complexa como a da Unidade Popular no Chile. Para uma visão mais aprofundada dos impasses da esquerda chilena nos anos 60 e 70, ver BITTAR, Sérgio. *Transição, Socialismo e Democracia - Chile com Allende*. Tradução de Rita Braga. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

Importante também ressaltar o papel dos Estados Unidos, que atuaram diretamente para inviabilizar o governo Allende, Cf. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos - a derrubada de Salvador Allende, 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹¹ Na contramão do avanço conservador em vários países da Europa, identifica-se desde 1998 uma tendência muito diferente na América do Sul: partidos e movimentos de esquerda ou centro-esquerda chegaram ao poder pelo voto, elegendo presidentes na Venezuela (Hugo Chávez e depois Nicolás Maduro), Argentina (Néstor Kirchner e Cristina Kirchner), Uruguai (Tabaré Vázquez, “Pepe” Mujica, e de novo Tabaré), Equador (Rafael Correa), Bolívia (Evo Morales) e Brasil (Lula da Silva e Dilma Rousseff).

autoras lembram que, ao longo do século XX, os partidos e movimentos de esquerda na região deram sempre pouco relevo à democracia:

A análise e o diagnóstico das sociedades latino-americanas impunham a realização da revolução. A democracia era considerada como algo secundário, como uma máscara que falseava a realidade e que só coadunava com os interesses da burguesia.¹²

Mas vale destacar que, se os partidos de matriz marxista-leninista tiveram de fato uma relação no mínimo dúbia com a questão democrática, é inquestionável que os principais ataques à democracia e ao pluralismo na América Latina no século XX partiram não das esquerdas, mas das elites e dos setores conservadores. Há muitos exemplos nesse sentido, e nem seria preciso lembrar o caso brasileiro, com a derrubada do presidente constitucional João Goulart no momento em que assumia um programa avançado de reformas, em 1964.¹³

Este trabalho procura se somar ao esforço daqueles que recusam a ideia de uma América Latina dominada por certa “índole autoritária” e pela falta de “vocação democrática”. Esse tipo de construção, lembram as autoras de *Reflexões sobre a Democracia na América Latina*, baseia-se em explicações equivocadas que tentam criar linhas de continuidade entre o caudilhismo do século XIX (fenômeno específico de alguns países da região) e o militarismo no século XX:

Os embates entre democracia e ditadura serão entendidos à luz da dinâmica própria das sociedades latino-americanas (...). Não existe um caráter latino-americano oposto ao espírito democrático, e muito menos o “destino trágico” da América Latina que a teria condenado, desde suas origens, a carregar uma “herança genética” [autoritária] da qual não pode livrar-se.¹⁴

O cientista político argentino Atilio Boron agrega ainda outro ponto de vista, que procura retomar a multiplicidade de significados contidos na proposta democrática, no momento em que os países do Cone Sul superam o ciclo de ditaduras militares. Boron lembra que há um motivo claro para que a democracia - tendo surgido, na sua forma moderna, a partir das revoluções burguesas - seja defendida pela esquerda e por todos aqueles que encampam as lutas dos trabalhadores e dos “de baixo”:

¹² PRADO, Maria Lígia Coelho; PELLEGRINO, Gabriela; COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a Democracia na América Latina*. São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 74.

¹³ Cf. FERREIRA, Jorge. *João Goulart - uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Sobre o tema, ver também a edição revista e ampliada de MONIZ BANDEIRA, Luiz Antônio. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

¹⁴ PRADO, Maria Lígia Coelho; PELLEGRINO, Gabriela; COLOMBO, Sylvia, op. cit., p. 46.

Não se pode esquecer que a sobrevivência da democracia - ali onde esta conseguiu estabelecer-se - ou sua conquista, no capitalismo periférico, foi antes de mais nada resultado do impulso ascendente e libertário das classes e camadas populares, de sua secular e incessante luta por construir uma sociedade mais justa e igualitária.¹⁵

O M-19 parece ter incorporado essa perspectiva. Na Colômbia, diziam os guerrilheiros, fazer a revolução não significava lutar pelo socialismo, mas construir a democracia, ampliando os limites institucionais para a participação democrática.

Abriremos espaço para refletir sobre os limites de uma guerrilha de esquerda que se apresenta como renovadora e pretende romper com os dogmas marxistas. Em que momentos o M-19 conseguiu, de fato, trazer inovação para as práticas e o discurso da esquerda? E em que outros momentos o grupo guerrilheiro se viu aprisionado por certos conceitos de longa duração, comuns entre as organizações revolucionárias da América Latina?

No esforço para recuperar a trajetória do M-19, não nos poderia escapar ainda a origem social da maior parte dos militantes. O M-19 veio das cidades, tinha forte apoio entre a classe média urbana. Já as FARC, por exemplo, vieram do campo: surgiram como decorrência de conflitos agrários, e possuem até hoje na sua base maioria esmagadora de camponeses.¹⁶

Uma das hipóteses que vamos testar na dissertação é essa: a origem social dos componentes do M-19 pode explicar a estratégia política de priorizar as batalhas de comunicação, com disputas simbólicas e ações de propaganda armada?

Mas há outras perguntas. A decisão do M-19 de abandonar as armas, no início dos anos 90, teria alguma relação com a crise do socialismo real, que fez com que tantos agrupamentos de esquerda revissem suas posições ao redor do mundo? Ou foi consequência direta do processo político colombiano?

Para responder a essas e outras questões, recolhemos durante viagem de pesquisa à Colômbia, em 2013, mais de 50 itens: são documentos internos da guerrilha, reproduções de discursos dos líderes do M-19, manifestos, panfletos, anúncios publicados pelos guerrilheiros em jornais de grande circulação, boletins informativos e revistas editadas pelo agrupamento armado.

¹⁵ BORON Atilio. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 18

¹⁶ Cf. HYLTON, Forrest. *A Revolução Colombiana*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP (Coleção Revoluções do Século XX, sob direção de Emília Viotti da Costa), 2010, pp. 91-99.

Também trabalhamos com notícias de jornal sobre o M-19, tendo concentrado as buscas em dois periódicos - *El Tiempo* (jornal de linha liberal, de Bogotá) e *El Colombiano* (diário de linha conservadora, de Medellín). Por último, incluímos entre as fontes primárias o jornal *Mayorias 19* (editado em 2011, por ex-guerrilheiros do M-19).

Essas fontes escritas têm três origens:

a) a maior parte dos documentos internos da guerrilha - panfletos, discursos, periódicos - foi cedida pela ex-militante do M-19 Vera Grabe, que mantém arquivos digitalizados em sua casa (o arquivo mais completo da guerrilha está sob a guarda de outro ex-militante, Arjaid Artunduaga, que infelizmente não nos franqueou acesso aos papéis quando estivemos em Bogotá no início de 2013); Vera Grabe possui cópias de parte dos arquivos mantidos por Artunduaga, e vinha fazendo esforços para que fossem entregues a uma instituição pública de pesquisa¹⁷;

b) parte das notícias de jornal sobre o M-19 (*El Tiempo* e *El Colombiano*) foi obtida nos arquivos do CINEP (Centro de Investigación y Educación Popular), entidade ligada aos padres jesuítas em Bogotá, e que possui uma excelente hemeroteca com serviço de microfilmagem;

c) outra parte das notícias de jornal foi obtida nos arquivos da Biblioteca Luis Ángel Arango, mantida pelo Estado colombiano no centro de Bogotá; na mesma biblioteca, encontramos os anúncios publicitários de “lançamento” da guerrilha, publicados pelo M-19 no jornal *El Tiempo*, em janeiro de 1974, além de uma coleção da revista *Mayorias* - editada pela ANAPO Socialista (ligada ao M-19), na segunda metade dos anos 1970.

Também realizamos, em 2013, entrevistas com três ex-guerrilheiros do M-19: Gustavo Petro, Otty Patiño e Vera Grabe. Gravadas em áudio e vídeo, as entrevistas encontram-se transcritas, na íntegra, nos Anexos desta dissertação.

As conversas com os três foram esclarecedoras, e serviram como roteiro para aprofundar as pesquisas, indicando caminhos, facilitando a compreensão de pontos obscuros. Otty Patiño nos recebeu durante mais de 4 horas em sua casa. E chegou a traçar de próprio punho um mapa da Colômbia, com indicação da estrutura geográfica e urbana do país. Foi Patiño também quem nos apresentou a Vera Grabe. E ela, alguns dias depois, além de conceder uma longa entrevista, forneceu os documentos e periódicos produzidos pela guerrilha - que foram fundamentais para a pesquisa.

¹⁷ Em setembro de 2015, um mês depois da defesa desta dissertação, Arjaid Artunduaga entregou parte do material sobre o M-19 (incluindo arquivos audiovisuais) à Biblioteca Nacional da Colômbia.

Utilizamos, em nosso texto, alguns poucos trechos das conversas gravadas com os ex-guerrilheiros; mas não as transformamos em peça central da narrativa, na medida em que esta não é uma dissertação com foco na chamada história oral. Nesse ponto, nos alinhamos com as reflexões metodológicas de Robert Frank, que prefere falar em fontes orais, e não em história oral. Acompanhemos o raciocínio do autor:

Convém conservar essa expressão ‘história oral’ que nos vem do inglês? Ela apresenta o inconveniente de sugerir uma história unicamente fundada na pesquisa oral, uma história militante, convencida da superioridade do ‘oral’ sobre os arquivos escritos, na medida em que a palavra é assim dada ou devolvida aos simples e humildes. A tendência hoje é preferir a expressão ‘fontes orais’, que tem a vantagem de banalizar o procedimento: todo o historiador do mundo contemporâneo tem naturalmente, sem fazer muito alarde, o recurso às testemunhas orais.¹⁸

Ora, se em alguns momentos o relato oral ajuda de fato o historiador, ele pode também ser fonte de erros, segundo o mesmo Robert Frank:

É certo que, na construção da fonte oral, há solicitação da memória daquele que depõe. A memória como fonte para o historiador (...) é insubstituível em muitos casos, mas ela é também geradora de erros, de mitos, de mitologia e, evidentemente, o historiador tem muito o que fazer para corrigir e desmistificar.¹⁹

No caso do M-19, poderíamos citar um exemplo claro da importância das fontes orais. Otty Patiño, durante entrevista que nos foi concedida em Bogotá, forneceu a estimativa do número de guerrilheiros do M-19. Segundo ele, o quadro de militantes jamais passou de 2 mil pessoas. E desses, metade apenas pegou efetivamente em armas.²⁰

Não foi possível obter, de nenhuma fonte escrita, informação sobre isso. Nesse caso, o relato oral parece insubstituível para produzir uma estimativa importante - ainda que não possa ser confirmada, afinal, não tratamos aqui de um partido político com fichas de filiação, arquivos e registros eleitorais, mas de uma organização clandestina que não podia (e não devia) deixar apontamentos escritos sobre o tamanho efetivo de suas forças.

Quanto aos marcos teóricos desta dissertação, destacamos desde logo as ideias de René Rémond. Elas constituem importante referencial para nosso trabalho, na medida em que

¹⁸ FRANK, Robert. “Questões para as fontes do presente”. In: CHAUVEAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (org.). *Questões para a História do Presente*. Tradução de Ilka Stern Cohen. São Paulo: Edusc, 1999, p. 105.

¹⁹ FRANK, Robert, op. cit., p. 107.

²⁰ Cf. entrevista concedida pelo ex-guerrilheiro Otty Patiño ao autor desta pesquisa, em 17 de fevereiro de 2013 (a íntegra encontra-se transcrita nos Anexos, ao fim da dissertação).

adotamos a perspectiva de uma História Política renovada, ou seja, que não signifique o retorno às velhas narrativas dominadas (apenas) pelo evento.

Como se sabe, todo o esforço renovador da Escola dos Annales, desde a década de 1930, foi justamente para superar a historiografia que até então era feita com base no fato político miúdo. Foi sobre isso que escreveu Rémond, no fim dos anos 1980:

A renovação que há meio século marcou tão profundamente na França a disciplina histórica teve como alvo principal e primeira vítima a história política. Tudo a destinava a esse papel de inimigo sobre o qual concentrar o fogo das críticas de que toda nova escola [referência aos Annales] necessita (...) Uma história elitista, aristocrática, condenada pelo ímpeto das massas e o advento da democracia (...) Factual subjetivista, psychologizante, a história política reunia assim todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência.²¹

Durante meio século, as narrativas baseadas nas grandes estruturas sociais e econômicas dominaram a cena. Depois, os quadros mentais e a cultura ganharam espaço, na grande vaga representada pela História das Mentalidades. Já a História Política, seguiu esmagada pelo peso da desconfiança.

Até que, nos anos 1980, a política voltou. Consolidou-se a certeza de que esse movimento não seria um retorno à narração no sentido tradicional, nem significaria para a História uma volta à superestimação do acontecimento.

Era Rémond, de novo, quem indicava o caminho:

A história do político pode também incluir o estudo das estruturas, isso apenas pelo viés das instituições. Ela pode ser uma história de longa duração e enunciei, muitas vezes, a ideia de que é, talvez, uma daquelas em que os fenômenos são os mais perenes, por causa do peso do passado na memória consciente ou inconsciente; os fenômenos de cultura política só podem ser compreendidos numa perspectiva de duração muito longa.²²

Estava aí colocada a ideia de recuperar a política não sob o imperativo da narrativa factual, mas para se compreender grandes linhas de permanência. Trata-se de conceito que nos será muito útil, no momento de analisar a forma como se pode ler, na trajetória do M-19, aspectos profundos da cultura política colombiana - que se projetam do século XIX.

²¹ RÉMOND, René. "Uma História Presente". IN: RÉMOND, René. *Por uma História Política (org)*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 15-16 e 18.

²² RÉMOND, René. "O retorno do político". In: CHAUVEAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (org.). *Questões para a História do Presente*. Tradução de Ilka Stern Cohen. São Paulo: Edusc, 1999, p. 54.

As formulações teóricas de Bronislaw Baczko²³ também serão fundamentais para nosso trabalho, especialmente na análise das lutas pelo passado empreendidas pelo M-19. Os conceitos de “imaginário social” e de “bens simbólicos”, desenvolvidos por Baczko, ajudarão a compreender as ações de um grupo guerrilheiro que procura transformar a espada de Bolívar em instrumento de luta, no presente.

O pensador marxista italiano Antonio Gramsci é outro marco teórico importante, especialmente para se pensar as estratégias de comunicação do M-19. O grupo armado adota as ações de propaganda armadas (em parte inspiradas nos Montoneros argentinos e nos Tupamaros uruguaios) e disputa espaços nos aparatos de comunicação dos inimigos, como fica evidente na surpreendente campanha de lançamento da guerrilha: é a própria definição de luta pela hegemonia colocada em prática.

A bibliografia sobre o M-19, no Brasil, é praticamente inexistente. Mas na Colômbia há muitas obras publicadas: livros de memórias de ex-guerrilheiros, textos sobre os processos de paz de 1990, além de farta reflexão não diretamente sobre o M-19 - mas sobre a violência política no país.

A Colômbia é um país que criou uma nova categoria de acadêmico: são os chamados “violentólogos”, entre os quais se destaca Gonzalo Sánchez. A abordagem que ele propõe sobre a violência colombiana ajudou-nos a construir uma explicação também para o papel do M-19 nesse quadro de enfrentamentos extra-institucionais.

As obras de Fernán González, sobre o lugar das guerras e dos conflitos políticos na formação do estado nacional, e de Frank Safford, acerca da fragmentação territorial e política, foram também decisivas para compreender a história do século XIX colombiano.

Sobre a trajetória do M-19 e o dia-a-dia da guerrilha, há um livro indispensável: o de Darío Villamizar. *Aquel 19 sera* não tem um tom apologético, mas é claramente simpático aos guerrilheiros.²⁴ Villamizar fornece um bom roteiro, recuperando com riqueza de detalhes as ações, os impasses e as propostas do M-19.

²³ Cf. BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5 (*Antropos-homem*). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

²⁴ Cf. VILLAMIZAR, Darío. *Aquel 19 será. Una história del M-19, de sus hombres y sus gestos. Un relato entre la guerra, las negociaciones y la paz*. Bogotá: Editorial Planeta, 1995.

O título *Aquel 19 Será* é referência a um conhecido bolero, “Aquel 19”, de Daniel Santos, músico porto-riquenho que estava radicado em Cuba durante a Revolução de 1959. Ao associar o estudo sobre a guerrilha à letra de um bolero, de alguma forma Villamizar dialoga com a tradição do M-19 que tinha - como uma de suas marcas - trocar a linguagem dura e fechada do marxismo tradicional por uma linguagem mais alegórica e popular.

O texto da dissertação divide-se em quatro capítulos.

No Capítulo 1, são apresentadas as principais ações do M-19 ao longo de 16 anos de luta armada. Recuperamos também alguns fatos marcantes da política colombiana no século XX, e que acabaram por influenciar a trajetória da guerrilha. Nesse primeiro capítulo, descrevemos o momento de fundação da guerrilha, indicando as principais correntes que a formaram e a estrutura da organização que se foi constituindo. Procuramos relatar, com as limitações imagináveis em se tratando de uma organização clandestina, os debates e as disputas ocorridas no interior do agrupamento armado.

O Capítulo 2 é todo dedicado às lutas simbólicas. É o momento de mostrar como o M-19 busca reescrever a História colombiana. Bolívar ocupa um espaço importante nos documentos produzidos pela guerrilha, desde o manifesto lançado no dia da primeira ação armada, em janeiro de 1974. As três primeiras seções do Capítulo 2 são dedicadas à figura de Bolívar, que o M-19 tenta transformar num símbolo revolucionário de esquerda.

Duas outras seções do Capítulo 2 são utilizadas para mostrar como a guerrilha - nos boletins informativos e documentos internos que pudemos recuperar - entra na disputa por dois outros personagens: Jorge Gaitán e Rojas Pinilla. Este último esteve - indiretamente - vinculado à criação do grupo guerrilheiro que, em suas primeiras publicações, rendia homenagens à filha de Rojas.

O Capítulo 3 é a hora de mergulhar na longa duração, indicando como a história de violência, guerras e bipartidarismo (que vem do século XIX) se entrelaça à trajetória do M-19. A primeira seção do Capítulo 3 é reservada a uma longa reconstituição do debate teórico sobre o tema das facções, em textos clássicos da política (de Santo Agostinho a Rousseau e Madison, passando pelo pensamento original de Maquiavel); procuramos mostrar, logo depois, como esse debate teórico pode iluminar a compreensão do que se passa na Colômbia nos últimos dois séculos.

Apresentamos, ainda, as características desse país fragmentado fisicamente e dominado por elites regionais que, no plano nacional, se alinham às duas grandes comunidades políticas colombianas: Liberais e Conservadores.

No Capítulo 3, também tratamos do conceito de oligarquia que, na definição do historiador colombiano César Augusto Ayala Diago, constitui um “vocábulo sagrado” na política do país. É contra a oligarquia que as esquerdas se batem. É a oligarquia, e não a burguesia, o principal inimigo do M-19.

O Capítulo 4, finalmente, é dedicado às relações entre esquerda e democracia. Abrimos esse capítulo com uma discussão teórica, centrada nos conceitos de Norberto Bobbio; e logo fazemos um mapeamento das organizações de esquerda colombianas, inserindo o M-19 na numerosa família de partidos, movimentos e guerrilhas que luta contra o bipartidarismo e o poder oligárquico.

Outras cinco seções, nesse Capítulo 4, são dedicadas a debater: o papel da propaganda e da comunicação na trajetória do M-19; a ideia da guerrilha de se vender como um remédio para curar o corpo político; o mito da unidade, em parte reafirmado pelos guerrilheiros em seus documentos; o conceito de homem novo e o papel da violência revolucionária; e, por fim, o debate sobre a democracia como um valor universal para a esquerda - debate a que o M-19 acaba por se incorporar quando abandona as armas em 1990.

Capítulo 1 - Histórias de abril: uma introdução ao M-19

*Abril é o mais cruel dos meses, germina
Lilases da terra morta, mistura
Memória e desejo, aviva
Agônias raízes com a chuva da primavera.
(T. S. Eliot, O enterro dos mortos)*

A trajetória do Movimento 19 de Abril (M-19), veremos nas páginas seguintes, permite dizer que esse é um grupo que se lançou à guerra falando em nome da democracia. E, ao final de 16 anos de combates sangrentos, depôs as armas também em nome do fortalecimento da democracia.

A história do grupo guerrilheiro colombiano, no entanto, é um pouco mais complexa do que isso. Neste capítulo, pretendemos traçar um breve histórico das principais ações desse agrupamento armado, apresentando também algumas de suas características organizativas. Retomaremos, ainda, dois episódios da História Política colombiana no século XX, que são anteriores à formação do M-19, mas tiveram forte influência na trajetória da guerrilha: o assassinato do líder popular e candidato à presidência da República Jorge Eliécer Gaitán, ocorrido em 9 de abril de 1948, e a eleição presidencial de 1970, considerada uma fraude por setores que se opunham às forças políticas tradicionais no país.

Fundado em 1973, o M-19 realizou suas primeiras ações armadas em janeiro de 1974. Num ato simbólico, no dia 17 de janeiro, os guerrilheiros roubaram de um museu, em Bogotá, a espada que havia pertencido ao “Libertador” Simón Bolívar, e anunciaram que ela voltava ao combate; na mesma data, outro comando do M-19 invadiu o Conselho Distrital (equivalente à Câmara de Vereadores de Bogotá) e pintou palavras de ordem nas paredes do prédio.

Do segundo ato, sobraram poucas referências. Já a primeira ação tornou-se uma das marcas do M-19, um grupo guerrilheiro de esquerda que erguia a espada de Bolívar em vez de empunhar a foice e o martelo. Mais do que isso: o primeiro documento produzido pela guerrilha (o manifesto lançado no museu, no momento do roubo da espada) tinha Bolívar como elemento central. Para Darío Villamizar, nessa ação inicial o grupamento “llevaba

implícito un mensaje nacionalista y latinoamericanista que se convirtió en el hilo conductor del accionar político y militar del M-19 durante los siguientes dieciséis años”.²⁵

Mas antes mesmo de se lançar às armas, o M-19 surpreendera o país. Nos dias anteriores ao roubo da espada, em janeiro de 1974, os guerrilheiros fizeram publicar no principal jornal de Bogotá, *El Tiempo*, anúncios enigmáticos, acompanhados da marca M-19. Muitos colombianos acreditaram que se tratava do lançamento de um novo medicamento. Só depois, quando os guerrilheiros roubaram do museu a espada de Bolívar, é que se compreendeu que M-19 era o nome de um novo grupamento revolucionário de esquerda.²⁶

Figura 1 – Anúncio do M-19 publicado no jornal *El Tiempo* de Bogotá, em 15 de janeiro de 1974.

Mas, afinal, o que significa esse 19 de abril que os guerrilheiros transformam em marca e bandeira? Mais do que um nome, parece constituir aquilo que Angelo Panebianco aponta como “marca indelével” na fundação de uma organização política²⁷. No caso do M-19, não se trata da data de nascimento ou morte de um “herói popular” (o grupo armado brasileiro MR-8, por exemplo, homenageava Che Guevara, que morrera num 8 de outubro), nem tampouco de efeméride a lembrar uma rebelião “gloriosa”, como fora o Movimento 26

²⁵ VILLAMIZAR, Darío. *Aquel 19 será: Una historia del M-19, de sus hombres y sus gestos; un relato entre la guerra, las negociaciones y la paz*. Bogotá: Editorial Planeta, 1995, p. 52.

²⁶ Voltaremos a esse tema das estratégias publicitárias do M-19 no Capítulo 4 da dissertação, quando analisaremos mais a fundo os anúncios produzidos pela guerrilha em janeiro de 1974.

²⁷ PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido: organización e poder nos partidos políticos*. Tradução de Denise Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. XVII da “Introdução”.

de Julho em Cuba (um dos embriões da Revolução Cubana, o M-26 prestava homenagem à data em que Fidel Castro e outros rebeldes tomaram de assalto o quartel de Moncada, em 1953, seis anos antes de derrubarem efetivamente a ditadura de Fulgêncio Batista). Nada disso se aplica ao M-19.

O grupo guerrilheiro traz em seu nome o dia de uma eleição. A referência, portanto, é à democracia – ou às dificuldades para conquistá-la.

1.1 - Gaitán e Rojas: derrotas de abril

Em 19 de abril de 1970, o general Gustavo Rojas Pinilla, líder da Aliança Nacional Popular (ANAPO), concorreu à presidência da República²⁸ com chances reais de vencer a disputa e assim romper o bipartidarismo que desde o século XIX dominava a cena política na Colômbia, com a alternância entre Liberais e Conservadores no poder.

O general saiu na frente na apuração e vários jornais chegaram a publicar, no dia 20, notícias sobre a vitória de Rojas. Mas a apuração foi suspensa, e quando um novo boletim foi divulgado, na noite do dia 20 de abril, o candidato conservador Misael Pastrana passara à frente, por estreita margem de votos – resultado que se manteria até o fim das apurações, alguns dias depois.

“Fraude!”. Era esse o grito da multidão nas ruas. A elite política mais uma vez saía vencedora. Desde 1957, os dois partidos tradicionais se revezavam no poder, graças a um pacto²⁹ que a cada quatro anos dava a presidência, de forma rotativa, a Liberais e Conservadores, com divisão igualitária dos cargos públicos.

Os partidários do general pediram que ele reagisse e comandasse uma rebelião. Mas Rojas Pinilla não tinha forças (era um homem de 70 anos; há relatos de que durante a

²⁸ Rojas já havia ocupado a presidência, como ditador, entre 1953 e 1957, num raro momento em que Liberais e Conservadores (assustados com a escalada de violência e os conflitos sociais que punham em risco sua hegemonia) aceitaram abrir mão do controle direto do Estado, dando apoio “a la más típica forma de bonapartismo que haya conocido Latinoamérica”. Cf. SANCHEZ, Gonzalo. “La violencia y sus efectos en el sistema político colombiano”. In: *Once ensayos sobre la Violencia*. Bogotá: Centro Gaitán/Fondo Editorial CEREC, 1985, p. 233.

²⁹ Em 1957, com a ditadura de Rojas em crise, Alberto Lleras e Laureano Gómez, representando respectivamente Liberais e Conservadores, realizam um encontro na Espanha e assinam o acordo de Benindorm y Sitges, estabelecendo as bases para a alternância no poder entre os dois partidos. A partir de então, iniciam-se os governos da chamada Frente Nacional, que duraria até 1974.

campanha eleitoral manifestara já dificuldades físicas para enfrentar a maratona de comícios e viagens), ou não quis correr o risco de chefear um levante.

Controlado pelos setores dominantes dos partidos Liberal e Conservador, o Estado colombiano, por seu lado, tinha-se preparado para o embate. Soldados cercaram a casa do general em Bogotá, durante a apuração, deixando o líder isolado de seus partidários. O exército foi para as ruas. No dia 21 de abril o presidente da República Carlos Lleras (que apoiava Misael Pastrana contra Rojas Pinilla) foi à TV para anunciar a decretação do estado de sítio.

A derrota da ANAPO consolidou-se, com prisões de líderes anapistas e com alguma repressão, mas sem um banho de sangue. Os anapistas estavam desarmados, despreparados para o enfrentamento. O 19 de abril de 1970 ficou marcado, na memória coletiva dos colombianos, como a data de uma derrota. A derrota da democracia, a vitória da fraude.³⁰

Naquele momento, a elite dirigente agiu rapidamente para impedir qualquer reação dos anapistas, até porque tinha passado por outro evento dramático, 22 anos antes: o “Bogotazo”. Trata-se da data mais marcante do século XX na Colômbia: 9 de abril de 1948.

Nesse dia, Jorge Eliecer Gaitán foi assassinado quando caminhava no centro de Bogotá. Líder popular, advogado de formação, Gaitán vinha de uma ala renovadora do Partido Liberal, era adversário das lideranças tradicionais do partido. Favorito para vencer as eleições presidenciais de 1950, transformara-se em opção política para setores de trabalhadores do campo e das cidades que não se viam representados pelas elites Conservadoras e Liberais.

Gaitán vinha comandando diversas manifestações nas principais cidades colombianas, levando multidões às ruas. A mais impressionante delas foi a chamada “marcha do silêncio”, no dia 7 de fevereiro de 1948, quando milhares de colombianos se dirigiram à Praça de Bolívar, no centro de Bogotá, com a instrução de realizar um protesto silencioso contra o governo do Partido Conservador. Uma coreografia fúnebre tomou conta do centro da capital, sob comando de Gaitán.

Gabriel García Márquez, então um jornalista iniciante, estava na rua naquele dia, e muitos anos depois escreveria sobre a forte impressão que a manifestação lhe causou:

O que me levou à beira das lágrimas foi a cautela dos passos e a respiração da multidão no silêncio sobrenatural. Eu tinha ido até lá sem nenhuma convicção política,

³⁰ Cf. AYALA DIAGO, César Augusto. *El populismo atrapado, la memoria y el miedo - el caso de las elecciones de 1970*. Medellín: La Carreta Editores, 2006, pp. 201-234.

atraído pela curiosidade do silêncio, e de repente fui surpreendido pelo nó na garganta. O discurso de Gaitán, do balcão da corregedoria municipal, foi uma oração fúnebre de uma carga emocional avassaladora. Contra os prognósticos sinistros de seu próprio partido, culminou com a condição mais fúnebre do lema da manifestação: não houve um único aplauso. Assim foi a “marcha do silêncio”, a mais emocionante de todas as que foram feitas na Colômbia. A impressão que ficou daquela tarde histórica, entre partidários e inimigos, foi que a eleição de Gaitán era um fato consumado que ninguém conseguiria impedir.³¹

Mas a eleição não se consumou. Quando Gaitán foi assassinado, em 9 de abril, a capital colombiana explodiu numa gigantesca rebelião popular, que ficou conhecida como “Bogotazo”: o centro da cidade foi saqueado, destruído. Houve centenas de mortes e embates com as forças policiais³².

Os gaitanistas foram ao fim derrotados, e a morte do líder jamais foi completamente esclarecida. O homem que puxou o gatilho, Juan Roa Sierra, acabou morto algumas horas depois, pelos enfurecidos seguidores de Gaitán. Mas quem teria encomendado o crime? O assassinato foi fruto de uma ação individual ou de uma conspiração política?

Há muitas hipóteses e muitas explicações – mas o caso jamais foi completamente esclarecido. No imaginário social colombiano, a tese predominante parece ser a de que Gaitán foi morto porque ameaçava romper a ordem oligárquica (ou seja, ameaçava o domínio do aparelho de Estado pelas elites dirigentes dos partidos Conservador e Liberal).³³

A morte do líder e a explosão de violência tiveram enorme repercussão porque, naqueles dias, ocorria em Bogotá o Congresso Panamericano – reunião de líderes de quase todos os países do continente e que levaria à fundação da OEA (Organização dos Estados Americanos). Entre os estrangeiros presentes em Bogotá havia um certo Fidel Castro Ruz, jovem estudante de 22 anos, do Partido Ortodoxo cubano. Fidel e a delegação cubana tinham uma reunião marcada com Gaitán na tarde de 9 de abril, mas ao sair do hotel encontraram as ruas já tomadas pela violência popular.

O líder cubano, num longo depoimento ao colombiano Arturo Alape, traz suas lembranças sobre o Bogotazo, e conta que chegou a se armar de um fuzil tomado de policiais para lutar ao lado da população rebelada:

Yo diría que aquello fue un volcán que estalló. Un pueblo muy explotado, un pueblo hambriento que estalla en un momento determinado frente a un incidente determinado.

³¹ GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Viver para Contar*. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004, p. 272.

³² Cf. BRAUN, Herbert. *The Assassination of Gaitán: Public Life and Urban Violence in Colombia*. Madison: University of Wisconsin Press, 1986.

³³ Cf. BRAUN, Herbert. “Mataron a Gaitán”. In: *Guerras Inútiles*. Bogotá: Intermedio Editores, 2009.

Digamos que la muerte de Gaitán, quien evidentemente era una esperanza para el pueblo de Colombia, es el detonante de aquella explosión que no organizó ni pudo organizar nadie, que se produjo de manera absolutamente espontánea.³⁴

Episódio central na história colombiana do século XX, o Bogotazo acabaria por marcar também a trajetória do M-19.

Gaitán e Rojas Pinilla. 1948 e 1970. Um assassinato em 9 de abril e uma eleição fraudada em 19 de abril. Na história da Colômbia, no século passado, abril ficou marcado como o mês das tragédias políticas – o mais cruel dos meses para aqueles que apostavam na democracia.

1948 e 1970 significam também a reafirmação do bipartidarismo representado por Liberais e Conservadores – duas legendas com mais de cem anos de história. No século XIX, os dois partidos enfrentaram-se em numerosas e sangrentas guerras civis.³⁵ Do fim do século XIX até 1930, impôs-se a hegemonia conservadora (numa fase que ficou conhecida como *Regeneración*). Depois, houve um período de domínio liberal e de novas tensões – que desembocariam no Bogotazo, em 1948, e em uma década de graves conflitos.

Foi só na segunda metade do século XX (1957) que Liberais e Conservadores acertaram o já citado pacto da Frente Nacional. A partir de então, a questão que se colocou foi outra: os dois partidos – representando variadas frações das classes dominantes colombianas – “fecharam” o sistema, impedindo a participação autônoma de trabalhadores urbanos, agricultores e mesmo de setores médios.

Nesse arranjo pactista (ao qual voltaremos no Capítulo 3), as Forças Armadas não chegaram a se constituir como força autônoma e nem agiram diretamente como atores políticos, como aconteceu em outros países sul-americanos; ao contrário, os militares prestaram um serviço essencial aos grupos políticos dominantes, ajudando a manter o Estado colombiano “fechado” para os que ameaçavam o bipartidarismo.³⁶

É o que já havia ocorrido logo após o Bogotazo, em 1948: setores que não conseguiram se incorporar ao jogo político foram empurrados para a guerra civil. Morto o

³⁴ ARTURO, Alape. *El Bogotazo: memorias del olvido*. La Habana: Casa de las Americas, 1984, p. 672.

³⁵ Cf. CEBALLOS GÓMEZ, Diana. “Desde la Formación de la República hasta el Radicalismo Liberal (1830-1886)”. In: *Historia de Colombia - todo lo que hay que saber* (vários autores). Bogotá: Editora Taurus, 2006.

³⁶ “No período de pós-guerra, os militares desempenharam o papel essencial de defensores do sistema bipartidário. Sua tarefa consistiu em liquidar toda opção política que o sistema não tenha conseguido absorver por meio da cooptação e do transformismo. O método empregado consistiu em fechar todas as saídas jurídicas aos de fora, recorrendo às forças armadas para acabar com os intransigentes que tenham sido impelidos a usar a violência”. Cf. ROUQUIÉ, Alain; SUFFERN, Stephen. “Os militares na política latino-americana após 1930”. In: *Historia da América Latina, Volume VII - A América Latina após 1930: Estado e Política*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2009, pp. 243-244.

líder popular Gaitán, e reprimida a gigantesca rebelião em Bogotá, “juntas revolucionárias” e guerrilhas “gaitanistas” (ou liberais) se estabeleceram no interior, em várias partes do país.³⁷ Entre elas, estava a facção liderada por Pedro Antônio Marín – também conhecido como Manuel Marulanda (ou “Tirofijo”). Em 1966, a guerrilha de Marulanda converteu-se nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), já com um programa comunista.

Nos anos 1970, com a eleição frustrada (ou fraudada, segundo os anapistas) de Rojas Pinilla, o sistema se mostraria mais uma vez impermeável para os “de fora”. O surgimento do M-19, portanto, pode ser visto como um claro sinal da dificuldade do Estado colombiano para incorporar novos atores às disputas institucionais.

Antes de seguir, ressaltamos a importância de se compreender a conjuntura política que leva à fundação do M-19, indicando também quais são as forças dominantes que participam da criação do novo grupo no início dos anos 1970. Angelo Panebianco, num estudo clássico sobre os partidos e as organizações políticas, é quem assinala:

As modalidades de formação de um partido, os traços que sustentam sua gênese, podem de fato exercer uma influência sobre as suas características organizativas, mesmo depois de décadas. *Toda organização traz consigo a marca das suas modalidades de formação e das principais decisões político-administrativas de seus fundadores*³⁸ (grifo nosso).

André Singer utiliza essa ideia num livro recente, em que procura analisar a trajetória do PT e do lulismo no Brasil. E cita textualmente Panebianco: “poucos aspectos da fisionomia atual e das tensões que se desenvolvem diante dos nossos olhos em tantas organizações parecem compreensíveis se não se retroceder à sua fase constitutiva”.³⁹

O M-19, evidentemente, não era um partido político tradicional, de atuação institucional e parlamentar. Ainda assim, por aproximação, acreditamos que seja fundamental adotar a proposta de Panebianco, que é a de “recuperar uma intuição fundamental da sociologia clássica, sobretudo a weberiana, sobre a importância do *momento basilar* das instituições”. Até porque, segundo o mesmo autor, “as modalidades dos primeiros conflitos

³⁷ O período que se segue ao Bogotazo, com a eclosão de confrontos sangrentos por todo o país, passaria a ser conhecida pela historiografia colombiana como “La Violencia”. Cf. *Once ensayos sobre la Violencia*. Bogotá: Centro Gaitán/Fondo Editorial CEREC, 1985.

³⁸ PANEBIANCO, Angelo, op. cit., p. 92.

³⁹ Cf. SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

visando ao controle organizativo e o modo como a organização se consolida deixarão uma *marca indelével*⁴⁰ (grifos nossos).

Essa preocupação em se recuperar o momento de origem de uma organização política está presente, também sob inspiração de Panebianco, na obra de Ferro Medina e Uribe Ramón, que se debruçaram sobre outra força guerrilheira colombiana, as FARC. Os dois autores afirmam:

Toda organización lleva sobre si la huella de las peculiaridades que se dieron en su formación y de las decisiones políticas y administrativas adoptadas por sus fundadores. De ahí que sea tan importante destacar la fase inicial de la organización y los rasgos que se reflejan en su gestación.⁴¹

Quais são as primeiras observações possíveis, quando analisamos a “fase constitutiva” do M-19?

Uma característica logo salta aos olhos: ao contrário das FARC, que tiveram origem no campo, o M-19 (ou “Eme”, como era conhecido na Colômbia) surgiu nas cidades. Os dirigentes do novo grupo guerrilheiro vinham, em boa parte, da classe média urbana. Além disso, a organização mostrou desde o início uma preocupação com dois aspectos incomuns entre as guerrilhas de esquerda: o forte apelo publicitário de suas ações armadas, e a ênfase nas disputas simbólicas – numa clara tentativa de apropriar-se de símbolos nacionais que, até então, eram monopólio das classes dominantes.

Mas, afinal, quem eram os fundadores do M-19? De que cultura política vinham? Em que circunstâncias (e sob quais influências) decidiram fundar a nova organização política?

1.2 - As origens do M-19

O Movimento 19 de abril foi criado no final de 1973, a partir do encontro de dois grupos principais de militantes políticos. De um lado, representantes da ala mais à esquerda da ANAPO (incluindo parlamentares de expressão nacional, como Andrés Almarales, Israel Santamaría e Carlos Toledo Plata) inconformados com a falta de reação do partido depois da derrota eleitoral de Rojas Pinilla em 1970. De outro, ex-militantes do Partido Comunista

⁴⁰ PANEBIANCO, Angelo, op. cit., p. XVII.

⁴¹ MEDINA, Juan Guillermo Ferro; RAMÓN, Graciela Uribe. *El orden de la guerra: las FARC-EP entre la organización y la política*. Bogotá: Centro Editorial Javeriano, 2002, p. 25.

Colombiano, em geral jovens e de origem urbana, que tinham ingressado nas FARC no fim dos anos 1960 (na época, o PCC mantinha boas relações com a guerrilha), mas já não aceitavam a estratégia guerrilheira de uma guerra prolongada que se travava longe das grandes cidades do país.⁴²

Esse segundo grupo tinha formação marxista-leninista e incluía aqueles que seriam os principais dirigentes do M-19 nos anos seguintes: Jaime Bateman, Álvaro Fayad, Carlos Pizarro Leongomez, Luis Otero e Iván Marino Ospina, entre outros. Eles haviam rompido com as FARC, e mantinham desde 1971 uma revista chamada *Comuneros* – numa referência à rebelião camponesa dos comuneros (agricultores pobres) liderada por José Antonio Galán, no século XVIII, contra a Coroa espanhola.⁴³

Logo após a derrota de Rojas, em 1970, um grupo de parlamentares anapistas começa a pensar na criação de um aparato militar para respaldar o partido em outros embates eleitorais e políticos. Darío Villamizar reproduz relato de Carlos Toledo Plata (médico e parlamentar eleito pela ANAPO em 1968), que teria recebido sinal verde do próprio general Rojas para essa tarefa:

Mi función era crear grupos de choque en cada departamento, en cada municipio, a fin de estar listos para actuar con las armas en caso de que nos quisieran robar el triunfo otra vez. Alcanzamos a comprar armas cortas, submetralladoras... Se crearon varios grupos armados... Pero la idea no funcionó en la práctica.⁴⁴

Para Darío Villamizar, dirigentes da ANAPO como Toledo Plata e Almarales tinham preocupações para além da organização militar: “¿Cómo darle a ese partido de masas una estructura diferente, una conducción revolucionaria? ¿Cómo impedir que el general Rojas fuera manejado por un amplio sector de derecha que tenía asiento en la dirección de ANAPO?”⁴⁵

⁴² A esses dois grupos iniciais, provenientes da ANAPO e das FARC, somaram-se outros militantes – em geral jovens e de origem urbana – com origem no Exército de Libertação Nacional (ELN) e em variados grupamentos de esquerda, como o Exército Popular de Libertação (EPL), de linha maoísta. Cf. PATIÑO, Otty; GRABE, Vera; GARCÍA-DURÁN, Mauricio. “El camino del M-19 de la lucha armada a la democracia: una búsqueda de cómo hacer política en sintonía con el país”. In: GARCÍA-DURÁN, Mauricio (ed.) *De la Insurgencia a la Democracia: estudios de caso*. Bogotá: Cinep/Berghof, 2009.

⁴³ A revolta dos Comuneros, de 1781, foi um movimento que chegou a reunir mais de 20 mil homens no Vale do rio Magdalena (interior do então Vice-Reinado de Nova Granada), metade deles de origem indígena. Armados de machados, lanças e ferramentas agrícolas, rebelaram-se contra o poder colonial e reivindicaram, entre outros pontos, o respeito das tradições jurídicas dos povos indígenas, a devolução das terras tomadas pelos colonizadores, a redução de impostos. Um dos líderes do movimento foi José Antônio Galán, mestiço de branco e índio. Chegou a repartir as terras que foram confiscadas de grandes proprietários de origem espanhola, sob o lema “La tierra es para quien la trabaje”. Galán acabou capturado e morto, e se tornou referência para os guerrilheiros do M-19, duzentos anos depois. Cf. LÓPEZ, Javier Ocampo. *História Básica de Colombia*. Bogotá: Plaza & Janes Editores, p. 186-188.

⁴⁴ Cf. VILLAMIZAR, Darío, op. cit., p. 42.

⁴⁵ VILLAMIZAR, Darío, op. cit., p. 42.

Ou seja, para os anapistas de esquerda havia uma dificuldade política: tinham base popular, mas lhes faltava experiência para organizar o enfrentamento armado – se ele viesse a ser necessário. Para os jovens que vinham do PCC e das FARC, a questão era outra: eles tinham experiência em ações clandestinas e possuíam convicções revolucionárias, mas não tinham contato com as "massas". O casamento entre anapistas de esquerda e Comuneros acabaria por resolver os dilemas dos dois lados...

Em 1973, Carlos Toledo Plata recebe, de outro militante da ANAPO, a informação sobre a existência dos jovens Comuneros, interessados em criar uma nova organização política e militar. Bateman e Toledo Plata passam então a se encontrar: primeiro na cidade de Bucaramanga (terra natal de Toledo Plata), e depois na capital Bogotá, onde o segundo passava a maior parte do tempo, desempenhando suas atividades de parlamentar. Um dos locais escolhidos para esses encontros secretos era Le Petit Café – discreta cafeteria na região central de Bogotá.

Os dois decidem então criar um grupo armado – que teria atuação próxima da ANAPO, disputando as bases populares do partido, mas ao mesmo tempo estabeleceria estruturas próprias de organização.

No final de 1973, ocorre a fundação do M-19: foi um encontro clandestino com duas dezenas de militantes, numa chácara na localidade de Mesitas del Colegio (Departamento de Cundinamarca), de propriedade do então senador Milton Fuentes.

Durante a reunião de fundação, Jaime Bateman sugeriu que a nova organização deveria manter o nome de Comuneros. Outros propuseram nomes como Exército dos Pobres ou Juventude Revolucionária. Mas ao fim prevaleceu a proposta defendida por Álvaro Fayad: M-19. Mais do que um nome, era uma marca com grande apelo publicitário. “Si poníamos el nombre de Movimiento 19 de abril, la gente se iba a acordar del M-19, una idea muy pegajosa desde el punto de vista publicitario”.⁴⁶ E a publicidade, como veremos em outro capítulo desta dissertação, teve desde o início um papel central para o Movimento 19 de Abril.

O M-19 era, portanto, o encontro dessas duas tradições: jovens guerrilheiros de formação marxista (mas dispostos, pelo menos no discurso, a romper com a tradicional doutrina de esquerda) e experientes dirigentes da ANAPO – partido contraditório, de linha nacionalista, liderado por um general que já fora ditador nos anos 1950. A ANAPO reunia tanto dissidentes Liberais como Conservadores, e no fim dos anos 1960 assumira também a

⁴⁶ YAMEL RIAÑO, José. *La espada de Bolívar*. Medellín: Fondo Editorial ITM, 2006, pp. 46-47.

defesa dos trabalhadores e o discurso terceiro-mundista, incorporando em suas fileiras setores de esquerda.⁴⁷

Em seus primeiros panfletos e jornais, o M-19 apresentava-se como “movimiento anapista”, e defendia o “socialismo a la colombiana”. A ideia era tirar a esquerda das discussões doutrinárias e aproximá-la da forte base popular que dava sustentação à ANAPO. O ex-militante Yamel Riaño afirma: “Íbamos a hacer anapismo, íbamos a reivindicar la lucha armada como el complemento necesario de las luchas reivindicativas del pueblo en la búsqueda de la toma del poder.”⁴⁸

“Fazer anapismo”, explicava o então líder guerrilheiro Álvaro Fayad, significava que o M-19 seria uma força armada para romper o bipartidarismo:

Por eso ANAPO, ANAPO representaba en ese momento en Colombia la mejor expresión popular de la lucha antioligárquica, porque había masas allí. Había masas movilizadas en contra de la oligarquía, masas que en ese momento estaban rompiendo el bipartidarismo.⁴⁹

O anapismo era uma forma de romper com o que o M-19 considerava um excesso de dogmatismo da esquerda. O ex-guerrilheiro Yamel Riaño lembra da surpresa de muitos militantes, quando entravam no M-19 e pediam indicações de leitura para compreender a linha política da organização: “Y aparecieron libros como ‘Cien Años de Soledad’. Recuerdo que un compañero se sorprendió mucho cuando al entrar al M-19 y pedir literatura, le entregaron ese libro. Esos hechos empezaron a diferenciarnos definitivamente”.⁵⁰

Mas apesar desse discurso, que procurava valorizar as demandas populares concretas e não os debates ideológicos, ao longo dos anos a organização guerrilheira foi comandada não por ex-parlamentares da ANAPO – que tinham alcançado alguma inserção eleitoral –, mas por ex-guerrilheiros de formação clássica marxista.

⁴⁷ Cf. AYALA DIAGO, César Augusto, op. cit., pp. 73-85.

⁴⁸ YAMEL RIAÑO, José, op. cit., p. 45.

⁴⁹ FAYAD, Alvaro. “La guerrilla, expresión de la democracia”. In: ALAPE, Arturo. *La paz, la violencia. Testigos de excepción*. Bogotá: Editorial Planeta, 1985, p. 316.

⁵⁰ YAMEL RIAÑO, José, op. cit., p. 44.

1.3 - A organização e seus princípios

Não é o objetivo central desta dissertação traçar um painel exaustivo do M-19 como organização *per se*. Além disso, as próprias características do grupo – com atuação clandestina, sempre sob forte repressão – tornam difícil reconstituir (a partir de documentos escritos) os conflitos internos e as nuances que certamente marcaram a trajetória da organização. Ainda assim, há algumas pistas que merecem ser registradas.

Yamel Riaño, um dos militantes que vinha do grupo Comuneros, diz que os líderes anapistas não puderam participar da reunião clandestina de fundação do M-19, em 1973, porque eram personalidades conhecidas no país, o que dificultaria a logística do encontro. Essa dificuldade operacional explica, apenas em parte, a relação de poder que acabou por se estabelecer na organização: das duas vertentes principais de militantes, foram sempre os antigos Comuneros que detiveram o comando do M-19.

Mais conhecidos nacionalmente e com experiência na vida política e parlamentar, Toledo Plata e Almarales jamais chegaram a “comandantes”. A função de número 1 da guerrilha foi exercida, sucessivamente, por: Bateman (1974-1983), Ospina (1983-1985), Fayad (1985-1986) e Pizarro (1986-1990). Todos eles eram ex-guerrilheiros das FARC, com mais experiência militar do que os anapistas.

Essa constatação parece ser mais um motivo para dar razão a Panebianco, quando afirma que o modo pelo qual “se distribuem as cartas” e se estabelece o poder interno na “fase genética” de uma organização política acaba por condicionar a vida futura dessa mesma organização.⁵¹ Na distribuição interna do poder, no M-19, as cartas ficaram sempre nas mãos de quem tinha experiência militar.

É importante lembrar, nesse sentido, que o M-19 tinha o nome de “Movimento”, mas a partir de sua V Conferência Nacional, em 1977, passou a se definir oficialmente como uma Organização Político Militar (OPM), com estrutura hierarquizada, orientada para uma ação integral – política e militar.⁵²

O órgão máximo de decisão do M-19 era a Conferência Nacional – em que se procurava reunir a maior quantidade possível de militantes; eram encontros normalmente realizados fora dos grandes centros, para se escapar ao cerco da polícia e do exército. As

⁵¹ PANEBIANCO, Angelo, op. cit., p. XVII.

⁵² Essa concepção orgânica foi tomada dos Montoneros argentinos que, assim como os Tupamaros uruguaios, exerceram influência sobre o M-19.

conferências anteriores, em geral pequenos encontros clandestinos nos quais não se produziram documentos oficiais, nem chegaram a ser numeradas. Só a partir de 1977 é que a organização assumiu um caráter mais formal.

Na V Conferência, o M-19 (que de início se apresentava como “Movimento anapista 19 de abril”) decidiu apagar de seu nome a referência à ANAPO, passando a se apresentar simplesmente como “Movimento 19 de Abril”. Os documentos finais do encontro apontavam como objetivos do grupo “una revolución popular, de liberación nacional y por el socialismo”.⁵³

Na VI Conferência, em 1978, o grupo guerrilheiro reafirmou seu caráter de OPM, estabelecendo um rígido organograma⁵⁴, com uma estrutura hierárquica bem definida:

- o militante de base passou a ser chamado de “oficial”, e era responsável pelo trabalho direto com as “massas” e os “simpatizantes”;
- acima dele havia o “oficial segundo”, que chefiava um comando com algo entre 3 e 5 “oficiais”;
- o “oficial primeiro” coordenava entre 3 e 5 comandos e, com seus “oficiais segundos”, conformava uma direção intermediária;
- o “oficial maior” era responsável por coordenar entre 3 e 5 “oficiais primeiros” (ou seja, entre 3 e 5 direções intermediárias), formando com eles uma “coluna”;
- o “oficial superior” chefiava entre 3 e 5 “oficiais maiores”, formando uma direção regional.

Os “oficiais superiores” mais bem avaliados faziam parte do chamado Comando Superior – instância máxima de condução do movimento entre uma Conferência e outra.

Nesta VI Conferência, os militantes foram todos avaliados (levando-se em conta aspectos políticos, militares e ideológicos). E os mais bem colocados receberam uma numeração. Jaime Bateman foi escolhido como “oficial superior primeiro”, ou seja, ganhou oficialmente o posto de “comandante do M-19” – que já exercia na prática desde 1974. Abaixo dele, pela ordem, vinham: Iván Marino Ospina, Helmer Marín, Álvaro Fayad e Carlos Pizarro. Mais uma vez, notamos que os ex-anapistas (Toledo Plata, Almarales e Santamaría) sequer figuravam no Comando Superior.

A VII Conferência, ocorrida em 1979, pode ser considerada um marco na história da guerrilha por ter redefinido a estratégia central de luta: a partir de então, o M-19 assumiu oficialmente a democracia como principal fundamento de seu projeto, e não mais o socialismo. A nova definição chegou a gerar críticas abertas dentro do M-19, como a

⁵³ VILLAMIZAR, Darío, op. cit., p. 95.

⁵⁴ Idem, Ibidem, p. 108.

manifestada pelo guerrilheiro Everth Bustamante. Ele divulgou um documento (“Aportes para una discusión”) em que considerava que o M-19 passava de uma linha “nacionalista y revolucionaria” (aprovada na V Conferência), para um “nacionalismo democrático burguês”, e por isso pedia a revisão das concepções aprovadas na VII Conferência.

Bateman respondeu a Bustamante, em 1980, com um texto em que defendia a democracia como “una bandera popular y revolucionaria”.⁵⁵

Os ex-guerrilheiros Otty Patiño e Vera Grabe afirmam, num artigo publicado em 2009, muito depois do fim da luta armada, que nessa VII Conferência o M-19 “recobró el carácter original de una ideología amplia después de haber constatado que la urgencia del cambio en Colombia era de carácter democrático, que las luchas y los objetivos más sentidos tenían ese sello”.⁵⁶

A partir dessas indicações, é possível estabelecer um recorte cronológico básico, dividindo a história do grupo guerrilheiro em duas fases:

- 1974/1979 – nesse período, apesar de fazer sempre referência à luta pela democracia, o M-19 adota um discurso socialista, ao mesmo tempo em que prioriza ações de propaganda armada, com forte apelo de comunicação;

- 1979/1990 – a guerrilha assume, nessa segunda etapa, a democracia como o centro de suas preocupações, e as referências ao socialismo vão se tornando mais raras nos documentos e publicações do M-19; numa aparente contradição, é nesse período que o grupo guerrilheiro procura avançar na construção de um “ejército no campo”, com a criação de colunas guerrilheiras.

Há indicações de que, mesmo entre o grupo de origem marxista (Comuneros) que acabou por ocupar os principais cargos de comando da organização, houve disputas e fissuras, especialmente após a morte de Bateman, em 1983: “Desde luego, había una disputa por el poder entre los distintos liderazgos que se venían afianzando dentro del M-19 (Iván Marino Ospina, Álvaro Fayad, Carlos Pizarro, Gustavo Arias), lo cual hizo aparecer fisuras en el cuerpo de dirección”.⁵⁷

Os documentos que obtivemos e a parca bibliografia existente, entretanto, não permitem concluir se a disputa pelo poder interno significava também o choque entre concepções distintas de condução política. O certo é que essas disputas, no caso do M-19, não parecem ter degenerado para rachas ou enfrentamentos destrutivos, como era comum se

⁵⁵ Cf. VILLAMIZAR, Darío, op. cit., p. 148.

⁵⁶ PATIÑO, Otty; GRABE, Vera; GARCÍA-DURÁN, Mauricio, op. cit., p. 60.

⁵⁷ Idem, Ibidem, pp. 63-64.

observar em algumas organizações armadas de esquerda dos anos 1970 e 1980, na América Latina.

Interessa-nos agora discutir de que forma o discurso de defesa da democracia, mesmo antes da VII Conferência, teve sempre um lugar central na estratégia política do M-19. Para o Movimento 19 de Abril, a fraude nas eleições de 1970, que levava à derrota da ANAPO, deixara claro que a esquerda precisava se armar para garantir futuros triunfos eleitorais. É o que afirmava Bateman:

La derrota de 1970 tuvo un profundo efecto a nivel popular porque las masas estaban realmente dispuestas a defender el triunfo de su candidato, el general Rojas Pinilla. El 19 de abril, también el 20, la gente se lanzó a la calle pidiendo armas pero Rojas vaciló frente al clamor popular; la frustración que produjo ese hecho creó una base política que permitió el desarrollo de una organización como la nuestra.⁵⁸

Mas chama atenção um fato: a derrota de Rojas Pinilla acontecera em 19 de abril de 1970, e o M-19 só surgiria quase quatro anos depois. Ou seja: a criação da guerrilha não se deu como reação intempestiva, tomada no calor dos acontecimentos. O que, então, pode ter levado homens de esquerda a defender um “anapismo” de armas na mão?

Entre a derrota de Rojas Pinilla em 1970 e a criação do M-19 há um fato marcante para toda América Latina: o golpe militar contra Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973. Os primeiros documentos e jornais do M-19 deixam claro que, para aquele grupo de militantes que viria a fundar o M-19, a derrubada de Allende no Chile foi tão impactante quanto a derrota de Rojas na Colômbia. É o que dizia um boletim lançado pelo M-19 em janeiro de 1974 – logo depois de suas primeiras ações armadas:

El 19 de abril de 1970 nos demuestra dramáticamente que no basta con ganar si es que el pueblo no está en condiciones de hacer respetar su triunfo; y el 11 de septiembre de 1973, fecha sangrienta y luctuosa para la causa popular latinoamericana, vino a complementar nuestra experiencia⁵⁹ (grifo nosso).

Até 1973, havia dois caminhos, duas possibilidades estratégicas em disputa, no interior da esquerda latino-americana: de um lado, influenciadas pela Revolução Cubana (e, em menor medida, também pela Revolução Chinesa e o maoísmo), dezenas de organizações revolucionárias surgidas nos anos 1960 e 1970 defendiam que o socialismo só poderia ser

⁵⁸ BATEMAN, Jaime. Entrevista inédita concedida em junho de 1979. In: VILLAMIZAR, Darío, op. cit., pp. 38-39.

⁵⁹ *Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril* (boletim informativo publicado pela guerrilha), número 1, janeiro de 1974.

implantado a partir de ações violentas comandadas por pequenos grupos guerrilheiros de vanguarda. De outro, sob influência da experiência chilena, ganhava alguma força a tendência dos que defendiam a possibilidade de uma "via pacífica para o socialismo".

Importante lembrar que os partidos comunistas tradicionais, dirigidos pela União Soviética, em geral eram adeptos da via pacífica, acreditando na possibilidade de formar frentes políticas com setores da burguesia. Era esse o caso, por exemplo, do Partido Comunista Brasileiro – que jamais defendeu a luta armada, mesmo depois do golpe militar de 1964. No Chile, também o PC foi o maior defensor da estratégia adotada pelo presidente socialista Salvador Allende, apostando na disputa institucional. Mas havia nuances. O próprio Partido Comunista Colombiano, por exemplo, mantinha um pé em cada barco, e durante muitos anos defendeu a combinação de todas as formas de luta: ou seja, fazia a disputa institucional, compondo frentes eleitorais para disputar o poder pelo voto, mas não abria mão do diálogo e da parceria com organizações armadas – em especial as FARC, como veremos de forma mais detalhada no Capítulo 4 desta dissertação.

O M-19 dialoga com essas duas tradições (que na verdade se desdobram em muitos grupos e subgrupos, dando origem a dezenas de organizações armadas de esquerda na América Latina): assume a luta armada, mas o faz em nome da defesa da democracia. O grupo guerrilheiro também tinha a pretensão de romper com certas tradições ideológicas da esquerda colombiana e latino-americana. Mais adiante, tentaremos concluir se conseguiu mesmo romper com elas.

1.4 - As armas e os votos

O que podemos afirmar, com certeza, é que o M-19 dedicou-se menos às formulações ideológicas e mais às ações de “propaganda armada” (essa também parece ter sido uma influência dos Montoneros). Nos primeiros quatro anos, a guerrilha concentrou suas ações nas áreas urbanas: era comum que os comandos do M-19 roubassem caminhões de comida ou leite para distribuir as mercadorias nos bairros mais pobres de Bogotá, Cali ou Medellín.

O grupo também tentava intervir na pauta concreta dos trabalhadores. Não queria esperar a “Revolução”, queria envolver-se nas lutas cotidianas. Se trabalhadores em uma fábrica entravam em greve, o M-19 poderia sequestrar o gerente da empresa para forçar a

negociação – como de fato o fez em agosto de 1977. Operários da Indupalma (uma indústria com longo histórico de desrespeito aos direitos trabalhistas, no Departamento de Cesar) estavam em greve por reajuste salarial e melhores condições de trabalho. O M-19, então, sequestrou Hugo Ferreira Neiva, ex-ministro da Agricultura e gerente-geral da Indupalma, para forçar a empresa a negociar com os grevistas. A estratégia deu certo. A empresa abriu negociações, e os operários conseguiram algumas conquistas concretas. Neiva foi libertado um mês depois.⁶⁰

Darío Villamizar lista pelo menos oito ações desse tipo entre 1977 e 1978. E afirma: “donde había un conflicto laboral, un paro cívico o una protesta popular, los comandos del M-19 se hacían presentes para, con las armas en las manos, presionar una solución favorable a sectores populares”.⁶¹

Em 1976, a preocupação do M-19 em ligar-se diretamente às lutas concretas da classe trabalhadora tivera consequências trágicas: a guerrilha sequestrou, levou a “julgamento” e executou a tiros o sindicalista José Raquel Mercado, acusado de trair a pátria e os trabalhadores (voltaremos a esse assunto no Capítulo 4).

Na passagem do ano de 1978 para 1979, mais uma ação espetacular. E, essa sim, mudaria a história do M-19: os guerrilheiros conseguiram subtrair 5 mil armas de um quartel do exército em Bogotá. Foram tiradas por um túnel, cavado durante meses. Eram tantas armas, que nem havia guerrilheiros suficientes para empunhá-las.⁶²

O roubo das armas foi um divisor de águas porque gerou uma reação violenta do exército. O M-19 passou a ser visto como uma efetiva ameaça ao Estado colombiano. Centenas de guerrilheiros foram presos e torturados para contar onde estavam as armas⁶³. Entre eles, dezenas de dirigentes. Por conta disso, o M-19 passou a adotar o discurso dos direitos humanos para denunciar a tortura. E talvez isso também ajude a explicar porque, na VII Conferência, a guerrilha transformou a democracia no centro de suas demandas.

A partir de 1978/1979, outra mudança importante ocorreu: o M-19 passou a se empenhar na construção de um exército, criando várias colunas guerrilheiras. Ou seja, passou

⁶⁰ Ver mais detalhes sobre o sequestro do gerente da Indupalma em VILLAMIZAR, Darío, op. cit., pp. 99-104.

⁶¹ VILLAMIZAR, Darío, op. cit., p. 105.

⁶² Em entrevista que nos foi concedida, em Bogotá, em fevereiro de 2013, Otty Patiño – fundador e ex-dirigente do M-19 – afirmou que o grupo nunca teve mais do que dois mil militantes organizados, e apenas metade desses dedicavam-se diretamente a ações militares. Ou seja, grosso modo, o M-19 tinha um contingente cerca de dez vezes menor do que o das FARC, apesar de ter contado sempre com uma grande quantidade de simpatizantes, especialmente entre os jovens. Não há, porém, estatísticas precisas sobre esses números.

⁶³ Sobre a prática de torturas, ver, por exemplo, o relato de uma ex-dirigente do M-19 em livro de memórias: GRABE, Vera. *Razones de Vida*. Bogotá: Planeta, 2000.

a atuar tanto na frente urbana, como na rural. Ainda assim, não abandonou as ações de grande envergadura nas cidades.

Em fevereiro de 1980, o M-19 tomou de assalto a Embaixada da República Dominicana em Bogotá. Quase 20 diplomatas – que participavam de uma recepção oficial – foram feitos reféns, inclusive o embaixador do Brasil. O “Eme” queria trocar os diplomatas pelos guerrilheiros presos. O governo abriu negociações, mas não cedeu na questão dos presos.

Depois de 61 dias de impasse, os guerrilheiros saíram da Embaixada diretamente para um avião que os levaria a Havana, e os reféns foram libertados. Não houve liberação de dirigentes do M-19 que estavam presos, mas as negociações abriram um canal de diálogo com o governo. A esquerda colombiana – inclusive a esquerda armada – passou a falar desde então na possibilidade de um diálogo nacional. Bateman preferiu traduzir a proposta para uma linguagem mais popular, que era uma das marcas do M-19, e passou a pregar um grande *sancocho*⁶⁴ nacional.

Em 1982, os colombianos elegeram como presidente Belisario Betancur. Apesar de ser do Partido Conservador, ele chegou ao poder com um discurso de defesa do diálogo com os vários grupos armados. Em novembro de 1982, o Congresso Nacional (sob inspiração do novo presidente) aprovou projeto de anistia para os guerrilheiros. Dezenas de lideranças do M-19 puderam deixar a cadeia, onde permaneciam desde a grande ofensiva das Forças Armadas posterior ao roubo das armas do exército. Em 4 de dezembro de 1982, as lideranças do M-19 recém libertadas “se dirigieron en caravana hacia la Plaza de Bolívar en el centro de Bogotá en donde realizaron su primera y única concentración pública”. Trata-se, talvez, de caso único: um grupo armado clandestino realiza um comício na praça central de uma capital. Ao fim, os guerrilheiros, sob liderança de Carlos Toledo Plata, anunciam o esforço para seguir negociando a trégua, mas ao mesmo tempo juram manter a espada de Bolívar “en pie de lucha”.⁶⁵

A situação era mesmo dúbia, não havia garantias plenas aos que tentavam voltar à vida civil. No início de 1983, vários guerrilheiros anistiados foram mortos por grupos paramilitares – o que travou o processo de paz. Seja como for, Bateman não veria o *sancocho*

⁶⁴ Palavra que designa prato típico colombiano, um “cozidão” em que se leva para a panela um pouco de tudo.

⁶⁵ Cf. VILLAMIZAR, Darío, op. cit. p. 282.

prosperar. Em 28 de abril de 1983, o comandante do M-19 morreu num acidente de avião, quando seguia em voo clandestino rumo ao Panamá.⁶⁶

Tido como um guerrilheiro bem-humorado e criativo, Bateman simbolizava uma guerrilha “nova”, pouco propensa às discussões ideológicas típicas da esquerda. Na Colômbia, é conhecida a frase dele: “la revolución es una fiesta”⁶⁷. Com a morte de Bateman, Iván Ospina assumiu o comando da organização, secundado por Álvaro Fayad – também chamado de “El Turco”. Para a ex-dirigente do M-19 Vera Grabe, Ospina trouxe ares “más ásperos” no estilo de mando. Acostumado a ser o “segundo” de Bateman, Ospina teria sentido a necessidade de reafirmar seu poder, de maneira pouco hábil, o que rapidamente geraria descontentamento entre os guerrilheiros.⁶⁸

Ospina e Fayad chegaram a manter um encontro secreto em Madri, com o presidente da República Belisario Betancur. A reunião, em outubro de 1983, foi intermediada pelos socialistas espanhóis (o Partido Socialista Operário Espanhol/PSOE, então no poder na Espanha, estava sob a liderança de Felipe Gonzalez)⁶⁹. Naquele momento, parecia que o M-19 se somaria aos esforços de outras organizações como as FARC – que também aceitaram negociar com Betancur e ajudaram a criar um partido, a Unión Patriótica/UP, para participar do jogo institucional.⁷⁰

O encontro em Madri levaria – mais tarde, em agosto de 1984 – à assinatura de uma trégua entre guerrilha e governo: a chamada Paz de Corinto. Mas o diálogo com o M-19 não prosperou.

Em fevereiro de 1985, o grupo guerrilheiro realizou sua IX Conferência sob o lema “Paz y Democracia”, e deixou claro que o objetivo da guerrilha era “ser gobierno”. Neste encontro, Fayad foi indicado para o comando-geral da organização, no lugar de Ospina. O M-

⁶⁶ No Panamá, Bateman teria vários encontros, incluindo uma conversa com Pablo Escobar. Alguns anos antes, o narcotraficante colombiano chegara a travar uma guerra com o M-19, depois que os guerrilheiros seqüestraram a irmã do traficante Jorge Luis Ochoa; mas, pouco antes de morrer, Bateman teria iniciado uma aproximação com Escobar, que na época ocupava uma cadeira no Parlamento e era um dos homens mais poderosos da Colômbia (Cf. YAMEL RIAÑO, José, op. cit., pp. 119 a 123). Sobre o tema, ver também a nota 74, na página seguinte.

⁶⁷ Cf. PATIÑO, Otty; GRABE, Vera; GARCÍA-DURÁN, Mauricio, op. cit., p. 53.

⁶⁸ Cf. GRABE, Vera. *Razones de Vida*. Bogotá: Planeta, 2000, p. 183.

Iván Marino Ospina também recebeu críticas de outros guerrilheiros, por declarações públicas aparentemente simpáticas a narcotraficantes. Cf. VILLAMIZAR, Darío, op. cit., p. 379.

⁶⁹ “Belisario Betancur llegó a la casa de Julio Feo, secretario privado de Felipe Gonzalez, donde era la reunión. Durante casi dos horas hablaron de todo, de economía, narcotráfico, guerra, echaron cuentos y chistes”. Cf. GRABE, Vera, op. cit., p. 182. Vera Grabe, na época, era secretária Internacional do M-19 e testemunhou o encontro histórico em Madri entre o presidente da República e os chefes da guerrilha.

⁷⁰ A UP chegou a disputar eleições, inclusive presidenciais, mas dezenas de seus quadros (ligados às FARC e ao Partido Comunista - que também atuava dentro da UP) foram assassinados por grupos paramilitares de extrema-direita. Aos poucos, as FARC foram desistindo da estratégia institucional, e recomendaram que seus militantes voltassem para a guerrilha na selva.

19 foi um caso raro de guerrilha em que as trocas na direção não ocorriam só por conta de morte ou expurgo de dirigentes. Apesar de perder o posto, Ospina não “caiu em desgraça”; seguiu em posição de destaque no M-19, e morreria em combate, alguns meses depois. “Asumir que la jefatura no era un trono fue para el Eme una prueba de democracia”.⁷¹

Pouco a pouco, nos meses seguintes, a trégua foi-se rompendo - com ataques de parte a parte. Antonio Navarro Wolf, líder guerrilheiro que havia ajudado a negociar a trégua, estava numa cafeteria próxima a Cali quando sofreu um atentado que quase lhe custou a vida, em maio daquele ano. “Acampamentos de paz” criados pelo M-19 em várias cidades da Colômbia também foram destruídos. Os ataques vinham de grupos paramilitares que tinham participação e apoio de setores do Exército.

Em junho de 1985, o M-19 oficialmente rompeu a trégua e retomou as ações armadas – agora sob comando de Álvaro Fayad, secundado por Carlos Pizarro e Navarro Wolf. “El Turco”, o novo comandante, era considerado um quadro com mais preocupação teórica.⁷² A direção do M-19 definia Fayad como “un hombre con cualidades humanas, políticas, gran capacidad de análisis y de síntesis”.⁷³

Mas, sob a liderança de Fayad, o M-19 realizou a ação mais sangrenta de sua história. No dia 6 de novembro de 1985, um comando com 35 guerrilheiros tomou de assalto o Palácio de Justiça, prédio onde funcionava a Corte Suprema na Praça de Bolívar, centro de Bogotá. O objetivo era “exigir” que a Corte julgasse o presidente Betancur por “crime de responsabilidade”, ao ter falhado nas negociações de paz.

O M-19 imaginava que – como acontecera na tomada da Embaixada da República Dominicana, cinco anos antes – haveria uma longa negociação. Mas dessa vez o governo não aceitou conversar. Numa reação brutal, e aparentemente sem preocupações em preservar a vida dos reféns, o exército bombardeou e invadiu o Palácio de Justiça com tanques de guerra. Todos os guerrilheiros (com exceção de uma – Clara Helena Enciso) morreram.⁷⁴

⁷¹ GRABE, Vera, op. cit., p. 237.

⁷² Segundo Otty Patiño, Fayad era dado a leituras de Gramsci e se preocupava mais com a formação dos guerrilheiros. A informação consta de entrevista que nos foi concedida em Bogotá, em fevereiro de 2013 (ver a íntegra da entrevista em Anexos, ao fim desta dissertação).

⁷³ “Documento do M-19”, na IX Conferencia. Apud: VILLAMIZAR, Darío, op. cit., p. 392.

⁷⁴ Na época da invasão do Palácio de Justiça, e ao longo das últimas décadas, surgiram versões de que a ação do M-19 teria sido financiada pelo traficante Pablo Escobar. O contra-ataque do Exército aos guerrilheiros levou ao incêndio do prédio, e a consequência foi a queima de processos judiciais referentes aos narcotraficantes. Mas não há base empírica para se presumir que a guerrilha agiu a mando de Escobar. Essa informação (difundida por parte dos meios de comunicação, inclusive em séries de sucesso na internet e na TV) parece cumprir a função de estabelecer uma narrativa em que os conflitos sociais colombianos podem ser reduzidos a um embate entre o Estado e uma “narco-guerrilha”. O M-19, como boa parte dos atores políticos na Colômbia, mantinha contatos com Escobar, o que não quer dizer que agisse a mando do traficante (ver GRABE, Vera, op. cit., p. 255).

O resultado desastroso da ação custou caro politicamente ao M-19. O grupo perdeu apoio popular e sofreu uma repressão ainda mais brutal por parte do Estado. Nos meses seguintes, foram mortos vários dirigentes. Fayad tombou numa emboscada, em março de 1986. No lugar dele, assumiu Carlos Pizarro – que viria a ser o último comandante do M-19.

Em 1986 e 1987, o M-19 concentrou suas atividades no chamado “Batallón América” – tentativa de unificar forças guerrilheiras de vários países, com ações no campo. O M-19 também se aproximaria de outras facções guerrilheiras colombianas (ELN, FARC, EPL), através da “Coordinación Guerrillera Simon Bolívar”.

Em janeiro de 1988, tentando se recuperar da derrota militar e política, o M-19 reuniu sua direção no Departamento de Cauca, numa Conferência que ficou conhecida como “Campo Reencuentro”. Os documentos da guerrilha falavam abertamente em crise:

Venimos de búsquedas, de reconstruir espacios y procesos orgánicos, de retomar los hilos, pues es necesario recuperar la contundencia y definir un lenguaje y unos propósitos que permitan volver a marcar pautas a la nación (...) La crisis ha sido grande, pero la decisión y convicción democrática de nuestra gente y la esencia unitarias han sido mayores.⁷⁵

O encontro também aprovou um manifesto considerado fundamental na história do M-19: “Vida para la nación, paz a las Fuerzas Armadas, guerra a la oligarquía”. Agora, o exército deixava de ser o alvo. A oligarquia era declarada como inimigo principal. Não eram palavras ao vento. Meses depois, um representante de uma das famílias mais tradicionais da política colombiana seria sequestrado pelo M-19: Álvaro Gomez Hurtado – líder conservador e filho do ex-presidente da República Laureano Gomez – era apontado como possível candidato a presidente nas eleições seguintes.

Os guerrilheiros fizeram um só pedido em troca da libertação de Gomez Hurtado: negociação de paz. E o sequestro, por paradoxal que seja, abriu as portas para a paz. Durante as negociações, Carlos Pizarro e Navarro Wolf (em nome da guerrilha) conseguiram estabelecer uma linha direta com o poder central, a essa altura representado por um novo presidente: Virgílio Barco. Alvaro Gomez Hurtado foi libertado, e o M-19 retomou o diálogo com o governo.

No início de 1989, firmaram-se os primeiros acordos e foram estabelecidas “Mesas de Trabalho” sobre vários temas entre o M-19 e o governo. Em outubro, a guerrilha fez sua X Conferência e aprovou a tese de abandonar as armas definitivamente. Em janeiro de 90, os

⁷⁵ Cf. VILLAMIZAR, Darío, op. cit., pp. 516-517.

pré-candidatos do Partido Liberal à presidência (a eleição estava marcada para maio) assumiram o compromisso de convocar uma Assembleia Constituinte – conforme proposta do M-19. Em 8 de março de 1990, Pizarro reuniu os guerrilheiros e deu a ordem: “Oficiales de Bolívar, rompan filas”.

As armas não foram entregues ao governo, mas a uma comissão, sob supervisão da Internacional Socialista (social-democrata). O M-19 aceitava agora travar o combate nas urnas, e na semana seguinte já participaria das eleições locais e legislativas, elegendo Vera Grabe para a Câmara de Representantes (uma das casas do Parlamento Nacional), com mais de 30 mil votos. Foi a primeira guerrilheira na história colombiana a trocar os fuzis pela tribuna parlamentar.

Figura 2 – Vera Grabe, durante entrevista ao autor desta dissertação, em Bogotá, fevereiro de 2013; ao fundo, o cartaz de Carlos Pizarro, comandante do M-19 que assinou a paz com o governo em 1990.

Logo em seguida, Pizarro iniciou a campanha para a eleição presidencial. Mas foi assassinado um mês antes do pleito, quando estava dentro de um avião de carreira. O homem que assinou a paz não veria a paz se concretizar. Morreu num 26 de abril. De novo, abril – o mais cruel dos meses.

Navarro Wolf assumiu a candidatura do partido recém criado pelos ex-guerrilheiros, a Aliança Democrática M-19 (ADM-19), e obteve surpreendentes 12,5% dos votos, ficando em

terceiro lugar. Cesar Gaviria (Partido Liberal) ganhou o pleito, e cumpriu a promessa de convocar eleição para uma Constituinte exclusiva, que escreveria a nova Carta (até então, vigorava no país a Constituição de 1886 – aprovada pelos Conservadores).

Em dezembro de 1990, ocorreu a eleição para a Constituinte, e a lista comandada pelos líderes do M-19 elegeu a maior bancada, ficando com quase um terço da Assembleia. A Constituinte ganhou um comando tripartite: em nome da ADM-19, o ex-guerrilheiro Navarro Wolf foi um dos coordenadores dos trabalhos, ao lado de um liberal (Horacio Serpa), e de um conservador (Alvaro Gomez Hurtado – o mesmo que estivera sequestrado, em mãos da guerrilha, três anos antes).

Pela primeira vez, uma Constituição colombiana não era escrita apenas por Liberais e/ou Conservadores na Colômbia. Ao deixar as armas, o M-19 não conseguira “ser gobierno” – como pregavam seus líderes. A guerrilha não chegara ao poder, mas de alguma forma mudara o poder, rompendo o domínio do bipartidarismo.

Os ex-guerrilheiros ajudaram a escrever uma Constituição considerada avançada. O constitucionalista argentino Roberto Gargarella elogia alguns aspectos do texto aprovado em 91, com ajuda do M-19. Especialmente, as inovações adotadas no sistema judicial, tornando esse poder mais aberto aos cidadãos (o que não deixa de ser irônico, já que seis anos antes o M-19 tentara tomar o Poder Judiciário, literalmente, de armas na mão):

La Constitución fue el producto de un extendido y heterogéneo grupo de representantes (y que incluyó figuras de la derecha política junto con ex guerrilleros del grupo M-19, indígenas y minorías religiosas), que trabajaron durante seis meses. Ello va explicar, por ejemplo, la profusión de derechos sociales incorporados en la Constitución, que va a ir de la mano de declaraciones constitucionales explícitas de defensa del libre mercado.⁷⁶

O M-19 fizera apenas uma grande exigência para firmar o acordo de paz: o fortalecimento da democracia, com uma nova Constituição e novas instituições democráticas. Puro discurso? Ou o grupo guerrilheiro seguia uma trajetória coerente desde sua fundação – quando pegou em armas também em nome da democracia e contra a fraude eleitoral?

A síntese de Jonathan Hartlyn, sobre o processo que levou ao desarmamento do M-19, é positiva para a guerrilha:

⁷⁶ GARGARELLA, Roberto. *200 Años de Constitucionalismo en América Latina (1810-2010)*. Trabalho inédito (*work in progress*), disponibilizado em 2012 aos alunos de pós-graduação do DCP (Departamento de Ciência Política), FFLCH/USP, p. 217.

Esse período de impasse, violência e desespero foi interrompido por um notável acontecimento – a promulgação, em 1991, de uma nova Constituição, na qual foram desmantelados todos os elementos do governo de coalizão que vigorara desde 1974. Foi preparada por uma Assembleia Constituinte na qual tiveram presença importante os representantes de um grupo guerrilheiro (a Aliança Democrática M-19) que havia sido incorporado um pouco antes. Pela primeira vez uma Constituição colombiana resultava de um significativo processo público de discussão, negociação e conciliação.⁷⁷

Mas em publicações recentes, na Colômbia, o balanço não é tão favorável aos guerrilheiros:

El M-19 había renunciado a la ANAPO, se había convertido en un movimiento guerrillero, había adoptado una ideología nacionalista un tanto confusa, había cometido errores graves en su accionar armado, se había amnistiado con un programa menos que reformista y se había comprometido con la Constitución de 1991 como su máxima conquista, mezcla de resoluciones democráticas y neoliberales.⁷⁸

Ao abandonar as armas e ajudar a escrever a nova Constituição – o M-19 estava sendo fiel à história de uma guerrilha de esquerda renovadora (na Colômbia “un proyecto democrático es un proyecto revolucionario”⁷⁹, dizia Bateman), ou estava simplesmente encontrando uma saída honrosa diante de situação política e militar difícil, especialmente após o massacre no Palácio de Justiça? Essa é uma das questões que pretendemos responder ao longo desta dissertação.

Por ora, é possível afirmar com segurança que o M-19, durante quase duas décadas de ação armada, manteve-se fiel a uma prática que vinha desde sua criação: jamais desistiu de travar um diálogo com a memória colombiana. Para o M-19, lutar “no” presente significava lutar também “pelo” passado.

A guerrilha fez germinar os “lilases da terra morta” e, em muitos momentos, misturou “memória e desejo” – entrando na disputa simbólica pelo passado. No centro de tudo, estava a figura de Simón Bolívar: o grupo guerrilheiro foi pioneiro na tentativa de transformar o “Libertador” e sua espada em símbolos centrais da luta revolucionária de esquerda. É o que veremos no capítulo seguinte.

⁷⁷ HARTLYN, Jonathan. “A Democracia na América Latina após 1930”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina, Volume VII - A América Latina após 1930: Estado e Política*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2009, p. 182.

⁷⁸ OCAMPO, José Fernando. “Un Proyecto de Izquierda (1957-2006)”. In: OCAMPO, José Fernando (editor). *Historia de las Ideas Políticas en Colombia*. Bogotá: Editora Aguilar, 2008, p. 267.

⁷⁹ *Jornal Mayorías 19*, abril de 2011, primeira página.

Capítulo 2 - Combates pela História: o M-19 e a luta simbólica

*O passado legitima.
O passado fornece um pano de fundo
mais glorioso a um presente
que não tem muito o que comemorar.
(Eric Hobsbawm, Sobre História)*

A enorme praça, no centro antigo de Bogotá, é um daqueles espaços urbanos que atestam, de forma eloquente, o “triunfo completo da linha reta”. A expressão, de Sérgio Buarque de Holanda⁸⁰, destaca o esforço dos espanhóis na América para “vencer e retificar” uma paisagem que em tudo lhes parecia agreste e hostil. Para a Coroa espanhola, a fundação de uma cidade no Novo Mundo não podia ser obra do acaso; ao contrário, era dirigida por “um zelo minucioso e previdente” em que a “vontade humana” procurava afirmar-se sobre a natureza.

Já desde o século XVI, normas e instruções detalhadas (por exemplo, as *Ordenanzas de Descubrimiento Nuevo y Población*, de 1563) indicavam a maneira mais adequada de se edificar as novas cidades. Para Sérgio Buarque, a colonização espanhola estava dominada por essa “fúria centralizadora, codificadora, uniformizadora” que em tudo contrastava com o desleixo português – evidente na forma de erguer centros urbanos onde “as casas se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores”, o que deixava clara a propensão lusitana para se adaptar às “sugestões topográficas”.

As cidades que os portugueses construíram na América (Olinda, Ouro Preto e mesmo Salvador são exemplos disso) não se contrapõem à natureza, e por isso “sua silhueta se enlaça à linha da paisagem”. Nas cidades espanholas, dá-se o contrário: “as ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõem-lhes antes o acento voluntário da linha reta”. E o esforço espanhol de urbanização tem como ponto de partida – sempre – a “praça maior”.⁸¹

⁸⁰ No capítulo IV de *Raízes do Brasil*, intitulado “O Semeador e o Ladrilhador”, Sérgio Buarque de Holanda faz a célebre distinção entre a colonização espanhola e a portuguesa, destacando entre outros fatos as diferenças marcantes na forma de estabelecer centros urbanos nas novas áreas coloniais na América.

⁸¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986, pp. 61-84.

A capital do que viria a ser conhecido como Vice-Reinado de Nova Granada não escapou desse modelo. Quem percorre o centro de Bogotá pode observar, ao fundo, o desenho curvilíneo dos Andes. A natureza é imponente. Mas o colonizador não se rendeu a ela. Ao fundar Santa Fé de Bogotá, em 1538, os representantes do rei de Espanha fizeram triunfar a linha reta.

2.1 - Bolívar no centro da praça

Aos pés dos Andes, a quase 2.700 metros de altitude, abre-se aquele quadrilátero central que, até meados do século XIX, era conhecido apenas como Praça Maior. Hoje, é a Praça de Bolívar. Ali estão a velha Catedral, a sede da Corte Suprema, o Parlamento. De um dos vértices do quadrilátero, sai a Carrera 7: linha reta – claro – que nos conduz à Casa de Nariño, sede do poder Executivo e palácio presidencial.

Mas isso não é tudo. No centro da praça, esculpida em bronze, aparece a figura imponente de Simón Bolívar: no centro do palco criado pelos espanhóis, a figura do homem que lutou contra o poder de Espanha.

Bolívar está no centro da praça. O que não chega a ser uma surpresa. No centro de quase tudo, ele está: dos Andes à Patagônia, as cidades da América do Sul estão tomadas por estátuas do “Libertador” e por sítios urbanos que levam o nome dele. Na Colômbia e na Venezuela – países que (somados aos atuais Equador e Panamá) formavam a Grã-Colômbia, governada por Bolívar nos primeiros anos após a independência –, a admiração transforma-se em culto.

Como veremos mais adiante, esse culto não se dá de maneira uniforme. A figura de Bolívar está (sempre esteve) sob disputa. Para os conservadores colombianos (especialmente no século XIX, mas também ao longo do século XX), Bolívar é o cimento que, do passado, permite pensar num projeto de Nação autoritário. O que interessa a esse projeto não é tanto o Bolívar libertador, mas o estadista centralizador que ajudou a fundar a Colômbia. Aos poucos, os liberais (que antes preferiam vincular-se mais a Francisco de Paula Santander) passaram a incorporar também Bolívar como um símbolo de toda a Colômbia.

O Bolívar da praça central em Bogotá não aparece a cavalo nem empunha de forma destemida sua espada, como se vê em tantas outras estátuas espalhadas pelas cidades

americanas de colonização espanhola (é o caso das estátuas equestres de Bolívar em Lima e em Caracas, por exemplo).

A praça no centro de Bogotá abre espaço para um Bolívar “civil”, que aponta sua espada para o solo, já fora de combate, esconde o uniforme militar sob a túnica e carrega na mão esquerda um rolo de papéis. Seriam leis, decretos ou discursos? Não sabemos. Mas os papéis do estadista surgem com mais destaque do que a espada do “Libertador”. Esse Bolívar da praça é muito diferente daquele que o M-19 tentará resgatar para os combates do século XX, como veremos logo adiante.

O Bolívar de Bogotá – única figura humana presente no imenso quadrilátero de cimento que forma a praça – parece olhar para o prédio do Palácio de Justiça, sede da mais alta corte colombiana. No passado, contam os cronistas da cidade, o rosto de Bolívar estava voltado para a Catedral católica; mas os liberais anticlericais, por volta de 1870, teriam feito a correção, e Bolívar passou a “olhar” primeiro para o Capitólio (prédio do Parlamento, na face sul da praça) e, mais tarde (em outra intervenção urbanística, já no século XX), o olhar de Bolívar seria dirigido ao edifício da Corte Suprema – posição em que até hoje se encontra.⁸²

Se pudesse, de fato, enxergar a fachada da Corte, Bolívar veria que nela se destaca a conhecida frase de Santander (seu parceiro nas guerras de Independência, mas que depois se transformaria em arquirrival nas disputas pelo poder no país que nascia): “Colombianos: las armas os han dado Independencia, las leyes os darán Libertad”. Um chamamento à legalidade, uma defesa do formalismo institucional (típica do santanderismo que inspirou o liberalismo colombiano), e que talvez tenha o objetivo de estabelecer um contraste com o caudilhismo e o centralismo que costumam ser atribuídos (pelos antibolivarianos) ao pensamento e à ação política de Simón Bolívar.⁸³

⁸² A estátua de Bolívar em Bogotá foi esculpida pelo artista plástico italiano Pietro Tenerani. Em 1874, por iniciativa do ex-presidente liberal Murillo Toro, outro escultor italiano (Mario Lambardi) foi convidado a realizar várias obras na Colômbia; entre elas, a modificação da estátua original: “Uno de los primeros encargos que recibí fue la modificación del pedestal de la estatua de Bolívar de Tenerani, cuya dimensión con respecto a la plaza se había puesto en cuestión. Además de símbolos e inscripciones – en lo que no nos detendremos en este artículo – se cambió la orientación de la estatua que dejó de dirigirse a la Catedral para hacerlo hacia el Capitolio, representando con ello el motivo de la recién terminada guerra civil, la defensa del estado laico promulgado por la Constitución de 1863, contra lo cual se habían rebelado los conservadores.” VANEGAS CARRASCO, Carolina. “Pietro Tenerani y la escultura en Colombia en el siglo XIX”, pp. 8-9 (grifo nosso). Disponível em: http://www.academia.edu/2074247/Pietro_Tenerani_y_la_escultura_en_Colombia_en_el_siglo_XIX. Acesso: 24 de abril de 2015.

⁸³ Seria possível ir mais longe e imaginar que a estátua de Bolívar teve sua posição modificada na praça para que, simbolicamente, se rendesse ao rival, ao “homem das leis”, como era chamado Santander? Quando estivemos em Bogotá, em fevereiro de 2013, realizando o trabalho de campo para esta dissertação, encontramos a fachada da Corte pichada com os seguintes dizeres: “Gaitán Vive, Bolívar Vive, Camilo Vive”. Sobre Santander, nada – a não ser a inscrição oficial do Estado colombiano no prédio da Suprema Corte.

Mais adiante voltaremos a essa oposição entre Santander e Bolívar – que estava na raiz das disputas entre as duas forças políticas mais tradicionais do país: Liberais reivindicavam Santander, e Conservadores ficavam com Bolívar. Por ora, olhemos de novo para a figura de Simón Bolívar no centro da praça principal de Bogotá...

Por que começamos pelo líder da Independência, se nosso objeto de estudo é um grupo guerrilheiro de esquerda que atuou na Colômbia quase 150 anos depois da morte do “Libertador”? Ora, começamos por Bolívar exatamente porque o M-19 também começou por Bolívar.

2.2 - A memória em disputa

Em 17 de janeiro de 1974, o M-19 realizou sua primeira ação armada. Não tomou de assalto um quartel do exército, não promoveu um atentado contra instalações “imperialistas”, não roubou um banco nem a sede de uma grande empresa. O M-19 invadiu um Museu! Naquele dia, os guerrilheiros entraram na Quinta de Bolívar (casa ampla, de arquitetura colonial e cercada de árvores, que havia sido uma das residências do “Libertador” em Bogotá no início do século XIX) e roubaram a espada do homem que comandara a Independência da América espanhola.

“Bolívar, tu espada vuelve a la lucha” – é esse o título do panfleto (ver Figura 3, na página seguinte) deixado pelo M-19 no museu no dia 17 de janeiro. Logo abaixo, no mesmo documento, há a transcrição de um trecho de um discurso de Bolívar, pronunciado em janeiro de 1814: “No envainaré jamás la espada mientras la libertad de mi pátria no esté completamente asegurada”.

Em seguida, inicia-se o curto comunicado, em que a nova organização guerrilheira apresenta-se ao mundo. Na primeira frase, trava-se um diálogo imaginário com o discurso bolivariano de 160 anos antes: “Y la libertad no está asegurada”, dizem os guerrilheiros – como se estivessem conversando com o “Libertador”.

Num texto de apenas 29 linhas e cinco parágrafos, o nome de Bolívar é citado quatro vezes. Numa quinta citação, ele é tratado como “Libertador” (assim, com maiúscula). O M-19 lembra que “las cadenas españolas, rotas por Bolívar, hoy son reemplazadas por el dólar

gringo”. E diz que a cadeira presidencial – *el solio* –, que havia sido de Bolívar, agora está tomada por “los representantes de las oligarquías asesinas del pueblo colombiano”.

Figura 3 - O panfleto foi deixado na Quinta de Bolívar, em 17 de janeiro de 1974, logo depois que os guerrilheiros roubaram a espada de Bolívar; trata-se do primeiro documento produzido pelo M-19.

As “oligarquias assassinas” e o “dólar gringo”. Em duas frases, o M-19 delimita o território e aponta os inimigos. Ao mesmo tempo, coloca-se ao lado do trabalhador, do camponês sem terra, das crianças com fome e sem escola, da mulher, do desempregado, do

índio e do estudante. Em nome de todos esses, diz o texto fundador do M-19, “la lucha de Bolívar continúa.”

Poderíamos dizer que o M-19 não rouba a espada do museu, apenas. Mas, simbolicamente, tenta tomar a espada das mãos da classe dominante colombiana: “Bolívar no ha muerto. Su espada rompe las telaranãs del museo y se lanza a los combates del presente. Pasa a nuestras manos. A las manos del pueblo en armas”.⁸⁴

Anotamos, de passagem, que no texto o M-19 se autointitula “o povo em armas” – num procedimento típico das vanguardas armadas de tradição marxista no século XX. Ou seja: o grupo, que se lançava à luta com um discurso de rompimento com as tradições de esquerda, acaba – aqui pelo menos – por se render à lógica vanguardista. Esse tema será abordado no último capítulo da dissertação, quando pretendemos analisar as relações entre a esquerda e a democracia.

Agora, é outro o ponto que gostaríamos de focar: o que significa, afinal, essa disputa pela figura de Bolívar? Bronislaw Baczko tem um conhecido texto sobre as implicações políticas das disputas simbólicas. O autor afirma:

Os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica, nada têm de irrisório e não existem, efetivamente, em quantidade ilimitada. Alguns deles são particularmente *raros e preciosos*. A prova disso é que constituem o objecto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar as outras⁸⁵ (grifo nosso).

Difícil imaginar bem simbólico mais raro e precioso na Colômbia do que a própria figura do homem conhecido como “Libertador”. O poder dominante no país procurara monopolizar a figura de Bolívar, tentando apagar (ou, ao menos, diluir) a imagem pública do Bolívar guerreiro. Na estátua da praça, como vimos, reina um Bolívar “civil” – apeado do cavalo e longe das batalhas. Os Partidos Conservador e Liberal prefeririam manter a espada de Bolívar trancada num museu. E é de lá, de dentro de uma vitrine empoeirada, que o M-19 arranca esse símbolo, para que a espada volte à luta. Inicia-se, assim, um “conflito encarniçado”, para usar a expressão de Baczko, entre o Estado colombiano e o grupo de insurgentes – que não se contenta em usar símbolos tradicionais da esquerda, mas vai ao cerne simbólico do próprio Estado, disputando a memória e a imagem do “Libertador”.

⁸⁴ “Bolívar, tu espada vuelve a la lucha” (primeiro manifesto do M-19), 17 de janeiro de 1974.

⁸⁵ BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. In: *Enciclopédia Einaudi: Antropos-homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 299.

O interessante é notar que não foi a primeira ação desse tipo na história da guerrilha de esquerda na América Latina. A disputa pelos bens simbólicos nacionais parece ter sido uma constante entre grupos guerrilheiros entre as décadas de 1960 e 1980. Luís Otero (um dos fundadores do M-19 e que morreria em combate em 1985) disse numa entrevista que a inspiração dos colombianos para roubar a espada veio de ação semelhante efetuada pela guerrilha uruguaia, em 1969: “Yo había leído unos relatos de los Tupamaros, donde cuentan como se sacaron la bandera de Artigas, que es su símbolo”⁸⁶.

Otero contou na mesma entrevista que ele e Bateman, quando ainda estavam nas FARC, chegaram a propor o roubo da espada de Bolívar aos chefes guerrilheiros daquela organização. “No, eso es un aparato de museo, eso no sirve para nada”, teria sido a resposta recebida do comando das FARC, segundo relato de Otero. Mesmo assim, os jovens fizeram o levantamento de informações na Quinta de Bolívar (nome do museu, aos pés dos Andes, próximo ao centro de Bogotá) para saber a melhor forma de invadir o local e levar a espada. O plano acabaria adiado até 1974, quando o grupo já se organizara no M-19.

Os uruguaios, portanto, parecem ter sido os pioneiros e inspiradores do M-19. Mas Darío Villamizar lembra que, em 1970, os Montoneros argentinos também haviam tentado roubar a espada de San Martín, guardada no Quartel de Los Olivos. Sem sucesso.

A ação do M-19, por sua vez, acabaria por inspirar outras tentativas semelhantes. Em 1980, um grupo ligado ao MIR chileno tentou roubar a bandeira nacional sobre a qual os “pais da pátria” teriam jurado a independência do Chile. E no Equador, em 1983, guerrilheiros do grupo “Alfaro Vive ¡Carajo!” roubaram um busto e também a espada que pertencera ao general Eloy Alfaro, considerado paladino do “liberalismo radical” naquele país.⁸⁷

Foram, todas elas, tentativas de demarcar o campo político utilizando forte apelo simbólico. Baczkó mostra que as reflexões sobre a importância dessas disputas simbólicas são antigas no pensamento ocidental. Retorna, por exemplo, a Maquiavel para lembrar-nos da conhecida frase do teórico florentino: “governar é fazer crer”.

⁸⁶ Apud: VILLAMIZAR, Darío, op. cit., p. 53.

Importante fazer uma correção histórica: ao contrário do que acreditavam os guerrilheiros do M-19, o roubo da bandeira no Uruguai não foi obra dos Tupamaros, mas de um pequeno agrupamento de orientação anarquista: a Organização Popular Revolucionária 33 Orientales (OPR-33). A informação nos foi passada pelo professor Jaime Yaffé, da Universidad de La República (Uruguai), durante o XVII Congresso da AHILA (Associação de Historiadores Latinoamericanistas Europeus), ocorrido em Berlim, em setembro de 2014.

Yaffé disse também que não há referências bibliográficas sobre o tema. E, numa mensagem eletrônica ao autor desta dissertação, desfez outra imprecisão: “la bandera que fue robada no fue la de Artigas, sino la de ‘los 33 orientales’, una de las tres banderas nacionales (junto a la de Artigas y la de Uruguay). Es una bandera de tres franjas roja, blanca y azul que sobre la franja blanca dice “Libertad o Muerte”. Fue utilizada en 1825 por los iniciadores de la guerra de liberación contra la dominación brasilera de la entonces Provincia Oriental.”

⁸⁷ Cf. VILLAMIZAR, Darío, op. cit., p. 54.

Também cita Marx, para demonstrar que “qualquer grupo social fabrica imagens que exaltam o seu papel histórico e a sua posição social, não se definindo senão através dessas representações”⁸⁸.

Baczko refuta o esquematismo de certas vertentes marxistas que tentam reduzir o campo da simbologia a uma espécie de “ornamento” de uma vida material considerada, esta sim, como única real. O autor afirma que “os símbolos e as representações coletivas não se limitam a sobrepor-se à prática econômica, mas intervêm diretamente nessa prática da qual são parte integrante”. Lembra também que todo poder se afirma não só pela força, mas também pela legitimidade – e que esta depende, em boa medida, do aspecto simbólico: “Qualquer sociedade precisa imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder”. E diz mais: “na legitimação de um poder, as circunstâncias e os acontecimentos que estão na sua origem contam tanto, ou menos, do que o imaginário a que dão nascimento e de que o poder estabelecido se apropria”.⁸⁹

Isso vale para quem está no poder, e vale também para os que tentam chegar ao poder como é o caso do M-19, assim definido por Forrest Hylton:

Composto por anapistas de classe média, assim como jovens dissidentes das FARC e do PCC (Partido Comunista Colombiano), o M-19 teve, desde o início, uma percepção aguda sobre como *explorar os meios de comunicação* para cultivar a mesma aura de bravatas românticas que cercou as guerrilhas urbanas do Cone Sul⁹⁰ (grifo nosso).

Baczko dedica várias páginas a mostrar a importância dos aspectos simbólicos nas disputas travadas durante a Revolução Francesa. E explica como esses símbolos são construídos. A esse respeito, interessante citar o caso da Bastilha. Evidentemente, a turba que tomou de assalto o prédio em Paris, a 14 de Julho, não o fez para transformá-lo num símbolo revolucionário. Ali, em 1789, deu-se o contrário: primeiro a Bastilha foi tomada e destruída para só depois virar um símbolo, aí sim, “construído” pelos revolucionários que chegavam ao poder:

O 14 de Julho torna-se assim a “matriz” de uma jornada revolucionária, do mesmo modo que a Bastilha se tornou o símbolo de todas as outras bastilhas que a liberdade tem constantemente que tomar de assalto. A partir do dia seguinte ao memorável empreendimento, o lugar foi investido de uma carga simbólica extraordinária.⁹¹

⁸⁸ BACZKO, Bronislaw, op. cit., p. 305.

⁸⁹ Idem, Ibidem, p. 310.

⁹⁰ HYLTON, Forrest. *A Revolução Colombiana*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 100.

⁹¹ BACZKO, Bronislaw, op. cit., p. 322.

Na análise da ação inicial empreendida pelo M-19 (mesmo que guardadas as devidas proporções), nota-se fato absolutamente distinto. A espada de Bolívar não é roubada do Museu de forma improvisada, e só depois “construída” como um símbolo da luta guerrilheira. Não. Ela é roubada precisamente para se transformar num símbolo poderoso. A espada, no Museu, cumpria um papel; fora dele, assumia outro significado. O grupo guerrilheiro sabia disso e, conscientemente, faz de sua primeira ação armada um ato simbólico.

O M-19, portanto, entra na arena política travando uma disputa pelo passado. A história do M-19 é a história de uma facção guerrilheira que luta não só por objetivos militares, mas pela memória coletiva do país. E no centro da contenda está um daqueles símbolos “particularmente raros e preciosos” a que se refere Baczko: a espada do “Libertador”, do “fundador” da pátria.

A figura de Bolívar, em verdade, sempre estivera em disputa, especialmente nos países andinos. Maria Lígia Coelho Prado nos lembra de que não havia um Bolívar apenas, mas “muitos Bolívares, isto é, diversificadas apropriações ideológicas de sua figura, de suas propostas políticas para atender a certos fins e interesses específicos”.⁹²

A autora cita alguns desses Bolívares:

O Bolívar da unidade nacional, construído pela ideologia da classe dominante venezuelana. O Bolívar líder maior da independência, sobrepujando, em grau de magnitude, a todos os outros revolucionários. O Bolívar criticado, questionado, até mesmo caluniado por aqueles que não o aceitam como “herói”. O Bolívar “colombiano” visto como expoente do conservadorismo, contrastando com Santander, que recebe as simpatias dos liberais.⁹³

Mas por que uma guerrilha de esquerda decide disputar, na segunda metade do século XX, um símbolo que 150 anos antes era associado ao pensamento conservador? De que forma a imagem de Bolívar migra do conservadorismo para a esquerda? Qual a história dessa migração, e como se dá a disputa pela imagem do “Libertador”?

Hoje, na segunda década do século XXI, depois de mais de quinze anos de governos chavistas na Venezuela, parece normal que um líder de esquerda na América Latina transforme Bolívar num símbolo revolucionário. Mas nos anos 1970 isso gerava certa estranheza. O M-19 foi pioneiro no uso dessa imagem bolivariana “à esquerda”. Mas como chegou a isso?

⁹² PRADO, Maria Lígia C. “Bolívar, Bolívares”. *Folhetim, Folha de S. Paulo*, 24 de julho de 1983, p. 10.

⁹³ Idem, *Ibidem*, p. 11.

O historiador colombiano César Augusto Ayala Diago, autor de várias obras sobre o pensamento conservador colombiano, fornece algumas pistas para se traçar uma espécie de genealogia do uso da imagem de Bolívar durante o século XX. Em *El porvenir del pasado*, Ayala Diago mostra que Bolívar aparecia (de forma marcante) nos discursos e nas formulações políticas de Gilberto Alzate Avendaño – dirigente do Partido Conservador que, nos anos 1930, comandava uma dissidência à direita dos Conservadores, a Acción Nacionalista Popular (ANP).

Com um discurso ultranacionalista, que flertava com o fascismo e o franquismo espanhol, a ANP organizou-se numa convenção realizada em Bogotá, em julho de 1937. “La Convención aprobó varias proposiciones: la primera le rendía homenaje a la memoria de Simón Bolívar y declaraba a las derechas bajo su patrocinio espiritual”. A data de 24 de julho de 1937, segundo Ayala Diago, “podría ser considerada la del surgimiento de la Acción Nacionalista Popular. Se conmemoraba un aniversario más del natalicio de Simón Bolívar, y en su honor se configuró la nueva entidad política”.⁹⁴

Grupos de esquerda, no entanto, não aceitavam a apropriação de Bolívar pelos alzatistas. Em 24 de julho mesmo, militantes da ultradireita foram atacados por manifestantes comunistas quando tentavam se aproximar da Quinta de Bolívar em Bogotá para homenagear o “Libertador”. Em 17 de dezembro de 1937, aniversário de morte de Bolívar, os ultradireitistas mais uma vez tentaram homenagear Bolívar, e de novo foram rechaçados pelos comunistas, que escreveram em seu periódico *Tierra*, conforme reprodução de Ayala: “sólo a ustedes señoritos sin conciencia y carentes de responsabilidad se les puede ocurrir robarse para biombo de sus fascitizantes empresas la sacra figura de Bolívar.”⁹⁵ Comunistas e ultranacionalistas de direita, portanto, já disputavam a “sacra figura” de Bolívar nos anos 1930.

Em outra obra, *El Populismo Atrapado*, Ayala Diago mostra que os alzatistas são uma das vertentes que acabam por conformar a ANAPO nos anos 1960, levando para a legenda de Rojas Pinilla um discurso que tentava usar a figura de Bolívar para cancelar a defesa do nacionalismo (ainda que, como veremos logo adiante, essa associação esquemática não se sustente).

⁹⁴ AYALA DIAGO, César Augusto. *El porvenir del pasado: Gilberto Alzate Avendaño, sensibilidad leoparda y democracia – la derecha colombiana de los años treinta*. Bogotá: Fundación Gilberto Alzate Avendaño/Universidad Nacional de Colombia, 2007, p. 295.

⁹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 369.

Bolívar, portanto, pode ter chegado ao M-19 por duas vias: pela direita, através dos alzatistas e da ANAPO; e pela esquerda, já que desde os anos 1930 os comunistas lutavam pela “posse” de Bolívar – conforme as indicações de Ayala.

Seja qual for o caminho, a espada de Bolívar é incorporada à simbologia da guerrilha. Ela passa a ser utilizada, ao lado da marca M-19, em comunicados e panfletos distribuídos pelo grupo guerrilheiro. É o que vemos, por exemplo, no documento publicado pela guerrilha, ao se concluir a *Octava Conferencia* do grupo, em agosto de 1982. O documento datilografado tem sete páginas, com a avaliação da conjuntura política – num momento em que dezenas de dirigentes da guerrilha seguiam presos, ainda por conta da violenta repressão desencadeada 3 anos antes, quando o M-19 roubara 5 mil armas de um quartel do Exército em Bogotá. Bolívar é citado nominalmente na última página do documento, quando os guerrilheiros analisam a conjuntura internacional, que incluía guerras civis na América Central: “Recogemos el pensamiento de Bolívar y de Sandino de unidad de los pueblos latinoamericanos. Nos unen la historia, la cultura, el idioma, un enemigo común y una opresión por superar”.⁹⁶

Figura 4 – Capa do documento do M-19, agosto de 1982: espada de Bolívar sobre mapa da Colômbia.

⁹⁶ *Documento Final da Octava Conferencia*, agosto de 1982, p. 7.

O M-19 expõe a espada de Bolívar na capa do documento final: o desenho aparece sobreposto ao mapa da Colômbia, bem ao lado da insígnia “M-19” e da inscrição “Octava Conferencia”. E, mais ainda do que a espada e o nome de Bolívar, é o próprio discurso do M-19 que lembra os apelos grandiloquentes feitos pelo “Libertador”, ainda no século XIX, para a construção da “Pátria Grande”:

Que las mayorías dirijan a la nación y satisfagan sus múltiples necesidades, eso es democracia. Que nuestro país sea libre, soberano, dueño de sus propios recursos, eso es nacionalismo.

A estos objetivos solo se opone un puñado de familias que han levantado su poder sobre el sufrimiento, el hambre y la opresión del pueblo colombiano. Es la antipatria, enemiga del progreso y de la justicia. Pero la patria es grande, la patria es mayoritaria, la patria son los campesinos, estudiantes, obreros, desempleados, pobladores de las barriadas, pequeños y medianos industriales y comerciantes, los oficiales demócratas de las fuerzas armadas, la iglesia popular, el movimiento guerrillero, los defensores del Estado de Derecho, los demócratas en general. Esa patria grande que se enfrenta a la fuerza bruta del ejército y al poder extranjero forjará caminos de unidad, elevará su unidad de combate y vencerá.⁹⁷

A defesa eloquente do nacionalismo e o uso recorrente da palavra “pátria” são o que primeiro salta aos olhos. No primeiro parágrafo transcrito acima, importante notar a definição de democracia encampada pelo M-19: é o regime em que as maiorias dirigem a nação para satisfazer suas necessidades. Democracia, para os guerrilheiros, não se define por atributos legais nem por um sistema de pesos e contrapesos ou separação dos poderes – que estão na raiz do liberalismo colombiano.

Lembremos que, ainda na década de 1830, Santander tentou construir um Estado liberal na Colômbia. Diana Ceballos Gómez lista os aspectos mais importantes do “régimen de Santander” para a formação do Estado: “separación de poderes, responsabilidad de los funcionarios públicos, exiguo apoyo a los militares (...), libertad de prensa, protección a cargo del Estado de la religión católica y creación de cuerpos de elección provinciales (...)”.⁹⁸

A autora ressalta que Santander foi um dos iniciadores da secularização das instituições (inclusive da educação), e conclui:

La reputación de Santander como hombre de leyes es justificada, en gran medida, por su respeto a las libertades civiles y la búsqueda de una consolidación institucional, que garantizase el cumplimiento de las normas y los derechos civiles de los ciudadanos dentro del marco de una legalidad constitucional.⁹⁹

⁹⁷ “Documento Final da Octava Conferencia”, agosto de 1982, pp. 2-3.

⁹⁸ CEBALLOS GÓMEZ, Diana, op. cit., p. 172.

⁹⁹ Idem, Ibidem, p. 173.

Ao alinhar-se com a memória de Bolívar, o M-19, portanto, demarcava território com o Partido Liberal que reivindicava a matriz santanderista; e rompia também com a tradição de setores populares e de esquerda (como os que se organizavam sob o “gaitanismo” nos anos 1940) que, ao longo do século XX, atuavam dentro da legenda do Liberalismo mesmo quando se opunham às elites dirigentes do partido.

Por fim, ao trazer Bolívar para o centro do debate, o grupo guerrilheiro procurava diferenciar-se da esquerda marxista tradicional. No documento acima transcrito, notemos, o M-19 não cita Marx ou Lênin. Não se refere à classe operária, não adota conceitos como luta de classes. O discurso do M-19 é nacionalista, antes de mais nada.

Pudemos constatar essa mesma marca em mais de cinquenta documentos da guerrilha (boletins informativos, revistas, discursos transcritos, panfletos) que tivemos oportunidade de analisar. Mesmo que jamais tenha renegado o marxismo e nem a tradição comunista, o M-19 procurou deles se diferenciar. E Bolívar cumpriu um papel decisivo nessa operação discursiva.

Ao roubar a espada do museu, os guerrilheiros imaginavam carregar muito mais do que a arma e o nome de Bolívar: o M-19 buscava legitimar-se como intérprete e máximo defensor do nacionalismo e do anti-imperialismo na Colômbia. O alvo era o governo dos Estados Unidos, e o M-19 utilizava para isso a referência ao “Libertador” – ainda que este jamais tenha desenvolvido um pensamento propriamente anti-imperialista, como lembra Maria Lígia Coelho Prado:

Alguns historiadores já indicaram, utilizando certas passagens de seus [de Bolívar] escritos, exatamente o oposto! Bolívar foi, não resta a menor dúvida, o primeiro a levantar a bandeira da unidade latino-americana; tal proposta, no início do século XIX, não significava, entretanto, um alinhamento contra os Estados Unidos.¹⁰⁰

A autora faz essas observações em resenha crítica à obra do cubano Francisco Pividal (*Bolívar - precursor do anti-imperialismo*), um dos que insistem na construção dessa imagem de um Bolívar com pendores anti Estados Unidos. O ensaio de Pividal, afirma Maria Lígia Coelho Prado, reedita o “mito bolivariano”, promovendo a “exaltação do herói”.

No trecho do documento final da Oitava Conferência do M-19, destacado alguns parágrafos acima, para além de Bolívar, há também a tentativa da guerrilha de dialogar com outras vertentes de pensamento político. Por exemplo: ao fazer a defesa da “igreja popular”, o

¹⁰⁰ PRADO, Maria Lígia C. “Ensaio reedita o mito de Bolívar”. *Folha de S. Paulo*, 18 de dezembro de 1983.

M-19 conversa com a Teologia da Libertação, fortíssima nos anos 1970 do século XX – a participar de movimentos revolucionários em El Salvador e na Nicarágua.

Na Colômbia mesmo, não podemos esquecer, há a figura do padre Camilo Torres – sacerdote que fundou um movimento político legal (Frente Unido) para concorrer com Liberais e Conservadores, mas em 1965 acabou por aderir à guerrilha do ELN (Exército de Libertação Nacional) e morreu em combate no início de 1966, durante sua primeira ação armada.¹⁰¹

O M-19, sintomaticamente, também inclui os “defensores do Estado de Direito” entre seus aliados. Há um motivo muito claro para isso: o M-19 está interessado em denunciar a prática de tortura adotada pelo Exército contra os guerrilheiros, depois do espetacular roubo de 5 mil armas de um quartel de Bogotá, ocorrido no primeiro dia do ano de 1979 – conforme relatamos no capítulo anterior.

Outro documento do M-19 permite aprofundar as reflexões sobre o uso da figura de Bolívar pela guerrilha. Trata-se da transcrição do discurso inaugural proferido na abertura da mesma *Octava Conferencia* do M-19, com o título “Acabar con el mito de los hombres perfectos”.

O documento não deixa claro quem foi o autor do discurso, não há uma assinatura ou referência explícita, mas supomos que seja Jaime Bateman¹⁰², que à época era o comandante máximo da guerrilha e era dos poucos líderes a ter escapado do cerco do Exército, permanecendo em liberdade. Chamam atenção, especialmente, dois trechos do discurso:

[...] por eso nos odian, por eso quieren vernos muertos, compañeros; por eso, el señor ministro de Defensa dice que nosotros somos bandidos como Jesucristo; por eso nos humillan, o quieren o pretenden humillarnos; por eso nos persiguen; [...] Que nos digan bandidos... ¿Quién se ofende? ¿A Jesucristo no lo llamaron bandido? ¿A Bolívar no lo llamaron bandido? ¿A Galán no lo llamaron bandido? A Guadalupe Salcedo, compañeros, guerrillero de los Llanos Orientales, ¿Qué era para esos que están mandando hoy en el país, si no era un bandido?¹⁰³

Ao erguer a espada de Bolívar, o M-19 tenta erguer outras espadas: vê-se como herdeiro de Galán (líder dos rebeldes “comuneros” que lutaram contra a Espanha no período colonial), como herdeiro de Guadalupe Salcedo (chefe das guerrilhas liberais, ele aceitou depor armas em 1953, acreditando na trégua proposta pelo governo, e acabou assassinado

¹⁰¹ Cf. BRIENZA, Hernán. *Camilo Torres, Sacristán de la Guerrilla*. Buenos Aires: Editora Capital Intelectual, 2007.

¹⁰² Darío Villamizar confirma que se trata do discurso de Bateman.

¹⁰³ “Acabar con el mito de los hombres perfectos - discurso inaugural de la Octava Conferencia”, agosto de 1982, p. 3.

pelos Conservadores logo depois¹⁰⁴). Mas a referência mais forte (e surpreendente?) é aquela que se faz a Jesus Cristo. Na verdade, não deveria surpreender...

2.3 - O culto a Bolívar

Alexandre Ganan de Brites Figueiredo realizou, em sua dissertação de mestrado na USP, recentemente publicada, um amplo levantamento sobre o “culto à figura de Bolívar na América Latina”. O foco da pesquisa era encontrar os “Ecos do Libertador” no discurso de Hugo Chávez na Venezuela. Mas o levantamento é abrangente e nos ajuda a mapear a historiografia que já tratou desse tema.

Figueiredo lembra que o venezuelano Germán Carrera Damas foi o primeiro historiador a trabalhar “com a figura do Bolívar mítico no imaginário político”. Antes dele, houve dezenas de autores que se debruçaram sobre a vida e a obra do “Libertador”, mas com o intuito justamente de construir o mito de Bolívar. Carrera Damas, ao contrário, faz a crítica dessa mitificação, e é com sua obra historiográfica que se inicia a elaboração do conceito de “culto a Bolívar”, com objetivo justamente de desconstruir o mito.¹⁰⁵

Damas indica que o culto a Bolívar, a partir do Estado, era uma “necesidad histórica” das elites que comandaram a independência: “su función ha sido la de disimular un fracaso y retardar un desengaño”.¹⁰⁶ Graças ao recurso ideológico – da construção de um “mito” – era possível compensar o desalento provocado por uma emancipação que não mudara substancialmente as condições de vida da maior parte da população.

O culto a Bolívar, diz Carreras Damas, serviria à conservação da ordem, cumprindo três funções: a) fator de unidade nacional; b) fator de legitimação do governo, cumprindo o papel de inspiração política; c) fator de superação nacional, com o bolivarianismo assumindo o papel de “religión de la perfección moral y cívica del pueblo”.¹⁰⁷

¹⁰⁴ Cf. *Guerras Inútiles. Una historia de las FARC* (obra coletiva, sem indicação de autor, publicada pela Corporación Observatorio para la Paz). Bogotá: Intermedio Editores, 2009, p. 77.

¹⁰⁵ FIGUEIREDO, Alexandre Ganan B. *Ecos do Libertador: Simón Bolívar no discurso de Hugo Chávez*. São Paulo: Annablume, 2013, p. 105.

¹⁰⁶ CARRERA DAMAS, Germán. “Prólogo”. In: *Simón Bolívar: escritos fundamentales*. Caracas: Monte Avila Editores, 1991, p. 11.

Este texto é um resumo do conhecido livro de Carrera Damas *El Culto a Bolívar*, inteiramente dedicado ao assunto.

¹⁰⁷ CARRERA DAMAS, Germán. “Prólogo”. In: *Simón Bolívar: escritos fundamentales*. Caracas: Monte Avila Editores, 1991, p. 13.

No entanto, o culto “para” o povo acaba se transformando em culto “do” povo. Carrera Damas mostra que, paralelamente ao culto oficial, surge um culto popular de Bolívar. A partir da leitura de Damas, Figueiredo conclui: “o povo não cultuaria o Bolívar construtor da ordem, mas o Bolívar libertador dos escravos e chefe dos exércitos populares”. E mais: “essa população empobrecida e negligenciada produz *um referencial que mescla bolivarianismo e cristianismo*”¹⁰⁸ (grifo nosso).

Para esclarecer esse ponto, Figueiredo cita o trabalho de outra historiadora venezuelana, Yolanda Salas de Lecuna. Ela coordenou nos anos 1980 uma pesquisa sobre a vertente popular do culto a Bolívar, em que dezenas de entrevistados expuseram sua visão sobre Bolívar. Nas entrevistas, aparece a figura do “Libertador” associada a Cristo. Bolívar “possuiria uma missão redentora, de origem divina: libertar o povo da opressão em que vive”¹⁰⁹.

Importante ressaltar que a pesquisa de Salas Lecuna foi realizada na Venezuela, e não na Colômbia. Mas é possível afirmar que, se por um lado o culto oficial a Bolívar, construído a partir do Estado e das elites, assume características diferentes nos dois países, a começar da iconografia¹¹⁰, por outro, o “culto popular” a Bolívar parece adquirir dimensões semelhantes na Venezuela e na Colômbia.

O historiador colombiano Javier Ocampo Lopez também se debruçou sobre o tema, para concluir:

Algunos caudillos-héroes de la revolución de independencia y consolidación nacional han traspasado su presencia y la vigencia de sus ideas en los siglos XIX y XX, y su fuerza vital se ha convertido en mito nacional con función integradora de la nacionalidad.¹¹¹

De toda forma, não há na historiografia colombiana um nome como o de Carrera Damas, que tenha feito levantamento tão amplo sobre os usos da figura de Bolívar pelas várias correntes de pensamento na política. Esse é um estudo que, para o caso colombiano, ainda está por ser feito.

¹⁰⁸ FIGUEIREDO, Alexandre Ganan B, op. cit., pp. 107-108.

¹⁰⁹ Idem, Ibidem, p. 108.

¹¹⁰ Relembremos que a principal estátua de Bolívar no centro de Caracas mostra o líder a cavalo, e com a espada em posição de combate. O Bolívar de Bogotá, como já apontamos, tem a espada voltada para baixo, é uma figura “civil”. Além disso, na Venezuela Bolívar reina sozinho como “pai da pátria”, enquanto na Colômbia tem que dividir espaço com Santander (o “homem das leis”).

¹¹¹ LÓPEZ, Javier Ocampo. “Mitos e creencias en los procesos de cambio de América Latina”. In: ZEA, Leopoldo (Comp.). *América Latina en suas ideas*. México: Siglo XXI, 1986, p. 422.

Mas o rápido mapeamento historiográfico sobre o tema do culto a Bolívar ajuda a entender porque os guerrilheiros do M-19 fazem referência a Bolívar e a Jesus Cristo na mesma frase – conforme trecho do discurso de Bateman transcrito algumas páginas atrás. Na verdade, trata-se justamente de uma forma encontrada pelo M-19 para dialogar com o culto popular a Bolívar.

Desde o século XIX, afirma Maria Lígia Coelho Prado, era comum associar Bolívar a variadas figuras divinas:

As comparações feitas regular e continuamente entre Bolívar e os heróis da mitologia Greco-romana tinham o objetivo de legitimar sua “obra incomparável”. Criou-se o Olimpo “criollo” no qual Simón ocupava o lugar de Júpiter. No rastro da tradição judaico-cristã, além das semelhanças com as figuras bíblicas, era ainda comparado com Jesus Cristo.¹¹²

Maria Lígia Coelho Prado lembra que, em 1883, no primeiro centenário de seu nascimento, Bolívar recebia, de autores como Guzmán Blanco, o tratamento de um “semideus”, “predestinado”, “a serviço dos desígnios da Providência”. E a autora conclui: “Desse modo, o herói nacional, simples mortal, avança para o plano da deificação”.¹¹³

Ao longo do Novecentos, mas também no século XX (e mesmo neste início de século XXI), Bolívar é visto como uma espécie de messias, de salvador dos humilhados e ofendidos. O M-19 procura apresentar-se como parte e como continuador dessa tradição: “entre más nos persigan, entre más nos fusilen, entre más nos torturen, más razón tenemos”¹¹⁴, dizia Bateman, no discurso de abertura da Oitava Conferência do M-19.

Numa entrevista pouco antes de morrer, Bateman chegou a formular a questão de maneira bem explícita, marcando a diferença do M-19 em relação à linhagem de esquerda marxista mais tradicional – da qual ele mesmo advinha:

El Partido Comunista no podrá ser nunca en Colombia un movimiento de masas, y no es porque los comunistas no sean capaces de hacer eso. Es que las condiciones del país no lo permiten. Es un Partido que está por fuera de la mentalidad de las masas... Toda la concepción del PCC. Un pueblo muy católico, con un gran sentido de la religiosidad [...] que [...] de todos modos los comunistas no le ofrecen ninguna salida a las masas, ¿cierto?¹¹⁵

¹¹² PRADO, Maria Lígia C. “Bolívar, Bolívars”. *Folhetim, Folha de S. Paulo*, 24 de julho de 1983, p. 11.

¹¹³ Idem, *Ibidem*, p. 11.

¹¹⁴ “Acabar con el mito de los hombres perfectos - discurso inaugural de la Octava Conferencia”, agosto de 1982, p. 3.

¹¹⁵ BATEMAN, Jaime. *Oiga, hermano*. Bogotá: Ediciones Macondo, 1984, p. 30.

Trata-se de entrevista ao jornalista Ramón Jimeno, publicada em forma de livro pouco depois da morte de Bateman.

Para estar “por dentro” da mentalidade das massas, Bateman e o M-19 talvez imaginassem que o caminho mais curto era aproveitar a velha trilha do culto popular a Bolívar, em que “o povo passou a cultuar a si mesmo” valorizando “a memória de um passado de lutas por direitos”.¹¹⁶ Era essa a trilha que interessava ao M-19. E, nela, Bolívar e Jesus podiam andar juntos.

Seja como for, podia soar estranha a referência religiosa, com o tom messiânico a lembrar os mártires cristãos (“Que nos digan bandidos... ¿Quién se ofende? ¿A Jesucristo no lo llamaron bandido?”), no discurso político de uma guerrilha de esquerda. O ex-guerrilheiro Yamel Riaño descreve nos seguintes termos a forma de atuação do M-19, e a reação produzida entre outros agrupamentos de esquerda:

Nos planteábamos en términos muy amplios, cosa que no era del manejo de los marxistas leninistas de la época y muchísimo menos de los marxistas armados. Éramos realmente una expresión nueva, a tal punto que la gente de la izquierda empezó a decir que el M-19 estaba constituido por gente de derecha, que éramos seguramente unos militares que habíamos estado en el tiempo de Rojas Pinilla Presidente, y que nos habíamos convertido en una fuerza de derecha con protagonismo político, porque no se concebía que la izquierda hablara en esa forma.¹¹⁷

O M-19 não se apresentava ao país com o fraseado típico de outros grupos de esquerda em ação na Colômbia desde a década anterior. Os mais importantes agrupamentos de “marxistas armados” a que se refere Yamel eram: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC, criadas em 1966), o Exército de Libertação Nacional (ELN, fundado em 1965) e o Exército Popular de Libertação (EPL, criado em 1967). Os dois primeiros seguem lutando até hoje. Já o EPL assinou um tratado de paz na mesma época que o M-19 e abandonou as armas.

No momento em que o M-19 fazia sua Oitava Conferência (1982), FARC, ELN e EPL defendiam, respectivamente, os modelos soviético, cubano e chinês. Já o “Eme”, em seus primeiros boletins e jornais oficiais, falava em “socialismo a la colombiana”.¹¹⁸ Pouco citava Marx, Lênin, Mao ou mesmo Che Guevara. A figura de Bolívar, sim, era recorrente.

Em dezembro de 1980, a edição número 59 do boletim oficial do M-19 foi dedicada a comemorar os 150 anos da morte de Bolívar. Um longo texto ocupa seis das oito páginas do boletim. Gravuras em preto e branco recortam todo o texto. Na página 2 do boletim, surge a

¹¹⁶ FIGUEIREDO, Alexandre Ganan B, op. cit., p. 107.

¹¹⁷ YAMEL RIAÑO, José. *La espada de Bolívar*. Medellín: Fondo Editorial ITM, 2006, p. 57.

¹¹⁸ Cf. *Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril* (boletim informativo publicado pela guerrilha), número 1, janeiro de 1974.

figura de um Bolívar formal (trata-se de uma reprodução do rosto de Bolívar da estátua de Bogotá, sobre a qual já falamos) e, logo abaixo, o texto do M-19 faz referência direta à disputa em torno da memória do “Libertador”, afirmando: “Existen dos Bolívar, el de las clases adineradas y el del pueblo. El mantuano y el revolucionario.” O texto fala também em duas comemorações do sesquicentenário de Bolívar: “una de la oligarquía, adornada con toda la pompa de prepotencia (...) La otra conmemoración es que día por día, año por año, realiza nuestro pueblo en campos y ciudades por lograr una nueva y mejor forma de vivir”.¹¹⁹

A ideia do M-19 é que Bolívar deixe de ser símbolo de unidade nacional conservadora, para se transformar em símbolo de um nacionalismo de esquerda, que privilegia a luta social e política. E o combate se trava também pelas imagens.

Na página 5 do mesmo boletim, surge agora um Bolívar de corpo inteiro, em ação sobre o cavalo. A espada está erguida, como se o líder estivesse a comandar a tropa numa batalha. Mas não há ninguém em torno de Bolívar. O texto do M-19 afirma: “Está claro que al sistema y a la oligarquía les conviene la guerra... Viven de la guerra... Viven de la represión, del terrorismo contra el pueblo. No nos dejan otro camino que el de la protesta, el de la indignación e el de la rebelión”. Este é o Bolívar do M-19 (um símbolo de protesto, indignação e rebelião), muito diferente do Bolívar “liberal” – resignado e com a espada voltada para o chão – como se vê na estátua na praça central de Bogotá.

Figura 5 - Combate de imagens: à esquerda, a estátua de Bolívar em Bogotá com a espada para o chão; à direita, o desenho no boletim número 59 do M-19 (dezembro de 1980) mostra um Bolívar guerreiro.

¹¹⁹ *Órgano del Movimiento 19 de Abril* (boletim informativo do M-19), número 59, dezembro de 1980.

Em dezembro de 1983, outra efeméride, e mais uma vez o M-19 dedica a capa de seu boletim informativo à figura de Simón Bolívar. A edição número 90 lembra agora os duzentos anos de nascimento do “Libertador”. O desenho a bico de pena, na capa, mostra um Bolívar com aparência de senador romano. Nas duas páginas centrais, um texto grandiloquente, em que se exaltam “dos siglos de la historia de un continente que no ha conocido descanso en su combate por la libertad”.¹²⁰

Figura 6 – A capa do boletim, em dezembro de 1983: um Bolívar com aparência de senador romano.

Figura 7 - Nas páginas internas do boletim informativo, em dezembro de 1983, a homenagem do M-19 a Simón Bolívar: os duzentos anos do nascimento do “Libertador” são lembrados pela guerrilha.

¹²⁰ Cf. *Con el pueblo, con las armas, al poder* (boletim informativo do M-19), número 90, dezembro de 1983.

O “combate por la libertad”, citado logo na abertura do texto, é uma referência às batalhas travadas por Bolívar durante a guerra contra os espanhóis. Mas Bolívar não está sozinho. O M-19 fala na “presencia perenne de hombres como Galán y Bolívar colmando de intrepidez, audácia y rebeldia este suelo por siempre altivo, por siempre vigoroso”. Mais uma vez, o M-19 traz à cena o comandante da rebelião dos *comuneros*: Galán era o chefe dos agricultores empobrecidos que lutaram contra o poder da coroa espanhola.

Bolívar, como se sabe, não era um agricultor empobrecido, mas filho de uma família *criolla* de Caracas – rica o suficiente para tê-lo enviado à Europa duas vezes, na virada do século XVIII para o XIX.¹²¹ Bolívar comandou as batalhas que levaram à independência de cinco países sul-americanos. Mas na história escrita pelo M-19, Bolívar vira muito mais que isso: um símbolo da luta contra a desigualdade e a injustiça. Se, de fato, era favorável ao fim da escravidão, Bolívar estava longe de ser um Galán ou um comunero. Na história escrita pelo M-19, Galán e Bolívar podem caminhar juntos. Assim como Bolívar e Jesus. São nomes que a guerrilha mobiliza como armas simbólicas na luta política.

Mas a disputa travada pelo M-19, claro, estava sempre acompanhada e sustentada por ações concretas. Muitas vezes, espetaculares. Na página 5 do mesmo boletim, sob o título “Un Homenaje al Libertador”, o M-19 noticia mais uma delas: no dia 16 de dezembro de 1983, o grupo havia tomado de assalto a casa do presidente da Sociedade Bolivariana, tenente coronel Alberto Lozano. O militar foi feito refém durante duas horas. O M-19 anuncia que aproveitou a estadia na casa do tenente coronel para prestar homenagem a Bolívar e jurar a continuidade de “la lucha por la nueva y total independencia”.

O uso reiterado da figura de Bolívar era uma forma de falar diretamente ao povo colombiano – sem grandes formulações teóricas. O M-19, tentaria explicar Álvaro Fayad, numa entrevista nos anos 1980, era “un proyecto, ni siquiera una organización, de unidad frente al movimiento revolucionario, antiimperialista y antioligárquico, *sin grandes discusiones y disquiciones teóricas*”¹²² (grifo nosso).

O boletim de 1983, com a homenagem a Bolívar, também voltava a avisar: a espada de Bolívar “no se envainará hasta cuando nuestra independencia esté totalmente asegurada”. O que queria dizer essa frase? A que independência, exatamente, se referia o M-19? O “projeto”, de que falava Alvaro Fayad, jamais ficou claro. Essa parece ter sido a força do M-19: nele cabiam muitos sonhos, muitas esperanças, sem grandes necessidades de definição

¹²¹ Cf. SOARES, Gabriela Pellegrino. *Simón Bolívar*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2008, pp. 14-15.

¹²² FAYAD, Álvaro. “La guerrilla, expresión de la democracia”. In: ALAPE, Arturo. *La paz, la violencia. Testigos de excepción*. Bogotá: Editorial Planeta, 1985, p. 317.

teórica. Mas essa pode também ter sido a fraqueza da organização – e, parece-nos, uma das explicações para o fato de o M-19, ao abandonar as armas, não ter conseguido se transformar numa organização política capaz de efetivamente disputar – pelo voto – o poder com Liberais e Conservadores.

Além do “Libertador” e de sua espada, o que mais distinguia o discurso do M-19? Que outros bens simbólicos os guerrilheiros tentavam capturar? É o que veremos adiante.

2.4 - Rojas Pinilla: nos labirintos de outro general

Para entender como o M-19 se apresentava ao povo colombiano, voltemos a janeiro de 1974. Logo depois de roubar a espada de Bolívar, deixando no museu em Bogotá o panfleto inaugural em que prometia retomar a luta do “Libertador”, o M-19 publica (ainda em janeiro de 1974) seu primeiro jornal. Trata-se de um boletim simples, com apenas uma página, e o aviso: “Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril”.

O cabeçalho traz, à esquerda, o desenho de um braço a segurar o que parece ser o cabo de um fuzil. Do lado direito, a insígnia “M 19”. E ao centro do cabeçalho o *slogan*, disposto em quatro linhas: “Con El Pueblo/Con Las Armas/ Con M^a Eugenia // Al Poder//.”¹²³

¹²³ *Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril* (boletim informativo do M-19), número 1, janeiro de 1974.

Figura 8 - O primeiro boletim informativo do M-19: “con María Eugenia” aparece no cabeçalho, indicação de que a guerrilha nascia para disputar as bases anapistas e a herança de Rojas Pinilla.

A referência a “María Eugenia”, com tanto destaque, causou estranhamento, como reconhecem os ex-integrantes do M-19. “La izquierda no podía entender que citáramos a María Eugenia... ‘Con el pueblo, con las armas, al poder’ se lo comían, pero ‘con María Eugenia’, la izquierda no lo podía entender.”¹²⁴

Assim como fez ao trazer a espada de Bolívar de volta ao debate contemporâneo, o M-19 não agia por impulso ou no improvisado ao incluir María Eugenia em sua consigna. Havia um sentido claro no uso desse nome, e o sentido era a disputa simbólica. María Eugenia era filha e herdeira política de Rojas Pinilla, o general que ocupara a presidência nos anos 1950, e que depois fundara a ANAPO – força política que tentava romper o histórico bipartidarismo colombiano.

Reivindicar o nome de María Eugenia significava, portanto, reivindicar a ANAPO e a herança de Rojas Pinilla. Mais que isso, María Eugenia era considerada a líder da facção de esquerda do anapismo. No dia 19 de abril de 1970, enquanto setores mais conservadores do partido pediam que o general aceitasse a derrota, a filha afirmava: “iremos hasta las armas, utilizaremos cualquier medio que sea necesario [...] iniciaremos una guerra de guerrillas, de la

¹²⁴ YAMEL RIAÑO, José, op. cit., p. 60.

cual me convertiré en abanderada para poder llegar al poder”.¹²⁵ Na época, María Eugenia não levou adiante a promessa. Mas era esse o discurso que interessava ao M-19 retomar.

Lembremos que em junho de 1970, com a saúde de Rojas fragilizada, María Eugenia havia assumido a liderança da ANAPO. Um ano depois, ela comandou um impressionante congresso dos anapistas: mais de 100 mil pessoas passaram pela Villa de Leyva - pequena cidade onde Rojas viveu na infância e em parte da juventude (o general nascera bem perto dali, em Tunja, a capital do Departamento de Boyacá).

Naquele encontro, o partido aprovou a “Plataforma da Villa de Leyva”, tentativa de estabelecer um programa mais claro para a ANAPO:

Alianza Nacional Popular es un partido nacionalista, revolucionario y popular que fundamenta su lucha sobre tres puntos esenciales: defensa de la soberanía patria, aplicación del socialismo dentro de las condiciones y características del país, y afirmación de que el hombre, como persona humana, debe construir la primordial preocupación del estado. En Colombia no hay sino dos clases: explotadores y explotados.¹²⁶

Era esse o programa que María Eugenia pretendia defender na eleição de abril de 1974 – quando concorreria a presidente. “Ella representaba y conducía un proyecto popular; la Capitana, que había propuesto el ‘socialismo a la colombiana’, debía tomar plenamente las riendas de la ANAPO. Y así fue”.¹²⁷

Mas a ANAPO estava longe de ser um partido de esquerda. A legenda tinha alas conservadoras e herdara em parte o discurso do Partido Conservador colombiano (esse discurso tinha forte conteúdo religioso, de defesa do catolicismo, e ao mesmo tempo carregava uma vertente nacionalista, de tons “hispanizantes” – numa tentativa de se diferenciar da influência anglo-saxônica vinda dos Estados Unidos e Inglaterra); havia também setores advindos do Partido Liberal. Apesar dessa mistura de Liberais e Conservadores, a ANAPO se apresentava como alternativa ao bipartidarismo – atraindo ainda socialistas desgarrados e militantes das mais variadas vertentes.

Em 1970, Rojas Pinilla adotara um discurso de defesa dos trabalhadores e dos mais pobres. Na historiografia colombiana, há quem compare o rojismo ao peronismo argentino –

¹²⁵ AYALA DIAGO, César Augusto. *El populismo atrapado, la memoria y el miedo*: el caso de las elecciones de 1970. Medellín: La Carreta Editores, 2006, p. 231.

¹²⁶ “Plataforma de Villa de Leyva”, edição mimeografada, junho de 1971, apud: VILLAMIZAR, Darío, op. cit., p. 43.

¹²⁷ VILLAMIZAR, Darío, op. cit., p. 42.

movimento político com forte apelo nacionalista e que também abrigava facções de direita e de esquerda.

Para Mauricio Archila, o nacionalismo reivindicado pela ANAPO tinha suas origens em correntes de pensamento conservadoras, que acabaram aderindo ao governo Rojas nos anos 1950, e depois migrariam para o anapismo:

De ahí, sus primeras características hispanizantes y religiosas, similares a las que practicó el general Rojas Pinilla. Pero a principios de los años sesenta, fruto de la revolución cubana, con su carga antiimperialista, y de las luchas anticoloniales en África y Asia, el nacionalismo se convirtió en una bandera de la izquierda.¹²⁸

Archila mostra que o discurso nacionalista na Colômbia integra as plataformas de correntes tão díspares como o alzatismo (trata-se de uma das facções do Partido Conservador, de extrema-direita, surgida nos anos 1930; parte dos alzatistas entraria para a ANAPO nos anos 1960, como já vimos) e o Movimiento Revolucionário Liberal (MRL, dissidência do Partido Liberal comandada por Alfonso López Michelsen), mas também de grupos de esquerda como o Movimiento Obrero Estudiantil Colombiano (MOEC) e o próprio Partido Comunista. O nacionalismo seria também a marca principal da ANAPO, explica Archila:

El ambiguo nacionalismo le imprime carácter, como a otros grupos populistas de América Latina, especialmente el peronismo. En una mezcla de chauvinismo hispanizante y de antiimperialismo, los populismos latinoamericanos vieron crecer su electorado, convirtiéndose en fuerzas políticas multitudinarias, pero con una precaria identidad y una profunda debilidad política. Por ello, rápidamente se fragmentaron por la polarización entre izquierda y derecha. Recuérdese la ruptura entre montoneros y peronismo oficial en Argentina, o para no ir muy lejos, entre M-19 y ANAPO en nuestro medio.¹²⁹

Era esse terreno de ambiguidades que o M-19 disputava ao apresentar-se como “movimento anapista”, e ainda mais estampando o nome de María Eugenia com tanto destaque.

Mas voltemos às fontes primárias: o boletim número 1 do M-19, lançado em janeiro de 1974, tinha um texto principal, em três colunas, sob o título “A LOS PATRIOTAS” (assim mesmo, em maiúsculas). O M-19 não se dirigia “aos trabalhadores”, “à classe operária”, nem sequer “ao povo colombiano”. Mas “aos patriotas”. Nacionalismo, desde o título.

¹²⁸ ARCHILA, Mauricio. “Prologo”. In: AYALA DIAGO, César Augusto. *Nacionalismo y Populismo*. Bogotá: CINDEC/Universidad Nacional de Colombia, 1995, p. 8.

¹²⁹ ARCHILA, Mauricio, op. cit., p. 8.

Depois, seguia-se a explicação com um subtítulo: “¿Qué es el M-19?”. O boletim lembrava a eleição de 1970, definida como “el fraude más escandaloso y descarado de que se tenga noticia en todo continente”. E dizia que o episódio deixou uma grande lição: “La de que las conquistas populares solo serán duraderas y definitivamente respetadas por las oligarquías en la medida en que esas conquistas estén respaldadas por el PODER DE LAS ARMAS en manos del pueblo mismo”¹³⁰ (em maiúsculas no original).

É uma ideia que, como já ressaltamos mais acima, tinha papel central no discurso do M-19: a de que era necessário defender a democracia de armas na mão. Isso valia para o passado recente da Colômbia. E valia principalmente para o futuro, no apoio à candidatura de María Eugenia Rojas, na eleição presidencial que aconteceria em abril de 1974, ou seja, três meses depois:

Nosotros ANAPISTAS del MOVIMIENTO 19 de ABRIL, CONVOCAMOS a toda la militancia del partido a que nos preparemos POLITICA Y MILITARMENTE para que con nuestra insustituible candidata compañera MARÍA EUGENIA DE COLOMBIA, ganar las elecciones de 1974 por una mayoría abrumadora o más que la de 1970, para hacer respetar esa nueva victoria del pueblo contra las oligarquías liberales y conservadoras, para defender eficazmente el gobierno popular de la segura amenaza de otro baño de sangre al estilo chileno y no nos cojan desprevenidos e indefensos”¹³¹ (em maiúsculas no original).

Rojas e Allende, com histórias e perfis tão distintos, eram referências para o M-19. Os dois tinham evitado o enfrentamento armado para o qual, agora, o M-19 se apresentava. Chama-nos atenção também o adjetivo utilizado para definir María Eugenia: “insubstituível”. Voltaremos a ele logo adiante...

Ressalte-se que no pé da página, em letras grandes, o M-19 fazia estampar outra frase que viraria uma das marcas do grupo: “SOCIALISMO A LA COLOMBIANA”. Essas palavras costumavam ser usadas por María Eugenia, para demarcar posição em relação a grupos de esquerda colombianos vinculados a Cuba, à China ou à União Soviética. O M-19 assumia também essa vertente do discurso anapista: o socialismo que se buscava era “a la colombiana”. Isso jamais significou qualquer dificuldade de aproximação com o regime cubano – que abriria as portas para a direção do M-19 realizar reuniões, nos momentos em que esses encontros se tornavam impossíveis em território colombiano. De toda forma, o “socialismo a la colombiana” estava ali como símbolo do anapismo que a guerrilha

¹³⁰ *Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril* (boletim informativo do M-19), número 1, janeiro de 1974.

¹³¹ *Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril* (boletim informativo do M-19), número 1, janeiro de 1974.

reivindicava. Era o “socialismo dentro de las condiciones y características del país” – como definira a ANAPO na Plataforma de Villa de Leyva, em 1971.

Reivindicar o nome de María Eugenia em janeiro de 1974, portanto, era mais do que reivindicar o apoio a uma candidata que concorreria à Presidência da República três meses depois. Era reivindicar uma tradição política de forte apelo simbólico.

Em abril de 1974, no entanto, a “Capitana” teve um desempenho pífio na eleição presidencial, ficando em terceiro lugar na disputa vencida pelo liberal Alfonso López Michelsen. O M-19 enviou então uma carta a María Eugenia, fazendo duras críticas à direção da ANAPO. O grupo armado dizia que “constituiría un gravísimo error por parte de la ANAPO el seguir insistiendo en la vía electoral, como la única alternativa del pueblo hacia una nueva sociedad”.¹³²

A carta para María Eugenia é considerada o início de um profundo embate entre os anapistas, afirma Villamizar: “Desde ese momento, el sector del M-19 que se desempeñaba legalmente en la ANAPO (Toledo, Almarales, Santamaría, Bustamente y otros), desarrollaron con más fuerza su propuesta para enrumbar al partido hacia una posición abiertamente revolucionaria”.¹³³

Em 17 de janeiro de 1975, exatamente um ano após o M-19 ter-se lançado à luta armada com o roubo da espada de Bolívar, morreu o general Rojas Pinilla. Dez dias depois, María Eugenia reuniu a direção da ANAPO em Bogotá e, quando lia um comunicado à imprensa, foi interrompida por um comando guerrilheiro: cinco integrantes do “Eme”, com os rostos cobertos, entraram na sala para entregar as condolências do Movimento 19 Abril pela perda daquele a quem chamaram publicamente “nuestro general”.

A ação, em vez de angariar simpatias, gerou mais divisão nas fileiras da ANAPO. Ao longo de 1975, as divergências se ampliaram, e os dirigentes da ala esquerda foram expulsos da ANAPO (Almarales, Santamaría) ou afastados do Conselho Político Nacional do partido (Toledo Plata). O grupo – que já participava do M-19 – organiza então a ANAPO Socialista para seguir travando a luta legal.

O semanário *Mayorías* passa a ser porta-voz dessa ala do anapismo que agora se afastava de María Eugenia e da ANAPO oficial. Em maio de 1976, *Mayorías* (número 37) traz em sua primeira página dura crítica ao governo López Michelsen, por sua relação com os trabalhadores. A manchete principal era “El Gran Circo Primero de Mayo”. Mas nas páginas internas, *Mayorías* também faz o acerto de contas com o anapismo oficial. Na página 4, o

¹³² Apud: VILLAMIZAR, Darío, op. cit., p. 63.

¹³³ VILLAMIZAR, Darío, op. cit., p. 64.

periódico publica reportagem sobre uma assembleia dos chamados Grupos de Base da ANAPO socialista: são citadas declarações de militantes afirmando que “María Eugenia y su camarilla están desconociendo los acuerdos firmados en Villa de Leyva y el Testamento Político que nos legara en vida el General Gustavo Rojas Pinilla”.¹³⁴

María Eugenia já não era a “Capitana”. Ao lado de sua “camarilha”, a herdeira da ANAPO era apontada agora como aquela que desconhecia o “testamento do general Rojas”. O líder anapista – assim como Vargas no Brasil – deixara um “testamento político”. E esse testamento estaria agora no centro do debate. Quem saberia, de fato, interpretar o testamento?

Na edição seguinte (número 38), *Mayorías* traz editorial com o título “La ANAPO está en vía de extinguirse”. O texto dizia: “La Dirección de ANAPO, su Comité Ejecutivo, ha negado burdamente el testamento político del General Rojas [...] El espíritu de Villa de Leyva es recogido por los sectores más lúcidos y consecuentes de la vieja organización y concretado en la ANAPO SOCIALISTA.”¹³⁵

Figura 9 - Capa da revista *Mayorías*, maio de 1976: publicação era mantida pela ANAPO Socialista. O expediente da publicação, na p. 3 (à direita, alto da página), indica que Toledo Plata, Bustamante e Almarales integravam o comitê editorial: todos eles eram também guerrilheiros do M-19.

Segundo o texto da revista *Mayorías*, a ANAPO Socialista, e não María Eugenia, era a verdadeira herdeira do “espírito” de Villa de Leyva. O general era invocado, como numa sessão espírita, mas sua voz não estava ali para apontar quem seriam os condutores do verdadeiro anapismo. A ANAPO Socialista sabia muito bem para qual caminho gostaria de

¹³⁴ *Mayorías* - por una patria socialista, número 37, 10 a 16 de maio de 1976, p. 4.

¹³⁵ *Mayorías* - por una patria socialista, número 38, 17 a 23 de maio de 1976, p. 3.

conduzir o general, agora transformado num símbolo: o editorial de *Mayorías* terminava com uma defesa aberta da “Revolución Socialista”.

Quem eram os responsáveis por essa publicação? O expediente aponta Carlos Toledo Plata, Everth Bustamante e Andrés Almarales como membros do Comitê Editorial de *Mayorías*. Almarales assina ainda como “Director”. A essa altura todos eles já ocupavam funções também na direção do M-19.

Andrés Almarales, um dos anapistas que em 1976 pregam a “Revolução Socialista” em nome do “testamento” do general Rojas, seria nove anos depois um dos comandantes da desastrosa ação guerrilheira no Palácio de Justiça. Almarales morreria no massacre, em novembro de 1985, aí já não mais como dirigente da ANAPO Socialista, mas como guerrilheiro e dirigente do M-19.

O semanário *Mayorías* desapareceria ainda nos anos 1970, na medida em que os anapistas de esquerda passaram a concentrar suas atividades na guerrilha, desistindo da dupla militância (ANAPO/M-19). No entanto, entre 1974 e 1990, apesar de todas as dificuldades inerentes a uma organização clandestina, o M-19 manteve a publicação de um boletim informativo próprio – aquele mesmo que no número 1 prometia seguir “Con María Eugenia, Al Poder”, e que depois prestaria homenagens a Bolívar em mais de uma edição.

O boletim do M-19 tinha periodicidade aproximadamente mensal, e o tamanho variava de uma a até 16 páginas. Percebe-se que o cabeçalho e a diagramação mantiveram-se sem grandes mudanças, ao longo de quase duas décadas. Com uma diferença apenas: em 1976, a frase “Con María Eugenia” já havia desaparecido.

É o que observamos, por exemplo, no boletim de número 14 (ver Figura 10, na página seguinte), que anuncia o “Veredicto Popular” e a condenação à morte do sindicalista Mercado – sequestrado pouco antes pelo M-19. O boletim, de abril de 1976, apresenta-se como “Órgano Del Movimiento Anapista 19 de Abril”. O *Anapista* está mantido. Mas María Eugenia desaparecera.

Figura 10 - Boletim número 14 do M-19, em 1976: María Eugenia já não aparece no cabeçalho.

A diagramação do pequeno jornal manteve sempre em branco a terceira linha do cabeçalho. Aquele espaço, onde antes aparecia a manifestação de apoio à filha de Rojas Pinilla, agora estava em aberto. Era como se, rompida a velha ligação com a ANAPO, o M-19 não tivesse conseguido preencher o lugar antes dedicado a María Eugenia.

Que lugar é esse que ficava vazio? O lugar da disputa eleitoral. Na eleição de 1974 (com María Eugenia na disputa), o M-19 ainda acreditava em anapismo. Depois, a ANAPO viraria apenas uma referência na memória. O M-19 seguiria falando na defesa da democracia, mas sem real perspectiva de participar de eleições. Em 1979, os boletins da guerrilha apresentavam-se simplesmente como “Órgano del Movimiento 19 de Abril”. Desaparecera também qualquer referência ao movimento “anapista”.

O espaço de María Eugenia no cabeçalho seguiria vazio até 1990, quando os guerrilheiros depuseram as armas. Nenhuma outra tradição política contemporânea (Galán e Bolívar vinham de um passado mais distante) teria força para ocupar o lugar da memória anapista na simbologia do M-19. Jaime Bateman, o primeiro e mais importante comandante do grupo guerrilheiro, deixou claro qual era o lugar do general: “No te olvides que Rojas Pinilla era la historia. Había gobernado a Colombia y le había dado a la gente lo que ningún

governante le había dado en toda la historia. Aunque fuera demagogia. Les dio aeropuertos, les dio casas...”¹³⁶

Rojas Pinilla era a história. E o M-19 disputava a história. Ou, talvez, seja mais apropriado dizer que o M-19 tentava reconstruir a “memória coletiva” de certo setor da vida política colombiana?

Em *A História, cativa da Memória?* Ulpiano Bezerra de Menezes procura fazer a distinção entre as duas categorias. Mais que isso, estabelece uma tipologia da memória – que pode ser “individual”, “coletiva” ou “nacional”. Esta última, a “memória nacional”, “apresenta-se como unificada e integradora, procurando a harmonia e escamoteando ou sublimando o conflito: é da ordem da ideologia.”

A “memória coletiva”, por sua vez, é “um sistema organizado de lembranças cujo suporte são grupos sociais espacial e temporalmente situados”; além do mais, ressalta o autor, a “memória coletiva” não é espontânea: “para manter-se, precisa ser permanentemente reavivada. Por isso que é da ordem da vivência, do mito e não busca coerência, unificação.”¹³⁷

O M-19 era uma guerrilha de esquerda que trazia para o presente a espada de Bolívar e a tradição rebelde de Galán, mas que também carregava o discurso nacionalista de Rojas Pinilla (e este, por sua vez, tinha claras raízes na matriz de pensamento conservador colombiano).

Em nome da ampliação da democracia, o M-19 reaviva a memória de um líder que ocupara a presidência como ditador nos anos 1950, mas que depois disputaria o poder pelo voto em 1970. Como explicita Ulpiano Bezerra de Menezes, a construção da “memória coletiva” não exige “coerência, unificação”: o M-19 queria chegar ao poder “Con María Eugenia”, pelo voto, mas de armas na mão se necessário. O M-19 queria chegar ao poder carregando a memória de Rojas Pinilla, agora transformado num símbolo, num mito.

O general Gustavo Rojas Pinilla tinha sido um militar de carreira, que chegara a comandante das Forças Armadas no início dos anos 1950 – período de turbulências provocadas pela morte de Gaitán em 1948. Na verdade, as turbulências haviam começado antes ainda. Em 1946, depois de 16 anos de domínio do Partido Liberal¹³⁸, os Conservadores

¹³⁶BATEMAN, Jaime. *Oiga, hermano*. Bogotá: Ediciones Macondo, 1984, p. 29.

¹³⁷MENESES, Ulpiano Bezerra de. “A História, cativa da Memória?” In: *Revista Instituto de Estudos Brasileiros*, número 34, 1992, pp. 14-15.

¹³⁸Nos anos 1930, sob liderança de Alfonso Lopez, os liberais tentaram incorporar setores de trabalhadores a uma grande aliança que estava sob hegemonia da burguesia industrial: foi a chamada Revolução em Marcha - que ficou pela metade. O Liberalismo chegou a 1946 dividido entre gaitanistas que queriam acelerar a inclusão das massas operárias, e a elite partidária mais moderada sob comando de Gabriel Turbay. Essa divisão (com Turbay e Gaitán disputando os votos liberais) é que permitiu a vitória conservadora na eleição de 1946.

voltaram ao poder com a eleição de Ospina Perez, que instaurou a chamada “Revolução da Ordem”. Para Gonzalo Sánchez, a virada conservadora

significó la exclusión de la clase obrera del sistema de alianzas implementado durante los años treinta bajo la hegemonía de la burguesía industrial, y la configuración de un sólido bloque de esta última, que conservaba todavía su papel hegemónico, con los sectores terratenientes y comercial importadores.¹³⁹

Com o assassinato de Gaitán, os Conservadores conseguiram eleger um governo ainda mais autoritário para suceder a Ospina. “El ascenso de Laureano Gómez al poder (1950-53) estuvo acompañado de una verdadera ola de terrorismo político contra sus adversarios, que eran de hecho la mayoría del país; estos no participaron en las elecciones”.¹⁴⁰ Laureano Gomez permitiu a hegemonia dos proprietários de terra, estabeleceu aliança com setores eclesiásticos e passou a defender um retorno à “Hispanidade” (bandeira dos Conservadores, desde o século XIX). Fechou o Congresso e manteve o país sob estado de sítio. A reação dos Liberais veio com a criação de guerrilhas por todo o país.

Quando os laureanistas manifestaram intenção de realizar uma reforma constitucional para permitir a perpetuação do presidente no cargo, frações do Partido Conservador se uniram aos Liberais para pedir a intervenção dos militares. O caminho estava aberto para o comandante das Forças Armadas.

Como presidente, a partir de 1953, Rojas Pinilla foi tolerado e usado pelas classes dirigentes para conter “La Violencia” – onda de conflitos que se disseminara pelo país depois da morte de Gaitán e do Bogotazo (1948). O general, no poder, revelaria habilidade e capacidade de diálogo, tanto que conseguiu desarmar boa parte dos grupos guerrilheiros liberais, especialmente aqueles que atuavam nos chamados “Llanos Orientales”, sob comando de Guadalupe Salcedo. Mas o governo Rojas também ficou marcado pela repressão, e contou com apoio de liberais e conservadores no massacre de estudantes ocorrido em Bogotá, em junho de 1954, e também na operação militar contra camponeses da região de Sumapaz, em abril de 1955.

O general presidente deu início a tímidos programas sociais, comandados por sua filha María Eugenia (numa imitação torta do papel exercido por Evita no peronismo argentino), e por isso ganhou apoio de setores de trabalhadores. Mas os setores dominantes já não o toleravam. Convocado para exercer uma tarefa provisória, de aglutinar interesses “por cima”

¹³⁹ SÁNCHEZ, Gonzalo. “La violencia y sus efectos en el sistema político colombiano.” In: *Once ensayos sobre la Violencia*. Bogotá: Centro Gaitán/Fondo Editorial CEREC, 1985, p. 222.

¹⁴⁰ Idem, Ibidem, pp. 223-224.

dos partidos, Rojas vislumbrara a oportunidade de criar uma terceira força, “por fora” dos partidos.

Em 1957, Liberais e Conservadores estabeleceram o pacto da Frente Nacional, e Rojas foi afastado do poder, virando réu num processo no Senado colombiano. Acontecimento “inusitado”, na definição de Gonzalo Sánchez: o general, levado ao poder pelas elites dos dois partidos, agora era julgado por elas. “Convertido en un verdadero ritual religioso, el juicio asumió las características de una ceremonia a través de la cual los partidos podían deshacerse, por así decirlo, de sus culpas pasadas transfiriéndolas a su expiatoria víctima: Rojas.”

Mas, hábil orador, o general conseguiu transformar o julgamento político no Senado “en una tribuna de enjuiciamiento al régimen que lo había precedido y al Frente Nacional que lo sucedía”.¹⁴¹ E esse foi o mote que, a partir de então, adotaria para apresentar-se como principal desafiante do “consórcio” formado por Liberais e Conservadores. No papel de vítima da oligarquia, Rojas Pinilla fundou um novo partido – a ANAPO. Em 1962 e 1966, apresentaria candidatos desafiando (sem sucesso) a Frente Nacional. Em 1970, o general em pessoa lançou-se candidato e – depois de uma campanha que mobilizou multidões – teve sua vitória eleitoral impedida, aparentemente, por uma fraude eleitoral: esta é a versão disseminada pelos anapistas e por todos aqueles que se opunham à Frente Nacional. É também a versão dominante em boa parte da historiografia sobre o período.

Assim como Vargas no Brasil e Perón na Argentina, Rojas Pinilla foi um líder contraditório. Ao contrário de Vargas e Perón, entretanto, não conseguiu deixar marcas no Estado colombiano, durante sua curta passagem pelo poder entre 1953 e 1957. Um ditador demagogo, ou um incompreendido combatente da democracia e dos direitos do povo trabalhador? É possível perder-se no labirinto¹⁴² de contradições desse general conhecido pela fala mansa e cordata, mas também pela capacidade de mobilizar milhares de seguidores.

O M-19 não parece ter-se perdido em labirinto algum; ao contrário, recortou a parte de Rojas que lhe interessava, procurando identificar-se com o discurso antioligárquico construído pelo líder anapista. A identificação com Rojas Pinilla, entretanto, não passou apenas pelo nacionalismo e pela defesa das massas trabalhadoras. César Ayala reconstruiu, em detalhes, toda a campanha de Rojas em 1970, apontada como o momento de ápice da ANAPO. O

¹⁴¹ SANCHEZ, Gonzalo, op. cit., pp. 241-242.

¹⁴² “¿Cómo voy a salir de este labirinto?” A frase teria sido dita por Simón Bolívar a seu médico, poucos dias antes de morrer, quando percebeu a gravidade de seu quadro clínico. Bolívar morreria em 17 de dezembro de 1830, na Quinta de San Pedro Alejandrino, em Santa Marta. A frase serviria como mote para a obra *El General en su laberinto*, em que Gabriel García Márquez narra, de forma romancada (e magistral), os últimos meses de vida do “Libertador”.

historiador colombiano lembra o famoso “Decálogo” (novamente, uma referência religiosa) do candidato Rojas Pinilla – um programa de governo resumido em dez pontos. Entre esses pontos, estava a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte – uma das necessidades da Colômbia, segundo os anapistas, para romper com as amarras do bipartidarismo e do domínio oligárquico. O discurso nacionalista, terceiro-mundista, a retórica de viés socialista de alguns anapistas: tudo isso, na campanha de Rojas Pinilla, em 1970, assustava as elites liberais e conservadoras. “Pero lo que más encrespava a los dueños del país no eran las medidas económicas que Rojas prometía, sino su reiteración de convertir el Congreso en la Asamblea Nacional Constituyente”.¹⁴³

Nesse ponto, também, o M-19 seria fiel à herança anapista. Em 1990, os guerrilheiros apresentaram a convocação de uma Constituinte como reivindicação central durante as negociações para depor as armas. E, em 1991, ajudaram efetivamente a escrever a nova Carta.

O M-19 não chegou “al poder” com María Eugenia. Mas de alguma forma levou “al poder” uma reivindicação central do programa anapista: uma nova Constituição para a Colômbia, que conseguiu romper com o bipartidarismo e com o estrito controle imposto ao país por Liberais e Conservadores.

Na trajetória da guerrilha, dos fuzis até as urnas, cumpre papel central a disputa pela memória. E nesta disputa haveria ainda espaço para mais uma figura da política colombiana.

2.5 - Gaitán: “Yo soy un pueblo”

Em dezembro de 1980, o M-19 publica mais uma edição de seu boletim informativo. São apenas quatro páginas, divididas em cinco seções: “TENEMOS UNA CONSIGNA”, “¿QUÉ ES EL M-19?”, “NUESTROS OBJETIVOS”, “QUIENES PUEDEN SER DEL M-19” e “EN EL M-19 HAY UN LUGAR PARA CADA COLOMBIANO”.¹⁴⁴

O objetivo era apresentar a organização armada para a população colombiana. O boletim parece dedicado a conseguir novos adeptos para a guerrilha que, lembremos, àquela altura estava sob ataque violento do Exército. Vários dirigentes e militantes haviam sido presos, na contraofensiva que se seguiu ao roubo de 5 mil armas de um quartel de Bogotá.

¹⁴³ AYALA DIAGO, César Augusto. *El Populismo atrapado*, op. cit., p. 179.

¹⁴⁴ *Con el pueblo, con las armas, al poder* (boletim informativo do M-19), sem número, dezembro de 1980.

Na primeira seção do informativo, ao avisar que tem uma “consigna” (algo como uma “bandeira de luta”), o M-19 informa desde logo que “es parte y continuación de las luchas populares por una verdadera Democracia e Independencia en Colombia”¹⁴⁵.

No original, “Democracia” e “Independência” aparecem com maiúsculas, como a sublinhar o que para os guerrilheiros tinha mais importância. Mas o que nos parece mais significativo é o fato de a guerrilha apresentar-se como “continuación” das lutas populares naquele país. Significativo porque se sabe que, no vocabulário da esquerda, o termo “revolução” costuma ter presença muito mais forte do que a palavra “continuação”. Na segunda metade do século XX, organizações armadas na América Latina costumavam apresentar-se como criadoras de uma “nova ordem”, de um “novo tempo” (e até de um “novo homem”, como veremos no Capítulo 4). Já o M-19 preferia ser a “continuação” das lutas populares.

O objetivo, em vez de romper com o passado, era resgatá-lo. Isso fica ainda mais evidente em outro trecho do mesmo boletim. Sob o título “¿QUÉ ES EL M-19?”, a direção guerrilheira avisa que o movimento “nace de nuestra historia y de nuestro pueblo, de nuestras miserias y de nuestras esperanzas: somos NACIONALISTAS, INDEPENDIENTES, PATRIOTAS Y REVOLUCIONARIOS”¹⁴⁶ (em maiúsculas no original).

Nas seções anteriores deste capítulo, já analisamos a forte presença do nacionalismo e do patriotismo no discurso do M-19. Aqui, interessa-nos mais sublinhar essa expressão: o M-19 “nace de nuestra historia”. O texto assume ares messiânicos quando a direção guerrilheira vai mais adiante, e afirma: “tenemos una patria, un pueblo y un destino”. Trata-se de construção discursiva que permite ao M-19 apresentar-se como a organização que “nasce” da história colombiana e, portanto, está habilitada também a cumprir o “destino” do país. Qual destino? A resposta vem logo adiante: “hacer de Colombia una patria libre y democrática o morir en el empeño”¹⁴⁷.

Quando se afasta do tom messiânico, o M-19 consegue definir com alguma objetividade quais seriam as metas da guerrilha. Elas estão transcritas de forma bastante simples e didática:

1. Derrocar el gobierno de los monopolios y oligarquía y establecer un Gobierno nuevo, del pueblo.
2. Mejorar las condiciones económicas de vida de todo el pueblo.

¹⁴⁵ *Con el pueblo, con las armas, al poder* (boletim informativo do M-19), sem número, dezembro de 1980.

¹⁴⁶ Loc. cit.

¹⁴⁷ Loc. cit.

3. Garantizar vida digna en la sociedad mediante planes de salud, educación, vivienda, recreación etc.
4. Instaurar las más amplias libertades políticas y Democráticas.¹⁴⁸

Não se fala em socialismo, nem em controlar os meios de produção. O M-19 apresenta um programa relativamente modesto: ampliar as liberdades, melhorar as condições de vida, derrotar a oligarquia. E isso deveria ser feito por um movimento armado que “nace de nuestra historia”.¹⁴⁹

Já vimos que a guerrilha entra na disputa simbólica por Bolívar e Galán, além de reivindicar as bandeiras nacionalistas de Rojas Pinilla e do anapismo. Mas tal disputa avançaria também para outra figura-chave da história colombiana do século XX: em abril de 1983, o M-19 dedica inteiramente um número de seu boletim informativo à memória de Jorge Eliécer Gaitán.¹⁵⁰

De fato, se o M-19 “nasce da história”, como supõe, não poderia passar ao largo do gaitanismo. “Yo no soy un hombre, yo soy un pueblo”: o M-19 reproduzia na capa de seu informativo a conhecida frase do líder popular morto nos anos 1940. No dia 9 de abril de 1983, fazia 35 anos que Gaitán havia sido assassinado no centro de Bogotá. O crime, como já vimos, deu origem à maior rebelião urbana da história colombiana – o Bogotazo.

Depois de morto, Gaitán (que em vida era um liberal visto com desconfiança pela direção tradicional do partido a que pertencia) passou a ter sua figura disputada não apenas pela legenda Liberal. Foi, de alguma forma, incorporado ao “panteão” de heróis nacionais reconhecidos pelo Estado. É o que se conclui da observação do bilhete de mil pesos colombianos em circulação no país, emitido pelo “Banco de La República”.¹⁵¹

A nota – em tons pastéis, que vão do bege ao vermelho claro, passando por várias tonalidades de rosa – presta homenagem a Gaitán: ele aparece nas duas faces do bilhete de mil pesos. Numa delas, o líder popular surge de cabelos bem penteados, e carrega um meio sorriso nos lábios; ao fundo, a multidão com olhar embevecido parece admirar o chefe (que costumava mesmo atrair milhares de pessoas para as ruas em seus comícios nos anos 1940 do

¹⁴⁸ *Con el pueblo, con las armas, al poder* (boletim informativo do M-19), sem número, dezembro de 1980.

¹⁴⁹ Numa rápida digressão, lembramos que no Brasil, também no início dos anos 1980, o brizolismo (corrente nacionalista de esquerda, que se via como herdeira do PTB de Vargas e Jango, e que acabou por se organizar no PDT - Partido Democrático Trabalhista) fazia uso desse mesmo recurso, no momento em que o país saía da ditadura. O então governador do Rio Leonel Brizola apresentava-se aos eleitores como “a continuidade do fio da história”. O objetivo era mostrar que a história deveria ser “retomada” seguindo o mesmo “fio” trabalhista - interrompido pela ditadura de 1964. A diferença, evidentemente, é que na Colômbia o M-19 apresentava-se como “continuidade”, mas o fazia com armas na mão, e não com a perspectiva da luta eleitoral.

¹⁵⁰ Cf. boletim informativo do M-19, número especial, abril de 1983.

¹⁵¹ Ver figura 11, na página seguinte.

século XX). Na outra face da nota, Gaitán também aparece em primeiro plano, acenando ao povo com um chapéu na mão direita. Bem composto, veste terno e gravata acompanhados de um lenço branco cuja ponta brota do bolso do paletó. Ao lado da figura do líder, estão impressas sua assinatura e duas frases que Gaitán repetia nos comícios: “Yo no soy un hombre, soy un pueblo”, e “El pueblo es superior a sus dirigentes”.

Em seu boletim de 9 de abril de 1983, é justamente a primeira dessas frases que o M-19 reproduz, em letras garrafais, como manchete. Mas a sentença vem acompanhada por uma figura de Gaitán que em quase tudo contrasta com aquela da nota de mil pesos: o Gaitán do M-19 tem o rosto crispado, no que parece ser um transe ou um momento de grande emoção durante um discurso. O líder ergue a mão esquerda, com o punho cerrado, num gesto claro de desafio.

Figura 11 - A nota de 1000 pesos colombianos, com a imagem de um Gaitán bem comportado.

Figura 12 – No boletim do M-19, em abril de 1983, Gaitán surge de punho cerrado, pronto para a luta. Aqui, também, há o combate simbólico.

O Gaitán aceito pelo Estado colombiano – e incorporado à nota de mil pesos – é um homem que se veste de forma impecável, tem o aspecto sereno. O Gaitán da guerrilha parece disposto ao confronto, e chama para a luta. Trava-se, assim, mais um combate de representações: a guerrilha disputa Gaitán como um bem simbólico.

O boletim do M-19 reproduz outros três trechos de discursos de Gaitán. Na capa, abaixo da figura do líder combativo e de punho cerrado, vem o mais significativo deles: “No creáis que nuestra serenidad, esta impresionante serenidad, es cobardía: somos descendientes de los bravos que aniquilaron tiranias en este suelo sagrado. Somos capaces de sacrificar nuestras vidas para salvar la paz y la libertad en Colombia”.¹⁵²

Trata-se de um trecho daquele que é o mais emblemático discurso de Gaitán, pronunciado no dia 7 de fevereiro de 1948, na Praça de Bolívar em Bogotá. Foi uma manifestação histórica porque, por orientação de Gaitán, a multidão manteve-se em silêncio, portando bandeiras negras, para protestar contra os assassinatos e a violência sectária que já ameaçavam incendiar o país, como descreve Ortiz Márquez: “Cuando las multitudes

¹⁵² Boletim informativo do M-19, número especial, abril de 1983.

entusiastas hubieran debido aplaudir las palabras del jefe epónimo, solo se oía el tremolar de las banderas negras que se levantaban a millares cubriendo la vastedad de la Plaza”.¹⁵³

O discurso é todo ele dirigido ao então presidente da República, o conservador Mariano Ospina Perez, que vencera a eleição de 1946 graças à divisão entre os Liberais – que se apresentaram com dois candidatos: Gabriel Turbay e o próprio Gaitán. Mas nas eleições para os conselhos locais (câmaras de vereadores), em 1947, os Liberais já sob a liderança única de Gaitán impuseram importante derrota ao partido do presidente Ospina. Sob pressão, e com medo de perder também o poder central, parte dos chefes Conservadores passou a fazer uso da violência país afora.

Era para protestar contra esse quadro que a “marcha do silêncio” foi convocada. O que mais nos interessa, no entanto, é notar que no trecho do discurso destacado pelo M-19, Gaitán se coloca como “descendente dos bravos que aniquilaram as tiranias”. Cria-se assim uma espécie de linha sucessória: se Gaitán “descende dos bravos”, e se o M-19 procura apresentar-se como herdeiro de Gaitán, a guerrilha então passa a integrar o mesmo panteão dos heróis que defendem o “solo sagrado” (expressão usada por Gaitán para designar a “pátria”).

O discurso é de Gaitán, mas ao reproduzi-lo com tanto destaque o M-19 assume para si essa definição religiosa (“suelo sagrado”) de pátria. Religiosa também é a noção do “sacrificio” presente no discurso (“somos capaces de sacrificar nossas vidas para salvar a paz e a liberdade”). Tudo isso fica mais forte se lembrarmos que, dois meses depois de discursar na praça de Bolívar, Gaitán perderia de fato a vida, em 9 de abril de 1948. Na construção discursiva da guerrilha, portanto, subentende-se que o líder popular entregou a vida em sacrifício, da mesma forma que os guerrilheiros seriam capazes de entregar as suas, se necessário.

Nas páginas internas do boletim do M-19, um pequeno texto traz mais explicações sobre a opção da guerrilha de lutar de armas na mão: “la oligarquía sacó la vida de Jorge E. Gaitán, y con ella las esperanzas del pueblo para llegar al poder por una vía pacífica”. E bem ao lado surgem versos dedicados ao líder morto: “Dicen que por el alto lo vieron/Dicen que por aquí pasó/lo cierto es que Gaitán/junto al pueblo se quedó/Nos mataron a Gaitán/y a lío que le armamos/Ahorita si lo organizamos/ y el poder nos tomamos/”.¹⁵⁴

“Mataron a Gaitán”: essa, segundo muitas testemunhas, era a frase que se repetia pelas ruas de Bogotá no dia 9 de abril de 1948 quando o povo, de boca em boca, repassava a

¹⁵³ MARQUEZ, Julio Ortiz. *El hombre que fue un pueblo*. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1978, p. 162.

¹⁵⁴ Boletim informativo do M-19, número especial, abril de 1983.

notícia do crime.¹⁵⁵ “¡Mataron a Gaitán!” O M-19 repete o mote, mas faz questão de avisar que o líder “junto al pueblo se quedó”. Ou seja, a figura de Gaitán surge como uma espécie de fantasma que segue a habitar o mundo dos vivos, um nome do passado que é invocado como símbolo dos combates no presente. A História mais uma vez se transforma em terreno de luta.

Em agosto de 1983, a revista *Colombia* (editada pela secretaria de Relações Internacionais do M-19) publica uma edição especial em homenagem a Jaime Bateman – o primeiro comandante do “Eme”, morto quatro meses antes num acidente aéreo. A revista traz uma longa entrevista de Bateman, em que ele relembra sua trajetória e fala sobre os personagens e correntes de pensamento que tiveram influência na conformação do grupo guerrilheiro. Gaitán, claro, aparece ali, nas reminiscências do menino Bateman que se lembra bem do 9 de abril de 1948:

Desde pequeño me interesé por Gaitán. Lo oía. Me impresionó mucho su muerte... A Gaitán lo asesinó la oligarquía. Y lo mató porque quería instaurar la democracia, Gaitán había logrado revivir el movimiento popular, el cual estaba adquiriendo dimensiones impredecibles.¹⁵⁶

Ao relembrar a trajetória de Gaitán, Bateman o inscreve na mesma linhagem de combatentes pela democracia e de vítimas da oligarquia em que o próprio M-19 pretendia se colocar. E conclui: “En este país no hay democracia. Porque aquí la democracia tendremos que conquistarla con las armas... Y en ese momento, cuando asesinaron a Gaitán, la respuesta popular fue violenta. Y así tenía que ser”.

A história de Gaitán, que o M-19 disputa e utiliza, ajuda a construir a justificativa para a ação guerrilheira. E essa construção tem um caráter triunfalista, em que as vítimas da oligarquia – como Gaitán é apresentado – fornecem ensinamentos para as gerações que dão continuidade a essa luta: “Gaitán despertó en el pueblo expectativas de triunfo. Los enseñó que, un día, el poder de los pobres triunfaría sobre el poder de los ricos”.¹⁵⁷ Afinal, não esqueçamos que o M-19 se apresenta como um grupamento de esquerda que nasce não das reflexões teóricas de Marx e Lênin, nem tampouco como resultado de contradições concretas de classe. O M-19 parece assumir uma visão mistificadora da história: uma organização que fala em nome de “nuestro pueblo”.

¹⁵⁵ Cf. BRAUN, Herbert. “Mataron a Gaitán”. In: *Guerras Inútiles*, op. cit.

¹⁵⁶ “Los primeros trotes de rebeldía”. Revista *Colombia*, número especial, agosto de 1983, p. 5 (trata-se de uma entrevista de Jaime Bateman para a revista).

¹⁵⁷ “Los primeros trotes de rebeldía”. Revista *Colombia*, número especial, agosto de 1983, p. 5.

Ao longo deste capítulo, ficou evidente que o M-19 é um grupo guerrilheiro que coloca a História no centro da disputa. Apesar disso, na entrevista publicada pela revista *Colombia*, Bateman é capaz de afirmar:

O se estudia el marxismo para especular, o se estudia para transformar la sociedad. Yo prefiero ser de los que la transforman... Por eso creo que *no pertenezcamos al grupo de los que escriben la historia*. No creo que tengamos tiempo para eso. La historia... ¡Qué la escriban otros!... A nosotros... qué nos quede tiempo para participar en ella... A nosotros... qué todavía nos quede vida para hacerla¹⁵⁸ (grifo nosso).

Bateman imaginava-se apenas como um homem de ação, daqueles que “fazem” a história. Pensava, certamente, que a tarefa de transformar o mundo e de construir o futuro é a mais gloriosa, e aos homens com tal incumbência não sobraria tempo para “especular” sobre o passado.

Em sua atribulada trajetória de guerrilheiro, Bateman pode não ter percebido, mas o M-19 especulava – sim – sobre o passado. Especulava com Bolívar e Galán, com Guadalupe Salcedo e Gaitán. Especulava com Rojas Pinilla e María Eugenia (e até com o espaço vazio que a retirada do nome da “Capitana” deixaria nos panfletos e boletins informativos da guerrilha).

A História - mostra-nos o M-19, de forma bastante didática até, em quase duas décadas de combates - está em disputa permanente. E não falamos da História “feita” nos combates concretos, nas lutas sociais. Falamos da História que se escreve. O M-19 deixa claro que ela pode ser escrita com caneta e papel (ou com computadores e arquivos digitais). Mas também pode ser reescrita de armas em punho: com o fuzil em uma das mãos e a espada (de Bolívar) na outra.

¹⁵⁸ “Los primeros trotes de rebeldía”. Revista *Colombia*, número especial, agosto de 1983, p. 5.

Capítulo 3 - Lutas de Longa Duração: o M-19 e as permanências

*Está lloviendo desde las tres de
la madrugada.*

*Desde las tres de la madrugada
del siglo diecisiete.*

(Gabriel García Márquez, *El General en su laberinto*)

No capítulo anterior, buscamos mostrar como o M-19 travou um combate pela memória e pelos bens simbólicos. Neste, pretendemos de certa forma seguir pelo caminho inverso: ao observar a trajetória do grupo guerrilheiro (um objeto específico, e com ação bem delimitada no tempo), será possível compreender questões recorrentes da cultura política colombiana.

Em outras palavras: se nas páginas anteriores indicamos como o M-19 tentou “reescrever” a História da Colômbia, o objetivo agora é demonstrar que as ações e o discurso da guerrilha podem ser lidos como permanências de uma História de longa duração.

Ao retomar a trajetória do M-19, é possível encontrar ecos da formação de um Estado dominado pelo bipartidarismo durante mais de cem anos; um Estado em que as disputas políticas foram resolvidas, quase sempre, de forma violenta e fora dos marcos institucionais; disputas em que os rebeldes e dissidentes (fossem eles guerrilheiros ou não) definiam como inimigo principal a “oligarquia” – termo recorrente nos documentos do M-19, e que pretendemos analisar em detalhe mais adiante.

A referência à longa duração não é gratuita. Fernand Braudel, como se sabe, construiu há mais de meio século esse conceito – que se tornou uma das marcas da produção historiográfica inspirada pela Escola dos Annales, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Em oposição às correntes dominantes no século XIX, em geral preocupadas com o “tempo curto” do evento e dos fatos miúdos, Braudel (consolidando o programa que vinha dos primeiros tempos dos Annales, ainda sob a égide de Marc Bloch e Lucien Febvre) propunha que o historiador mirasse para o tempo longo.

A proposta parecia significar uma recusa, em bloco, às temáticas da História Política. Mas o próprio Braudel era o primeiro a desfazer o engano:

O tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações. Onde, entre alguns de nós, historiadores, uma viva desconfiança relativamente a uma história tradicional, dita ocorrencial, confundindo-se a etiqueta com a da história política, não sem alguma inexatidão; a história política não é forçosamente ocorrencial, nem condenada a sê-lo.¹⁵⁹

Ou seja, no célebre artigo de 1958, em que procurou fixar a ideia da “longa duração”, Braudel parecia preocupado em não transformar a História Política em sinônimo de história “ocorrencial” (aquela que se escreve com o olhar no tempo curto).

Feita a ressalva, no entanto, o mestre francês reconhecia que a ruptura com as formas tradicionais da história do século XIX tinha sido realizada, sim, “em benefício da história econômica e social, *em detrimento da história política*”¹⁶⁰ (grifo nosso).

A longa duração pode ser entendida, diz Braudel, como a estrutura que se torna ao mesmo tempo “sustentáculo e obstáculo” dos quais “o homem e suas experiências não podem libertar-se”. O autor deixa claro quais seriam os campos do conhecimento histórico em que o novo conceito permitia avançar: “Pensai nas dificuldades para quebrar certos quadros geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade, até mesmo estas ou aquelas coerções espirituais; os quadros mentais também são prisões de longa duração”.¹⁶¹

Braudel testou esse conceito na prática, na tessitura de obras como *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. Ali, fica evidente a utilidade da ideia de “longa duração” para se compor quadros geográficos, ambientais, econômicos e até mentais que parecem quase imóveis.

Por outro lado, Peter Burke lembra-nos que o livro recebeu críticas de certas correntes historiográficas incomodadas com o “determinismo braudeliano”. Um determinismo, diz Burke, que não tinha nada de simplista, e era sustentado por uma acurada percepção – por parte de Braudel – da importância da geografia na construção das sociedades humanas: “Como poucos livros anteriores, se é que algum o fez, *O Mediterrâneo* torna seus leitores conscientes da importância do espaço na história”.¹⁶²

¹⁵⁹ BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais. A Longa Duração”. In: *Escritos Sobre a História*. Tradução de J. Guinsburg e Teresa Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 46.

¹⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 47.

¹⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 50.

¹⁶² BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora Unesp, 1997, p. 54.

Braudel não escamoteava a questão. Dizia de forma bastante clara:

continuo tentado, perante um homem, a vê-lo encerrado dentro de um destino que dificilmente constrói, dentro de uma paisagem que desenha por detrás de si e em sua frente as perspectivas infinitas da 'longa duração'. Na análise histórica, tal como a vejo - assumindo inteira responsabilidade - é sempre o tempo longo que acaba por vencer.¹⁶³

O homem encerrado em um destino, prisioneiro de um tempo longo... Não se deve esquecer que *O Mediterrâneo* foi escrito enquanto Braudel estava preso, pelos nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial. Mais de uma década depois, no artigo de 1958 sobre a longa duração, o autor também fala na “coerção geográfica”, e no homem “prisioneiro de climas, de vegetações, de populações animais, de um equilíbrio lentamente construído”. Mas, ao se referir aos sistemas culturais que operam na longa duração, usa termos um pouco mais sutis: prefere falar em “permanências” ou “sobrevivências”.¹⁶⁴

É menos a prisão e a coerção, e mais a permanência e a sobrevivência braudelianas o que nos interessa retomar aqui. E o fazemos com uma pergunta: seriam a permanência e a sobrevivência conceitos úteis também para uma História Política que se pretenda renovada?¹⁶⁵

Fernand Braudel, vimos alguns parágrafos acima, deixa aberta a porta para uma História Política que não seja, forçosamente, “condenada” ao tempo do evento, ao curto alcance. Seria então possível aplicar o conceito de longa duração no esforço para se compreender o fazer político e as estruturas políticas de determinado país ou sociedade?

Essa é uma hipótese que nos parece razoável explorar no caso colombiano.

Com isso, não pretendemos propor uma narrativa fatalista da História, que aponte, por exemplo, para uma “natureza violenta” do homem colombiano, ou uma tendência inescapável para a resolução armada dos conflitos. Não. Essas são questões historicamente determinadas, a partir das contradições da sociedade colombiana. Por outro lado, esses são temas que preocupam alguns dos maiores especialistas colombianos no estudo da violência política, como Gonzalo Sánchez Gómez:

Es preciso volver a poner las cosas en su justo lugar e insistir, más que en las dicotomías, en las intersecciones de la guerra y la política. Pero, esto no debe impedir reconocer igualmente que *la cronicidad de nuestra violencia*, especialmente bajo su

¹⁶³ BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo mediterrânico na época de Felipe II, Volume II*. Lisboa: Martins Fontes Editora, 1984, p. 625.

¹⁶⁴ BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais: A Longa Duração”. Tradução de J. Guinsburg e Teresa Cristina Silveira da Mota. In: *Escritos Sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 50.

¹⁶⁵ Cf. RÉMOND, René (org.) *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

expresión bélica, es excepcional en el contexto latinoamericano, y que produce, aparte de los obvios efectos económicos y políticos, impactos culturales en una doble dirección: primero, remitiendo, quierase o no, a la idea de una cultura de la violencia, no necesariamente en el sentido de una naturaleza violenta del hombre colombiano sino al menos de una tendencia históricamente identificable, explicable y recurrente de la guerra [...] Segundo, la cronicidad de nuestra violencia remite también, paradójicamente, a una cultura del consenso, que a la larga ha llevado a la idea de que todo es negociable, todo el tiempo¹⁶⁶ (grifo nosso).

De forma alegórica, essa “cronicidade” da violência e das guerras civis poderia ser pensada como a chuva que jamais se interrompe na Macondo de García Márquez, em *Cem Anos de Solidão*.

A sensação de estar preso a um quadro (político) imóvel, a uma prisão de longa duração, surge também em outra obra de García Márquez: em *El General en su Laberinto*, o personagem principal (trata-se do próprio Simón Bolívar) responde de forma irônica, quando o mordomo lhe indica que era hora de se levantar para deixar Bogotá, naquele 8 de maio de 1830 – quando o “Libertador” derrotado partiria para uma viagem sem volta. “Está lloviendo desde las tres de la madrugada”, diz o mordomo. “Desde las tres de la madrugada del siglo diecisiete”, responde Bolívar.¹⁶⁷

Esse conceito estabelecido por Gonzalo Sánchez – a “cronicidade” da violência colombiana – permite-nos pensar no M-19 não só em suas especificidades de um movimento armado de esquerda, surgido nos anos 1970, mas também como continuidade e permanência.

O esforço para observar o M-19 como expressão e resultado de movimentos muito profundos na História da Colômbia será feito, ao longo deste capítulo, a partir de três recortes: a) a guerrilha como resultado da *guerra de facções*, instaurada ainda no século XIX colombiano; b) o M-19 como herdeiro do discurso de combate à *oligarquia* (trata-se de categoria central nos debates políticos da Colômbia); c) e, por fim, o grupo guerrilheiro como ator e resultado de “La Violencia”, mais uma característica de longa duração na História Política daquele país e que ressurge com toda força na passagem dos anos 1940 para 1950.

Transversalmente aos três recortes, ficará clara também a força do *bipartidarismo* (Liberais versus Conservadores) – que parece conformar todo o debate político na Colômbia.

¹⁶⁶ SÁNCHEZ, Gonzalo. *Guerras, memoria e Historia*. Medellín: La Carreta Editores, 2009, p. 33.

¹⁶⁷ GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *El general en su Laberinto*. Bogotá: Verticales de bolsillo, 2012, p. 12.

3.1 - Guerras de facções

Desde o século XIX, a Colômbia encontrou imensa dificuldade para dar vazão institucional aos conflitos políticos, que acabam resultando em guerras de facções. O surgimento do M-19 nos anos 1970 parece ser mais um sinal dessa permanência, mais uma manifestação dessa história de longa duração feita de facciosismo e violência.

Nas páginas seguintes, vamos nos afastar um pouco do objeto central desta dissertação, para avaliar conceitos como o de “país fragmentado” e “comunidade política cindida” – um mergulho de duzentos anos na história da Colômbia como Nação independente. Mergulho que, ao final, nos levará de volta ao tempo curto do M-19 e de seus embates.

O país que viria a ficar conhecido como Colômbia¹⁶⁸ é marcado, desde os primeiros anos pós-independência, por disputas entre líderes e facções. Os dois “heróis libertadores” neogranadinos – Simón Bolívar e Francisco Santander – entraram em choque já em 1828. Santander teve que se exilar, e só pôde voltar à América do Sul depois da morte de Bolívar, ocorrida em 1830. Veremos mais adiante que a luta entre eles foi uma espécie de *conflito fundador*, a indicar os contornos que a disputa política assumiria naquele país.

Os seguidores de Bolívar e Santander dariam origem, pouco depois, aos dois principais partidos políticos no país: o Liberal (criado em 1848) e o Conservador (1849). Parte da historiografia colombiana contesta a ideia – difundida pelos próprios partidos – de que a matriz liberal teria se formado sob influência dos princípios defendidos por Santander, enquanto os conservadores seriam herdeiros do pensamento bolivariano.¹⁶⁹

¹⁶⁸ Após a independência, em 1810, abriu-se um primeiro período de muita instabilidade (1810-1815, a chamada “Patria Boba”), em que o novo país foi batizado de Províncias Unidas de Nova Granada. Os espanhóis empreenderam a reconquista, e só depois de uma guerra prolongada as tropas comandadas por Simón Bolívar obtiveram, em 1819, a independência definitiva. Na época, não havia a Colômbia tal como a conhecemos hoje. Mas a Grã-Colômbia – um projeto de Bolívar, que pretendia unificar num só Estado os atuais territórios de Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá. Em 1830, essa unidade se desfez, com Venezuela e Equador declarando independência; surgiu, então, a República de Nova Granada (nome adotado entre 1832 e 1858), que incluía os atuais territórios da Colômbia e do Panamá. Em meados do século XIX, o país adotou outras denominações: Confederação Granadina (1858 a 1863) e Estados Unidos de Colômbia (1863 a 1886). Em 1886, com a aprovação de uma Constituição conservadora e centralista, escolheu-se o nome sintético e definitivo: República de Colômbia. No início do século XX, o Panamá (com clara interferência dos EUA) declarou independência, e a Colômbia ganhou então a configuração territorial que mantém até hoje.

¹⁶⁹ Tirado Mejía diz que os partidos Liberal e Conservador utilizam Bolívar e Santander como mitos de origem. Cf. TIRADO MEJÍA, Alvaro. “Colombia: siglo y medio de bipartidarismo”. In: *Colombia Hoy*. Bogotá: Siglo Veintiuno Editores, 1978, p. 102. Vale lembrar que Mariano Ospina Rodríguez, fundador do Partido Conservador, estava entre os conspiradores que atentaram contra Bolívar em 1828, o que torna difícil estabelecer essa ligação direta entre Partido Conservador e adeptos de Bolívar - Cf. CHECCHIA, Cristiane. “Nova Granada em 1840 e a formação dos partidos políticos.” In: *Terra e Capitalismo - A questão agrária na Colômbia (1848-1853)*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2007, pp. 82-85.

O mais importante, no entanto, é notar que os dois agrupamentos (fundados na década de 1840, e ainda hoje atuantes na política colombiana) enfrentaram-se durante toda a segunda metade do século XIX. Não só nas urnas, mas de armas na mão – em conflitos sangrentos. As disputas entre Liberais e Conservadores (permeadas por guerras civis e golpes de Estado) avançaram até o início do século XX, quando estes últimos conseguiram impor uma hegemonia que duraria três décadas – a chamada “Regeneração”.

Os conflitos armados na Colômbia ressurgiram em meados do século XX, ainda que sob novas feições – não mais opondo as elites liberais e conservadoras.

Nossa hipótese central é a de que o Estado colombiano foi, ao longo de sua história, incapaz de incorporar os conflitos à esfera institucional – mesmo quando as disputas se davam entre frações da classe dominante, como se observa ao longo do século XIX. Sem espaço para vazão institucional, os embates se manifestaram em sucessivas guerras de facções.

Ao longo desta seção¹⁷⁰, pretendemos também retomar o debate teórico sobre as facções – que é fonte permanente da preocupação de pensadores políticos, desde a Antiguidade. É esse debate que apresentaremos a seguir, procurando responder a algumas questões: o conflito entre grupos ou classes sociais é, sempre, fonte de instabilidade? Quando e por que a divergência política se transforma em guerra de facções? Há uma linha de pensamento única, ou predominante, na reflexão sobre o tema ao longo da História?

Mais adiante, ao confrontar a elaboração teórica clássica com a História política da Colômbia, buscaremos compreender por que esse país foi incapaz de superar o facciosismo, sendo hoje o único Estado da América do Sul a conviver com movimentos guerrilheiros que acabam de completar meio século de atuação ininterrupta.¹⁷¹

¹⁷⁰ Esta seção é, em parte, devedora das reflexões proporcionadas pela disciplina de pós-graduação Formação do Pensamento Constitucional Moderno e o Constitucionalismo Latino-Americano (DCP/FFLCH-USP), ministrada pelos professores doutores Cícero Araújo (DCP/USP) e Roberto Gargarella (Universidade de Buenos Aires), em 2012.

¹⁷¹ As FARC (grupo armado em atividade mais antigo das Américas, e certamente um dos mais antigos do mundo) e o governo colombiano realizam negociações de paz em Havana (Cuba) desde fevereiro de 2012. Apesar de algum avanço nas conversas, a guerrilha segue atuante em várias partes do país, especialmente nas regiões cobertas pela floresta amazônica. O grupo guerrilheiro ELN (de orientação guevarista), bem menor do que as FARC, mantém-se também ativo – desde os anos 1960.

3.1.1 - Os males da discórdia: história de uma ideia

A reflexão sobre o papel das facções, e sobre a forma como o choque entre elas pode corromper ou dificultar a Constituição dos Estados, é ponto central das obras de Maquiavel, Guicciardini e Rousseau – dentre outros autores clássicos.

No capítulo terceiro de seu *As fundações do pensamento político moderno*, Quentin Skinner mostra que a preocupação com o chamado “facciosismo” é ainda mais antiga no pensamento político ocidental: remonta a autores como Marsílio de Pádua e Bartolo de Saxoferrato, que escreveram no século XIV.

Com a notável exceção de Maquiavel (a quem voltaremos logo adiante), todos eles parecem dialogar com a velhíssima tradição do pensamento político ocidental que – desde os gregos, e passando por pensadores medievais anteriores mesmo à escolástica – associava a existência de conflitos, necessariamente, à corrupção do Estado. Ou seja: eliminar a discórdia parecia ser um imperativo central para o bom funcionamento de qualquer comunidade política que se pretendesse estável. Newton Bignotto é quem nos lembra:

A defesa da paz foi um tema típico dos pensadores medievais que, inspirados em Agostinho, viam na manutenção da calma e da ordem no interior das comunidades políticas uma condição essencial para que os “agraciados” pudessem viver o tempo que lhes estava destinado na terra. Embora as raízes dessa concepção fossem religiosas e fizessem parte do que podemos chamar de uma teologia política, a ideia central de que a paz é o objetivo teve uma longa vida até os tempos modernos.¹⁷²

Bignotto indica que essa tradição manteve-se intacta à medida que a escolástica se afirmou no pensamento ocidental: “A esse respeito, basta lembrar a obra de Marsílio de Pádua que no século XIV, em plena efervescência política e filosófica na Itália, ainda fazia da paz o núcleo de suas preocupações”.¹⁷³ É preciso lembrar que pensadores de tradição escolástica, como Marsílio (e também Bartolo), fundam suas reflexões teóricas na “redescoberta” das obras de Aristóteles, empreendida durante a Idade Média. Os textos aristotélicos voltaram à Europa em traduções árabes, na época da ocupação da Península Ibérica pelo Califado de

¹⁷² BIGNOTTO, Newton. “Guicciardini e Maquiavel”. In: *Republicanism e Realismo: um perfil de Francesco Guicciardini*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 172.

¹⁷³ Idem, *Ibidem*, p. 173.

Córdoba. Do árabe, essas obras foram vertidas para o latim – quase sempre, por eruditos católicos.¹⁷⁴

Aos poucos, a tradição aristotélica passou a disputar espaço com o pensamento agostiniano no interior do mundo cristão. No século XIII, essa tendência se cristalizou, na obra de Santo Tomás de Aquino. Ao recuperar o avanço do pensamento aristotélico no mundo ocidental, Skinner estabelece uma genealogia do estudo das facções, que nos leva aos gregos:

Aristóteles já proclamara, e santo Tomás com ele, que a conservação da paz proporciona ‘os meios para defender o bem e a segurança do povo’. Marsílio simplesmente reitera essa tese (...) Dessa crença aristotélica numa vinculação direta entre as facções e a tirania, resulta que todos os teóricos escolásticos tendam a tratar o problema da discórdia civil como o principal perigo para a liberdade das cidades-república¹⁷⁵.

Tanto Bartolo como Marsílio, nos lembra Skinner, estão profundamente influenciados por esse pensamento de matriz tomista e aristotélica. E, por isso, “concordam veementemente (...) que *a mais perigosa debilidade das cidades-república consiste em sua extrema sujeição às facções*, em sua permanente discórdia e na falta da paz interna”¹⁷⁶ (grifo nosso).

Dois séculos depois de Marsílio e Bartolo, Maquiavel também dedica sua atenção ao tema das divisões e dos conflitos. Olha para Florença e sua história, e parece espantar-se:

Primeiro os nobres se dividiram entre si, e depois houve a divisão entre os nobres e o povo, e, por último, entre o povo e a plebe; e muitas vezes ocorreu que uma dessas partes, tendo vencido, dividiu-se em duas, e de tais divisões tiveram origem tantas mortes, tantos exílios, tantas destruições de famílias, como nunca ocorreu em nenhuma cidade de que se tenha memória¹⁷⁷.

Maquiavel gasta boa parte dos oito livros em que divide a *História de Florença* a narrar os conflitos entre “guelfos” e “gibelinos”, ou entre “Neri” e “Bianchi”, disputas sempre permeadas por mortes, vinganças, golpes e... Novas mortes. Maquiavel não estava sozinho. Um contemporâneo florentino, Francesco Guicciardini, também dedica parte de seus escritos ao tema das facções.

Importante ressaltar que, seja na tradição escolástica medieval (Bartolo, Marsílio e outros), seja no pensamento dos florentinos renascentistas (Maquiavel e Guicciardini),

¹⁷⁴ Cf. SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹⁷⁵ SKINNER, Quentin, op. cit., p.77.

¹⁷⁶ Idem, Ibidem, p 76.

¹⁷⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 8.

reflexões sobre as facções (ainda que inspiradas em autores da Antiguidade) eram movidas por questões do presente: afinal, os conflitos entre os “partidos” tinham sido causa de graves distúrbios nas cidades italianas dos séculos XIII e XIV.

Havia, no entanto, diferenças importantes na forma de observar essas disputas; e é esse o ponto que pretendemos destacar agora.

A originalidade de Maquiavel

Seria possível apontar em Maquiavel e Guicciardini uma unidade de temáticas: os dois preocupam-se em refletir sobre a História de Florença e sobre as dissensões internas que ameaçavam a estabilidade da cidade. Mais difícil, no entanto, é encontrar entre eles similaridades de concepções políticas.

Newton Bignotto, em *Republicanism e realismo*, especialmente no capítulo IV (“Guicciardini e Maquiavel”), elenca vários pontos de discordância entre os dois autores florentinos, com destaque justamente para o tema das facções. Guicciardini, diz Bignotto, ainda parece seguir à risca a velha tradição de negar e repudiar os conflitos. O que ele defendia “era simplesmente a continuidade de uma maneira de abordar a política a partir da ideia de unidade e de paz”.¹⁷⁸

Já Maquiavel significa um claro ponto de inflexão nesse debate.

Importante descer ao detalhe, e dedicar mais alguma atenção a esse debate teórico, posto que a compreensão do que diz o teórico florentino vai nos ajudar, mais à frente, a entender melhor o tipo de conflito que marca a sociedade colombiana.

Rompendo com a tradição do pensamento ocidental, Maquiavel passa a ver o conflito já não mais como problema, mas como possível solução. Para ele, as disputas políticas não são necessariamente fonte de instabilidade dos Estados. Mas, sim, um elemento que pode levar ao aperfeiçoamento das instituições. Bignotto faz questão de ressaltar: a posição de Maquiavel – nesse aspecto particular – deve ser considerada “como uma declaração explícita de ruptura com o passado”.¹⁷⁹

Mas de que forma se apresenta essa ruptura, nos textos de Maquiavel?

¹⁷⁸ BIGNOTTO, Newton, op. cit., p. 179.

¹⁷⁹ Idem, Ibidem, p. 173.

No livro Terceiro de *História de Florença*, o autor fornece já pistas do que pensa sobre os conflitos – especialmente quando olha para o passado e compara as “inimizades entre os homens” registradas em Roma e Florença:

As inimizades havidas em Roma, no princípio, entre o povo e os nobres eram definidas por disputas, enquanto as de Florença o eram por combates; as de Roma terminavam com leis, enquanto as de Florença terminavam com o exílio e com a morte de muitos cidadãos¹⁸⁰.

Mas a originalidade de Maquiavel fica mais evidente em *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Ao refletir sobre as partes em conflito na Roma antiga, ele afirma de forma direta:

Os que criticam as contínuas dissensões entre os aristocratas e o povo parecem desaproveitar justamente as causas que asseguraram fosse conservada a liberdade de Roma, prestando mais atenção aos gritos e rumores provocados por tais dissensões do que aos seus efeitos salutares. Não querem perceber que há em todos os governos duas fontes de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática. Todas as leis para proteger a liberdade nascem da sua desunião, como prova o que aconteceu em Roma.¹⁸¹

Se os pensadores de tradição escolástica, e mesmo os chamados “humanistas cívicos” do início do Renascimento, ainda viam a divisão e a dissensão como sinais de doença do “corpo político”¹⁸², Maquiavel faz o contrário: exalta o conflito. E o faz a partir de um exemplo grandioso, retirado da História: Roma antiga.

Maquiavel conclui que não é a ausência de disputas que pode garantir o equilíbrio; ao contrário, a existência das disputas é que – muitas vezes – permite o equilíbrio e impede a destruição do Estado.

Mais que isso: ele deposita sobre os “plebeus” romanos (ou sobre o “povo” florentino, a depender do período sobre o qual se debruça) a responsabilidade por “defender as liberdades”. O desejo do povo de não ser oprimido é sempre mais forte do que o desejo dos

¹⁸⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 157.

¹⁸¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Tradução de Sérgio Bath, Brasília: Editora da UNB, 1979, p. 31.

¹⁸² A metáfora do “corpo político” (à qual voltaremos no Capítulo 4) está presente em pensadores cristãos, como Santo Tomás de Aquino - que possivelmente sofreu influência de Aristóteles: o filósofo grego utilizava metáforas advindas da Medicina para pensar na busca da “harmonia” e do equilíbrio também na Política. Alcir Lenharo estabelece a genealogia do conceito de “corpo político” no pensamento político, indicando que a metáfora foi utilizada também por autores modernos como Hobbes e Rousseau (LENHARO, Alcir. “O Corpo Teológico do Poder”. In: *Sacralização da Política*. Campinas: Papyrus/Editora da Unicamp, 1986). A ideia do “corpo político” doente (que precisa ser curado e expurgado de “parasitas” que o ameaçam) é visível também entre pensadores de esquerda no século XX, especialmente aqueles sob influência do marxismo soviético (LEFORT, Claude. *A Invenção Democrática*. Tradução de Isabel Marva Loureiro, São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 84, 112 e 113).

“grandes” de oprimir, diz Maquiavel. E é desse conflito que pode surgir uma sociedade equilibrada, imagina ele.

Estamos diante de um original elogio à discórdia, ao conflito. Mas não a qualquer conflito, e isso também é preciso ressaltar. As inimizades e disputas são positivas, diz Maquiavel, quando “terminam com leis” – como em Roma. Ou seja, quando levam à elaboração de regras que regulam esses mesmos conflitos. Trata-se, portanto, de defender a incorporação do conflito à institucionalidade.

Importante reter essa ideia, para depois refletirmos sobre o que acontece na Colômbia em mais de duzentos anos de história.

Passado o Renascimento, o tema das facções seguiu a preocupar teóricos políticos – inclusive aqueles já bem distantes da tradição da Constituição Mista dos Estados, à qual é possível associar Maquiavel. Jean-Jacques Rousseau – alinhado à Teoria Soberanista da Constituição dos Estados¹⁸³ – debruça-se sobre o assunto. Ao traçar as diferenças entre vontade geral e vontade de todos, Rousseau afirma:

Quando há conluio, associações parciais em detrimento da grande associação, a vontade de cada uma dessas associações se torna geral em relação a seus membros e particular em relação ao Estado (...). Para se ter de fato o enunciado da vontade geral, é importante que não haja opinião parcial no Estado e que cada cidadão opine somente de acordo com seu entendimento.¹⁸⁴

A preocupação de Rousseau aparece expressa no Livro II de sua obra mais conhecida – *Do contrato social*. O autor genebrino cita uma frase do pensador florentino: “A verdade é que algumas divisões são nocivas às repúblicas, enquanto outras são proveitosas. São nocivas as que carregam seitas e facções; são proveitosas as que se mantêm sem seitas nem facções”.¹⁸⁵

É necessário também destacar essa ideia, para mais à frente pensarmos na tradição do bipartidarismo colombiano, em que os cidadãos parecem manter fidelidade a “associações parciais” (Partido Liberal e Partido Conservador) mais do que à “vontade geral” a que se refere Rousseau.

¹⁸³ Para mais detalhes sobre a distinção entre Constituição Mista e Constituição Soberana, ver: ARAÚJO, Cícero. *A Forma da República - da Constituição Mista ao Estado*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

¹⁸⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2011, p. 81.

¹⁸⁵ Idem, *Ibidem*, p. 81.

Madison e os federalistas

Antes, no entanto, seria importante lembrar que os males do “facciosismo” não foram tema de reflexão apenas dos teóricos da Política no Velho Continente. Do outro lado do Atlântico, duas décadas depois de Rousseau ter publicado *Do contrato social*, o tema do facciosismo ressurgiu. Era a preocupação central entre aqueles que debatiam a Constituição do que viria a ser a Nação mais poderosa das Américas (e, mais tarde, de todo o Planeta): os Estados Unidos.

Como se sabe, os 13 Estados (antigas 13 Colônias) que originaram o país na América do Norte não constituíram desde logo uma União federal. O que regia a relação entre eles, logo após a independência da Inglaterra, em 1776, eram apenas os chamados Artigos da Confederação. Em 1787, reuniu-se na Filadélfia a Convenção Federal que elaborou uma Constituição comum para os Estados Unidos. O texto, no entanto, precisaria ser ratificado pela população em cada um dos Estados.

Os chamados “federalistas” (Alexander Hamilton, James Madison e John Jay) defendiam a necessidade da Constituição Federal: ou seja, o cidadão passaria a viver sob duas Constituições – a de seu Estado de origem e a da nova União que se formava¹⁸⁶. A obra coletiva conhecida como *O Federalista* (com textos de Hamilton, Jay e Madison) “é fruto da reunião de uma série de ensaios publicados na imprensa de Nova York em 1788, com o objetivo de contribuir para a ratificação da Constituição pelos Estados”.¹⁸⁷

Fernando Papaterra Limongi lembra que o debate sobre as facções aparece com destaque em *O Federalista – número 10*, de autoria de Madison. Não por acaso, o texto é considerado “o artigo mais importante de toda a série, merecendo as maiores atenções dos comentaristas. A razão desta celebridade encontra-se em sua discussão a respeito do mal das facções e das formas de enfrentá-lo”.¹⁸⁸

No texto, Madison avança em conjecturas, lançando a pergunta: para evitar as “desgraças das facções” o que seria mais adequado - prevenir-lhe as causas ou corrigir-lhes os

¹⁸⁶ Cf. PALMER, Robert. *The Age of the Democratic Revolution*. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1989, p. 228 et seq.

¹⁸⁷ LIMONGI, Fernando Papaterra. “O Federalista: remédios republicanos para males republicanos”. In: WEFORT, Francisco (Org.). *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 2011, p. 245.

¹⁸⁸ Idem, *Ibidem*, p. 252.

efeitos? Madison logo conclui que a primeira hipótese deveria ser descartada porque, segundo ele, a própria “natureza humana encerra germes escondidos de facções”.¹⁸⁹

O federalista aponta as origens das possíveis disputas facciosas:

O zelo por opiniões diferentes em objetos de religião, de governo, de especulação ou de prática; a afeição a chefes cuja ambição disputa a preeminência ou o poder, ou a outras pessoas cuja fortuna interessa às paixões humanas, têm formado continuamente partidos entre os homens (...). Os homens são arrastados por uma inclinação tão poderosa a animosidades recíprocas que, quando eles não têm ocasiões importantes para exercitá-las, as distinções mais frívolas e mais extravagantes têm bastado para acordar paixões inimigas e para fazer nascer violentos combates.¹⁹⁰

Religião, afeição a chefes ambiciosos e até “distinções frívolas” bastam para criar conflitos destrutivos, afirma Madison. É uma forma de frisar (e agora somos nós que afirmamos, e não Madison) que essas disputas nem sempre se dão por conflitos entre classes distintas; e que mesmo entre grupos ou frações da mesma classe é possível surgirem disputas violentas.

Mais uma vez, há aqui uma pista para se pensar nas guerras de facção que marcam a Colômbia no século XIX: os conflitos armados ocorrem, basicamente, entre setores da classe dominante. Veremos mais adiante que as disputas religiosas (um dos focos da preocupação de Madison, na América do Norte) seria tema central nas disputas entre Liberais e Conservadores colombianos.

Madison, no entanto, ressalta que “a causa que mais comumente tem dado lugar ao nascimento das facções tem sempre sido a desigual distribuição das propriedades”. Ele considera normal o surgimento de interesses contraditórios “que dividem a sociedade em diferentes classes com pontos de vista e sentimentos diferentes”, e conclui: “O fim principal da legislação moderna deve ser o de submeter a regras certas esta multidão de interesses opostos; e o espírito de partido e de facção deve entrar sempre no cálculo das operações ordinárias e necessárias do governo.”¹⁹¹

Para o autor norte-americano, portanto, não se trata de mascarar ou reduzir a importância dos conflitos. Mas de admiti-los como um dado da realidade. Madison adota assim – arriscamo-nos a dizer – uma linha mais próxima da defendida por Maquiavel, ao

¹⁸⁹ MADISON, James. “Capítulo X: utilidade da União como preservativo contra as facções e insurreições”. In: *O Federalista*. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 101.

¹⁹⁰ Idem, Ibidem, p. 101.

¹⁹¹ Idem, Ibidem, p. 102.

afirmar de forma direta: “Concluamos que não é possível prevenir todas as causas de facções, e que não resta outro remédio que o de corrigir-lhes os efeitos”.¹⁹²

Madison alerta para o risco de que os conflitos entre facções possam levar à utilização do aparato de Estado para beneficiar um ou outro grupo, a depender de quem detenha o poder político. Ele não diz explicitamente, mas esse tipo de disputa já ameaçava incendiar alguns dos Estados que haviam alcançado a independência em 1776.

Uma das vantagens da união constitucional entre os Estados, diziam os federalistas, era justamente diluir os conflitos entre grupos rivais. Madison entendia que o governo representativo em cada um dos 13 Estados independentes, por si só, não seria capaz de superar os riscos do facciosismo. A resposta mais segura para evitar as disputas destrutivas era constituir um Estado maior, extenso, para dar vazão aos conflitos locais e diluir assim as inevitáveis disputas entre as facções:

A influência dos chefes facciosos pode talvez acender o fogo da discórdia nos seus estados particulares, mas nunca ocasionar um incêndio geral nos outros; (...) o furor pelo estabelecimento do papel-moeda, pela abolição das dívidas, pela divisão das propriedades, ou outro projeto igualmente absurdo e desastroso, pode mais facilmente invadir um dos membros isolados do que o corpo inteiro da União.¹⁹³

Essa situação parece bastante diferente da vivenciada pela elite *criolla* que, depois de conquistar a independência da Coroa espanhola, lutava para constituir um novo Estado na porção mais setentrional da América do Sul – a mesma porção de terra que, até 1810, constituía o Vice-Reinado de Nova Granada. É o que pretendemos analisar nas páginas seguintes.

3.1.2 - Fragmentação e conflito na Colômbia

Aparentemente, não houve um debate específico sobre o tema das facções no Constitucionalismo latino-americano nas primeiras décadas posteriores à independência. É o que indica o extenso levantamento feito por Roberto Gargarella.¹⁹⁴ Mas, se não surge de

¹⁹² MADISON, James, op. cit., p. 102.

¹⁹³ Idem, Ibidem, p. 105.

¹⁹⁴ Cf. GARGARELLA, Roberto. *200 Años de Constitucionalismo en América Latina (1810-2010)*. Trabalho inédito (*work in progress*) disponibilizado aos alunos da pós-graduação da USP em 2012.

forma clara no campo teórico, o facciosismo está presente nos embates políticos concretos. E, especialmente no caso da Colômbia, adquire contornos dramáticos.

Ao contrário de Argentina e do Brasil, onde as guerras de facções surgem com força na primeira metade do século XIX, mas já parecem superadas quando os Estados nacionais se consolidam na segunda metade daquele século, a Colômbia é um país onde a luta fratricida entre partidos rivais mantém-se durante todo o Novecentos.

As facções liberal e conservadora enfrentaram-se em guerras civis sangrentas. “El siglo XIX fue un siglo convulso; hubo dos golpes de Estado, catorce guerras civiles regionales, muchos enfrentamientos locales y nueve guerras generales, de las cuales seis se sucedieron entre 1830 y 1886”.¹⁹⁵ A Colômbia tinha eleições regulares, mas os processos eleitorais ao longo do século XIX, em vez de garantir legitimidade, se convertiam em fator de divisão e sectarismo; as guerras impediam consensos, servindo para deslegitimar sempre o oponente.

Mais importante: ao final de cada guerra ou conflito, a facção vencedora assumia o poder e escrevia uma nova Constituição. Foram sete constituições num período de 56 anos, entre 1830-1886. Um sinal claro de que *o Estado colombiano não conseguiu institucionalizar os conflitos*. Ao contrário, poderíamos dizer que *o conflito é que institucionalizou o Estado*. O vencedor temporário estabelecia uma ordem legal que não era aceita pela facção derrotada. E esta logo se lançava em nova guerra com o objetivo de, obtendo eventual vitória, alterar novamente a institucionalidade.

Quais os motivos de um quadro tão extremo? Sobre o século XIX colombiano, Diana Ceballos Gómez afirma:

*El control efectivo del Estado central sobre el conjunto del territorio y de sus gentes fue precario; esto tiene su paralelo, como ha sido señalado anteriormente, en una sociedad con un peso alto de las regiones en la configuración del país, sectarismo en la vida municipal, poca inmigración, libertad religiosa tardía, diferencias sociales pronunciadas, confrontación política con frecuencia de carácter violento, rivalidades entre elites regionales y entre localidades vecinas, luchas étnicas y bandolerismo social, que han dado como resultado la tan mencionada fragmentación del país*¹⁹⁶ (grifos nossos).

Ora, a fragmentação e as rivalidades entre elites regionais eram, exatamente, o grande temor de James Madison ao escrever o texto em que alertava para os riscos do facciosismo no que viriam a ser os Estados Unidos. O líder federalista acreditava que o melhor remédio para

¹⁹⁵ CEBALLOS GÓMEZ, Diana. “Desde la formación de la república hasta el radicalismo liberal (1830-1886)”. In: *Historia de Colombia: todo lo que hay que saber*. Bogotá, Taurus, 2006, p. 179.

¹⁹⁶ CEBALLOS GÓMEZ, Diana, op. cit, p. 177.

enfrentar esse mal era um território extenso e fisicamente integrado, com uma Constituição federal que diluísse os conflitos locais.

País fragmentado

Na Colômbia, o Estado nacional manteve-se fraco. A fragmentação territorial (lembramos que esse é um país cortado por três cordilheiras) fez com que o poder se espraiasse pelas regiões, onde frações da elite local disputavam a terra e o poder, sem respeito por uma institucionalidade “federal” (ou nacional) que pairasse acima dos conflitos.

De início, a fragmentação era física mesmo: “las tres cadenas [cordilheiras] han sido formidables barreras para la comunicación de las regiones colombianas y del interior del país con el mundo exterior”¹⁹⁷, diz Frank Safford. O autor afirma que, no período colonial e também ao longo do século XIX, foi-se consolidando na Colômbia uma divisão entre três regiões quase isoladas: o ocidente, o oriente e a costa atlântica, cada qual com formações culturais e características econômicas bastante distintas entre si.

O rio Magdalena era a principal (e quase sempre a única) forma de ligação entre o centro do país (onde está Bogotá) e o litoral caribenho, num trajeto que passava pelo porto fluvial de Honda. Mas a viagem podia levar mais de um mês. “Como resultado de la fragmentación histórica de Colombia, la escala del comercio interno era demasiado pequeña de modo que no estimuló un crecimiento dinámico.” A consequência é que cada região muitas vezes estabelecia laços diretos com o exterior. Safford diz que até meados do século XIX, “el flete marítimo y fluvial desde Liverpool hasta Honda no fue mayor que el transporte de Bogotá a Honda”.¹⁹⁸

País fragmentado do ponto de vista geográfico – a tripla cordilheira e a floresta fechada em longas porções do país criavam barreiras quase intransponíveis para a integração territorial, especialmente no século XIX –, a Colômbia é desde cedo uma Nação fragmentada também do ponto de vista político.

¹⁹⁷ SAFFORD, Frank. “País fragmentado: continuidad y cambio en la geografía económica de Colombia”. In: PALACIOS, Marco; SAFFORD, Frank. *Colombia - país fragmentado, sociedad dividida. Su historia*. Bogotá: Editorial Norma, 2002, p. 17.

¹⁹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 28.

Comunidade política cindida

Fernán González fornece uma chave interpretativa preciosa para a compreensão desse tema. Ao pensar na formação do Estado Nacional colombiano, durante o século XIX, o autor colombiano utiliza a tipologia estabelecida por Charles Tilly, que distingue dois tipos de dominação por parte do Estado. Na “dominação direta”, o Estado central consegue penetrar e controlar diretamente população e território, mediante instituições impessoais de Justiça e uma burocracia estatal bem estruturada; o Exército tem o monopólio do uso da força. Já na “dominação indireta”, o Estado exerce suas funções “mediante la negociación con los poderes existentes de hecho en regiones y localidades, que adaptan la normatividad y la administración a sus situaciones particulares”.¹⁹⁹

A Colômbia seria um caso claro de “dominação indireta” do Estado: o governo central teve que negociar, sempre, com os poderes de fato estabelecidos em cada região do país - o que teria favorecido o acúmulo de forças junto às facções locais.

Essas facções, formadas por elites com interesses muito específicos em cada região, acabavam por se alinhar – num complicado jogo de articulações e disputas – às duas grandes correntes políticas que se foram constituindo no campo nacional: Liberais e Conservadores.

Estudioso do Nacionalismo, o britânico Benedict Anderson diz, em sua obra mais conhecida, que a Nação pode ser definida como “uma comunidade política imaginada”. Adotando o que chama de “um espírito antropológico”, o autor procura rebater interpretações como as de Ernest Gellner que associam a “invenção” do nacionalismo com “contrafação” e “falsidade”. Anderson prefere ver a construção das nações como um fenômeno de “imaginação” e “criação”:

Ele [Gellner] sugere, implicitamente, que existem comunidades “verdadeiras” que, num cotejo com as nações, se mostrariam melhores. Na verdade, qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas.²⁰⁰

¹⁹⁹ GONZÁLEZ, Fernán. *Partidos, guerras e Iglesia en la construcción del Estado Nación en Colombia (1830-1900)*. Medellín: La Carreta Editores, 2006, p. 21.

²⁰⁰ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, pp. 32-33.

Para Anderson, o fato de a Nação ser uma “criação” e de ser – sempre – “imaginada” por um conjunto de pessoas não a faz mais ou menos legítima do que qualquer outro tipo de construção social. E não se trata de usar o conceito de Nação ou nacionalismo para mascarar as contradições sociais, mas de procurar entender a dimensão que o fenômeno assumiu ao longo de duzentos anos:

Ela [a Nação] é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas.²⁰¹

Fernán González utiliza o conceito estabelecido por Benedict Anderson para defender o ponto de vista de que, na Colômbia, não se pode falar na existência de uma “comunidade imaginada” de caráter homogêneo, caracterizada pela existência de um passado comum (real ou inventado) e de um projeto de futuro que se reflita em “sentimientos de compatriotidad”. Segundo González, o que se vê na Colômbia é uma “*comunidad política escindida* en partidos políticos contrapuestos, cuyos copartidarios excluyen a los distintos como enemigos absolutos por fuera de la patria”²⁰² (grifo nosso).

Ou seja: se na Colômbia institui-se algum tipo de “camaradagem horizontal” (expressão de Anderson), ela não se verifica na base de um sentimento de pertencimento “nacional”. A “camaradagem” se dá no interior de cada uma das comunidades políticas que se enfrentam de forma quase permanente: Liberais, de um lado; Conservadores, de outro.

Essa oposição é tão forte e duradoura na Colômbia que, mesmo os grupos que se propunham a romper com o bipartidarismo, acabavam por se definir na origem como liberais ou conservadores. Relembremos, por exemplo, que os guerrilheiros das FARC, antes de se constituírem como força marxista, apresentavam-se como “guerrilha liberal” (em contraposição ao avanço conservador que se estabeleceu no país após o assassinato de Gaitán em 1948).

O próprio Gaitán, aliás, era do Partido Liberal. Ainda que visto (pela elite que controlava o partido) como liberal “dissidente”.

A ANAPO – partido criado pelo general Rojas Pinilla nos anos 1960 para romper a polarização Liberais x Conservadores – constituía apoios contando com alas liberais e

²⁰¹ ANDERSON, Benedict, op. cit., p. 34.

²⁰² GONZÁLEZ, Fernán, op. cit., p. 22.

conservadoras, a depender da região. É o que mostra César Augusto Ayala Diago, quando narra a maneira como lideranças anapistas foram formando diretórios locais para o partido de Rojas: “José Jaramillo Giraldo y Jaime Piedrahíta recorrieron el occidente de Antioquia a finales de noviembre [de 1969] [...] inauguraron casas rojistas, instalaron comandos liberales y conservadores”. César Ayala mostra ainda o papel, na formação do novo partido, de Alberto Zalamea – preocupado em trazer para a ANAPO setores de classe média. Zalamea era definido como “el líder del anapismo liberal”.²⁰³

Ou seja, o partido de Rojas Pinilla (relembremos que a ANAPO é a força de onde se originariam muitos dos militantes do M-19) pretendia romper a polarização entre Liberais e Conservadores, mas não conseguia se livrar dessa “prisão de longa duração” que dividia a política colombiana entre duas comunidades políticas. É essa permanência que pretendemos compreender nas páginas seguintes.

Liberais versus Conservadores

Os dois partidos – como já vimos – foram criados em meados do século XIX. Mas as disputas políticas entre facções na Colômbia vinham de antes.

No início deste capítulo, lembramos do embate que, em 1828, opôs Santander e Bolívar – numa época em que a Grã-Colômbia abarcava também os atuais territórios de Venezuela, Equador e Panamá.

Bolívar e Santander tinham sido líderes fundamentais na guerra contra os espanhóis. Com a independência, Bolívar virou o presidente e Santander, o vice. O primeiro tinha um projeto centralista, propunha um executivo forte apoiado no poder militar. Já Santander era um liberal, queria um executivo mais fraco e defendia a democracia liberal clássica.

As rivalidades entre eles, no entanto, eram mais complexas. Havia outros interesses em disputa.

Bolívar, nascido em Caracas, tinha claras afinidades com os comandantes militares que haviam lutado nas guerras de independência (a maioria deles de origem caraquenha). Santander, nascido e criado na região neogranadina de Cúcuta, havia estudado Direito em Bogotá antes de se incorporar ao exército que lutou contra os espanhóis. Era, por isso, mais

²⁰³ AYALA DIAGO, César Augusto. *El populismo atrapado, la memoria y el miedo: el caso de las elecciones de 1970*. Medellín: La Carreta Editores, 2006, pp. 132 e 134.

próximo dos chamados “letrados” ou “abogados”, e também dos comerciantes e proprietários de terra que viviam em torno de Santa Fé de Bogotá.

Civilistas (alinhados a Santander) e militares (em geral, mais próximos de Bolívar) mantinham uma disputa permanente pelo poder no novo Estado que se constituía:

El rencor entre civiles y militares se intensificaba en la Nueva Granada por el hecho de que muchos oficiales militares eran venezolanos, mientras que los abogados neogranadinos dominaban los cargos judiciales, legislativos y ejecutivos. Así, la división entre civiles y militares se entrelazó con las tensiones regionales entre neogranadinos y venezolanos.²⁰⁴

Os dois grupos se enfrentaram de forma cada vez mais feroz, especialmente após 1826, quando Bolívar passou a defender para a Colômbia uma nova carta constitucional (a chamada “Constituição boliviana”): ultracentralista, previa a figura do presidente vitalício, escolhido de forma indireta.²⁰⁵ O cargo vitalício, evidentemente, seria ocupado pelo próprio Bolívar. Os adeptos de Santander protestaram, definindo o projeto como uma proposta de Monarquia disfarçada.

Em 1828, chegou-se a reunir uma Convenção (na cidade de Ocaña) para debater as mudanças constitucionais; mas houve impasse entre bolivarianos e santanderistas. Em agosto de 1828, Bolívar expediu um decreto que, na prática, instituíra uma ditadura; o texto abolia o cargo de vice-presidente, então ocupado por Santander.

As escaramuças verbais e as disputas políticas logo viraram confronto físico. Em 25 de setembro de 1828, santanderistas tentaram matar Bolívar quando este se encontrava no palácio presidencial, no centro de Bogotá. O “Libertador” escapou por pouco, saltando pela janela:

No lograron alcanzar a Bolívar. Este, semidesnudo, protegido por miembros de la servidumbre y por su favorita Manuelita Sáenz, tuvo que permanecer varias horas escondido bajo un puente del río San Francisco. De allí, salió para incorporarse a los cuarteles donde las tropas lo aclamaron.²⁰⁶

²⁰⁴ SAFFORD, Frank, op. cit., p. 249.

²⁰⁵ Em 1825, o general Sucre informou a Bolívar que o Alto Peru (recém libertado da Coroa espanhola) decidira conformar um novo Estado, que receberia o nome de Bolívia – em homenagem ao “Libertador”. Sucre pediu que Bolívar escrevesse a Constituição desse novo país, por isso o texto ficou conhecido como “Constituição boliviana”. Bolívar, no entanto, “creía que su invención constitucional era una solución ideal, no sólo para Bolívia sino para todos los países andinos” (SAFFORD, Frank, op. cit., p. 252).

²⁰⁶ JARAMILLO URIBE, Jaime. “Etapas y sentido de la Historia de Colombia”. In: *Colombia Hoy* (varios autores). Bogotá: Siglo Veintiuno Editores, 1980, p. 32.

A reação dos bolivarianos foi dura. Catorze conspiradores foram condenados à morte, entre eles José Prudencio Padilla, um dos heróis das guerras de emancipação. Santander também recebeu sentença de morte, mas teve a pena comutada para um exílio na Europa. Só depois da morte de Bolívar, por motivos de saúde, em 1830, é que Santander voltaria ao país para assumir a presidência e tentar colocar em prática seu programa liberal.

Mas as disputas fratricidas não se deviam apenas às desavenças entre os militares caraquenhos e a elite de Bogotá, nem às diferenças de concepção quanto à forma de governo – mais ou menos centralizado. Havia outra questão em foco, e ela foi central durante todo o século XIX na Colômbia: a questão religiosa.

Seitas e facções

Em *The Age of the Democratic Revolution*, Robert Palmer reflete sobre as formas institucionais para lidar com conflitos de interesses na sociedade. Para facilitar a argumentação, recorre a um exemplo didático: o autor imagina um Estado dividido entre dois partidos – *blues* e *greens*. E avança no raciocínio: se os *greens* – usando os canais legais e com uma maioria política eventual – aprovam determinada lei, essa não pode ser encarada meramente como uma lei dos *greens*. Os *blues* podem ter votado contra, mas precisam aceitar a lei não como um ato de força, nem como um ato de vontade apenas dos *greens*, nem tampouco como um desejo da maioria eventual. Trata-se da vontade geral, à qual devem se submeter tanto os *greens* como os *blues*.

Conclui Robert Palmer: “a general will is the essence of the civil community, and is the only sovereign that men need obey”.²⁰⁷ Palmer estabelece como “essência” da comunidade civil o respeito à “vontade geral”. E diz que esse é o único soberano a que os homens devem prestar obediência.

Ora, na Colômbia, uma das correntes de pensamento acreditava dever obediência a um ente que estava distante do território nacional, e imune a qualquer controle institucional estabelecido pelo Estado soberano: a doutrina católica. Em torno dessa fidelidade ao Vaticano e à Igreja romana, estabeleceu-se boa parte dos conflitos entre Liberais e Conservadores ao longo do século XIX.

²⁰⁷ PALMER, Robert. *The Age of the Democratic Revolution*. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1989, p. 122.

Importante ressaltar que Bolívar em pessoa jamais adotou um discurso religioso de legitimação (apesar de, em 1828, ter proibido o estudo das ideias do filósofo liberal Bentham, e de ter obrigado as escolas a ensinar os fundamentos da religião católica). Mas os Conservadores (que reivindicavam a herança bolivariana) incorporaram à sua identidade partidária não apenas o projeto centralista do “Libertador”; incorporaram também o catolicismo, como matriz a orientar a ação política. Associados à Igreja, não aceitavam a ampliação das liberdades individuais.

Os Conservadores alinhavam-se ao pensamento dos jesuítas, enquanto os Liberais faziam uso “de una imagen mitológica de la democracia norteamericana y de las virtudes republicanas de Benjamin Franklin, del radicalismo utilitarista de Bentham, de las teorías económicas de Smith y Say”.²⁰⁸

A Colômbia era, assim, uma “comunidade cindida” por duas facções inimigas, por duas visões de mundo inconciliáveis. E a religião transformava-se no centro do debate político, diz Fernán González: “Los calificativos de antijesuita y projesuita diferenciaban más las adhesiones políticas que los de progresista y reaccionario. La confusión entre política y religión hizo que los partidos políticos tomaran el aspecto de *sectas enemigas*”²⁰⁹ (grifo nosso).

Nesse ponto, vale lembrar a ideia de Maquiavel, retomada por Rousseau, e citada algumas páginas atrás: “algumas divisões são nocivas às repúblicas, enquanto outras são proveitosas. São nocivas as que carregam seitas e facções; são proveitosas as que se mantêm sem seitas nem facções”. Mais do que facções, portanto, os partidos colombianos podiam ser definidos no século XIX como “seitas inimigas”. Com programas inconciliáveis e excludentes.

Para além da questão religiosa, a historiografia colombiana tentou estabelecer cortes de classe para explicar as diferenças entre Liberais e Conservadores. O livro de Germán Colmenares *Partidos políticos y clases sociales* parece ter influenciado boa parte do debate – especialmente entre os anos 1960 e 1980. De uma forma geral, Colmenares procurou estabelecer vínculos claros entre os partidos e as classes (ou frações de classe) em confronto na Colômbia: o Partido Conservador seria representante dos proprietários de terra, dos interesses associados ao clero católico e aos militares; os Liberais seriam expressão política da burguesia urbana, de comerciantes e setores da classe média, além dos pequenos proprietários de terra.

²⁰⁸ COLMENARES, Germán. *Partidos Políticos y Clases Sociales*. Medellín: La Carreta Editores, 2008, p. 33.

²⁰⁹ GONZÁLEZ, Fernán, op. cit., p. 38.

Colmenares associa a “burguesia de comerciantes” ao programa político liberal, enquanto os “hacendados” (proprietários de terra) seguiriam “una tradición imprecisa que asociaba sus nombres a los regímenes conservadores desde los tiempos de Bolívar”.²¹⁰ O autor parece render-se a certa dose de esquematismo, mesmo nas passagens em que procura ser cauteloso nas associações entre sistema político e classes sociais: “Si bien un estudio que tienda a poner en claro el papel histórico jugado por las clases sociales debe matizarse al máximo, con todos los detalles que puedan modificar un esquema demasiado general, *este esquema se impone por sobre toda variación*”²¹¹ (grifo nosso).

Cristiane Checcia diz que, a partir dos anos 1980, vários estudos possibilitaram de fato matizar essa interpretação, e lembra que o próprio Colmenares – em textos posteriores – reviu em parte essa definição. A dificuldade para estabelecer relações tão diretas entre classes e partidos aparece quando se lembra que “os interesses econômicos dos membros rurais e urbanos da classe alta eram complementares: comerciantes e proprietários tinham interesses no livre comércio para exportar e para consumir produtos importados”.²¹²

A grande fragmentação territorial colombiana, já ressaltada nesta dissertação, também é um obstáculo para se estabelecer padrões claros de lealdades partidárias país afora – por mais que a existência de duas comunidades estanques (Liberais e Conservadores) tenha se consolidado ao longo do século XIX, e sobrevivido durante todo o século XX.

Nas últimas décadas, estudos regionais têm permitido uma compreensão menos esquemática dessas lealdades partidárias, fortemente mediadas pelos chefes políticos locais:

A existência de tais caciques e de suas respectivas clientelas precedeu a criação dos partidos políticos e, de alguma maneira, as fidelidades partidárias foram impregnadas ou constituídas a partir das lealdades pessoais preexistentes. Em outras palavras, esse tipo de relação alimentou e foi alimentada por uma ideologia de pertencimento que mesclava lealdades pessoais com fidelidade partidária, as quais maquiavam as diferenças de classes e facilitavam a dominação por parte das elites.²¹³

Álvaro Tirado Mejía diz que a tentativa de estabelecer corte de classe tão preciso entre Liberais e Conservadores no século XIX é apenas “parcialmente cierto”, e ressalta:

La aplicación de la oposición: liberalismo progresista expresión de los intereses de la burguesía comerciante o industrial, y conservatismo retardatario, expresión de los

²¹⁰ COLMENARES, Germán, op. cit., pp. 38 e 80.

²¹¹ Idem, Ibidem, pp. 29-30.

²¹² CHECCHIA, Cristiane, op. cit., p. 86.

²¹³ Idem, Ibidem, p. 88.

latifundistas, es en gran parte una transposición mecánica de la situación Europea de los siglos XVIII y XIX.²¹⁴

O autor diz que a associação esquemática entre Liberalismo e “burguesia progressista”, além de desconhecer a composição pluriclassista do Partido Liberal, foi uma representação ideológica que permitiu a essa legenda encampar correntes de esquerda e movimentos populares, como se na Colômbia forças políticas socialistas não precisassem se constituir de forma orgânica “pues el liberal puede cubrir sus inquietudes”²¹⁵. Tirado Mejía mostra ainda que é difícil estabelecer diferenças marcantes entre Liberais e Conservadores quando se observa, por exemplo, os temas do livre comércio ou do federalismo. Havia conservadores e liberais propensos a defender posições opostas em relação aos dois pontos, a depender do momento circunstancial, ou dos interesses regionais em jogo.

Também Tirado Mejía é definitivo ao apontar o chamado “problema religioso” como “el real punto de separación entre el liberalismo y el conservatismo”. O catolicismo era uma bandeira de luta. E essa afirmação assumia caráter literal muitas vezes, com as tropas conservadores carregando o estandarte do Vaticano no campo de batalha, durante as guerras civis:

El problema religioso sirvió como principal bandera divisoria de los partidos en el siglo pasado. Incluso en la guerra de 1876 este asunto se hizo explícito y *las tropas conservadoras enarbolaron como estandarte la bandera de los Estados pontificios*. En la propaganda política de los partidos se motejaba a los conservadores de ultramontanos y éstos presentaban a los liberales como “matacuras”, ateos y enemigos de la religión²¹⁶ (grifo nosso).

Ao longo da segunda metade do século XIX, entre guerras civis e conflitos, o pêndulo institucional balançou em alguns momentos para o lado liberal, em outros para o conservador. Não era simples alternância entre partidos rivais, disputando o poder sob regras comuns; era como se houvesse dois países em choque: a comunidade política colombiana mantinha-se permanentemente cindida.

Entre 1848 e 1876, foram os liberais que conseguiram aplicar seu programa: separação dos poderes, redução do papel do Exército, liberdade de imprensa e de culto. Também iniciaram a secularização das instituições, com o fechamento de conventos e a educação laica.

²¹⁴ TIRADO MEJÍA, Alvaro. “Colombia: siglo y medio de bipartidarismo”. In: *Colombia Hoy* (vários autores), Bogotá: Siglo Veintiuno Editores, 1978, p. 115.

²¹⁵ Idem, Ibidem, p. 116.

²¹⁶ Idem, Ibidem, p. 123.

O choque com os conservadores foi permanente, mas os liberais se impuseram durante quase três décadas, com destaque para o papel de Murillo Toro – importante intelectual e líder político colombiano, que chegaria à presidência do país. Ele conseguiu aprovar o sufrágio universal (que, mais tarde, seria revertido), empreendeu grande campanha para abolição da escravidão (suprimida, por fim, em 1851) e pela ampliação do acesso à terra, outro motivo de graves conflitos na Colômbia. O auge liberal deu-se com a Constituição de 1863 – a primeira “cuyo encabezado se hizo en nombre del pueblo y no de Dios”.²¹⁷

Parecia uma vitória definitiva...

Mas o nome de “Dios” se mostraria mais forte que o nome “del pueblo” na Colômbia. Nos anos 1870, os conservadores empreenderam o contra-ataque. E, depois de mais uma guerra sangrenta, em 1885, dissidentes liberais associados a conservadores ultracatólicos estabeleceram um novo regime, conhecido como “La Regeneración”: aprovaram nova Constituição (1886), firmaram acordos com a Igreja e o Vaticano, e reverteram todas as medidas liberais.²¹⁸ Essa Constituição ultracatólica vigoraria na Colômbia até 1991.

O programa clássico liberal – cujas bases tinham sido lançadas por Santander – estava derrotado. E mais que isso: ao contrário de Madison nos Estados Unidos, que acabou por inspirar a Constituição de uma União federal imune aos males do facciosismo, Liberais e Conservadores colombianos não conseguiram criar mecanismos para institucionalizar os conflitos. As disputas entre os dois partidos (ou “seitas inimigas”, na definição de Fernán González) seguiu pelo menos até o começo do século XX, com a chamada “Guerra dos Mil Dias”. Depois, a hegemonia conservadora se consolidou, prolongando-se até 1930. A partir dos anos 1940, abriu-se novo período de conflitos intensos.

Século XX: o Estado fechado para “os de fora”

Se no século XIX a disputa se dava entre frações da classe dominante (e o papel reservado à religião católica era central na clivagem entre Liberais e Conservadores), no século XX as disputas adquiriram outro caráter. Mas de que forma isso se deu? Relembremos, rapidamente.

²¹⁷ CEBALLOS GÓMEZ, Diana, op. cit., p. 176.

²¹⁸ Cf. URIBE CELIS, Carlos. “Regeneración o Catástrofe (1886-1930)”. In: *Historia de Colômbia: todo lo que hay que saber*. Bogotá, Taurus, 2006.

Em 1948, operários, setores médios urbanos e pequenos proprietários de terra pareciam depositar suas esperanças na liderança de Jorge Eliécer Gaitán (líder dissidente do Partido Liberal, favorito para vencer as eleições de 1950, com um programa que afrontava as elites dos dois partidos tradicionais). Esses setores logo perceberam – e da forma mais trágica – que o caminho institucional estava fechado: Gaitán foi assassinado em 9 de abril daquele ano, no centro da capital colombiana. A reação popular levou ao Bogotazo, impressionante rebelião em que a área central de Bogotá foi destruída – com centenas de mortes.²¹⁹

Os Conservadores passaram a governar com base no Estado de sítio. Percebendo que não teriam acesso ao poder pela via eleitoral, grupos rebeldes estabeleceram no interior do país as chamadas “guerrilhas liberais”. O choque entre o Estado e os grupos guerrilheiros (de início identificados como “liberais”, alguns deles assumiriam depois identidade mais à esquerda – o que levaria, por exemplo, à fundação das FARC) resultou em mais de uma década de intensos conflitos, período que ficou conhecido pela historiografia colombiana como “La Violencia”.

Alguns autores chegam a falar em 300 mil mortos ao longo da fase mais dura, que vai de 1949 a 1953. Eric Hobsbawm, que se dedicou ao tema nos anos 1970, prefere adotar cifra mais conservadora, ainda que igualmente impressionante: não menos do que cem mil mortos²²⁰. O descontrole e o medo das elites frente a matanças sucessivas fizeram com que Liberais e Conservadores, pela primeira e única vez na história colombiana do século XX, aceitassem um governo sem o controle direto exercido por um dos dois partidos. O então ministro da Guerra, o general Gustavo Rojas Pinilla, foi levado à presidência de forma provisória em 1953.

Era uma ditadura, mas Rojas assumiu papéis contraditórios: se reprimiu de forma violenta estudantes nas grandes cidades, foi capaz de convencer vários líderes das guerrilhas liberais a se desarmarem. O general construiu um espaço autônomo de liderança, colocando em risco a hegemonia das elites tradicionais dos dois partidos.

Em 1957, Liberais e Conservadores derrubaram Rojas e reassumiram as rédeas do poder estabelecendo a chamada “Frente Nacional”: o acordo previa um pacto de alternância

²¹⁹ Cf. BRAUN, Herbert. *The Assassination of Gaitán*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.

²²⁰ HOBBSAWM, Eric. “La Anatomía de ‘La Violencia’ en Colombia”. In: *Once Ensayos sobre La Violencia*. Bogotá: Cerec/Centro Gaitán, 1985, p. 14. Sobre “La Violencia” colombiana, nesse mesmo texto, Hobsbawm afirma: “representa lo que constituye probablemente la mayor movilización armada de campesinos (ya sea como guerrilleros, bandoleros o grupos de autodefensa) en la historia reciente del hemisferio occidental” (p. 15).

de poder, e “fechava” o caminho institucional para os novos setores que procuravam se incorporar ao jogo político – como veremos em detalhe mais adiante.

Os dois partidos governaram sob regime pactista durante quase vinte anos. E, ao fechar o Estado para “os de fora”, acabaram por gerar outro tipo de facção: as guerrilhas, que de início tinham um caráter liberal (ou gaitanista), acabaram por se constituir como grupos armados de linhagem comunista (ou, genericamente, de esquerda). Nos anos 1960, uma dessas guerrilhas, sob comando de Manuel Marulanda, o “Tirofijo”, daria origem às FARC, que adotaram um programa marxista.

Em 1970, os “de fora” ameaçaram de novo entrar no jogo para ganhar. Em 19 de abril daquele ano, o general Rojas Pinilla tentou voltar ao poder – agora pelo voto. Ele era o candidato a presidente da República pela ANAPO, legenda que desafiava a hegemonia de Liberais e Conservadores. Com um discurso nacionalista e acenos aos trabalhadores, Rojas era o favorito para vencer. Saiu na frente na apuração, mas terminou derrotado por estreita margem, numa eleição que muitos colombianos consideraram ter sido fraudada.²²¹

Mais uma vez, a revolta popular levou à decretação de Estado de sítio. E, alguns anos depois, a acusação de fraude daria origem – exatamente – ao M-19. Apesar da retórica socialista (“Socialismo à Colombiana”), o grupo guerrilheiro – como já vimos nos capítulos anteriores – trazia no nome a data de uma eleição. A referência, portanto, era à democracia (ou às dificuldades para alcançá-la).

A morte de Gaitán e a derrota de Rojas Pinilla: nos dois episódios, a nosso ver, há em comum a dificuldade do Estado colombiano para incorporar os conflitos políticos (e sociais, sobretudo) ao jogo institucional.

Os conflitos extrainstitucionais na Colômbia assumem, obviamente, feições muito distintas no século XIX e no século XX. Mas parece haver um ponto comum entre as velhas disputas que opunham Liberais e Conservadores, durante o Novecentos, e os embates mais recentes entre o Estado (manejado pelas elites oriundas das duas legendas tradicionais) e os grupos guerrilheiros: a dificuldade em incorporar as disputas ao marco da lei.

Seguindo a célebre definição de Maquiavel, seria possível afirmar que, na Colômbia, os conflitos raramente terminam “com leis” (como ocorria na Roma antiga), mas “com o exílio e a morte”²²² (como se dava na Florença renascentista).

²²¹ AYALA DIAGO, César Augusto. *El populismo atrapado, la memoria y el miedo: el caso de las elecciones de 1970*. Medellín: La Carreta Editores, 2006, pp. 201-234.

²²² MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 157.

O M-19 – nesse sentido – parece ser, ao mesmo tempo, expressão de permanência e ruptura.

Permanência, de um lado, porque o grupo surge justamente pela incapacidade do Estado colombiano de resolver conflitos pela via institucional. O Estado mantém-se fechado para forças políticas que (como o gaitanismo nos anos 1940, ou o rojismo e a Anapo nos 1960 e 1970) pudessem significar qualquer ameaça ao domínio de Liberais e Conservadores. A guerrilha do “Eme” é um desdobramento dessa história de longa duração na Colômbia – em que o conflito político não encontra vazão institucional, e descamba para a guerra.

Mas o grupo guerrilheiro pode ser visto como ruptura, se lembramos que o M-19 se lança às armas defendendo a democracia, em 1974; e dezesseis anos depois, de forma significativa, aceita depor os fuzis em troca de uma nova Constituição que rompesse com o bipartidarismo. Ou seja: ao propor a reforma das instituições, via Constituinte de 1991, o M-19 pretendia ser uma força política capaz de incorporar os conflitos ao jogo político das urnas, rompendo assim com a velha maneira de resolver o dissenso na Colômbia – quase sempre, pela via armada.

3.2 - O combate à oligarquia

Duas palavras aparecem de forma recorrente nos documentos (panfletos, boletins, jornais, revistas e discursos de dirigentes) produzidos pelo grupo guerrilheiro, em dezesseis anos de combates armados: democracia e oligarquia.

É possível afirmar que o M-19 se via como a expressão de uma democracia que não se realizou plenamente na Colômbia. E não se realizou, no entendimento da guerrilha, por responsabilidade da elite dirigente que é reiteradamente apontada como a “oligarquia a ser vencida”. Pouco antes de morrer, Jaime Bateman reiterava:

Las elecciones en Colombia son un engaño total, absoluto, total. Porque son hegemonizadas por los partidos tradicionales a todos los niveles. Los recursos, a nivel político, incluso hasta a nivel militar. Mientras continúe la hegemonía bipartidista en las elecciones no hay posibilidades de participar.²²³

²²³ BATEMAN, Jaime. *Oiga, hermano*. Bogotá: Ediciones Macondo, 1984, op. cit., p. 109.

Esse tipo de pensamento está presente, de forma clara, no discurso feito durante reunião da direção da guerrilha, em setembro de 1984, por Álvaro Fayad – que na época era o principal comandante do M-19, depois da morte de Jaime Bateman. Fayad defende o “Diálogo Nacional” (negociações entre os insurgentes e o governo) como parte de uma estratégia maior, para construir não o socialismo, mas a democracia na Colômbia:

Hoy, el Diálogo Nacional es nada más ni nada menos que un instrumento democrático – concreto como todo instrumento – de la *confrontación entre pueblo y oligarquía*. Es un instrumento democrático porque convoca a todas las fuerzas del país. Es un *instrumento democrático* porque en los hechos concretos demuestra que las instituciones de fachada democrática existentes en Colombia no son suficientes para abarcar las expresiones y los intereses de las inmensas mayorías del país. Es que Colombia no cabe en los dos partidos tradicionales, ni cabe en el parlamento, ni está representada por la Presidencia²²⁴ (grifos nossos).

Reformar as “instituições de fachada democrática” colombiana parece ser a tarefa principal a que se propõe o M-19. Chama atenção que Fayad não faça qualquer referência a classes sociais, a socialismo. Coloca-se, para ele, uma oposição mais simples: povo contra oligarquia. E o horizonte imediato é a ampliação da democracia, já que a Colômbia “não cabe” mais no sistema de poder criado pelos “dois partidos tradicionais.”

Mais adiante, no mesmo discurso, Fayad cita o líder já morto Jaime Bateman, para colocar de novo a democracia no centro das demandas do M-19:

Como decía Bateman, el que gane la bandera de la paz en Colombia, gana la guerra: porque esa bandera de la paz que es del pueblo quiere decir ampliación de la democracia y de la justicia social (...) el objetivo concreto del Diálogo Nacional es crear un instrumento de participación democrática para todo el país dentro de los marcos actuales del régimen oligárquico.²²⁵

O combate à oligarquia de que fala o M-19 não guarda paralelo com certas construções teóricas de grupos marxistas que, nos anos 1960 e 1970, acreditavam que – antes de lutar pela superação do Capitalismo – a esquerda deveria vencer os resquícios “feudais” que impediam o desenvolvimento das sociedades latino-americanas. É o caso, por exemplo, do Partido Comunista Brasileiro, que defendia aliança com setores da burguesia para superar os “restos feudais” e para derrotar certa aristocracia no campo – estes sim vistos como entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, que deveria levar ao socialismo mais

²²⁴ FAYAD, Álvaro. “El dialogo nacional: factor estrategico de poder”. In: *Congreso de la Democracia - IX Conferencia Nacional*, Cauca, fevereiro de 1985, p. 11 (trata-se de coletânea de discursos publicada pelo M-19 após o encontro da guerrilha ocorrido em Los Robles, Cauca).

²²⁵ FAYAD, Álvaro. “El dialogo nacional: factor estrategico de poder”, op. cit., p. 12.

tarde. Nessa acepção, “oligarquia” podia ser entendida como classe social, normalmente com interesses vinculados à terra, diferenciando-se da burguesia (esta mais ligada à produção industrial e à vida urbana).

Parece evidente que, ao utilizar o termo oligarquia, o M-19 apropria-se do conceito de uma forma diferente: refere-se ao controle do Estado por um grupo bastante restrito de famílias, que comandavam as duas principais legendas do País – Partido Liberal e Partido Conservador.

É esse o “significado tradicional” de oligarquia, de acordo com Norberto Bobbio em seu *Dicionário de Política*. Bobbio retoma a definição que vinha dos gregos, em textos de Xenofonte, Platão e – principalmente – Aristóteles. “Segundo a distinção aristotélica entre formas puras e formas viciadas de constituição, a Oligarquia, como governo dos ricos, é a forma viciada da aristocracia, que é o governo dos melhores”.²²⁶

A leitura direta de Aristóteles revela que, para ele, as três formas puras de governo seriam: monarquia (governo de um só), aristocracia (governo de poucos) e república (quando “a multidão governa”). “Essas três formas podem degenerar: a monarquia em tirania; a aristocracia em oligarquia; a república em democracia”. Não é nosso objetivo aqui aprofundar essa distinção. Mas apenas esclarecer que, para Aristóteles, “oligarquia” tem claramente uma conotação negativa – não pelo fato de o governo ser exercido por poucos, mas por ser exercido “para a utilidade dos ricos”, sem qualquer preocupação, diz Aristóteles, com o “interesse público”.²²⁷

De volta a Bobbio, observamos que “este significado negativo perdurou em toda a tradição do pensamento político posterior”. O cientista político italiano lembra que o forte “significado de valor negativo” do termo faz com que a palavra “oligarquia” tenha, na linguagem política, “mais uma função polêmica que ilustrativa”. Diz Bobbio:

Oligarquia não designa tanto esta ou aquela instituição, não indica uma forma específica de governo, mas se limita a chamar nossa atenção para o fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar.²²⁸

²²⁶ BOBBIO, Norberto. “Oligarquia”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução de Luís Guerreiro Pinto Cacaís, João Ferreira, Gaetano Lo Mónaco, Renzo Dini e Carmen Varrialle, Brasília: Editora da UnB, 1986, p. 835.

²²⁷ ARISTÓTELES. *A Política*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 106.

²²⁸ BOBBIO, Norberto, op. cit., p. 835.

Noberto Bobbio lembra-nos, no entanto, que na teoria política moderna alguns autores (ele cita especificamente Robert Michels) tentaram subtrair do termo oligarquia seu caráter negativo, sustentando que “toda grande organização e, conseqüentemente, mais ainda o Estado sejam e não possam ser senão governados por um restrito número de pessoas”.²²⁹

Certamente, não é nesse último sentido que a palavra oligarquia tornou-se central nos discursos da esquerda colombiana. O termo assume, na Colômbia, o que Bobbio chama de “valor negativo” – ao designar um sistema político que parece fechado, blindado para aqueles que não integram as elites econômicas e tentam construir alternativas de poder “por fora” dos esquemas tradicionais de poder do Partido Liberal e do Partido Conservador.

Dez anos depois de depor as armas, o ex-guerrilheiro do M-19 Otty Pattiño procurou refletir sobre os obstáculos para se alcançar a paz na Colômbia nas últimas décadas do século XX. Num artigo publicado na virada para o século XXI, o ex-guerrilheiro listou os seguintes pontos: o “fundamentalismo” das organizações armadas (dominadas pelo quadro mental do “vencer o morrer”); a mútua “desconfiança” entre Estado e facções guerrilheiras; e a “dependência externa” – que trazia para dentro da Colômbia a oposição típica da Guerra Fria entre comunismo e capitalismo. Mas Pattiño não tinha dúvida em afirmar que, acima desses três obstáculos citados, a maior de todas as dificuldades para se alcançar a paz era a chamada “soberba oligárquica”:

La clase dirigente colombiana, caracterizada por Jorge Eliécer Gaitán como una oligarquía, es decir, como círculo cerrado de familias que por tradición sentían que el poder en Colombia era una herencia imprescriptible, no concebía la posibilidad de transar el poder político con otros actores que no fuesen los avalados por las grandes maquinarias políticas controladas por ellos mismos. El bipartidarismo se convirtió entonces en una importante garantía para mantener el régimen oligárquico, resolviendo las disputas a través de la confrontación armada de sus bases, y a través de los pactos de las cúpulas liberales y conservadoras.²³⁰

O trecho citado tem o mérito de definir, de forma bastante condensada, o que significa essa “oligarquia” que a esquerda colombiana pretendia derrotar. Mais que isso: Pattiño estabelece, de forma clara, que o conceito chega até a esquerda armada a partir de outras tradições.

Como veremos mais adiante, há mesmo indicações na historiografia colombiana de que foi Jorge Gaitán o principal responsável por popularizar o termo em seus discursos -

²²⁹ BOBBIO, Norberto, op. cit., p. 836.

²³⁰ PATTIÑO, Otty. “Armas versus Política”. In: *De las Armas a la Democracia* (vários autores), Bogotá: Instituto Luis Carlos Galán para el Desarrollo de la Democracia/Ministerio del Interior, 2000, p. 40.

sempre com uma função “mais polêmica que ilustrativa”, de acordo com a expressão de Bobbio.

A oligarquia era também presença marcante nos textos e discursos de outra figura de forte importância simbólica para a esquerda colombiana (e latinoamericana) nos anos 1960: o padre católico Jorge Camilo Torres Restrepo.

Influenciado pelo Concílio Vaticano II²³¹, o padre Camilo Torres desafiava a hierarquia mais tradicional do catolicismo, ao defender que o problema central para os cristãos “no era rezar más, sino amar más”. Além da formação religiosa, Camilo Torres passou pela Universidade de Louvain (Bélgica), onde travou contato com estudantes marxistas e pensadores católicos como Jacques Leclerc, Charles Moeller e François Houtart. De volta à Colômbia, ajudou a criar – em parceria com Orlando Fals Borda – a Faculdade de Sociologia da Universidade Nacional, em Bogotá; e integrou o Instituto Colombiano para a Reforma Agrária (INCORA), propondo “un listado de soluciones a los problemas del sector, incluyendo una profunda expropiación y redistribución de las tierras”.²³²

Em 1965, Camilo Torres passou a trabalhar numa plataforma política mais geral para a Colômbia. Em maio daquele ano, apresentou a convocatória de uma frente comum reunindo o Movimento Revolucionário Liberal (MRL, dissidência à esquerda do Partido Liberal), o Partido Comunista, a ANAPO, além de sindicatos e movimentos independentes. O programa da Frente Unida proposta por Camilo Torres previa reforma agrária profunda, nacionalização dos bancos, dos transportes públicos e dos meios de comunicação, além da planificação estatal da economia.

Camilo acabou expulso da Igreja alguns meses depois, e dedicou-se então a dirigir uma revista com o mesmo nome do movimento que comandava (a Frente Unida). Em outubro de 1965, considerando fechadas as possibilidades de ações institucionais, o padre aderiu ao grupo guerrilheiro ELN, trocando Bogotá pelas montanhas do Departamento de Santander, onde se travavam os combates com o Exército colombiano.

No dia 7 de janeiro de 1966, quando se comemorava o primeiro aniversário do ELN, Camilo Torres escreveu uma *Proclama ao povo colombiano*, em que o inimigo a ser batido

²³¹ Convocado em 1959 pelo Papa João XXIII, o encontro iniciou-se apenas em 1962, provocando mudanças profundas na atuação da Igreja Católica, especialmente na América Latina, levando depois ao surgimento da Teologia da Libertação – que estabeleceu uma parceria entre setores da Igreja e movimentos de esquerda marxista.

²³² BRIENZA, Hernán. *Camilo Torres, sacristán de la guerrilla*. Buenos Aires: Editora Capital Intelectual, 2007, p. 34.

era, claramente, a oligarquia. O padre traçava uma linha de continuidade entre a luta guerrilheira e a mobilização iniciada por Gaitán nos anos 1940:

Cuando el pueblo pedía un jefe y lo encontró en Jorge Eliécer Gaitán, la oligarquía lo mató. Cuando el pueblo pedía paz, la oligarquía sembró el país de violencia. Cuando el pueblo ya no resistía más violencia y organizó las guerrillas para tomarse el poder, la oligarquía intentó el golpe militar para que las guerrillas, engañadas, se entregaran. Cuando el pueblo pedía democracia, se le volvió a engañar con un plebiscito y un Frente Nacional que le imponían la dictadura de la oligarquía. Ahora el pueblo ya no creará nunca más. El pueblo no cree en las elecciones. El pueblo sabe que las vías legales están agotadas. El pueblo sabe que no queda sino la vía armada.²³³

Menos de dois meses após escrever essas linhas, o padre Camilo Torres tombaria nas montanhas de Santander, em fevereiro de 1966, no primeiro combate de que tomou parte. A morte teve enorme impacto entre aqueles que menos de uma década depois liderariam o M-19: “Recuerdo cuando mataron a Camilo... Con su muerte, como con la de Gaitán, el país sufrió otra enorme frustración. Con su muerte, como con la de Gaitán, al pueblo se le cerro otra puerta”.²³⁴

O que unia o destino trágico de Gaitán e Camilo ao M-19 era o fato de terem encontrado – todos eles – “a porta cerrada” pela oligarquia. Também havia unidade no discurso que estabelecia uma oposição simples entre “povo” e “oligarquia”, sem grandes nuances de classes sociais ou interesses econômicos.

Reparemos que Camilo Torres, em sua *Proclama al pueblo colombiano*, fala em “ditadura da oligarquia”, e ressalta que ao “povo” não resta outra alternativa senão a “via armada”. Quase vinte anos depois, em junho de 1985, o M-19 lançava um boletim informativo em que a oposição “povo versus oligarquia” estava presente. Os guerrilheiros denunciavam os ataques armados empreendidos pelo governo do presidente Belisario Betancur – que colocavam fim à tentativa de selar um acordo de paz:

En una palabra, es la Guerra. No contra el M-19 como organización armada. Es contra el M-19 como vocero, promotor y defensor de democracia, entendida ésta como el derecho del pueblo de ser gobierno. (...) A esta oligarquía siempre le han quedado grandes los retos de la historia. Hoy ya sepultó la posibilidad de consolidar la paz construyendo la democracia. Hoy la democracia se construye en contra de esa oligarquía, enfrentando al militarismo. La paz en Colombia solo se conseguirá con la victoria de las fuerzas democráticas.²³⁵

²³³ TORRES, Camilo. “Proclama al pueblo colombiano”. Apud: BRIENZA, Hernán. *Camilo Torres, sacristán de la guerrilla*. Buenos Aires: Editora Capital Intelectual, 2007, p. 74.

²³⁴ BATEMAN, Jaime. “Pablo”. In: LARA, Patricia. *Siembra vientos y recogerás tempestades*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1982, p. 77.

²³⁵ *Con el pueblo, con las armas, al poder* (boletim informativo do M-19), número 97, junho de 1985, pp. 2-3.

Se Camilo Torres dizia que o povo havia escolhido Gaitán como chefe, e que por isso este último fora assassinado pela oligarquia, o M-19 assumia-se, ele próprio, como o porta-voz da democracia e do “direito do povo de ser governo”. Mas para que esse governo do povo se estabelecesse, havia um inimigo a ser batido: a oligarquia.

Na Colômbia, vivia-se numa democracia frustrada, dizia o principal líder do M-19, Jaime Bateman (também conhecido pelo codinome “Pablo”). Numa entrevista concedida à jornalista Patrícia Lara em 1980 (e publicada dois anos depois na Espanha, num volume dedicado às memórias de vários líderes guerrilheiros), Bateman (que morreria num acidente de avião em 1983) falou sobre o tema:

[...] nosotros también le demostramos al pueblo que a esta oligarquía ni su misma democracia burguesa le sirve, ¡porque ni siquiera sus propios principios es capaz de ejecutarlos! [...] Nosotros dejamos siempre abierta la puerta del dialogo. Pero si ellos [sectores dominantes] se empeñan en cerrarla, no queda alternativa distinta de la guerra. Al pueblo no le dejan posibilidad diferente de la revolución. Que las cosas se hagan pacífica o violentamente depende de ellos, repito. Eso lo dijo Gaitán, lo dijo Camillo, lo dijo Anapo y ahora decimos nosotros.²³⁶

Nessa mesma entrevista, Bateman formulou a ideia de que, na Colômbia, a tarefa principal de um revolucionário não era lutar pelo socialismo, mas pela democracia: “si se implantaran las libertades democráticas en Colombia, eso simplemente, aquí, ¡ya constituiría una revolución!”.²³⁷

Mas, para além do discurso e da função “polêmica” do termo, o conceito de oligarquia talvez possa ser aplicado à Colômbia, com uma função descritiva apoiada na definição de Norberto Bobbio: “um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue”.²³⁸

Os Gomez e os Lopez... Os Ospina e os Lleras... Os Gaviria e os Santos. Ao longo de boa parte do século XX, o poder político esteve nas mãos de poucas famílias que comandavam os dois partidos tradicionais colombianos, impedindo assim a abertura do sistema para os “de fora”.²³⁹

²³⁶ BATEMAN, Jaime. “Pablo”. In: LARA, Patrícia. *Siembra vientos y recogerás tempestades*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1982, p. 130.

²³⁷ Idem, *Ibidem*, p. 125.

²³⁸ BOBBIO, Norberto, op. cit., p. 835.

²³⁹ Vale lembrar que tal característica oligárquica mantém-se no século XXI. O atual presidente colombiano, Juan Manuel Santos, é herdeiro da família proprietária do diário *El Tiempo*. O tio-avô do atual mandatário, Eduardo Santos (fundador do jornal), ocupou a presidência entre 1938 e 1942. Outro exemplo: o Partido Liberal (que segue a ter papel importante na política colombiana) é hoje comandado por Simón Gaviria; apontado como possível candidato à presidência da República, Simón é filho do ex-presidente César Gaviria (1990-1994).

Um exemplo da força oligárquica é o caso de Mariano Ospina Pérez. Dirigente Conservador, ele foi presidente do país entre 1946 e 1950: “ingeniero de profesión y político de carrera, líder empresarial exitoso, *sobrino y nieto de ex presidentes* [...] ya había sido senador durante el gobierno de su tío Pedro Nel Ospina (1922-1926)”²⁴⁰ (grifo nosso).

Mario Arrubla lembra-nos outra situação específica em que o governo familiar e os laços de sangue se revelaram de forma explícita nos arranjos de poder. Nas eleições presidenciais de 1974, os dois grandes partidos colombianos se enfrentavam nas urnas com dois candidatos de famílias tradicionais: Alfonso López Michelsen representava o Partido Liberal, e Alvaro Gómez Hurtado era o candidato dos Conservadores.

Quando os dois se lançaram à disputa, diz Arrubla, a imaginação popular foi imediatamente lançada de volta aos anos 1940, época em que o Partido Liberal e o Partido Conservador tinham, como principais líderes, respectivamente: Alfonso López Pumarejo e Laureano Gómez: os dois foram presidentes da República e tiveram papel central na política colombiana.²⁴¹

Três décadas depois, era o filho de López Pumarejo (López Michelsen) quem disputava o poder com o filho de Laureano Gómez (Alvaro Gómez): “cuando el hijo de uno y otro se enfrentaron en 1974 por la presidencia era como si las colectividades que los promovían quisieran volver a comenzar por el punto que antecedió a sus extravíos”.²⁴²

No intervalo de 30 anos entre as duas disputas (opondo as mesmas famílias López/Partido Liberal e Gómez/Partido Conservador), a Colômbia não esteve livre dos arranjos oligárquicos. Ao contrário, foi precisamente nesse intervalo que a oligarquia – para além dos laços de sangue – ganhou contornos institucionais: em 1957, os dois partidos firmaram um acordo que franqueou as principais posições do Estado, de forma rotativa, a representantes indicados pela liderança Liberal e Conservadora.

Durante esse período, em que se estabeleceu a chamada Frente Nacional, o arranjo não foi propriamente familiar. Mas o poder continuava a estar concentrado – e agora de forma oficial – nas mãos das elites dirigentes dos dois partidos. Para Ricardo Sánchez Ángel, “se trató de la creación del partido del orden de las clases altas”.²⁴³

²⁴⁰ *Guerras Inútiles*, op. cit., p. 36.

²⁴¹ O liberal López Pumarejo foi presidente da Colômbia por duas vezes (1934-1938 e 1942-1945). E o conservador Laureano Gómez - inimigo do lopismo - ocupou a presidência entre 1950 e 1951.

²⁴² ARRUBLA, Mario. “Síntesis de Historia Política Contemporánea”. In: *Colombia Hoy* (vários autores), Bogotá: Siglo Veintiuno Editores, 1980, p. 212.

²⁴³ SÁNCHEZ ÁNGEL, Ricardo. “Bajo la Égida de los Estados Unidos.” In: OCAMPO, José Fernando (Ed.). *Historia de las Ideas Políticas en Colombia*. Bogotá: Editora Aguilar, 2008, p. 250.

O acordo – firmado na Espanha franquista, com Laureano Gómez representando os Conservadores e Alberto Lleras assinando pelos Liberais – foi a forma encontrada para se sair da ditadura de Rojas Pinilla (1953-1956), sem trazer de volta os riscos de novos choques sectários entre os dois partidos tradicionais (como ocorrera durante o período conhecido como “La Violencia”, entre fins dos anos 1940 e início dos anos 1950).

Com o pacto da Frente Nacional, a Presidência da República passou a ser ocupada, alternadamente, por Liberais e Conservadores. Outras instituições previstas foram:

paridad obligatoria en los cuerpos colegiados, independiente del número de sufragios [...] y paridad para la rama jurisdiccional, los órganos de control, la representación diplomática y demás cargos oficiales, una partidocracia bifronte liberal-conservadora.²⁴⁴

Os que não se incluíam sob as hierarquias partidárias estavam excluídos do arranjo institucional:

Se era partidario del Frente Nacional, o se era enemigo de Colombia. La oposición tuvo que aparecer como disidencia táctica del oficialismo, como en el caso del Movimiento Revolucionario Liberal y de la Alianza Nacional Popular. *La violencia cesó entre los partidos oficiales, pero reapareció como violencia política contra los disidentes y luego como violencia social clasista desde arriba*, como mecanismo del orden de dominación instaurado verticalmente²⁴⁵ (grifo nosso).

Aqui, mais uma vez, percebe-se como o modelo do bipartidarismo – que Sánchez Ángel prefere definir como “partidocracia” ao longo da Frente Nacional – é um tema transversal na política colombiana, constituindo-se numa das questões fundamentais para se compreender o M-19 na perspectiva das permanências e da longa duração.

O M-19, lembremos, surge no início de 1974, nos momentos finais de vigência da Frente Nacional. A eleição daquele ano seria a primeira – precisamente – em que Liberais e Conservadores tornariam a disputar o poder pelo voto (trazendo de volta o enfrentamento entre os López e os Gómez); pela ANAPO, concorreria María Eugenia que, sintomaticamente, também era filha de um ex-presidente – Rojas Pinilla.

Na eleição de 1974, os candidatos das três principais forças políticas (Partido Liberal, Partido Conservador e a dissidente ANAPO) eram filhos de ex-presidentes. Não deixa de ser revelador que o M-19, a princípio, tenha atuado também dentro da lógica oligárquica, já que incorporava a filha de Rojas Pinilla como esperança de chegar ao poder.

²⁴⁴ SÁNCHEZ ÁNGEL, Ricardo, op. cit., pp. 250-251.

²⁴⁵ Idem, Ibidem, p. 251.

Como já vimos no Capítulo 2, María Eugenia Rojas estava no cabeçalho de todos os jornais distribuídos pela guerrilha, que traziam a palavra de ordem: “Con el pueblo, con las armas, con María Eugenia, al poder”.²⁴⁶ A tradição oligárquica talvez fosse uma prisão de longa duração, também para os guerrilheiros.

Apesar disso, desde o início de suas atividades, o M-19 não teve dúvidas em estabelecer a oligarquia como inimiga principal a ser batida. O primeiro documento produzido pela guerrilha – o manifesto lançado pelo M-19 na Quinta de Bolívar, quando um comando armado roubou do museu a espada do Libertador – já dizia claramente: “en el solío de Bolívar, cada cuatro años se han turnado los representantes de *las oligarquías asesinas del pueblo colombiano*”²⁴⁷ (grifo nosso).

O inimigo principal não era a burguesia, que no discurso de outras organizações de esquerda da época deveria ser expropriada para a construção do Socialismo. O inimigo era a “oligarquia assassina” que a cada quatro anos realizava um rodízio para ocupar a cadeira de Bolívar.

Em janeiro de 1974, alguns dias depois do roubo da espada, a organização lança também seu primeiro boletim informativo (pequeno jornal) – ao qual já fizemos referência nos capítulos anteriores (ver Figura 8, p. 73). A última seção do boletim merece leitura atenta. O título é: “¿Quiénes son nuestros enemigos?”. Na diagramação original, eram apenas 23 linhas, que reproduzimos abaixo:

Como nuestro movimiento es fiel a una línea política eminentemente clasista, encuentra sus peores enemigos en el IMPERIALISMO NORTEAMERICANO que sojuzga a nuestros pueblos impidiéndoles su desarrollo económico y social; en las OLIGARQUÍAS nacionales, serviles incondicionales del imperialismo, vendepatrias descaradas y explotadoras insaciables de los campesinos y de los obreros; en los altos MANDOS MILITARES, perseguidores de obreros, campesinos y estudiantes, guardianes de los intereses del imperialismo y de las oligarquías; el alto clero, obispos y arzobispos que se cuelgan a Cristo en el pecho y por debajo de la lujosa sotana se les ve la gruesa chequera, quienes habiendo hecho voto de pobreza llevan una vida de faraones modernos, quienes persiguen y descalifican a los generosos.²⁴⁸

Vale ressaltar essa preocupação do M-19 em nomear, logo em seu primeiro boletim informativo, quem são os inimigos da guerrilha (“¿quiénes son nuestros enemigos?”). Não se trata de atitude gratuita. A identificação dos inimigos, lembra-nos Bronislaw Baczko, cumpre

²⁴⁶ Ao longo dos anos, no entanto, o M-19 afastou-se do rojismo e da ANAPO, abandonando também as ligações com María Eugenia, como descrito no mesmo Capítulo 2.

²⁴⁷ “Bolívar tu espada vuelve a la lucha” (primeiro manifesto do M-19), 17 de janeiro de 1974 (ver Figura 3, no Capítulo 2 deste trabalho, p. 55).

²⁴⁸ *Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril* (boletim informativo do M-19), número 1, janeiro de 1974.

um papel fundamental no terreno das disputas simbólicas, na medida em que permite “mobilizar as energias e representar solidariedades; cristalizar e ampliar os temores e esperanças difusos. Todos convergem para a legitimação da violência popular.”²⁴⁹

Se a designação clara do inimigo é uma das formas de legitimar a violência que será preciso praticar, para o M-19 há quatro grupos de inimigos bem delimitados: o Imperialismo dos Estados Unidos, as Oligarquias, os Comandos Militares e o Alto Clero católico.

César Augusto Ayala Diago, historiador colombiano que se dedicou ao estudo da ANAPO e das correntes nacionalistas no país, traça a genealogia do discurso antioligarquia:

*La oligarquía significa un vocablo sagrado en la cultura política colombiana para explicar todos los males, partía de los contenidos con los que Gaitán la había promovido en los años cuarenta. Más tarde Alzate Avendaño la retomó para denunciar la esencia del Frente Nacional y Rojas en la oposición la convirtió en el blanco de todos sus ataques*²⁵⁰ (grifo nosso).

Ayala estabelece uma linha clara: de Gaitán a Rojas Pinilla, passando pelo conservador Alzate Avendaño. É possível afirmar que foi através da vertente anapista (por sua vez, herdeira em parte do alzatismo ultraconservador) que essa matriz discursiva antioligárquica chegou ao discurso e aos documentos publicados pelo M-19.

Como descrevemos no Capítulo 1, o M-19 é o resultado da união entre duas tradições políticas principais: ex-guerrilheiros das FARC (de linha marxista), e ex-militantes da ANAPO (de linha nacionalista, terceiro-mundista). Entre os anapistas do M-19, estava Andrés Almarales. Num discurso em fevereiro de 1985, na abertura da IX Conferência do grupo, Almarales dá mais pistas sobre o tipo de pensamento que sustentava a luta guerrilheira: “Aquí no estamos edificando las bases para un grupo más de izquierda. Aquí estamos echando las bases del instrumento de liberación nacional y popular”²⁵¹.

Não se tratava de fazer a revolução socialista, ou de derrotar a burguesia - como defendiam outros grupos armados na América Latina nos anos 1960 e 1970. O objetivo era “liberar” a Colômbia do principal obstáculo ao estabelecimento de uma democracia plena. Ou seja: era preciso derrotar a oligarquia. O M-19, portanto, também se movia com base nesse

²⁴⁹ BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. In: *Enciclopédia Einaudi: Antropos-homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 316.

²⁵⁰ AYALA DIAGO, César Augusto. *El populismo atrapado, la memoria y el miedo: el caso de las elecciones de 1970*. Medellín: La Carreta Editores, 2006, pp. 76-77.

²⁵¹ ALMARALES, Andrés. “Hoy Estamos Reunidos con la Historia”. In: *Congreso de la Democracia - IX Conferencia Nacional*. Cauca, fevereiro de 1985, p. 3 (trata-se de coletânea de discursos publicada pelo M-19 logo após o encontro da guerrilha ocorrido em Los Robles, Cauca).

“vocábulo sagrado” que está no centro do debate político colombiano – especialmente, desde a segunda metade do século XX.

Mas retornemos ao texto do boletim número 1 da guerrilha, transcrito sete parágrafos acima. Além do Imperialismo e da Oligarquia, há dois outros grupos de inimigos citados pelo M-19: “mandos militares” e “alto clero”.

Quanto ao primeiro, é importante ressaltar que a luta contra o Exército teve várias nuances ao longo da história do M-19. O grupo guerrilheiro transformou-se em alvo preferencial das Forças Armadas depois de ter roubado, em 1979, 5 mil armas de um quartel do Exército em Bogotá. Dezenas de guerrilheiros foram, então, presos e submetidos a tortura. Por conta desse embate, no início dos anos 1980 as Forças Armadas eram chamadas de “ejército oligárquico” pelo comandante Bateman do M-19, e denunciadas pela prática de torturas contra os guerrilheiros.

Mas na fase final de sua existência, o “Eme” tentou corrigir o caminho, estabelecendo a oligarquia como inimigo principal, e declarando “Paz a las Fuerzas Armadas”. É o que se lê no manifesto de janeiro de 1988, em que o M-19 propõe um cessar fogo de seis meses:

Invocamos los sentimientos antioligárquicos sembrados por Bolívar con Gaitán y Rojas Pinilla al interior de las Fuerzas Armadas. Apelamos a su conciencia, a su vocación de Patria y dignidad para dar fin a la violencia generalizada y construir entre todos una nueva nación.²⁵²

Havia uma justificativa ideológica para essa mudança de posição frente aos militares, e que passava pelo nacionalismo (outro pilar do discurso do M-19). Se a guerrilha pregava o fortalecimento da nação colombiana, não poderia ver o exército como inimigo – já que este teria papel central na defesa dos “interesses nacionais”, no momento em que o país se livrasse do “regime oligárquico”.²⁵³ O manifesto de 1988 fazia um apelo: “que los cuarteles se conviertan en santuarios de la vida y bastiones de patria antioligárquica”.

Claro que a mudança de discurso pode ser entendida também de outra forma: ao declarar “Paz a las Fuerzas Armadas”, em 1988, o M-19 podia estar simplesmente realizando um recuo tático diante das dificuldades políticas e militares enfrentadas na segunda metade dos anos 1980, especialmente após o massacre no Palácio de Justiça. Mas não deixa de ser sintomático que, já desde o boletim número 1 de janeiro de 1974, o M-19 designasse como

²⁵² “Vida para la nación, paz a las Fuerzas Armadas, guerra a la oligarquía” (manifesto do M-19), janeiro de 1988.

²⁵³ A explicação foi apresentada pelo ex-guerrilheiro Otty Patiño, durante entrevista que nos foi concedida em Bogotá, em fevereiro de 2013.

inimigos não “os militares”, ou “o exército” como um todo, mas os “Comandos Militares” – preservando de alguma forma a instituição Forças Armadas. Instituição que, na visão do M-19 atualizada pelo manifesto de 1988, teria “vocação de Pátria”.

O mesmo pode-se dizer em relação ao alto clero. Bispos e arcebispos formam o quarto grupo de “enemigos” citados no boletim número 1 do M-19. Reparemos que a Igreja Católica, como instituição, não é inimiga, e que o M-19 não denuncia a religião como elemento de dominação. De alguma forma, até, legitima o cristianismo e lamenta que a figura de Cristo seja usada por religiosos que debaixo da roupa “luxuosa” carregam a “grossa chequera”. Bispos e arcebispos desvirtuam o voto de pobreza do cristianismo. O inimigo, portanto, não é a religião nem a Igreja, mas a alta hierarquia católica.

Essa definição estava em linha com a preocupação de disputar as “massas anapistas” - um dos objetivos declarados pelo M-19. Rojas Pinilla dera sempre um tom religioso às suas falas e esse era um dos pontos que o diferenciava do gaitanismo dos anos 1940: “Para Rojas, a diferencia de Gaitán, la religión y todo lo relacionado con ella era de capital importância.”²⁵⁴ A forte presença, na ANAPO, de dissidentes do Partido Conservador (um partido que desde o século XIX esteve sempre marcado pela defesa do catolicismo) também poderia explicar o zelo religioso do rojismo, enquanto o gaitanismo (de extração liberal) mantinha-se fiel ao anticlericalismo que marcara essa corrente política desde o século XIX.

O M-19, é bom ressaltar, estava longe de fazer um discurso religioso; mas, como já vimos, tentava travar um diálogo com a tradição cristã do povo colombiano, traçando inclusive paralelos entre a ação de Cristo e a de Bolívar.

Ao atacar os bispos e arcebispos, mas deixando uma porta aberta para o diálogo com os padres e os cristãos, o M-19 agia também como uma esquerda de seu tempo. O padre Camilo Torres, como já vimos, morreu em 1966; mas a Teologia da Libertação se afirmou nos anos 1970 e 1980, criando um amplo espectro de militantes católicos e organizações populares com as quais a esquerda latinoamericana podia dialogar naquele período.²⁵⁵

²⁵⁴ AYALA DIAGO, César Augusto. *El populismo atrapado*, op. cit., p. 159.

²⁵⁵ A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) em El Salvador e a guerrilha sandinista na Nicarágua são exemplos de movimentos de esquerda que incorporaram setores importantes da militância católica. No Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) também se formou, no início dos anos 1980, a partir da ligação entre sindicalistas, militantes de antigas organizações armadas de extrema esquerda e ativistas católicos vinculados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs, herdeiras diretas da Teologia da Libertação, que tinham forte atuação nas periferias das grandes cidades brasileiras, utilizando muitas vezes a estrutura da Igreja Católica para organizar a militância de esquerda).

O M-19, aliás, prestou homenagem ao padre guerrilheiro, batizando um dos seus grupos táticos armados, em 1976, como “Comando Camilo Torres Restrepo”.²⁵⁶ Foi esse comando que sequestrou o líder sindical José Raquel Mercado – condenado à morte pelo M-19 como “traidor da pátria e da classe operária” (voltaremos ao tema logo adiante).

Toda essa tradição – o discurso nacionalista e antioligárquico, assim como certa abertura para a religiosidade – chegara ao M-19 através da ANAPO. Mas outra permanência – que vem do século XIX colombiano – aparece de forma ainda mais evidente nos discursos e nos documentos produzidos pela guerrilha: a legitimidade da violência como instrumento político.

3.3 - “La Violencia” - democracia em armas

Se a oligarquia impede o acesso institucional e bloqueia o exercício do poder pelo voto, a única forma de conquistar a democracia é com armas na mão. É o que se lê no primeiro boletim publicado pelo M-19, em janeiro de 1974:

(...) la dolorosa experiencia [a fraude eleitoral de 19 de abril de 1970] nos dejó una gran lección, la de que las conquistas populares solo serán duraderas y definitivamente respetadas por las oligarquías en la medida en que esas conquistas estén respaldadas por el PODER DE LAS ARMAS en manos del pueblo mismo²⁵⁷ (em maiúsculas no original).

Em fevereiro de 1985, durante a IX Conferencia do M-19, Antonio Navarro Wolff, um dos principais líderes da guerrilha (e que viria a ser o candidato a presidente do grupo, em 1990, depois dos acordos de paz), volta ao tema: “En abril de 1970, quedó claro para los colombianos que sin una fuerza armada no hay poder posible. Se repitió, una vez más, como sabemos todos, que sin el apoyo del fusil, la democracia y las mayorías no pueden imponer su voluntad”.²⁵⁸

²⁵⁶ Cf. *Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril* (boletim informativo do M-19), número 13, fevereiro de 1976.

²⁵⁷ Cf. *Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril* (boletim informativo do M-19), número 1, janeiro de 1974.

²⁵⁸ NAVARRO WOLF, Antonio. “Los Espacios Politicos del Dialogo Nacional” In: *Congreso de la Democracia - IX Conferencia Nacional*. Cauca, fevereiro de 1985, pp. 32-33 (trata-se de coletânea de discursos publicada pelo M-19 logo após o encontro da guerrilha ocorrido em Los Robles, Cauca).

Na mesma conferência, o então comandante do M-19, Álvaro Fayad, foi ainda mais explícito: “*Somos democracia, somos pueblo en armas*. (...) se trata de asumir de verdad el problema de las mayorías, de las masas, el problema de la democracia; *democracia en armas, pueblo en armas*. No es la democracia como doctrina, como ideología”²⁵⁹ (grifos nossos).

Temos, nesses trechos destacados, algumas evidências de que duas questões centrais (e construídas na longa duração) da política colombiana – o bloqueio oligárquico ao exercício da democracia e a violência como estratégia política considerada legítima – acabam por se entrelaçar no discurso do M-19.

Os inimigos declarados do M-19 eram não só a oligarquia e o imperialismo, mas também aqueles que serviam (ou que aparentavam servir) à oligarquia e ao imperialismo.

Em 1976, a aura do M-19, de uma guerrilha romântica e preocupada apenas em tirar dos ricos para servir aos mais pobres, foi colocada em xeque quando uma ação armada terminou de maneira trágica: o M-19 condenou à morte o líder sindical José Raquel Mercado, presidente da Central dos Trabalhadores Colombianos (CTC), sob a acusação de “traición a la Patria”, de “traición a la clase obrera” e de ser “enemigo del pueblo”²⁶⁰.

²⁵⁹ FAYAD, Álvaro. “Las Mayorias Tenemos que ser Gobierno” In: *Congreso de la Democracia - IX Conferencia Nacional*. Cauca, fevereiro de 1985, p. 24. (trata-se da mesma coletânea de discursos publicada pelo M-19 logo após o encontro da guerrilha em Los Robles).

²⁶⁰ *Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril* (boletim informativo do M-19), número 13, fevereiro de 1976.

Figura 13 - A capa do boletim número 13 do M-19, em fevereiro de 1976, indicava que o sindicalista José Raquel Mercado seria submetido a “julgamento popular”, por traição à pátria e à classe operária.

As acusações apareciam na capa do boletim informativo número 13 do M-19, publicado em fevereiro de 1976. A guerrilha anunciava que Mercado havia sido detido pelos comandos Simón Bolívar e Camilo Torres Restrepo, pertencentes ao Movimento 19 de Abril, e que seria levado a julgamento popular. Os guerrilheiros, que se apresentavam nessa época como “brazo armado del pueblo anapista”, convocavam as organizações populares, estudantis, religiosas, os grupos de esquerda e o movimento guerrilheiro a decidir se Mercado deveria ou não ser declarado culpado.

O comunicado do M-19 sobre o sequestro terminava com uma frase ameaçadora: “La justicia del Pueblo, la hace el Pueblo”. Entrava, assim, em ação “la justicia popular revolucionaria”.

O M-19 fez chegar aos jornais fotos de Mercado preso em uma “cadeia do povo”, e distribuiu ainda um folheto de 27 páginas detalhando as acusações contra o sindicalista, que era acusado de receber recursos da CIA e de atuar em parceria com os patrões nas negociações trabalhistas.

Nos días seguintes, apareceram pelas cidades colombianas inscrições nos muros, indicando: “Mercado sí es culpable”. Darío Villamizar conta que “en asambleas universitarias y sindicales se votó por un ‘sí, culpable’. Las centrales UTC y CTC también se pronunciaron y mandaron a imprimir carteles con un ‘no’. Así las cosas, la suerte de Mercado ya no estaba en sus manos”.²⁶¹

Uma dessas inscrições pela condenação foi reproduzida na capa do boletim informativo número 14, publicado pelo M-19 no início de abril de 1976. Em letras garrafais, a guerrilha anunciava o resultado do simulacro de julgamento: “Veredicto Popular: Condenado a Muerte”. Mas anunciava que a pena poderia ser comutada em troca de: reintegração dos trabalhadores demitidos de grandes empresas durante movimentos recentes de reivindicação trabalhista, estabilidade laboral e reprodução do comunicado da guerrilha na grande imprensa.²⁶²

O M-19 deu prazo até 19 de abril para que as reivindicações fossem atendidas. O governo não negociou. Nas primeiras horas do dia 19 de abril de 1976, veio o desenlace: “julgado” e executado a tiros pela guerrilha, Mercado teve seu corpo atirado numa rua de Bogotá.

A execução gerou críticas de setores de classe média que até então eram simpáticos ao M-19. Pelo menos, foi essa a avaliação do comandante da guerrilha Jaime Bateman:

La muerte de Mercado fue criticada por un sector, a nivel de intelectuales, de esa intelectualidad que quiere que las cosas sean perfectas. (...) Para el intelectual fue un golpe duro porque él estaba pensando en las operaciones clásicas, bellas, puras y completas. Para el pueblo eso no importa, el análisis no le interesa, le importa son las consecuencias. Después de lo de Mercado nos convertimos en un movimiento porque la gente nos aceptaba, dejamos de ser un aparato.²⁶³

Na fala de Bateman, transparecem dois elementos relevantes. Primeiro, certo ranço “anti-intelectual”: a tentativa é de diminuir a importância de um setor “que quiere que las cosas sean perfectas”, para assim aproximar-se mais do “pueblo” – a quem “el análisis” não interessa. Depois, a forma de tratar da execução sumária permite que o líder guerrilheiro converta a morte do sindicalista num objeto de cálculo político, já que na opinião de Bateman o M-19 deixa de ser um “aparato” e transforma-se num “movimiento” (com mais inserção popular, subentende-se) graças à morte de Mercado.²⁶⁴

²⁶¹ VILLAMIZAR, Darío, op. cit., p. 81-89.

²⁶² Cf. *Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril* (boletim informativo do M-19), número 14, abril de 1976.

²⁶³ BATEMAN, Jaime. *Oiga, hermano*, Bogotá: Ediciones Macondo, 1984, pp. 84-85.

²⁶⁴ Nesse episódio, o M-19 dialoga com certas tradições da esquerda armada, sobre as quais pretendemos nos aprofundar no Capítulo 4.

A execução do sindicalista é também mais um elemento a indicar permanência e continuidade, na longa história de legitimação da violência na Colômbia. Em mais de 15 anos de ações armadas, o M-19 praticou sequestros, atentados, tomou pequenas cidades no interior do país, e travou também combates na capital Bogotá – incluindo o sangrento assalto ao Palácio de Justiça (Corte Suprema), em 1985, que deixou um saldo de ao menos 115 pessoas mortas, entre guerrilheiros, juízes e funcionários da Justiça.²⁶⁵

Foi um episódio sem paralelo na história colombiana: os guerrilheiros tomaram de assalto o prédio da Corte Suprema, no centro histórico da capital, com uma demanda que hoje pode parecer delirante: o M-19 exigia que o Poder Judiciário julgasse o presidente da República, Belisario Betancur, por ter rompido o diálogo de paz com a guerrilha.

No comunicado distribuído à imprensa momentos após a invasão do prédio, o M-19 reivindicava, entre outros pontos, “la presencia en este tribunal del Presidente Belisario Betancur ó de su apoderado, para que responda de manera clara e inmediata a cada una de las acusaciones contra el actual gobierno”.²⁶⁶

A ação armada foi empreendida por um grupo de guerrilheiros batizado com nome pomposo: Operativo Antonio Nariño por los Derechos del Hombre/Compañía Ivan Marino Ospina – M-19. O nome era uma dupla homenagem: a Nariño (um dos próceres da independência colombiana) e a Iván Marino, líder do “Eme” que tombara em combate alguns meses antes.

Os guerrilheiros dirigiam-se de maneira surpreendentemente respeitosa aos juízes, no comunicado publicado na imprensa: “Señores magistrados de la Honorable Corte Suprema de Justicia: creemos oportuno que aquí y ahora se decida se los colombianos vamos a seguir permitiendo que se siga entregando nuestro país a pedazos”. Chama atenção que o M-19 – que em 1976 buscava construir uma “justiça popular revolucionária” – agora legitima um dos poderes da República (a Corte Suprema), pedindo que ela julgue o presidente Betancur.

Trata-se de mais um paradoxo desse grupo guerrilheiro. Notemos que a tomada do Palácio não se faz para “destruir a Justiça burguesa”, mas de certa forma busca-se o contrário. Diz o M-19, em seu grandiloquente comunicado de 6 de novembro de 1985:

Señores Magistrados, tienen ustedes la gran oportunidad, de cara al país, y en su condición de gran reserva moral de la República, de presidir un juicio memorable: el que habrá de decidir si esos principios universales, por los que luchó y padeció

²⁶⁵ Cf. VILLAMIZAR, Darío, op. cit.

²⁶⁶ “Operativo Antonio Nariño por los Derechos del Hombre/Compañía Ivan Marino Ospina” (comunicado do M-19), 6 de novembro de 1985.

Antonio Nariño, en la centuria pasada, empiezan, por fin, a tener vigencia en nuestra patria. Porque ningún colombiano digno está dispuesto a soportar un siglo más de ignominia bajo el imperio de los intereses oligárquicos.

De novo, surge o inimigo: a oligarquia. E, mais uma vez, é em nome da democracia, e não do socialismo, que o M-19 parece falar.

Entre os sequestrados dentro do prédio estava o presidente da Corte Suprema, Alfonso Reyes Echandía. O M-19 calculava que a presença de Reyes garantiria que o poder Executivo abrisse negociações, até para poupar a vida do maior magistrado do país. Mas não foi isso que ocorreu.

Tanques do Exército cercaram o edifício, abriram fogo, e por fim invadiram a Corte Suprema: granadas e bombas foram lançadas, e os guerrilheiros reagiram a tiros. Ao todo, 115 pessoas perderam a vida na ação, incluindo integrantes do M-19, funcionários e 11 juízes da Corte Suprema (entre eles, o presidente Alfonso Reyes Echandia - considerado um jurista de posições progressistas).

Imagens de TV mostraram guerrilheiros saindo vivos do prédio, detidos pelas Forças Armadas. Depois de algumas horas, apareceriam apenas os corpos (só uma guerrilheira, Clara Elena Enciso, sobreviveu). Durante o cerco, emissoras de rádio conseguiram fazer contato telefônico com o Palácio de Justiça e chegaram a transmitir (ao vivo) depoimentos desesperados dos líderes do M-19 e do próprio presidente da Corte, pedindo negociação, enquanto o Exército já invadia o prédio. As gravações ficaram como registro do massacre.²⁶⁷

Até hoje, o Estado colombiano é acusado de ter sucumbido à lógica puramente militar. Parentes das vítimas tentam obter na Justiça reparações e condenações dos responsáveis pela ação do Exército: o caso se arrasta na Corte Interamericana de Direitos Humanos, ganhando manchetes na imprensa colombiana quase 30 anos depois do massacre.²⁶⁸

A violência que se observa nas ações do M-19 e do Estado não brotava do chão, não era um ponto fora da curva. O recurso à eliminação física dos oponentes estava profundamente arraigado nas tradições políticas colombianas. O conceito de uma “comunidade política cindida” de que nos fala Fernán González, com a matança entre Liberais e Conservadores se repetindo país afora ao longo de gerações no século XIX, parece

²⁶⁷ Várias dessas gravações estão transcritas em BEHAR, Olga. *Noches de Humo: cómo se planeó y executó la toma del Palacio de Justicia*. Bogotá: Editorial Planeta, 1988, pp. 170-177.

²⁶⁸ Cf. “Duras críticas a la defensa del país por Palacio de Justicia: como una ‘negación de la justicia’ califican concepto según el cual no hubo desaparecidos durante la retoma”. *El Tiempo*. Bogotá, 20 de fevereiro de 2013, p. 4. No dia 21 de fevereiro de 2013, chamada de primeira página no *El Tiempo* trazia a informação de que “Estado reconocerá 2 víctimas en Palacio”. Trata-se de um guerrilheiro e um funcionário da cafeteria do Tribunal que saíram da Corte com vida e depois morreram nas mãos do Exército.

ser útil para compreender a violência que depois sacudiria a Colômbia na segunda metade do século XX.

Nesse sentido, é importante recuperar as memórias políticas de alguns dos homens que viriam a liderar o M-19. A jornalista Patricia Lara – numa série de entrevistas com os guerrilheiros, depois transformadas em livro – pediu que Álvaro Fayad (“El Turco”) e Iván Marino Ospina (conhecido também pelo codinome guerrilheiro de “Felipe”) relembassem um momento marcante da história colombiana: o assassinato de Jorge Gaitán, em 9 de abril de 1948.

No relato dos experientes guerrilheiros, a memória política se entrelaça a lembranças familiares de assassinatos, crimes e vinganças que afetaram não só os dois entrevistados (em 1948, eles eram nada mais do que meninos), mas o país inteiro.

Álvaro Fayad começa seu relato de forma trágica:

Poco después de la muerte de Gaitán, asesinaron a papá: cayó tendido sobre el piso de baldosa amarilla. Un hilo de sangre surgió de su boca e inundó de rojo su camisa blanca... Corrí a la cocina, llené un vaso con agua. Regresé a la sala. Me arrodillé junto a él... Quise darle de beber... Quise convencerme de que papá aún vivía. Yo tenía solo tres o cuatro años cuando los conservadores lo mataron.²⁶⁹

Notemos: pelo relato, não foram bandidos, matadores ou bandoleiros que tiraram a vida do pai de Fayad. Foram “los conservadores”. O crime é atribuído à comunidade política inimiga – em sua totalidade.

Assassinado a tiros na porta de casa, à frente da família, o chefe da família Fayad era um líder liberal na pequena cidade de Ulloa, a duzentos quilômetros de Cali, no Departamento de Valle del Cauca. Após a morte de Gaitán em Bogotá, os liberais haviam se rebelado contra os conservadores, fazendo aprofundar-se a espiral de violência interpartidária que vitimaria também a família Fayad.

Depois da execução, a viúva mudou de cidade com os filhos. E o pequeno Álvaro Fayad cresceu “odiando a los conservadores, los asesinos de papá”. Na entrevista concedida a Patricia Lara quase quarenta anos depois, “El Turco” conta que, ao ingressar no seminário católico onde fez os estudos, encontrou uma narrativa oposta. Para os padres, diz Fayad, “los conservadores eran los buenos, los liberales eran los asesinos, los maleantes, los que violaban las monjas... El mundo al revés.” Ao retornar de férias – do seminário para a casa materna –, o

²⁶⁹ FAYAD, Álvaro. “El Turco”. In: LARA, Patricia, *Siembra vientos y recogerás tempestades*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1982, p. 51.

jovem estudante revelou à mãe que pretendia virar conservador. E escutou como resposta: “Es imposible que un hijo mío resulte conservador”.²⁷⁰

Fayad, de alguma maneira, aceitou o ditame familiar: jamais viraria conservador. Mas tampouco manteve-se fiel ao liberalismo paterno. Marcado pela violência sectária desde muito jovem, tornou-se comunista:

Fue entonces, estando en contacto con la gente de izquierda, cuando superé por fin el deseo de vengar la muerte de mi padre: había racionalizado el problema, había entendido ya la dimensión de la tragedia de Colombia y, así, había comprendido la razón de la mía.²⁷¹

Fayad passaria pelo Partido Comunista e pelas FARC, antes de ajudar a fundar o M-19. Marcado por “La Violencia” dos anos 1940 e 1950, Fayad justificou da seguinte forma, na entrevista a Patricia Lara, a decisão de aderir à guerrilha: “Hacía tiempo que la lucha armada me daba vueltas en la cabeza”.

Na Colômbia, a luta armada não era algo distante e nem precisava ser justificado com bases ideológicas. Era um recurso que “dava voltas na cabeça” de qualquer jovem.

Iván Marino Ospina – que dirigiu o M-19 entre 1983 e 1985, depois da morte de Bateman – vinha de outra tradição familiar. E também foi atingido pela violência que incendiou o país após o assassinato de Gaitán: “me dolió ver cómo mi papá, que era tan pobre, subió corriendo al monte a esconder su carretica y su caballito para que los liberales no se los fueran a incendiar. Ese día nos encerraron rápido a rezar el rosario...”²⁷²

O pai de Ospina era conservador. E teve que fugir da ira liberal. De outro lado, a família da mãe era liberal. Iván Ospina teve três tios liberais assassinados pelos “pájaros” (matadores de aluguel) a serviço dos Conservadores:

A Daniel lo asesinaron con fusil y machete los pájaros de Anserma. Lo mataron delante de sus once hijos. A Juan, el tío que me hablaba de Gaitán y me regalaba veinte centavos si yo gritaba “viva el Partido Liberal”, le rajaron la barriga. Como era tan gordo, toda esa grasa amarillenta, espantosa, se le salió... A mí me llevaban a mirar todo eso. Antonio estaba en Obando con uno de sus hijos, de siete u ocho años entonces, cuando lo asesinaron los pájaros a bala.²⁷³

²⁷⁰ FAYAD, Álvaro. “El Turco”. In: LARA, Patricia, op. cit., p. 53.

²⁷¹ Idem, Ibidem, p.55.

²⁷² OSPINA, Iván. “Felipe”. In: LARA, Patricia, op. cit., p. 59.

²⁷³ Idem, Ibidem, p. 60.

Ainda adolescente, Iván Marino Ospina virou militante do Partido Comunista (“siempre he estado dedicado a la revolución”). Chegou a ser enviado para a União Soviética, estudando em Moscou na escola de quadros do Partido. Na volta, em 1966, entrou para as FARC, na época em que Bateman fazia o mesmo caminho.

Depois de romper com as FARC, Ospina escapou para a Venezuela, onde também integrou-se à luta armada de esquerda. Até que nos anos 1970, ao lado de Bateman, ajudou a criar o grupo Comuneros – que daria origem ao M-19, conforme descrito no Capítulo 1.

O menino que perdera três tios liberais durante “La Violencia”, e vira o pai conservador esconder-se para escapar da ira liberal, acabou conhecendo de perto a barbárie, trinta anos depois. Preso em 1980, foi torturado durante várias semanas para que fornecesse informações sobre as 5 mil armas roubadas pelo M-19 de um quartel do Exército em Bogotá.

O sofrimento foi tão grande que Ospina tentou o suicídio na cadeia, cortando os pulsos. Sobreviveu. E, alguns meses depois, escapou da prisão disfarçado de militar. Foi guerrilheiro até o fim, tombando em combate em 1985. Iván Ospina crescera num país em que a violência política não era algo excepcional, mas o prato de todo dia servido nas mesas de cada família:

Mi papá me explicaba que la violencia que yo veía entonces era la respuesta que le daban los conservadores a la violencia que los liberales habían desatado en los años treinta; para mí fue claro que tanto los unos como los otros, liberales y conservadores por igual, eran los culpables de la masacre (...). Por ese motivo, *decidí declarar la guerra al sistema liberal y conservador. Entonces me incorporé a la guerra definitivamente*²⁷⁴ (grifo nosso).

Para combater um sistema baseado na violência e na guerra, Ospina parte para a guerra. É a guerra para combater a guerra. Num país em que o sistema político mantém-se bloqueado para os de fora, e em que a violência assume aspectos de cronicidade, essa trajetória de vida não chega a surpreender.

A violência e a morte integram o “fazer político” na Colômbia, desde o século XIX. Gonzalo Sánchez (o mais célebre dos “violentólogos” colombianos) chega a notar na historiografia daquele país uma tendência em ver nas guerras civis “una multiplicidad de guerras sin contenido”. Certos autores, diz Gonzalo Sánchez, observam a guerra simplesmente como “uno de los lugares del poder, al lado de otros como parlamento, los partidos y las asociaciones.”

²⁷⁴ OSPINA, Iván Marino. “Felipe”. In: LARA, Patricia, op. cit., p. 61.

Gonzalo Sánchez procura se distanciar dessa “naturalização” da guerra e lembra que pesquisas contemporâneas indicam que as guerras não são confrontos estéreis, vazios de conteúdo: “Son campos reales de confrontación cuya relevancia para el análisis de las identidades partidistas han vuelto a subrayar los estudios recientes de la cultura política”.²⁷⁵

Se a guerra, o assassinato e a intimidação física estavam entre as formas usuais de resolução dos conflitos entre Liberais e Conservadores, a violência se incorpora de forma também aceitável à estratégia guerrilheira – como mais um aspecto de longa duração da História colombiana, que é possível observar na ação do M-19.

Mas – insistimos nesse tema – o Movimento 19 de Abril possuía também características muito específicas, que apontam para rupturas na forma com que lidava com a questão democrática na Colômbia.

A democracia enunciada pelo M-19 não parecia ter um valor puramente “tático”. Não se buscava abrir espaços democráticos somente para acumular forças, e depois golpear a própria democracia rumo à construção do socialismo – objetivo final de tantas organizações revolucionárias de esquerda.²⁷⁶ Ao contrário: para o M-19, a democracia parecia ter um valor estratégico, ainda que as ações guerrilheiras tenham produzido resultados trágicos em mais de uma oportunidade – como a execução do sindicalista Mercado em nome da “justiça popular”, ou o massacre do Palácio de Justiça.

Uma das ideias centrais do discurso da guerrilha era a “democracia em armas” - proposição paradoxal na qual insistiam os líderes do M-19:

A Gaitán lo asesinó la oligarquía. Y lo mató porque él quería instaurar la democracia [...] Por eso se empuñaron las armas. Por eso murieron trescientos mil colombianos... Por eso han seguido muriendo... Por eso morirán otros... Por eso, quizás, moriremos nosotros... Porque en este país no hay democracia... Porque aquí la democracia tendremos que conquistarla con las armas.²⁷⁷

Esse enunciado, da democracia conquistada com armas na mão, surge em entrevistas e documentos oficiais, e também nos boletins informativos que conseguimos recuperar durante a pesquisa de campo em Bogotá.

É essa ideia que encontramos em 19 de abril de 1980, num boletim publicado pela guerrilha (tratava-se de uma edição especial, que comemorava a “recuperação da espada” de

²⁷⁵ SÁNCHEZ, Gonzalo. *Guerras, Memória e História*. Medellín: La Carreta Editores, 2009, pp. 61-63.

²⁷⁶ Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. “A Democracia como Valor Universal”. In: *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra Editora, 1984.

²⁷⁷ BATEMAN, Jaime. “Pablo”. In: LARA, Patricia, op. cit., p. 69.

Bolívar pelo M-19): “La primera acción pública de nuestra organización, la recuperación de la espada de Bolívar, tiene para nosotros un profundo significado: realizar la segunda independencia por una Colombia verdaderamente libre y democrática”.²⁷⁸

Em junho de 1980, outro boletim do M-19 (o de número 52) propõe “una apertura a la Democracia”²⁷⁹ como objetivo da reunião que deveria reunir representantes do governo e da guerrilha, no Panamá. Em agosto do mesmo ano, no boletim de número 54, o M-19 insiste: o objetivo das forças guerrilheiras deve ser “Unidad y Lucha por la Democracia”.²⁸⁰

Para o M-19, a democracia era fim, e não meio. Isso fica evidente não apenas no discurso e nas palavras, mas também nas ações concretas, especialmente quando se lembra da forma como a guerrilha abandonou a luta armada para se lançar ao debate de uma Constituinte – que tinha como horizonte estabelecer uma nova ordem democrática para o país, libertando a Colômbia (pareciam acreditar os guerrilheiros) dos entraves oligárquicos.

Figuras 14 e 15 – Nas capas dos boletins número 52 (junho de 1980, à esquerda) e número 54 (agosto de 1980, à direita), a palavra de ordem do M-19 era a luta por mais democracia.

²⁷⁸ *Con el pueblo, con las armas, al poder* (boletim informativo do M-19), número especial, 19 de abril de 1980.

²⁷⁹ Idem, número 52, junho de 1980.

²⁸⁰ Idem, número 54, agosto de 1980.

Capítulo 4 - Esquerda e Democracia: anotações sobre o M-19

*En este país, un proyecto democrático
es un proyecto revolucionario porque
la situación de la democracia
es aberrante.*

(Jaime Bateman, comandante do M-19)

A partir de 1959, sob o impacto do triunfo da Revolução Cubana, a luta armada surge como opção para dezenas de grupos políticos de esquerda na América Latina. Na Colômbia não foi diferente, ainda que seja uma simplificação atribuir apenas à vitória de Fidel Castro e Che Guevara a inspiração para o surgimento de tantos agrupamentos guerrilheiros naquele país.

O M-19 mesmo, como já vimos, tem suas origens na luta contra a Frente Nacional e o pacto liberal-conservador que bloqueavam o caminho democrático para outras forças políticas – como a ANAPO, de onde vieram vários dos primeiros militantes do “Eme”. Mas é impossível pensar no M-19 sem compreender esse quadro mais amplo da esquerda colombiana, profundamente influenciado não só pela Revolução Cubana, mas também pela Revolução de 1917 na Rússia e a Revolução de 1949 na China – com seus desdobramentos nos movimentos de esquerda em todo o mundo.

Antes de seguir, no entanto, parece-nos necessário explicitar de que maneira compreendemos e utilizamos o conceito de “esquerda”.

Norberto Bobbio, num pequeno livro escrito logo após o fim da União Soviética, procurou reafirmar a centralidade dos conceitos de “esquerda” e “direita” no debate político. Num dos apêndices da obra, em artigo endereçado a Francis Fukuyama (teórico conservador que, no fim do século XX, pregava o “fim da história” e a inutilidade da distinção esquerda/direita depois da queda dos regimes do Leste Europeu), Bobbio afirma: “o que caracteriza a esquerda perante a direita é o ideal, a inspiração ou a paixão que costumamos chamar de ‘ethos’ da igualdade”. Mais adiante, o mestre italiano adota definição ainda mais simples: “esquerda significa *luta pela igualdade*” (grifo nosso).²⁸¹

²⁸¹ BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda - razões e significados de uma distinção política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Unesp, 1995, pp. 150-152.

O conceito de Bobbio ajuda-nos a delimitar o campo político de que passamos a tratar. Se a distinção entre direita e esquerda segue a ser válida para os debates (e combates) políticos nesse início de século XXI, é ainda mais útil para se pensar a História Política da América Latina (e da Colômbia), num momento em que o mundo estava profundamente marcado pela Guerra Fria: a segunda metade do século XX.

Bobbio toma emprestado do inglês Steven Lukes a ideia de que a esquerda deve ser definida por seu empenho em favor do chamado “princípio de retificação”, o qual “permitiria que se considerassem várias esquerdas como estando coligadas entre si por uma certa semelhança de família: a família igualitária”. Para o pensador italiano, não há uma, mas várias esquerdas. E o que unifica essa família é o projeto de “retificação”, que pode ser expresso de várias maneiras na luta política, mas “parte do reconhecimento de que *existem desigualdades injustificáveis*, que a direita considera sacras e invioláveis, naturais ou inevitáveis, ao passo que *a esquerda pensa que podem e devem ser reduzidas ou abolidas*”²⁸² (grifos nossos).

Concordamos inteiramente com a ideia de que a distinção entre esquerda e direita segue válida, nos termos propostos por Bobbio. E é esse conceito de esquerda apresentado pelo pensador italiano que nos servirá de baliza. Logo mais adiante, neste capítulo, vamos nos afastar das definições teóricas, para delimitar, na realidade concreta colombiana, em que consistia a família de esquerda colombiana da qual o M-19 era um dos integrantes.

Ao longo dos capítulos anteriores, procuramos reconstituir a trajetória do grupo guerrilheiro. Não o fizemos, e isso deve ter ficado claro, como um esforço localizado para contar “a” história do M-19 – ainda que, especialmente no Capítulo 1, tenhamos traçado uma cronologia das principais ações armadas do “Eme”, buscando também expor as características internas de organização do grupo guerrilheiro. O objetivo dessa dissertação era (e é) um pouco mais amplo...

Ao analisar as especificidades do Movimento 19 de Abril, nossa meta foi realizar um duplo movimento: de um lado, no Capítulo 2, indicamos como o grupo guerrilheiro entrou na disputa pelo passado e pela história colombiana, incorporando certos símbolos nacionais (o mais marcante deles, sem dúvida, foi a figura de Bolívar); de outro, no Capítulo 3, procuramos compreender como o M-19 foi conformado e influenciado por esse passado profundo, por certas permanências que marcam a História Política colombiana desde o século XIX.

²⁸² BOBBIO, Norberto, op. cit., p. 18.

Deixamos para este Capítulo 4 algumas questões relacionadas à tradição de esquerda e à construção da democracia – questões essas que constituíram a motivação original para este trabalho acadêmico. Em 2011, durante nossa primeira viagem a Bogotá, como já citado anteriormente, recebemos na rua um jornal de oito páginas editado por ex-militantes do M-19. Na capa do pequeno tabloide, havia o trecho de uma entrevista de Jaime Bateman, que acabaria por fornecer a inspiração inicial para esta pesquisa:

La izquierda le ha hecho creer a la gente que la democracia es para la burguesía y el socialismo para los revolucionarios. Entonces, les dejamos a ellos las banderas de la democracia y nosotros alzamos las del socialismo (...). Nosotros, digo, la izquierda, hemos cometido un error gravísimo: hemos enfrentado la gente con el socialismo, no con la democracia. En este país, un proyecto democrático es un proyecto revolucionario porque la situación de la democracia es aberrante.²⁸³

A partir dessa fala de Bateman, e percebendo a forma original como os guerrilheiros do “Eme” faziam a defesa de princípios democráticos, surgiu a primeira pergunta: a trajetória do M-19 poderia ajudar a compreender como a esquerda latino-americana (e especialmente suas facções armadas) se relaciona com a questão democrática?

Posteriormente, com a análise das fontes primárias, o escopo da pesquisa se alterou bastante - como ficou claro ao longo dos três capítulos anteriores. Ainda assim, julgamos importante avançar agora em algumas dessas questões que dizem respeito à relação entre esquerda e democracia.

O que explica o surgimento na Colômbia de uma guerrilha que, sem renunciar à tradição socialista, usa a luta armada para defender valores democráticos? Por que o M-19 troca o fuzil pelo voto, depois de 16 anos de combates, enquanto outras forças guerrilheiras continuam a lutar no meio da selva, em pleno século XXI? A adesão do M-19 a princípios democráticos tem pontos em comum com a de setores da esquerda europeia e brasileira que, nos anos 1980, adotaram o conceito da “democracia como valor universal”?²⁸⁴

O discurso e a prática que levaram os guerrilheiros a formar um partido para disputar o poder pelo voto, em 1990, constituem por si só um diferencial na história da esquerda colombiana.²⁸⁵ Mas a singularidade do M-19 parece ir além desse fato. O grupo assumiu,

²⁸³ Trecho de entrevista de Jaime Bateman Cayón, reproduzido na capa do jornal *Mayorías 19*, Bogotá, abril de 2011.

²⁸⁴ Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como valor Universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra Editora, 1984.

²⁸⁵ Em 1985, os guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) também haviam criado um partido: a União Patriótica (UP). Os principais dirigentes da legenda, no entanto, foram dizimados por grupos paramilitares de extrema-direita, e poucos anos depois as FARC desistiram do diálogo e da luta institucional,

desde o início de suas atividades, um discurso antidogmático, de crítica à prática adotada por outras organizações da esquerda armada colombiana.

Não se tratava, para os dirigentes do “Eme”, de discutir qual a melhor estratégia dentro dos cânones do pensamento revolucionário de então: o foquismo²⁸⁶ ou a guerra prolongada no campo; o modelo socialista chinês ou o cubano. Não se tratava, também, de saber se Krushev havia traído os ideais socialistas ao criticar o modelo stalinista, em 1956, nem de discutir se a União Soviética havia se transformado num poder imperialista a ser combatido, como defendiam os maoístas a partir das reflexões de Mao Tsé-Tung sobre “Os Três Mundos”.

Todos esses eram temas centrais para a esquerda na Colômbia (e no mundo) nos anos 60 e 70 do século passado. Mas para o M-19 havia outro problema, de fundo: era preciso buscar um modelo próprio de esquerda, que tivesse suas raízes na história colombiana e não nas teorias marxistas-leninistas universalistas, que tinham a pretensão de oferecer um roteiro de ação para as esquerdas de todo o mundo. E era preciso também renovar a própria linguagem. Para o M-19, a formulação adotada pelas principais organizações guerrilheiras estava envelhecida e excessivamente presa ao fraseado marxista tradicional. Estava distante do “homem colombiano”: era esse o personagem que o M-19 buscava, era a ele que se voltava o discurso guerrilheiro.

Nos primeiros anos após sua fundação, o M-19 se definia como um movimento socialista, nacionalista e de luta pela democracia. Com o passar do tempo, as referências ao socialismo foram se diluindo, mas o apego à democracia e ao nacionalismo permaneceu intacto.

É o que fica evidente numa longa entrevista de Jaime Bateman, publicada em agosto de 1983, num número especial da revista *Colômbia* (publicada no México pela direção do M-19, com artigos mais longos e análise política de fundo) dedicado à memória do líder guerrilheiro que morrera num acidente alguns meses antes:

voltando a se concentrar nos combates armados. O M-19 foi, dessa forma, o primeiro grupo que abandonou as armas e, apesar da violência que atingiu seus dirigentes (o ex-comandante guerrilheiro Carlos Pizarro foi assassinado em 1990, logo depois de depor as armas, quando iniciava a campanha à presidência da República), manteve-se de forma definitiva na via institucional.

²⁸⁶ A teoria do foco se construiu a partir dos escritos de Che Guevara e Régis Debray. Com base na experiência cubana, se defendia que a revolução poderia triunfar também em outros países a partir da ação de um pequeno grupo de homens armados que seriam o motor para acionar as massas. “O foquismo trouxe outra novidade que o singularizou: a ideia da primazia do fator militar sobre o fator político, da prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido” (GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Editora Ática: 1998).

Yo sí creo que hay un hombre colombiano. El de la arepa, el de la música, el de la mamadera de gallo, el hombre audaz, el inteligente. El hombre colombiano es un tipo muy vivo. (...)

Y la revolución se hace para el pueblo. Por eso tenemos que nacionalizar la revolución, ponerla bajo los pies de Colombia, darle sabor a pachanga, hacerla con bambucos, vallenatos y cumbias, hacerla cantando el Himno Nacional.²⁸⁷

Um ano antes, em outra edição da mesma revista *Colombia*, quando se dedicava a organizar colunas guerrilheiras no campo, Bateman colocara as coisas de forma muito clara: “somos una organización nacionalista, con soluciones nacionalistas.” E avisava que, apesar da admiração pela luta de outros povos e por vários movimentos revolucionários mundo afora, o M-19 tinha “suficientes motivos y apoyo en Colombia para no depender de esas organizaciones”.²⁸⁸

Importante ressaltar que o M-19 fez a crítica da esquerda, mas jamais renegou o passado (ou o presente) de lutas da esquerda colombiana. Ao contrário, a busca de uma “unidade” (quase mítica) entre os diversos grupos armados já existentes parece ter sido sempre um tema central para o “Eme”.

Mas antes de nos aprofundarmos nessas questões, as próximas páginas serão destinadas a um breve mapeamento da esquerda colombiana. O M-19 não foi o primeiro grupo guerrilheiro a surgir na Colômbia, na segunda metade do século XX. Não foi, tampouco, o último. Compreender o contexto mais geral em que apareceram tantas organizações (revolucionárias, ou dispostas a disputar o poder pelo voto) torna-se uma preliminar indispensável, antes de avançar para as seções seguintes.

4.1- A esquerda colombiana no século XX

Não temos a pretensão de traçar aqui uma história dos partidos e das guerrilhas colombianas. Nossa intenção é mais simples: situar o M-19 dentro do quadro mais amplo das organizações de esquerda no país, no período pós Segunda Guerra Mundial.

Se, como afirma Bobbio, ser de esquerda é lutar pela igualdade (ou, ao menos, pela redução de “desigualdades injustificáveis”), como esse princípio se aplica na realidade concreta colombiana? José Fernando Ocampo T., num trabalho recente dedicado ao tema,

²⁸⁷ Entrevista de Bateman reproduzida pela revista *Colombia*, número especial, agosto de 1983, pp. 14 e 16.

²⁸⁸ Entrevista de Bateman na revista *Colombia*, abril de 1982, p. 6.

definiu alguns parâmetros para se estabelecer o que pode ser chamado de esquerda na Colômbia, na segunda metade do século XX. Para ele, forças políticas de esquerda naquele país são:

*los movimientos y partidos distintos al Partido Liberal y al Partido Conservador que han planteado un cambio más o menos radical sobre la estructura del poder político, la soberanía nacional, el control del Estado, la distribución de la riqueza, las condiciones de vida del pueblo, la correlación internacional de fuerzas, de todas maneras opuestos a la hegemonía de los dos partidos tradicionales y enfrentados al sistema tradicional de detentación del poder político*²⁸⁹ (grifos nossos).

Notemos que, para Ocampo T., a esquerda na Colômbia se constitui como aquela que, lado a lado com a busca por modificações econômicas e sociais, se contrapõe à hegemonia dos dois partidos tradicionais. Ou seja, a luta pela igualdade na Colômbia era a luta por um acesso mais justo ao aparelho de Estado, desobstruindo os canais ocupados apenas pelas legendas dominantes desde o século XIX.

O autor define quatro grandes vertentes de oposição a Liberais e Conservadores na segunda metade do século XX: o Movimento Revolucionário Liberal (MRL), comandado por Alfonso López Michelsen, a Aliança Nacional Popular (ANAPO) de Rojas Pinilla, o Partido Comunista Colombiano e os vários movimentos guerrilheiros que surgem a partir dos anos 60.

4.1.1 - A oposição eleitoral a Liberais e Conservadores

Dessas quatro vertentes, a mais moderada era o MRL, de López Michelsen. Filho de um ex-presidente da República pelo Partido Liberal, ele não tinha propriamente divergências de fundo com o pacto da Frente Nacional que, desde 1957, unia Liberais e Conservadores. O que o líder do MRL não aceitava era o rodízio “automático” que, a cada quatro anos, se estabelecia entre as duas forças políticas: “no se trataba de ninguna posición revolucionaria, sino de una contradicción secundaria frente al pacto de la alternación”.²⁹⁰

²⁸⁹ OCAMPO T., José Fernando. “Un proyecto de Izquierda (1957-2006)”. In: OCAMPO T., José Fernando (editor). *Historia de las Ideas Políticas en Colombia*. Bogotá: Aguilar, 2008, p. 259.

²⁹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 261.

Ainda assim, o MRL ofereceu guarida para setores mais radicalizados (a chamada “linha dura” do movimento) que logo se alinharam com a Revolução Cubana: essa ala abrigava remanescentes das velhas guerrilhas liberais dos anos 1950, bem como esquerdistas independentes em busca de uma força política organizada em que pudessem atuar. A aventura do MRL, no entanto, não foi longe. López Michelsen assumiu posições cada vez mais moderadas, e acabou chegando à presidência (1974-1978) já completamente absorvido pelo aparato tradicional do Partido Liberal:

La línea radical de su movimiento no logró traspasar el apoyo a la Revolución Cubana sin una propuesta efectiva para la transformación del país, progresivamente rechazada por López a medida que se reintegraba al programa oligárquico del que era oriundo. Así terminó sin pena ni gloria un proyecto que se quiso denominar “revolucionario”.²⁹¹

Paralelamente ao MRL, outra força de oposição ao bipartidarismo surgiu em 1962: a ANAPO. Nos capítulos anteriores, já analisamos as contradições desse partido, fundado pelo general Rojas Pinilla, e que agregava desde militares com formação ultraconservadora até militantes socialistas. Da ala esquerda da ANAPO, como já vimos, sairia parte dos militantes que criaram o M-19 em 1973/1974.

Mas da ANAPO surgiria também outra legenda: o Movimento Amplo Colombiano (MAC), que formaria com o Partido Comunista e com o Movimento Operário Independente Revolucionário (MOIR)²⁹² uma frente eleitoral nas eleições de 1974: a União Nacional de Oposição (UNO).

A coalizão de esquerda apresentou um programa avançado, defendendo a nacionalização dos recursos naturais, a reforma agrária e a luta contra o imperialismo. A UNO obteve menos de 5% dos votos, justamente no pleito em que López Michelsen ganharia a eleição; e a ANAPO (já sob comando de María Eugenia) ficaria em terceiro, iniciando sua decadência como força eleitoral.

²⁹¹ OCAMPO T., José Fernando, op. cit., p. 262.

²⁹² O MOIR foi criado em 1971, por dissidentes do antigo MOEC (Movimento Operário Estudantil e Camponês) - que desde 1959 disputava com o Partido Comunista a hegemonia na esquerda colombiana. O MOIR, apesar de adotar formulações maoístas nos anos 70, priorizava o trabalho de massas e a luta institucional, o que tornava possível a aliança com o PCC. Mais tarde, divergências acerca do papel da União Soviética e de Cuba, levariam ao rompimento da parceria entre o PCC e o MOIR, provocando o fim da UNO. (Cf. OCAMPO T., José Fernando, op. cit., pp. 275 a 285).

4.1.2 - O Partido Comunista: entre a luta eleitoral e a guerrilha

Fundado em 1930, como herdeiro das lutas dos primeiros socialistas revolucionários colombianos²⁹³, o Partido Comunista da Colômbia (PCC) atuava, nos anos 1930 e início dos 1940, sob forte influência do Komintern (a Terceira Internacional, dirigida pelo Partido Comunista da União Soviética – URSS). Os teóricos do Komintern não acreditavam seriamente que uma revolução marxista-leninista pudesse triunfar na América Latina; e os PCs da região tinham margem de atuação bastante reduzida, na medida em que a orientação de Moscou indicava que “nos países atrasados a revolução tinha de ser democrático-burguesa”²⁹⁴, e não socialista. Além disso, a partir de 1935, os Partidos Comunistas adotaram – como estratégia universal, e sob orientação da URSS – a política das frentes populares para combater o fascismo (que crescia na Europa).

Na Colômbia, a política frentista significou o apoio dos comunistas ao governo de Alfonso López Pumarejo²⁹⁵, do Partido Liberal. Para José Fernando Ocampo T., o Partido Comunista considerava López Pumarejo um “burguês democrático”, e o PCC seguiria dando prioridade à disputa eleitoral, fechando alianças com os Liberais ao longo dos anos 1940 e 1950.²⁹⁶

Em 1957, já depois da ascensão de Krushev ao poder em Moscou, a URSS aprovou a diretriz de “transição pacífica ao socialismo”, acentuando a tendência dos partidos de linha soviética, em todo o mundo, de apostar na disputa institucional. É esse cenário que leva Jorge Castañeda a afirmar que, “antes de Fidel entrar em Havana, a esquerda latino-americana havia sido reformista, gradualista ou resignadamente pessimista diante da possibilidade de um triunfo revolucionário”. Na América Latina dos anos 1960, explica o autor, “os grupos armados germinaram como reação aos partidos comunistas”.²⁹⁷

²⁹³ María Cano e Ignacio Torres Giraldo, entre outros militantes marxistas, haviam criado nos anos 1920 o Partido Socialista Revolucionário, ajudando a organizar movimentos de operários e camponeses - com destaque para a histórica greve de 1928 dos trabalhadores da multinacional bananeira United Fruit, que terminou com a morte de dezenas de grevistas (ver OCAMPO LÓPEZ, Javier, op. cit., pp. 280 a 283).

²⁹⁴ ANGELL, Alan. “A Esquerda na América Latina após 1920”. In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia da América Latina, Volume VII - A América Latina após 1930: Estado e Política*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2009, p. 482.

²⁹⁵ Pai de López Michelsen, López Pumarejo foi duas vezes presidente: entre 1934 e 1938, e depois entre 1942 e 1945.

²⁹⁶ OCAMPO T., José Fernando, op. cit., p. 276.

²⁹⁷ CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia Desarmada*. Tradução de Eric Nepomuceno. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 69 e 73.

Mas houve exceções, lembra o próprio Castañeda. Uma foi a Venezuela, onde Douglas Bravo e Pompeyo Márquez conduziram o Partido Comunista “à tentativa quase suicida de declarar guerra a uma democracia recém-estabelecida e encabeçada pelo social-democrata Rómulo Betancourt”.²⁹⁸ E a outra exceção foi, justamente, a Colômbia.

Apesar de seguir a linha soviética, o PC colombiano já vinha estabelecendo bases guerrilheiras em várias localidades, no interior do país, desde os anos 1950. É por isso que dissemos, ao início deste capítulo, que no caso colombiano não se pode exagerar a influência cubana na proliferação de movimentos armados. Já em 1950, em plena vigência da chamada “La Violencia”, que fazia milhares de vítimas país afora, o Comitê Central do Partido Comunista Colombiano anunciava:

El XIII Pleno del Comité Central de nuestro Partido, reunido en secreto en 1950, planteó abiertamente al proletariado y al pueblo la necesidad de defenderse, replicando a la violencia de los bandidos falangistas con la violencia organizada de las masas. Los comunistas deben proceder a organizar la autodefensa de los trabajadores en todas las regiones amenazadas por ataques reaccionarios. Pero las acciones armadas no deben considerarse todavía como la forma fundamental de lucha.²⁹⁹

Os comunistas mantinham boas relações com grupos de guerrilheiros liberais organizados logo após o assassinato de Gaitán, em 1948. Um desses grupos era o comandado por Pedro Antonio Marín, com forte atuação no sul do Departamento de Tolima (voltaremos a tratar desse grupo logo adiante – até pela importância que ganhou ao longo dos anos).

As guerrilhas liberais se denominavam “autodefesas camponesas”, e não tinham um programa socialista. Mas foram criando, em algumas partes do país, zonas autônomas, em que o Estado central não conseguia atuar: “Esta organización autogestionaria de producción y defensa les daba a los campesinos la seguridad que no les proporcionaba el Estado ante el avance del latifúndio”.³⁰⁰ Foi exatamente o que aconteceu, por exemplo, na região de Marquetalia, em Tolima.

Em 1961, o líder conservador Álvaro Gomez Hurtado fez um discurso no Senado colombiano, em que batizou essas áreas de “repúblicas independientes”. Ele pediu a intervenção armada do Estado para conter as guerrilhas.³⁰¹ Em maio de 1964, finalmente, ocorreu um grande ataque: a Operação Marquetalia levou centenas de soldados à região, sob

²⁹⁸ CASTAÑEDA, Jorge, op. cit., p. 73.

²⁹⁹ Citado por OCAMPO T., José Fernando, op. cit., p. 269.

³⁰⁰ FERRO MEDINA, Juan Guillermo; URIBE RAMÓN, Graciela. *El orden de la guerra: las FARC-EP entre la organización y la política*. Bogotá: Centro Editorial Javeriano, 2002, p. 26.

³⁰¹ Cf. “El Documento” (transcrição do discurso de Gomez Hurtado sobre as “repúblicas independientes”). Apud: ALAPE, Arturo. *La Paz, La Violencia: testigos de excepción*. Bogotá: Planeta, 1985, p. 248.

as diretrizes do Plano LASO (Latin American Security Operation) uma parceria dos Estados Unidos com o governo colombiano. Mas um grupo de 48 camponeses conseguiu resistir, furando o bloqueio do exército. Eles se converteram numa guerrilha móvel, sob comando de Pedro Antonio Marín, que a essa altura já adotara o codinome de Manuel Marulanda Vélez (em homenagem a um velho militante operário colombiano dos anos 1930).³⁰²

Marulanda, que no início de suas ações armadas não tinha qualquer formação marxista, se aproximara do Partido Comunista Colombiano na segunda metade dos anos 1950. Atuava já ao lado de guerrilheiros comunistas – Jacobo Prías Álape (conhecido como “Charro Negro”) e Ciro Trujillo – na organização das chamadas “autodefesas camponesas”.

Em 1958, os guerrilheiros de Tolima haviam aceitado negociar a paz com o novo presidente da República, Alberto Lleras Camargo. Eles depuseram as armas, e Marulanda durante um breve período se tornou de novo Pedro Marín – assumindo o cargo de pacato fiscal de obras públicas, na construção de rodovias.

Mas, como tantas vezes na história colombiana, o acordo de paz tornou-se uma cilada: em 1960, “Charro Negro” foi assassinado por antigos rivais políticos. Aos poucos, as tensões reapareceram, e os grupos armados se reorganizaram: “para Pedro Antonio Marín y demás ex guerrilleros comunistas el huracán revolucionario proveniente del Caribe [Revolução Cubana] no fue su motivación para retomar las armas, sino la señal de que estarían condenados a muerte”.³⁰³

Enquanto os guerrilheiros se reorganizavam, o PCC enviou a Marquetalia um de seus mais importantes dirigentes, Luis Morantes – mais conhecido pelo nome de guerra de Jacobo Arenas, homem de sólida formação marxista. O papel de Arenas seria dar consistência ideológica ao movimento armado que começava a se fortalecer.

Foi justamente nessa época que o PCC, no seu IX Congresso (1961), estabeleceu as bases da conhecida tese que marcaria a atuação do partido durante as décadas seguintes: a chamada “combinação de todas as formas de luta”. A partir de então, e na contramão da maioria dos PCs de linha soviética na América Latina, os comunistas colombianos passaram a adotar oficialmente a linha de atuar tanto na esfera institucional/eleitoral quanto na luta armada - ainda que de forma não ostensiva.

³⁰² Cf. FERRO MEDINA, Juan Guillermo; URIBE RAMÓN, Graciela, op. cit., pp. 26 a 28.

³⁰³ *Guerras Inútiles - una historia de las FARC* (vários autores). Bogotá: Intermedio Editores, 2009, p. 99.

4.1.3 - As guerrilhas de esquerda

Em setembro de 1964, os guerrilheiros comandados por Marulanda, e que haviam escapado do gigantesco cerco militar de Marquetalia, reuniram-se numa Primeira Conferência, e criaram o chamado “Bloque Sur”. Dois anos depois, em abril/maio de 1966, a Segunda Conferência adotou o nome definitivo, pelo qual o grupo guerrilheiro viria a ficar conhecido: **Forças Armadas Revolucionarias da Colômbia (FARC)**.³⁰⁴

A partir de então, os guerrilheiros deixavam de se definir como “autodefesa camponesa”, e assumiam um programa político mais geral, adotando a estratégia da guerra prolongada com o objetivo de instaurar um regime socialista na Colômbia. Marulanda e Ciro Trujillo passaram a constituir o “Estado-Maior” (ou seja, a direção) das FARC já a partir dessa Segunda Conferência. O comunista Jacobo Arenas também consolidou seu papel na direção guerrilheira, “con un liderazgo notable desde el punto de vista ideológico”. A relação entre as FARC e os comunistas estava estabelecida:

Si bien el PCC no creó las FARC, sí fue muy importante su contribución ideológica porque consolidó el carácter marxista leninista de la organización guerrillera, en principio autodefensivo. Sin embargo, es importante aclarar que la instancia militar tiene su propia dinámica y estructura organizativa, lo que le da autonomía relativa frente al PCC.³⁰⁵

Apesar dessa relativa autonomia, o Partido Comunista enviava jovens quadros urbanos para auxiliar na formação política dos guerrilheiros das FARC – que, por sua vez, eram de origem camponesa. Jaime Bateman, Iván Marino Ospina, Álvaro Fayad e Carlos Pizarro – todos eles de origem urbana, integrantes da Juventude Comunista (JUCO), e que mais tarde seriam fundadores/dirigentes do M-19 – foram enviados pelo PCC para atuar nas FARC, em meados dos anos 1960.

Na mesma época, outros fatos relacionados ao movimento comunista internacional acabaram por influenciar a luta guerrilheira na Colômbia. Desde 1956, a China de Mao-Tse-Tung se opusera à tese defendida por Moscou, de “transição pacífica ao socialismo”. Em vários países, surgiram forças comunistas alinhadas ao PC chinês, e não mais à URSS.

³⁰⁴ Alguns anos depois, a guerrilha incorporaria a seu nome o complemento de “Exército do Povo”, passando a se identificar como FARC-EP.

³⁰⁵ FERRO MEDINA, Juan Guillerno; URIBE RAMÓN, Graciela, op. cit., p. 31.

Na Colômbia, em 1965, um grupo de militantes rompeu com o PCC de linha soviética e fundou o Partido Comunista Marxista-Leninista da Colômbia (PCC-ML).³⁰⁶ Dois anos depois, o ML criou o seu braço armado: o **Exército Popular de Libertação (EPL)**.

Ao contrário das FARC, que ao longo de sua história mantiveram sempre autonomia em relação ao PCC, o EPL era claramente dirigido pelo partido de linha maoísta. É o que afirma um dos dirigentes do grupo, Francisco Caraballo, em entrevista a Arturo Alape: “Es preciso referirnos al PCC-ML, porque el ideó, creó, impulsó, estimuló y ha dirigido siempre, en todos los momentos de su existencia, el EPL”.³⁰⁷

Outro dirigente, Willian Calvo, também entrevistado por Alape, destaca que o EPL foi formado a partir do impulso gerado pela Revolução Cubana, mas a base teórica que norteava a atuação do grupo vinha da experiência chinesa, com sua concepção de uma “guerra popular prolongada”. Calvo define o EPL como um “brazo armado del partido” - que deveria, este sim, comandar a revolução.³⁰⁸

O EPL teve forte presença nas áreas rurais dos departamentos de Antioquia e Córdoba - no noroeste colombiano. Manteve também núcleos de guerrilha urbana em Medellín, capital antioquenha. Sofreu pesadas derrotas militares nos anos 1970, mas seguiu atuante até 1991, quando aceitou depor as armas e participou do mesmo processo de paz que levaria ao desarmamento do M-19 um ano antes.

Antes do EPL (1967), e antes mesmo das FARC (que oficialmente adotaram esse nome em 1966), o primeiro grande grupo guerrilheiro surgido na Colômbia, nos anos 1960, foi o **Exército de Libertação Nacional (ELN)**, diretamente influenciado pelos cubanos.

Em 1962, um grupo de jovens (na maioria, estudantes) viajou a Cuba onde se constituiu a Brigada de Liberação Nacional José Antonio Galán. Eles tiveram formação política e treinamento em guerrilha e, em 1965, já de volta à Colômbia, converteram a Brigada no ELN - recebendo também a adesão de ex-militantes do MRL. O grupo armado passou a ser comandado por Fabio Vásquez Castaño, um dos jovens estudantes treinados em Havana. Além da influência castrista, o ELN seria fortemente marcado pelas ideias do padre

³⁰⁶ No Brasil, algo semelhante ocorreu com a criação, em 1962, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), liderado por militantes comunistas que não aceitavam mais as diretrizes soviéticas e decidiram sair do PCB de Luiz Carlos Prestes. O PCB - de linha soviética - não aderiu à luta armada, nem após o golpe militar de 1964. Já o PCdoB organizou focos guerrilheiros na região do Araguaia, tendo perdido mais de 60 militantes em combate ou sob tortura durante a ditadura militar. Alguns anos depois de sua fundação, o PCdoB romperia com os chineses, passando a manter relações prioritárias com o Partido Comunista da Albânia. O ML colombiano seguiu rota idêntica e, em meados dos anos 1970, também rompeu com a China e se aliou aos albaneses.

³⁰⁷ ALAPE, Arturo, op. cit., p. 301.

³⁰⁸ Idem, Ibidem, pp. 302 e 303.

Camilo Torres, que abandonou a batina e entrou para a guerrilha, morrendo em combate no início de 1966.³⁰⁹

O ELN iniciou as atividades armadas no Departamento de Santander, estendendo depois suas ações para áreas rurais em Bolívar e Antioquia. Em 1973, sofreu ampla derrota, que quase levou à aniquilação do grupo. No ano seguinte, Vásquez acabou se refugiando em Cuba, e pouco depois abandonou a guerrilha - que passou a ser dirigida pelo padre de origem espanhola Manuel Pérez.

Para alguns autores, como Jorge Castañeda, as FARC, o EPL e o ELN fariam parte de uma “primeira onda” de grupos armados latino-americanos, integrada também por agrupamentos que se dedicaram à guerrilha urbana na Argentina, no Brasil e no Uruguai (e que, em alguns casos, tentaram estabelecer focos no campo).

O pesquisador colombiano Darío Villamizar define os grupos dessa primeira onda guerrilheira por suas “características foquistas, vanguardistas y militaristas que buscaban implantar una revolución socialista de carácter continental; la mayoría de estas experiencias fueron derrotadas militarmente al poco tiempo”.³¹⁰

De fato, as guerrilhas dessa “primeira onda” sofreram uma derrota militar e política definitiva nos países do Cone Sul. Mas não na Colômbia. Se a maior parte dos guerrilheiros do EPL (como já vimos) depôs as armas em 1991³¹¹, FARC e ELN mantem-se até hoje em atividade, levando ao paroxismo a estratégia anunciada por seus fundadores - de uma “guerra popular prolongada”. São as guerrilhas mais antigas em ação no continente americano - e certamente estão entre as mais antigas do mundo: completaram meio século de luta ininterrupta, que avança já pela segunda década do século XXI.

De acordo com a tipologia estabelecida por Castañeda, e adotada em parte por Villamizar, surgiria depois na América Latina uma “segunda onda” guerrilheira, representada principalmente pelos sandinistas na Nicarágua e pela Frente Farabundo Martí em El Salvador. O M-19 colombiano estaria incluído nessa segunda geração de guerrilhas.

Algumas das características dos grupos guerrilheiros da “segunda onda” são assim listadas pelo autor colombiano Eduardo Pizarro Leongómez: em vez da concepção de vanguarda leninista (típica da “primeira onda”), os novos grupos formam frentes populares de

³⁰⁹ No Capítulo 3 desta dissertação, apresentamos com mais detalhes a trajetória do padre Camilo Torres, que foi uma figura marcante para os grupos cristãos ligados à Teologia da Libertação em toda América Latina.

³¹⁰ VILLAMIZAR, Darío, *Aquel 19 será. Una historia del M-19, de sus hombres y sus gestos. Un relato entre la guerra, las negociaciones y la paz*. Bogotá: Editorial Planeta, 1995, p. 17.

³¹¹ A maior parte dos guerrilheiros do EPL, de fato, assinou o tratado de paz em 1991, mas uma pequena dissidência - comandada por Francisco Caraballo - não aceitou o cessar-fogo.

massas; procuram consolidar sua presença em sindicatos e organizações de bairro; e assumem um discurso nacionalista (os símbolos nacionais passam a ser disputados como símbolos da revolução, rompendo assim com o marxismo ortodoxo).³¹²

Foi bem essa a estratégia escolhida pelo M-19, que se procurou diferenciar da primeira geração guerrilheira formada por ELN, EPL e FARC:

En la medida en que el M-19 planteó una alternativa más conectada con las expresiones urbanas de la sociedad colombiana y menos inspirada en los modelos internacionales (soviético, chino o cubano), se constituyó en un punto de referencia y confluencia de los sectores de la izquierda que chocaban con tales paradigmas.³¹³

O M-19 - por falar em democracia mais do que em socialismo, e por se afastar dos debates doutrinários – acabou por diferenciar-se também de outra leva de organizações guerrilheiras que surgiria a partir dos anos 1970 e 1980 na Colômbia. Entre eles, vale destacar: o **Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT)** e o **Comando Ernesto Rojas** (formados a partir de dissidências do PCC-ML), a **Corrente de Renovação Socialista** (fundada por ex-militantes do ELN e por guerrilheiros de uma organização denominada **MIR-Patria Livre**), além do **Movimento Armado Quintín Lame** (este muito mais ligado às reivindicações concretas de populações indígenas da região do Cauca – que decidiram constituir uma frente armada em 1984).³¹⁴

Era esse o imenso emaranhado de siglas, partidos, movimentos e grupos guerrilheiros que formavam o que se pode definir como a família de esquerda colombiana – com a qual o M-19 dialogava, e da qual procurava se diferenciar, com um discurso nacionalista e de rechaço aos debates doutrinários, segundo a definição de Álvaro Fayad, que comandou o “Eme” entre 1985 e 1986:

Nosotros nos apartamos del marxismo ortodoxo, el marxismo que ha hecho que una de las principales doctrinas revolucionarias se convierta en una de las doctrinas más estáticas en la lucha de los pueblos, donde son tantos los principios que hay que cumplir, que lo que terminan haciendo es frenando cualquier actividad. Está tan llena de principios ideologistas, teoricistas, estrategicistas, la ortodoxia del marxismo, que

³¹² Cf. PIZARRO LEONGÓMEZ, Eduardo. “La guerrilla y el proceso de paz”. In: GALLÓN GIRALDO, Gustavo (Ed.). *Entre movimientos y caudillos: 50 años de bipartidismo, izquierda y alternativas populares en Colombia*. Bogotá: CINEP/CEREC, 1989, p. 252.

³¹³ PATIÑO, Otty; GRABE, Vera; GARCÍA-DURÁN, Mauricio. “El camino del M-19 de la lucha armada a la democracia: una búsqueda de cómo hacer política en sintonía con el país”. In: *De la Insurgencia a la Democracia – estudios de caso*. Bogotá: Cinep/Berghof, 2009, p. 49.

³¹⁴ Cf. VILLAMIZAR, Darío. *Un Adiós a la Guerra*. Bogotá: Planeta, 1997.

Nessa obra, o autor traça um histórico exaustivo das principais organizações de esquerda armada colombiana nos anos 1970 e 1980.

ya no hay campo para el desarrollo, no hay campo para el cambio. (...) Nosotros preferimos no mirar la ortodixa y mirar la realidad viva. A nosotros la realidad viva en Colombia nos estaba empujando a decir: hay una manera nueva de hacer la política, hay que ligar la guerra a las masas, somos continuación de um proyecto histórico de Bolívar, hay que retomar a Bolívar.³¹⁵

Percebe-se na fala de Álvaro Fayad um duplo movimento: o M-19 afirma-se como um movimento armado que preza a continuidade, dialogando com o passado; mas ao mesmo tempo pretende-se renovador no campo da esquerda, abandonando e quase renegando o debate teórico marxista.

Mais do que um discurso renovado, o M-19 buscou (e, em boa parte, conseguiu) estabelecer um novo estilo de comunicação que, em muitos momentos, se afastava mesmo da tradição da esquerda latino-americana. É o que veremos na seção seguinte.

4.2 - As armas da propaganda

Nos dias que antecederam o roubo da espada de Bolívar, em janeiro de 1974, os guerrilheiros do M-19 adotaram uma estratégia surpreendente. Fizeram publicar, no principal jornal de Bogotá, anúncios publicitários enigmáticos, que vários leitores (segundo relatos da época) acreditaram fazer parte de uma campanha para lançamento de um novo produto farmacêutico.

“Parásitos... gusanos? Espere M-19”, dizia a primeira propaganda, no dia 15 de janeiro de 1974.

³¹⁵ FAYAD, Alvaro. “La guerrilla, expresión de la democracia”. In: ALAPE, Arturo. *La Paz, la Violencia - testigos de excepción*. Bogotá: Planeta, 1985, pp. 322 e 323.

Figura 16 – Em 15 de janeiro de 1974, o primeiro anúncio da guerrilha no jornal *El Tiempo*.

Naquela data, o sisudo jornal *El Tiempo*³¹⁶ trazia nas páginas de política reportagens sobre o início da campanha de Alfonso López Michelsen à presidência da República, pelo Partido Liberal. Já o noticiário internacional destacava que, no Brasil, o general Ernesto Geisel seria ratificado pelo colégio eleitoral para substituir Garrastazú Médiçi no comando do país. Mas o anúncio do M-19 não apareceu nas páginas de política: foi publicado em meio ao noticiário esportivo, na página 2-C.

Mais adiante, no mesmo dia 15, outra publicidade do M-19 surgia no caderno de cultura, logo abaixo da programação de cinema. E a mensagem era diferente: “decaimiento... falta de memória? Espere M-19”.

³¹⁶ O jornal *El Tiempo*, fundado em 1911, era claramente alinhado aos Liberais. O diário foi dirigido durante quase um século (1913 a 2007) pela tradicional família Santos, da qual saíram dois presidentes colombianos: Eduardo Santos (1934-1938), e Juan Manuel Santos (atual presidente colombiano, eleito para um segundo mandato, nesse início de século XXI).

Figura 17 – No mesmo dia 15 de janeiro de 1974, o M-19 agora ocupa espaço na página de cinema.

Em 16 de janeiro de 1974, mais dois anúncios. Na página 2-B, que trazia notícias sobre basquete e ciclismo, ressurgia o mesmo aviso enigmático do dia anterior: “Parásitos... gusanos? Espere M-19”. E na página 13-B, dedicada aos classificados para compra e venda de imóveis, mais uma publicidade: sobre uma grande tarja negra, o texto parecia um convite para tratar melhor a saúde – “falta de energia... inactividad? Espere M-19.”

Figura 18 – No dia 17 de janeiro de 1974, os guerrilheiros compram espaço na primeira página do jornal *El Tiempo*: a propaganda do M-19 aparece lado a lado com anúncios de vestidos e carros.

No dia 17 de janeiro, os guerrilheiros decidem ocupar a primeira página do jornal *El Tiempo*: “ya llega, M-19”, avisava a publicidade – cercada por anúncios de roupas femininas e carros (ver figura 18, na página anterior). No mesmo dia 17, numa página interna (2-C), a publicidade da guerrilha voltava a surgir – agora, entre tiras de quadrinhos e reportagens sobre pugilismo.

Foi só no dia 18 que os leitores finalmente compreenderam: os anúncios dos dias anteriores não faziam referência a um laboratório ou a um novo medicamento, mas a um grupo guerrilheiro.

O M-19 se apresentara ao país como um remédio que poderia eliminar parasitas e vermes (“gusanos”), prometera acabar com a “falta de energia” e, de forma criativa, se propusera também a resolver os problemas da “falta de memória” (seria um problema orgânico, cerebral, ou a falta de memória era coletiva e histórica?)

Importante notar o cuidado com o texto nos anúncios publicitários: havia pequenas variações, mas com a repetição proposital do verbo “espere” antes da marca “M-19”. A ideia, na linha mesmo das campanhas publicitárias convencionais, era criar expectativa, avisando que algo de novo estava para surgir. Parecia um trabalho profissional, feito por uma grande agência.

Só em um dos anúncios, justamente o que ocupava a primeira página no dia 17 de janeiro, é que o verbo “espere” foi substituído pela expressão “ya llega” – que carregava um duplo sentido: podia ser entendida como um “basta”, ou como um aviso de que a novidade agora estava de fato chegando.

Ao invés de publicar um panfleto com um “programa político”, o M-19 preferiu lançar-se ao mundo com uma estratégia publicitária: a propaganda a serviço da política, as ferramentas capitalistas a serviço do combate pelo socialismo.

Desse ponto de vista, o M-19 parecia de fato inovador, na comparação com outros agrupamentos de esquerda da mesma época. Mas, na verdade, os guerrilheiros estavam longe de adotar um caminho absolutamente original, se imaginarmos que a publicidade faz parte de um campo muito mais amplo: o das lutas simbólicas.

Bronislaw Baczko indica que esse tipo de disputa esteve presente, por exemplo, no curso da Revolução Francesa – quando “as antigas legitimidades foram postas em causa”. Nesse período, diz Baczko, os revolucionários que disputavam o poder esforçavam-se por

fabricar “um contra-imaginário” – para servir como arma de combate.³¹⁷ Ou seja, desde o século XVIII já estava claro que a luta política não se faz só com princípios e armas, mas com símbolos que sejam capazes de mobilizar quem luta.

Evidentemente, não se pode comparar o alcance de um único grupo guerrilheiro colombiano no século XX com o impacto da revolução ocorrida na França, no século XVIII. Mas parece bastante claro que o M-19, como poucas vezes na história das guerrilhas de esquerda, percebeu a necessidade de fabricar um contra-imaginário e de travar combates abertos também no campo da comunicação.

Os guerrilheiros do “Eme” puderam dispor de todas as inovações técnicas no manejo dos símbolos - que se aprofundaram com o desenvolvimento do capitalismo, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial. Essas novas técnicas, sobre as quais discorre Baczko, implicam uma passagem marcante: ao invés do “simples manejo dos imaginários sociais” (que está presente na estratégia dos revolucionários franceses, por exemplo), trata-se agora da “sua manipulação cada vez mais sofisticada e especializada.” A partir desse momento, diz Baczko, “a história do ‘savoir-faire’ no domínio dos imaginários sociais confunde-se em parte com a *história da propaganda*”.³¹⁸ (Grifo nosso)

Mais que isso: a implantação duradoura dos meios de comunicação de massa, diz o autor, significa uma “ruptura significativa” na forma de lidar com o imaginário social, na medida em que esses meios garantem aos emissores “a possibilidade de atingir simultaneamente uma audiência enorme, numa escala até então desconhecida”.³¹⁹

Uma guerrilha formada por jovens na Colômbia, país que caminhava rapidamente para a urbanização nos anos 1970, tinha pouca chance de disputar o poder se não conseguisse usar a ferramenta dos meios de comunicação de massa. Essa intuição parece ter marcado profundamente o M-19. Mas não bastava apenas ocupar - de forma surpreendente - os espaços no campo do inimigo. Era preciso usar os recursos (visuais, inclusive) da publicidade, para construir uma “contra-legitimidade” e dialogar com jovens e trabalhadores das grandes cidades colombianas.

Nos anúncios publicados em janeiro de 1974, as frases criativas, enxutas, sem a verborragia típica da esquerda dos anos 1960, eram acompanhadas por um símbolo: dois triângulos brancos lembravam os sinais usados nas teclas de gravadores para fitas cassetes -

³¹⁷ BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5 (*Antropos-homem*). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 301.

³¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 300.

³¹⁹ BACZKO, Bronislaw, op. cit., p. 313.

muito populares entre os jovens nos anos 1970 e 1980. Indicariam, talvez, um desejo de convergência: para frente, para trás; o passado e o presente convergindo para o mesmo ponto.

Figura 19 – À esquerda, detalhes dos anúncios de 1974: logotipo com formas geométricas; depois, o M-19 abandonou esse símbolo e passou a usar espada de Bolívar sobre mapa da Colômbia (à direita).

Ressaltemos que, ao longo de sua trajetória, o M-19 aos poucos abandonou esse símbolo construído na boa técnica publicitária. No lugar dele, surgiram outros, mais associados ao imaginário tradicional da esquerda latino-americana do século XX: a mão que segura o cabo de um fuzil, ou a espada de Bolívar cobrindo o mapa colombiano.

O M-19, de toda forma, jamais se afastou totalmente da ideia de que a disputa política dependia também das batalhas da comunicação. Em mais de uma oportunidade, os guerrilheiros sequestraram jornalistas para que os líderes do M-19 pudessem ser entrevistados, ganhando assim espaço na imprensa.

Foi o que aconteceu, por exemplo, em abril de 1980, quando o jornalista Germán Castro Caycedo foi levado ao esconderijo do líder máximo do M-19, para que Jaime Bateman pudesse falar ao país. Primeiro, no dia 19, o jornal *El Tiempo* noticiou o caso como um sequestro mesmo, anunciando que o jornalista fora levado por um comando armado, e já fizera contato com a família, avisando estar em poder do M-19. O diário liberal deu a seguinte manchete: “Secuestro de Castro, golpe publicitario”.

Figura 20 – Detalhe da primeira página do *El Tiempo* (20 de abril de 1980), com a foto de Bateman cercado por dois outros guerrilheiros encapuzados e armados; à direita, o jornalista Castro Caycedo.

No dia 20 de abril, o mesmo *El Tiempo* revelou que Castro Caycedo fora já libertado, e que o jornalista “aclaró que no fue secuestrado, como se había sostenido, sino que cumplió una cita que había concertado telefonicamente con el M-19 días atrás”.³²⁰ A edição do dia 20 trazia na primeira página uma foto de Castro Caycedo ao lado de Bateman, durante a entrevista ocorrida num sítio a cerca de duas horas de Bogotá; os dois estavam acompanhados por homens armados e encapuzados. Ao fundo, a bandeira e um símbolo do M-19 completavam o ambiente, que parecia ter sido cuidadosamente preparado como cenário, para ser fotografado.

O diário liberal esclarecia, na capa, que o texto datilografado da entrevista de Bateman a Caycedo e dois rolos de fotos haviam sido deixados, por desconhecidos, dentro de um pacote lançado nos jardins que circundavam a redação do jornal. Provavelmente, foram os próprios guerrilheiros que tomaram a decisão de entregar - dessa forma pouco usual - o conteúdo da entrevista. Assim, as opiniões de Bateman acabaram divulgadas para todo o país.

O M-19 abria espaço para se comunicar com os colombianos. Mas o jornal não tratava os guerrilheiros com simpatia nas outras reportagens do dia. Numa chamada, com foto, Bateman era chamado de “dirigente subversivo”, e os dois homens armados que o ladeavam nas fotos com Caycedo eram descritos como “terroristas”. Ainda assim, o M-19 ocupava espaço nobre: três páginas do principal jornal do país, em pleno domingo, 20 de abril de 1980.

³²⁰ “Jefe del M-19 hace nuevas propuestas en reportaje a Castro”, *El Tiempo*, 20 de abril de 1980. Ver também outras reportagens sobre o mesmo fato, nas páginas 6-A e 7-A do jornal, na mesma data.

Do ponto de vista político, o que significava essa preocupação do M-19 com a disputa simbólica e de comunicação - que fica evidente nesse e em outros episódios?

Antonio Gramsci usava o conceito dos “aparelhos privados de hegemonia” para definir as esferas de poder que não passam necessariamente pelo aparato coercitivo de Estado. O teórico marxista italiano entendia que as classes subalternas poderiam lutar para conquistar espaços nesses aparelhos privados³²¹ que nada mais são - lembra-nos Carlos Nelson Coutinho, um dos principais difusores das ideias de Gramsci no Brasil - do que o “conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc.”³²².

O M-19, ao longo de sua trajetória, editou boletins e revistas próprias para fazer a disputa de hegemonia com a chamada “oligarquia” colombiana. Mas fez mais que isso: apropriou-se do aparato do próprio inimigo, incluindo as páginas do jornal *El Tiempo* – considerado o principal porta-voz, na imprensa colombiana, do ideário liberal. É o que vemos nos anúncios publicados em janeiro de 1974, e também no episódio do “seqüestro” de Castro Caycedo: a disputa pela hegemonia.

Analizamos durante a pesquisa mais de 50 documentos (boletins, panfletos, jornais, manifestos políticos e transcrições de discurso) produzidos pelo M-19, e não encontramos nenhuma referência a Gramsci. Nas entrevistas com três ex-integrantes da guerrilha³²³, perguntamos sobre a possível influência de Gramsci nas formulações do M-19. Só houve uma citação ao pensador italiano: Patiño disse que Álvaro Fayad (comandante do M-19 entre 1985 e 1986) era um dirigente que se preocupava mais com a formação teórica, e teria-se interessado por esse debate:

[Fayad] empezó a trabajar esa vertiente democratizante de la izquierda. Fayad era un estudioso y empezó a nutrirse del italiano Gramsci, y tal vez fue el que estudió más este tema porque toda la raíz ideológica de personas como Fayad era comunista. Entonces, trataba dentro de los desarrollos ideológicos del comunismo, tratarse de entender y de entroncarse por las actividades concretas que estábamos haciendo.³²⁴

³²¹ Cf. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

³²² COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci - um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 127.

³²³ As entrevistas com os ex-guerrilheiros Gustavo Petro, Otty Patiño e Vera Grabe - realizadas em 2013 - estão transcritas na íntegra ao final desta dissertação, nos Anexos.

³²⁴ Trecho da entrevista concedida por Otty Patiño ao autor desta pesquisa, em 17 de fevereiro de 2013 (a íntegra encontra-se transcrita nos Anexos, ao fim da dissertação).

Ao contrário de outras organizações de esquerda, essa discussão ideológica não era prioritária no M-19. Mas Vera Grabe disse que alguns guerrilheiros tinham contato com a produção teórica que vinha da Europa:

Sí, creo que obviamente nosotros leíamos todo del eurocomunismo de Italia, Francia. Creo que sí, creo que los compañeros sí leían eso, pero fue más una lectura también de... bueno, ¿qué hay que decir a ese país? Como una mirada pragmática, pero también de darle sentido concreto a la revolución en Colombia.³²⁵

De toda forma, esse debate jamais se refletiu nos documentos produzidos pela guerrilha. A preocupação do M-19 com a comunicação, e com ações de forte apelo simbólico e midiático, parece ter sido menos resultado de formulações teóricas e muito mais a consequência da própria origem social da maior parte dos guerrilheiros. Seus líderes eram quase todos jovens e de origem urbana, o que os diferenciava por exemplo das FARC – que tinham origem no campo, priorizavam os combates nas selvas e adotavam uma linguagem marxista tradicional, que muitas vezes tornava difícil a aproximação com os trabalhadores e estudantes dos grandes centros urbanos.

Essa vertente publicitária vinha desde os primórdios do M-19, com os anúncios publicados no jornal *El Tiempo* em 1974. Dario Villamizar calcula que a campanha publicitária de lançamento da guerrilha deve ter custado, em valores da época, o equivalente a meio milhão de pesos colombianos, dinheiro que foi obtido com um sequestro feito em parceria com as FARC. Segundo Villamizar, a arte final (desenho e diagramação) dos anúncios foi responsabilidade de Germán Rojas, guerrilheiro que sobreviveu aos anos de luta armada e acabou se elegendo constituinte pela ADM-19 (partido criado pelos guerrilheiros), em 1991. O encarregado de ir até *El Tiempo* para entregar o material publicitário foi Luis Otero - que morreria em combate durante a invasão do Palácio de Justiça, em 1985.³²⁶

Mas a campanha, que tinha um toque claramente profissional, foi tecnicamente concebida por quem? Uma indicação sobre isso aparece no livro de memórias do ex-guerrilheiro Yamel Riaño:

Con nosotros estaba un compañero publicista profesional que trabajó en Sancho Televisión y era un hombre de mucho reconocimiento en el mundo de la publicidad.

³²⁵ Trecho da entrevista concedida por Vera Grabe ao autor desta pesquisa, em 22 de fevereiro de 2013 (a íntegra encontra-se transcrita nos Anexos, ao fim da dissertação).

³²⁶ VILLAMIZAR, Darío, *Aquel 19 será. Una historia del M-19, de sus hombres y sus gestos. Un relato entre la guerra, las negociaciones y la paz*, pp. 52 e 53.

Desafortunadamente, no tengo la autorización para divulgar su nombre. A él se le dio la idea y el desarrolló el programa.³²⁷

Patiño diz que os anúncios foram criados de forma coletiva:

Nos convertimos en un grupo creativo donde se podía, además de discutir acciones militares, estábamos pensando también en cómo propagandizar la política. Y propagandizar este nuevo mensaje que era un mensaje distinto al de la izquierda tradicional, que era con cosas muy elementares y muy cortas, pero muy fuertes que pudiera llegar a la gente.³²⁸

Por esses depoimentos, podemos concluir que a ideia original da campanha publicitária surgiu de forma coletiva, na direção do M-19, e um profissional da área, próximo aos guerrilheiros, deu formato definitivo aos anúncios. Darío Villamizar lembra que, na reunião constitutiva do M-19, foi aprovado um plano de ação com dois eixos: um de caráter político-ideológico e o outro propagandístico, que consistia justamente em publicar, “en periódicos de circulación nacional, avisos que anunciaron la inminente salida al mercado de un nuevo producto”.³²⁹

Logo os colombianos descobririam que o M-19 não era um produto. Os guerrilheiros estavam dispostos a uma disputa profunda, e sangrenta em alguns momentos. Ao travar essa disputa, miravam para o passado e para os símbolos que pudessem trazer legitimidade à sua luta - como a espada de Bolívar. Mas olhavam também para o presente, incorporando ferramentas típicas da era de comunicação de massas - como a propaganda.

Ao longo de sua história, como vimos nos capítulos anteriores, o M-19 realizou várias ações de propaganda armada: roubou caminhões de leite e brinquedos, distribuindo os produtos em comunidades pobres; sequestrou empresários para que fossem obrigados a negociar com trabalhadores em greve; roubou cinco mil armas de um quartel do Exército em Bogotá; invadiu o Palácio de Justiça (sede da Corte Suprema) para obrigar o Judiciário a “julgar” o presidente da República por crime de responsabilidade, ação que terminou de forma trágica, com mais de cem mortos - entre guerrilheiros, magistrados e funcionários da corte.

³²⁷ YAMEL RIAÑO, José, op. cit., p. 54.

³²⁸ Trecho da entrevista de Otty Patiño ao autor desta pesquisa, em 17 de fevereiro de 2013 (ver a transcrição na íntegra, nos Anexos, ao fim da dissertação).

³²⁹ VILLAMIZAR, Darío, op. cit., p. 52.

Mas na campanha publicitária com a qual o M-19 se apresentou ao mundo, em janeiro de 1974, a lógica era outra: em vez de propaganda das armas, a guerrilha utilizou as armas da propaganda.

De forma intuitiva, o M-19 repetia o que Bronislaw Baczko já notara como estratégia central dos revolucionários franceses que, no fim do século XVIII, tentavam estabelecer uma contra-legitimidade: “o poder deve apoderar-se do controle dos meios que formam e guiam a imaginação coletiva”.³³⁰

4.3 - Um remédio para o corpo político doente

Os anúncios produzidos e publicados pelo M-19 em janeiro de 1974 permitem também outra ordem de reflexões, para além da constatação do uso inovador das ferramentas publicitárias. Importante, para isso, observar com mais atenção o conteúdo mesmo daquelas curtas mensagens.

Figura 21 – Anúncios do M-19, publicados em *El Tiempo*, janeiro de 1974: curar um corpo doente.

Notemos que uma metáfora é insistentemente repetida pelos guerrilheiros: a metáfora do remédio político que pode curar um corpo também político. Parasitas e vermes eram os

³³⁰ BACZKO, Bronislaw, op. cit., p. 302.

males que o M-19 se propunha a eliminar. Outros eram a decadência e a falta de memória - que remetem ao envelhecimento físico, mas também às disputas pelo passado. Ora, só busca medicação quem precisa enfrentar uma doença. Estava claro que um corpo, o Estado colombiano, precisava ser curado.

A publicidade, com seus textos curtos, e que falam diretamente ao inconsciente de quem recebe a mensagem, normalmente recorre a metáforas e signos de fácil compreensão. A metáfora do “corpo político” parece ser um exemplo disso. E, nesse caso, não haveria propriamente inovação por parte da guerrilha, mas diálogo com o passado remoto: o M-19, em sua campanha de lançamento, dialogava com uma velhíssima tradição política - a do corpo como metáfora do sistema político.

No Brasil, Alcir Lenharo foi quem se debruçou com mais atenção sobre o tema. Em *Sacralização da Política*, o autor apresenta as estratégias ideológicas adotadas pelo Estado Novo de Vargas para buscar legitimidade e conformar um projeto em que a Nação “é associada a uma totalidade orgânica, à imagem do corpo uno, indivisível e harmonioso”.³³¹

Mas a “emergência do corpo como metáfora de ricas implicações”³³², lembra-nos Lenharo logo na abertura do livro, não é específica do Estado Novo no Brasil. Ao contrário, vem de muito longe. É especialmente no capítulo 5, intitulado “O corpo teológico do poder”, que Lenharo mostra como a “metáfora do corpo” é antiga no pensamento político ocidental, ganhando espaço nas obras de Santo Tomás de Aquino³³³, e sendo retomada depois por pensadores como Hobbes e mesmo Rousseau.

Alcir Lenharo ressalta que tal metáfora quase sempre serve para nublar os conflitos: “a unidade e o equilíbrio que a imagem do corpo humano oferece é o que mais seduz os pensadores, preocupados em justificar a fonte do poder desejado. Estamos a um passo do corpo uno regido por um órgão condutor”³³⁴. A ideia do corpo permite imaginar as classes sociais como órgãos necessários uns aos outros, apagando ou reduzindo, assim, a possibilidade de conflitos entre partes que precisam funcionar homoganeamente, para o bem de todo o organismo.

Mais ainda: trata-se de metáfora com ligações profundas com o pensamento católico, presente já no texto bíblico, como se constata nas palavras de Paulo, o apóstolo:

³³¹ LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas: Papyrus/Editora da UNICAMP, 1986, p. 16.

³³² Idem, Ibidem, p. 17.

³³³ Importante lembrar que o pensador católico bebe numa fonte ainda mais remota: Aristóteles - inspirador do tomismo - já adotava uma série de analogias entre o corpo físico e a instituição política, defendendo a necessidade de temperar e dosar os diversos elementos que compõem a Polis, para evitar o perigo dos excessos (Cf. ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2006).

³³⁴ LENHARO, Alcir, op cit., p. 140.

Com efeito, o corpo é um e, não obstante, tem muitos membros, mas todos os membros do corpo, apesar de serem muitos, formam um só corpo. Assim também acontece com Cristo. Pois fomos todos batizados num só Espírito para ser um só corpo, judeus e gregos, escravos e livres, e todos bebemos de um só Espírito. (...) Deus dispôs o corpo de modo a conceder maior honra ao que é menos nobre, a fim de que não haja divisão no corpo, mas os membros tenham igual solicitude uns com os outros.³³⁵

Essa ideia sobreviveu aos séculos na tradição cristã, sendo retomada não só por autores como Santo Tomás de Aquino na Idade Média, mas pelos próprios Papas católicos, chegando aos séculos XIX e XX – com Leão XIII e Pio XII. Este último, lembra-nos Lenharo, retoma o conceito do corpo unificado, na famosa encíclica *Rerum Novarum*:

(...) assim como no corpo humano os membros, apesar de sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também na sociedade as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio.³³⁶

Numa demonstração surpreendente da circulação de ideias entre as mais diversas correntes de pensamento, encontramos a mesma metáfora – que surgira na Bíblia, sendo retomada pelo tomismo medieval e pelos papas modernos – servindo também a pensadores liberais (e anticlericais) nos séculos XVII e XVIII, e chegando até escolas marcadas pelo cientificismo no século XIX, como são os casos de Comte e Spencer. Este último levou para a biologia a ideia da divisão do trabalho, para daí organizar o seu pensamento político, fortemente marcado pelo conceito do corpo político, explica Alcir Lenharo:

Em *O Organismo Social*, texto de 1860, Spencer demonstra como as sociedades compostas de homens e os organismos formados de células evoluem de uma estrutura simples para outras altamente complexas, promovendo a mútua dependência entre as partes componentes. (...) Spencer contribui para a legitimação da visão organicista do social, emprestando-lhe o seu crivo de cientificidade.³³⁷

É por esse histórico secular, transitando da religião para o pensamento filosófico e científico, que a metáfora do corpo – quando retomada nos debates públicos contemporâneos – quase sempre tem uma função conservadora. “Atua como um recurso para diagnosticar e medicar a sociedade, quase sempre visa-se a obtenção de métodos políticos apropriados à

³³⁵ Paulo. “Primeira Carta aos Coríntios, 12”. In: *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus Editora, 2003.

O papel pioneiro de Paulo, o apóstolo, ao articular a imagem do chamado “corpo místico”, é indicado por LENHARO, Alcir, op. cit., pp. 160 e 161.

³³⁶ *Rerum Novarum* (encíclica de Leão XIII), apud: LENHARO, Alcir, op. cit., p. 162.

³³⁷ LENHARO, Alcir, op. cit., p. 143.

preservação da estrutura social tal como se encontra; *poucas vezes tem-se em mira transformá-la*”³³⁸ (grifo nosso).

É de se ressaltar que o M-19 utilize a metáfora do corpo, e do remédio que pode levar à cura do organismo social, nesse último sentido que, segundo Lenharo, parece bem mais raro: o grupo guerrilheiro quer medicar a sociedade colombiana para transformá-la, e não para manter a ordem. Ainda assim, chama atenção que o “Eme” recorra a uma metáfora normalmente associada a agrupamentos conservadores e ao pensamento católico.

Assim como disputa e retoma a figura de Bolívar, até então, tido como símbolo de “unidade nacional”, e o transforma num símbolo da luta contra a oligarquia, o M-19 é capaz de usar a velha linguagem do “corpo que precisa ser curado”, mas também invertendo completamente o sentido da metáfora. O M-19, portanto, não se apresenta como um remédio para conservar a ordem. Mas para desfazê-la.

Tradição ou inovação? Poderíamos dizer que temos aqui as duas coisas ao mesmo tempo.

Mas é possível avançar um pouco mais. Lenharo lembra-nos que a metáfora do corpo serviu também para legitimar a esquerda no poder. Não qualquer esquerda, mas a stalinista, na União Soviética. Nesse ponto, Lenharo apoia-se nas teses de Claude Lefort, expostas num texto clássico, que vamos agora rapidamente retomar.

No Antigo Regime, afirma o autor francês, o corpo do rei tinha uma dupla função: individual e coletiva. No século XVIII, a Revolução destrói duplamente o corpo do rei: leva Luiz XVI para a guilhotina, deixando acéfalo também o corpo político. Assim, o poder passa a ser visto como um “lugar vazio” (conceito central para o autor) e que pode ser ocupado por simples mortais, ainda que de forma sempre temporária.

Em regimes como o stalinista na União Soviética, opera um mecanismo que tenta “soldar” novamente o “corpo” do poder. Não há mais divisões, até porque, por definição, não há classes na sociedade inaugurada pela Revolução de 1917: todas as diferenças se dissolvem no “povo-Uno”. Sociedade e política se encontram num único corpo comandado pela cabeça do “Guia Supremo”, o “Egocrata”, na definição de Lefort.

Claude Lefort afirma que o stalinismo convive com um paradoxo: a divisão na sociedade é sempre negada. O discurso oficial refuta qualquer possibilidade de cisão social, ainda que se saiba que uma nova camada dominante se distinguisse, controlando o aparelho

³³⁸ LENHARO, Alcir, op. cit., p. 139.

de Estado soviético. Mas, ao mesmo tempo, se vê “fantasticamente afirmada a divisão entre o povo-Uno e o Outro”, que precisa ser combatido.

No stalinismo “a constituição do povo-Uno exige a produção incessante de inimigos”. E mais ainda, afirma Lefort: “o inimigo do povo é considerado como *um parasita ou um dejetos a eliminar*” (grifo nosso).³³⁹

“Parasita”. Era exatamente essa a expressão usada pelo M-19 em sua campanha de lançamento, quando se apresentou ao povo colombiano como se fosse um remédio, nos anúncios de jornal citados acima. Os guerrilheiros, pela maneira ousada de se apresentar ao mundo, rompiam com certas tradições da esquerda armada marxista; mas de alguma forma estariam travando um diálogo com a velha tradição stalinista em que os inimigos da esquerda são “parasitas”, “vermes”, ou “dejetos a se eliminar”?

É uma hipótese que merece ser considerada, ainda mais quando sabemos que vários dos líderes do M-19 haviam passado pelo PCC, de linha soviética, e que alguns deles, incluindo o próprio Jaime Bateman, tinham sido enviados a Moscou para receber formação política.³⁴⁰

Lefort lembra ainda que no regime soviético “a perseguição dos inimigos do povo é exercida em nome de um ideal de profilaxia social e isso desde o tempo de Lênin. O que está em causa é sempre a integridade do corpo”. E completa: “A campanha contra o inimigo é febril: a febre é boa, é o sinal, na sociedade, do mal a combater”.³⁴¹

Importante ressaltar que o paralelo entre o regime soviético e o M-19 não deve ser traçado de forma esquemática. Uma coisa era um regime estabelecido, com uma impressionante máquina de controle político, como a construída pelo Partido Bolchevique. E outra coisa, muito diversa, era um grupo rebelde como o M-19, que nunca passou de 2 mil integrantes, e se propunha a reformar uma sociedade dominada de forma oligárquica.

Ainda assim, é interessante anotar: vários dos principais líderes do M-19 (Bateman, Fayad, Ospina, entre outros) tinham passado pela Juventude Comunista e, na condição de líderes comunistas, foram enviados pelo PCC para dar apoio aos guerrilheiros das FARC. Carregavam certos conceitos da matriz soviética. Verdade que, depois, esses jovens romperiam com a ortodoxia que dominava as FARC, grupo alinhado ao Partido Comunista Colombiano nos anos 1960, para criar um novo agrupamento, com outra lógica, numa tentativa de se afastar do dogmatismo da esquerda tradicional.

³³⁹ LEFORT, Claude. *A Invenção Democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 113.

³⁴⁰ Cf. “Los primeros trotes de rebeldia”, entrevista de Bateman publicada na revista *Colombia*, agosto de 1983, p. 6.

³⁴¹ LEFORT, Claude, op. cit., p. 113.

Não parece impossível, entretanto, que algo da velha tradição stalinista tenha-se mantido naquele agrupamento que se lançaria ao mundo com o nome de M-19.

Se Lefort diz que a lógica stalinista dependia da produção incessante de inimigos, cabe-nos lembrar que o primeiro jornal publicado pelo M-19 dedicava quase um quarto de seu conteúdo à seguinte questão: “Quienes son nuestros enemigos”. O imperialismo, as oligarquias, os comandos militares e as igrejas eram descritos como os “peores enemigos”.³⁴²

Ao contrário do que Lefort afirma em relação ao stalinismo, não se pode dizer que o M-19 estava “produzindo” inimigos irreais, para justificar seu poder. A oligarquia, o exército, o poder católico e o imperialismo eram realidades muito concretas - e que ajudavam a soldar o sistema de poder dominado pelo bipartidarismo.

O Movimento 19 de Abril apresentou-se, desde o início, como uma novidade na esquerda colombiana. Em muitos aspectos, mostrou mesmo características inovadoras. Rompeu com o discurso tradicional marxista; abriu mão do alinhamento automático com soviéticos, chineses ou cubanos; adotou uma surpreendente campanha publicitária para se apresentar ao país em 1974; e falou sempre da democracia como uma conquista que deveria ser obtida de armas na mão. No fim, abandonou as armas e ajudou - de fato - a escrever uma Constituição, algo raro entre agrupamentos de esquerda na América Latina do século XX.

Mas, de outro lado, o M-19 manteve-se fiel às tradições de uma esquerda que lançava mão de velhas metáforas (como a do corpo dominado por parasitas) e de velhas práticas (como a execução sumária dos “inimigos do povo”) - apresentando-se como um “remédio” que, em nome da “justiça revolucionária”, poderia ser ministrado sem moderação e sem freios.

4.4 - O homem novo e a velha violência

Dois anos depois de sua fundação, o M-19 sequestrou o sindicalista José Raquel Mercado para submetê-lo à “justiça popular revolucionária”, conforme já detalhamos em outro trecho desta dissertação. Mercado era apontado pelo grupo guerrilheiro como traidor da

³⁴² *Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril* (boletim informativo produzido pela guerrilha), número 1, janeiro de 1974.

pátria e da classe operária, como um inimigo do povo.³⁴³ Terminou fuzilado pelos guerrilheiros, e seu corpo foi jogado numa praça de Bogotá, no dia 19 de abril de 1976.

Inimigo do povo. Um “julgamento” realizado em cumprimento do mandato do povo, dizia o comunicado do M-19 publicado na época. Já vimos, nos capítulos anteriores, que Bateman considerava as críticas à execução do sindicalista como postura típica de “intelectuais”, que “querem que as coisas sejam perfeitas”. Como compreender esse discurso por parte de uma guerrilha que pretendia renovar as práticas de esquerda na Colômbia, vencendo velhos dogmas, como afirmava Fayad, outro de seus líderes?

O professor argentino Hugo Vezzetti dedicou-se a estudar a chamada “violência revolucionária”. Observando principalmente organizações de esquerda, de origem peronista, atuantes em seu país nos anos 1960 e 1970, Vezzetti traçou um quadro mais geral, que nos permite refletir sobre a cultura política da esquerda armada na América Latina. Para o autor, certas organizações estabeleciam uma clivagem bem clara em relação à morte: de um lado, estavam as mortes heroicas de guerrilheiros, “celebradas como un objeto de culto, que van a converger en la imagen del martirio del Che”; de outro, estavam “las muertes insignificantes” dos inimigos.³⁴⁴

Vezzetti ressalta a cultura de “celebración de los asesinatos” que chegou a dominar certos grupamentos guerrilheiros argentinos, e conclui:

El aura de heroicidad que rodea la muerte propia, cuando es buscada con valor y determinación, se borra cuando es desplazada a la muerte de los otros, particularmente si se trata de ejecuciones. Allí, la moral del guerrero e la ética del combate quedan trastocadas en la posición siempre siniestra del verdugo. La muerte heroica es única, *la muerte ejercida como ejemplo o como instrumento del terror es siempre banal*, incluso administrativa³⁴⁵ (grifo nosso).

A execução de Mercado, pelo M-19, parece um caso clássico de morte como exemplo. A direção da guerrilha tentou transformá-la em morte banal: para “o povo” não importaria tanto refletir se a execução fora ou não justa e correta, dizia Bateman. O que importava era mostrar que a justiça popular poderia se impor sobre os “traidores” do povo colombiano.

Ao longo dos anos de atuação guerrilheira, no entanto, o M-19 pareceu encontrar certos limites para a aplicação dessa justiça do povo. Em janeiro de 1986, o “Eme” publicou em seu boletim informativo uma grave denúncia contra o grupo armado Ricardo Franco, uma

³⁴³ Cf. *Órgano del Movimiento Anapista 19 de abril*, número 13, fevereiro de 1976 (boletim informativo produzido pela guerrilha).

³⁴⁴ VEZZETTI, Hugo. *Sobre la Violencia Revolucionaria*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2009, p. 157.

³⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 159.

frente guerrilheira ligada às FARC: “Compatriotas, el Movimiento 19 de abril, M-19, condena de una vez y para siempre el asesinato en masa de un centenar de miembros del grupo Ricardo Franco, cuyos cadáveres fueron encontrados en fosas en la región de Tacueyó, Cauca”.³⁴⁶

O mais chocante: a própria direção do grupo Ricardo Franco, através de seu líder Javier Delgado, é que teria ordenado a execução massiva de parte de seus guerrilheiros, depois de uma investigação interna conduzida de forma arbitrária e brutal. Nesse processo, dezenas de homens foram presos, torturados e mortos no meio da selva, num arremedo de julgamento.

Figura 22 – O comunicado do M19, publicado em janeiro de 1986, faz duras críticas à direção do grupo armado Ricardo Franco, que torturou e matou dezenas de guerrilheiros suspeitos de “traição”.

O comunicado do M-19 qualificava a execução em massa de “crimen exasperante, indigno e injusto”, cometido pela direção da guerrilha “con la escusa inaceptable de investigaciones sobre infiltrados de los servicios de inteligencia del ejército colombiano”. O M-19 anunciava que, além de condenar a ação, passaria a tomar “distancia absoluta, total y permanente de este grupo, hoy destruido en su *locura*, su *sectarismo* y su injusticia criminal”, e que pouco importavam quais seriam os resultados “de las investigaciones de sus purgas de *raiz totalitaria*” (grifos nossos).

Vezzetti oferece algumas pistas que podem ajudar a compreender ações sanguinárias como a empreendida – em nome da revolução - pela direção do referido grupo Ricardo

³⁴⁶ “Construir la democracia, con justicia, alegría y dignidad”, manifesto do M-19 publicado em *Con el pueblo, con las armas, al poder* (boletim informativo produzido pelo Movimento 19 de Abril), janeiro de 1986, pp. 2 e 3. O manifesto era assinado por Álvaro Fayad, Carlos Pizarro, Antonio Navarro Wolf e Gustavo Arias, membros do comando central da guerrilha.

Franco. O autor argentino utiliza o conceito, de Norman Cohen, do “milénarismo revolucionário”:

En condiciones de movilización, de contienda y agitación, propias de un movimiento radical contestatorio, coexisten luchas limitadas y por objetivos específicos con un combate de otra naturaleza, sagrado y esencial, desmedido en sus proyecciones, lanzado a la profecía de un cataclismo del que surgirá un mundo y un hombre nuevos.³⁴⁷

A ideia de um combate sagrado cria também as condições para que os líderes de organizações armadas assumam uma dimensão profética, “con los dogmas de la infalibilidad del dirigente y la ceguera frente a los diversos signos que podían desautorizarlo”.³⁴⁸

O M-19, que em 1976 executara o sindicalista Mercado em nome da justiça do povo, agora procurava manter distância dessa espécie de fanatismo revolucionário que autorizava um dirigente guerrilheiro a torturar e matar uma centena de seus homens. O que teria levado a essa mudança?

O mais óbvio seria ressaltar que o M-19 havia matado “apenas” um homem em 1976, um sindicalista sabidamente corrompido, vinculado aos esquemas de poder, enquanto dez anos depois se tratava já de condenar o assassinato de mais de cem guerrilheiros - gente simples, que dava sua vida pela revolução e acabou executada por ordem de seus próprios chefes.

Mas, entre um e outro caso, parece haver mais do que uma diferença de escala numérica ou uma distinção de acordo com a posição social ocupada pelas vítimas, a justificar a mudança de posição do M-19. A condenação explícita à execução em massa promovida pelo Grupo Ricardo Franco indica talvez um elemento novo: em 1976, a perspectiva do M-19 era ainda a da construção do socialismo; a partir dos anos 1980, a perspectiva prioritária já era claramente a construção da democracia. É o que afirma, em entrevista, o ex-guerrilheiro Otty Patiño:

Encontramos la esencia de que este país, Colombia, no estaba en los albores de una revolución socialista, pero sí en la necesidad de defender y pronunciar la democracia. Empezamos a mirar que la oligarquía de este país había disfrazado un Estado antidemocrático con un Estado de democracia y lo principal era derrotar la oligarquía, derrotar una manifestación que no era democrática, que era, por el contrario, de restricción, de negación de la democracia.³⁴⁹

³⁴⁷ VEZETTI, Hugo, op. cit., p. 166.

³⁴⁸ Idem, Ibidem, p. 167.

³⁴⁹ Trecho da entrevista concedida por Otty Patiño ao autor desta pesquisa, em 17 de fevereiro de 2013 (a íntegra encontra-se transcrita nos Anexos, ao fim da dissertação).

Nos anos 1970, tínhamos uma guerrilha que falava em democracia, mas que trazia na origem de seus dirigentes, e também em seu discurso, toda a cultura da esquerda armada. Nossa hipótese é de que em 1976 o M-19 carregava ainda, em alguma medida, a ideia de que o “combate sagrado” em nome do povo, conforme elaboração proposta por Vezzetti, poderia justificar a execução de um sindicalista “traidor” - sem que os guerrilheiros manifestassem grandes preocupações com a defesa dos direitos fundamentais do ser humano.³⁵⁰

Dez anos depois, já sob a perspectiva da luta pela democracia assumida pelo M-19, era evidente que não se podia admitir qualquer tipo de concessão à barbárie, mesmo aquela praticada em nome do combate aos “inimigos infiltrados” nas forças guerrilheiras. O M-19 não hesita diante do massacre cometido pelo Grupo Ricardo Franco. Não vê aquilo, nem de longe, como um rito da “justiça revolucionária”. Chama a barbárie pelo nome.

Ainda que o M-19 tenha adotado desde o início o discurso da “democracia em armas” (ou seja: só as armas seriam capazes de garantir um espaço democrático na Colômbia), a violência deveria ter limites. Nem tudo se podia justificar, não havia mais lugar para uma ideia - comum em certas organizações de esquerda armada na América Latina - de que o combate aos “inimigos do povo” oferecia um salvo-conduto aos que pretendiam construir um mundo novo e um homem novo.³⁵¹

Em janeiro de 1986, a direção do “Eme” pediu que outras organizações guerrilheiras também condenassem de forma veemente o massacre, o que ocorreu logo depois, num comunicado conjunto assinado por EPL, Quintin Lame, ELN, Patria Livre e PRT, além do próprio M-19. O comunicado, intitulado “Por la vida y la libertad”, afirmava: “Nunca y bajo ningún pretexto ni justificación la izquierda puede emplear la tortura. Tampoco los dirigentes o los comandantes pueden disponer de la vida de la gente, sin normatividad alguna y a su libre arbitrio”.³⁵²

³⁵⁰ Importante ressaltar que as conexões entre a violência e o sagrado estão longe de constituir patrimônio exclusivo de certas correntes de esquerda, e possuem raízes profundas no pensamento ocidental (Cf. GIRARD, René. *A Violência e o Sagrado*. São Paulo: Editora da UNESP/Paz e Terra, 1990).

³⁵¹ No Brasil, por exemplo, a direção do grupo guerrilheiro Ação Libertadora Nacional (ALN) tomou a decisão, em 1971, de executar Marcio Leite de Toledo (o “Mário”), um combatente que pretendia abandonar a luta armada. O episódio é narrado no livro de memórias de Carlos Eugênio Paz, comandante guerrilheiro que (ocupando o posto de chefe máximo da ALN, após as mortes de Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira) tomou a decisão de matar o companheiro: “*Vamos executar Mário... ele é um perigo para a Organização, está vacilando e não admite sair do país, escondendo suas fraquezas atrás de supostas divergências políticas*”. A decisão foi tomada num arremedo de “julgamento” ocorrido dentro de um carro em movimento, onde se reuniu a Coordenação da ALN em São Paulo (Cf. PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada - memórias da guerrilha*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008).

³⁵² “Por la vida y la libertad”, comunicado da Coordinadora Nacional Guerrillera publicado em *Con el pueblo, con las armas, al poder* (boletim informativo produzido pelo Movimento 19 de Abril), janeiro de 1986, p. 6.

O comunicado conjunto, assinado pela “Coordinadora Nacional Guerrillera” (ou seja, uma espécie de comando unificado de todas as forças guerrilheiras, com exceção das FARC), concluía: “La revolución es futuro y alegría. Nunca la tristeza y el delirio representados por Javier Delgado.”³⁵³

Figura 23 – Manifesto “Por la vida y la libertad”, no boletim de janeiro de 1986: texto assinado por diversas forças guerrilheiras, que condenaram o massacre produzido pelo Grupo Ricardo Franco.

No mesmo boletim informativo, o “Eme” divulgou ainda um terceiro texto intitulado “La revolución, fiesta de la vida y por la vida”. Já não falava em “justiça popular revolucionária” (como fizera em 1976, para explicar o fuzilamento do sindicalista), mas em dignidade e justiça - agora sem qualificativos.

O M-19 dizia que, se há uma maneira de perder a guerra, é agindo como os inimigos. E afirmava também: “El surgimiento de la nueva nación es el triunfo de nuevos valores, de una concepción de la vida y del hombre que van más allá de los resultados militares del enfrentamiento (...)”.³⁵⁴

³⁵³ “Por la vida y la libertad”, comunicado da Coordinadora Nacional Guerrillera, op. cit., p. 7.

³⁵⁴ “La Revolución, fiesta de la vida y por la vida”, publicado em *Con el pueblo, con las armas, al poder* (boletim informativo produzido pelo Movimento 19 de Abril), janeiro de 1986, p. 4.

Nesse trecho, o M-19, que no discurso procurava se diferenciar desde sempre da ortodoxia marxista (mas que em vários momentos, como já vimos, dialogava com ideias antigas na tradição de esquerda), estava bem próximo de um conceito que foi central na mitologia revolucionária da América Latina, na segunda metade do século XX: o do “homem novo”.

O debate sobre esse novo homem que seria gestado pela revolução está presente nos escritos de Che Guevara, por exemplo, quando procura estabelecer a importância de se valorizar um humanismo revolucionário como contraponto ao marxismo-leninismo tradicional, que se baseava mais na análise de “fatores sócio-econômicos”. Para Che, “junto com o desenvolvimento de uma nova base material, deve-se criar um ‘homem novo’. E os dois processos são estritamente inseparáveis.”³⁵⁵

O M-19, pouco voltado aos debates ideológicos, não avançou em grandes especulações sobre o conceito do “homem novo”. Mas uma entrevista de Bateman, concedida pouco antes de sua morte, mostra como a ideia tinha força naquele período:

Bueno, el planteo general es que, de todas las formas, la lucha revolucionaria por su dinámica va creando *un hombre nuevo, diferente al normal que genera una sociedad burguesa*, que es individualista, que es solitario, sin perspectivas. Que vive agobiado. Que vive frustrado. La lucha revolucionaria va generando *un individuo totalmente diferente, que vive de la comunidad, del colectivismo*, de su propia acción, no de la acción de los demás. Que vive del idealismo, de las cosas sanas de la vida³⁵⁶ (grifos nossos).

Ainda que não seja o centro de nossas reflexões, anotamos aqui que a ideia de “homem novo” é mais um daqueles conceitos que transitam ao longo do tempo, e não é propriamente fruto do ambiente revolucionário latino-americano. Ao contrário, Hugo Vezzetti nos indica uma longa trajetória desse conceito:

Una semántica histórica de más larga duración muestra los orígenes cristianos, paulinos en particular, en el tópico del reemplazo del hombre viejo (Adán, el de la Caída y la inclinación al pecado) por el hombre nuevo, unido a Cristo por el bautismo: es el hombre regenerado, renacido en la fe.³⁵⁷

³⁵⁵ SADER, Eder. “Introdução”. In: *Che Guevara*, (Coleção Grandes Cientistas Sociais, coordenada por Florestan Fernandes), São Paulo: Editora Ática, 1981, p. 25.

³⁵⁶ BATEMAN, Jaime. *Oiga Hermano*. Bogotá: Ediciones Macondo, 1984, p. 121.

³⁵⁷ VEZZETTI, Hugo, op. cit., p. 174.

Essa ideia ressurgiria – séculos depois – entre os jacobinos na Revolução Francesa, mas sob uma perspectiva inteiramente nova: agora já não era deus (ou a fé religiosa) que criaria um novo ser humano, mas o próprio homem que estaria apto a mudar o mundo e a si mesmo.

Ao mesmo tempo em que “autoriza” mudanças profundas da realidade social (sob arbítrio dos próprios homens), o pensamento jacobino cria um impasse: como os homens poderiam chegar a ser “novos” antes mesmo que as leis e as instituições criadas pela Revolução estivessem capacitadas a regenerá-los? É esse impasse, explica Vezzetti, que acaba gerando a chamada “impaciência revolucionária”. O povo não deveria esperar as mudanças pela educação, de longo prazo, mas sim avançar, impondo sua vontade por meio de uma ruptura violenta com o passado:

En esos orígenes se hace necesario pensar conjuntamente la genealogía del hombre nuevo y la del terror, en sus efectos y proyecciones hacia las revoluciones del siglo XX. Los jacobinos dejaron un legado perdurable, casi un paradigma para las revoluciones futuras. Imponían un modelo de acción política que reunía miedo y virtud, despotismo y libertad, fuerza y razón, lo que constituía una torsión del modelo republicano clásico.³⁵⁸

Força e razão. Despotismo e liberdade. Uma espécie de “pedagogia do medo”, forjada pelos jacobinos, acabaria por se transportar para os grupos revolucionários do século XX, em sua busca desesperada por um novo mundo e um homem novo:

El mito del nuevo hombre encuentra diversas encarnaciones y herencias hacia el siglo XX. (...) Todas las expresiones de ese proyecto, progresista o radicalizado, han debido enfrentar un problema que era central para los revolucionarios del siglo XVIII: el balance entre la violencia y el tiempo o, para decirlo en el lenguaje de las pasiones políticas, entre la esperanza, el miedo y la virtud.³⁵⁹

O jacobinismo (com sua busca pelo novo homem) projetaria sua influência também através de duas outras ideias que, segundo Vezzetti, chegaram aos grupos de esquerda armada na América Latina do século XX: o “culto da ação” e o “mito da guerra regeneradora”.³⁶⁰

Difícil deixar de associar esses conceitos à mais sangrenta das ações do M-19: a tomada do Palácio de Justiça - sobre a qual já tratamos nos capítulos anteriores. Relembremos os fatos: em novembro de 1985, um comando guerrilheiro invadiu o prédio da Corte Suprema, no centro de Bogotá, exigindo o julgamento do presidente da República por ter rompido o

³⁵⁸ VEZETTI, Hugo, op. cit., p. 176.

³⁵⁹ Idem, Ibidem, p. 178.

³⁶⁰ Idem, Ibidem, pp. 186 a 196.

diálogo de paz com o M-19. Reivindicava-se justiça, mas em nome dela fizeram-se dezenas de reféns. O Exército colombiano não aceitou negociar, invadiu o prédio, e a ação terminou com mais de uma centena de mortos - entre guerrilheiros, juízes e funcionários da corte.

Figura 24 – Capa do jornal *El Tiempo*, em 8 de novembro de 1985, com notícia sobre a tomada do Palácio de Justiça pelo M-19: reação do exército foi brutal e ação terminou em tragédia.

Um ano depois da tragédia, o M-19 publicou um pequeno texto relembando a ação, em que ressaltava o heroísmo dos combatentes mortos na ação. Do comunicado, brotam os ecos do pensamento jacobino: a aposta num homem novo, capaz de atos extremados para erguer um novo mundo sobre as ruínas do passado. Ao lembrar do massacre no Palácio de Justiça, o M-19 parecia dialogar com a velha lógica do sacrifício e do heroísmo, como notamos nesses trechos do comunicado guerrilheiro:

Nunca antes los colombianos habíamos vivido tanto heroísmo, tanta limpieza, tanto desprendimiento y tanta fuerza (...) por eso, hoy, ante el Palacio de Justicia en ruinas,

ante la presencia de sus héroes y mártires – jueces, empleados, soldados y guerrilleros –, la nación conjura la muerte con una nueva decisión de vida, de paz, de justicia!³⁶¹

Figura 25 – Capa do boletim de 6 de novembro de 1986, que lembrava o massacre no Palácio.

O M-19, ao longo de sua trajetória, procurou afastar-se desse discurso, reforçando sempre a ideia tão repetida por Bateman: “la revolución es una fiesta”. Mas, pelas frestas, a ideia do sacrifício guerrilheiro ressurgue aqui e ali. A revolução podia-se converter numa festa trágica, como constatamos no massacre do Palácio de Justiça.

4.5 - O nacionalismo e o mito da unidade

Em dezembro de 1980, o M-19 publica um boletim informativo (número 59) em homenagem aos 150 anos da morte de Bolívar. Já tratamos desse documento no Capítulo 2. Aqui nos interessa destacar a figura que aparece na página 6 do referido boletim. Não é Bolívar que surge sobre o cavalo, mas sim um grupo de homens do povo: são três ou quatro

³⁶¹ “La Demanda está vigente”, comunicado do M-19 publicado em *Con el pueblo, con las armas, al poder* (boletim informativo produzido pelo Movimento 19 de Abril), novembro de 1986, pp. 2 e 3.

guerreiros que carregam lanças. Uma referência, supomos, aos lanceiros que participaram das guerras de independência, formando regimentos populares contra os espanhóis.

É como se a figura do Bolívar – líder guerreiro – tivesse se multiplicado em muitos outros guerreiros. A imagem do grupo de lanceiros combatendo ombro a ombro serve para ilustrar mais uma ideia chave do discurso do M-19: a busca pela unidade das forças de esquerda. O M-19 afirma nesse mesmo texto de homenagem a Bolívar, em dezembro de 1980: “esa unidad es la unidad que necesitamos los colombianos para lograr los objetivos de la libertad, de la democracia y del bienestar.”

Figura 26 – No boletim do M-19 em homenagem a Bolívar, dezembro de 1980, a figura dos lanceiros.

O M-19 parecia preocupado em escapar da velha lógica da disputa de espaços, tão comum a algumas facções de esquerda (armadas ou não) na América Latina. A necessidade de se construir a “unidade” entre os vários grupos guerrilheiros colombianos aparece em várias entrevistas de líderes do “Eme”. E surge também aqui, no boletim de 1980 em homenagem a Bolívar: “Por eso, nos hermanamos con nuestros compañeros del Ejército de Liberación Nacional, Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia, Ejército Popular de Liberación y Movimiento de Autodefensa Obrera.”

O longo texto em homenagem a Bolívar termina com a assinatura de Jaime Bateman Cayon, Carlos Toledo Plata e Iván Marino Ospina. Vinte anos depois, quando o M-19 depôs

as armas para ajudar a escrever uma nova Constituição democrática na Colômbia, os três líderes já estariam mortos.³⁶²

Figura 27 – O M-19, num boletim em dezembro de 1983, defende unidade de ação com as FARC.

Num outro boletim, publicado em dezembro de 1983, o M-19 volta ao tema da unidade. Na página 10, publica um pequeno informe sobre as conversas com as FARC: “Un paso más hacia la unidad” é o título.³⁶³ Prestemos atenção aos detalhes. O anúncio traz os símbolos das duas organizações armadas, lado a lado. O símbolo das FARC é formado pelo mapa da Colômbia sobreposto por dois fuzis, que se cruzam no centro do desenho. Já o símbolo do M-19 é formado pelo mesmo mapa, mas cortado pela espada de Bolívar; e em torno do mapa há a frase que o “Eme” transformou quase num “slogan” publicitário: “con el pueblo, con las armas, al poder”. Ou seja: as FARC, organização de base camponesa e duas décadas mais antiga, exibe fuzis como símbolo de luta e de força; já o M-19, grupo urbano, formado por jovens de classe média, prefere empunhar não uma arma de fogo, mas a velha espada de Bolívar. Evidentemente, não se trata de saudosismo ou anacronismo. Mas da exaltação simbólica da história, com a reafirmação de que a luta não começava naquele momento.

³⁶² Bateman desapareceu num acidente aéreo em 1983. Carlos Toledo Plata morreu assassinado em 1984, durante as negociações fracassadas com o governo Betancur. E Iván Ospina terminou morto num confronto com tropas do governo, em agosto de 1985.

³⁶³ Anúncio publicado em *Con el pueblo, con las armas, al poder* (boletim informativo produzido pelo Movimento 19 de Abril), dezembro de 1983, p. 10.

A espada sobre o mapa permitia falar da história das lutas sociais na Colômbia sem recorrer a discursos marxistas. O M-19, no entanto, jamais renegou o passado de lutas da esquerda colombiana.

A busca pela unidade levava o grupo a ações pouco usuais no campo das esquerdas. É o que vemos num boletim produzido pela guerrilha em julho de 1980. A chamada de capa do pequeno jornal é dedicada a lembrar os 170 anos do início do processo de independência do país. Na página 7, no entanto, encontramos outra efeméride: uma homenagem aos “50 años de lucha” do Partido Comunista Colombiano. O M-19 estampa a foice e o martelo e, ao invés de reduzir a importância do PCC, ou de fazer críticas à mais antiga legenda de esquerda no país, presta homenagem aos comunistas: “su permanencia en la lucha política nacional, caracterizada por el combate diario a la oligarquía y al imperialismo inclina la balanza del lado de las fuerzas populares”.

Figura 28 – Em julho de 1980, o M-19 presta homenagem ao Partido Comunista: “50 anos de luta”.

No texto sobre o PCC, o M-19 homenageia alguns militantes comunistas, já falecidos: “María Cano, Ignacio Torres Giraldo, Julio Rincón, Ciro Trujillo, entre un sin número de patriotas que dedicaron su vida a combatir por nuestra independencia”. Nota-se que o Partido Comunista tem seu papel exaltado, mas não pela defesa da classe operária, nem pelo trabalho

em prol da revolução socialista. O M-19 prefere destacar o fato de os comunistas serem “patriotas” e lutarem contra o imperialismo.

O esforço permanente pela unidade rendeu alguns frutos. O M-19 chegou a realizar operações militares conjuntas com o grupo guerrilheiro EPL, de matriz maoísta. Com o ELN e as FARC, a aproximação foi menos efetiva. Ainda assim, as diversas forças guerrilheiras acabariam por organizar, em setembro de 1987, a Primeira Conferência da Coordenação Guerrilheira Simón Bolívar (CGSB).

Não é objetivo deste trabalho buscar entender porque a CGSB não gerou uma efetiva unificação dos exércitos guerrilheiros. Interessa-nos mais refletir sobre a presença marcante do tema da unidade nos discursos e documentos produzidos pelo M-19. Importante frisar: a unidade, para o M-19, tinha o significado de unificar a esquerda. Mas era também central, e recorrente, a ideia de unidade nacional nos documentos produzidos pela guerrilha.

São dezenas de exemplos. Em agosto de 1980, o boletim informativo de número 54 trazia o tema da unidade na capa: “Unidad y lucha por la Democracia”. Três anos depois, em fevereiro de 1983, o boletim 84 fazia novo apelo: “La Hora de la Unidad”. O M-19 convocava para “un esfuerzo sostenido por esa unidad a las FARC, al ELN, al EPL, a todas las organizaciones en combate”.

Notemos que a unidade não era absoluta. Tratava-se de construir a unidade contra adversários bem definidos: a elite política dos dois partidos dominantes, as multinacionais e os militares, retratados na capa de um dos boletins da guerrilha como “esta fatídica alianza” – que era preciso derrotar.

Em janeiro de 1980, o editorial de mais um boletim informativo editado pelo M-19 defendia “la unidad de todos los sectores populares, democráticos y nacionalistas”. Os guerrilheiros afirmavam: “creemos en esa unidad, porque nuevas fuerzas, porque fuerzas sanas y patrióticas están caminando en ella”.³⁶⁴

De novo, a unidade das organizações de esquerda aparecia associada à defesa intransigente não dos trabalhadores, mas da pátria. Era uma profissão de fé seguidamente explicitada pelo M-19: “Esa lucha y esa unidad la estamos edificando, poniendo cado uno nuestra experiencia y nuestra capacidad, al servicio de esa causa, la causa de la Patria, la más noble de todas las causas”.³⁶⁵

³⁶⁴ “Editorial”. *Con el pueblo, con las armas, al poder* (boletim informativo produzido pelo Movimento 19 de Abril), número 48, janeiro de 1980, p. 5.

³⁶⁵ Idem, *Ibidem*, p. 5.

A mais nobre de todas as causas: a defesa da pátria. Haveria alguma contradição entre ser de esquerda e defender a nação? De outro lado, qual a relação entre o nacionalismo explícito do M-19 e sua permanente busca pela unidade?

Raoul Girardet, num livro sobre os mitos e as mitologias na política, dedica um dos capítulos exatamente ao tema da unidade. As formulações do autor são excessivamente centradas na experiência francesa. De toda forma, servem como um roteiro.

Girardet recupera a construção do discurso da unidade, especialmente durante o século XIX na França. Autores como Joseph de Maistre e Jules Michelet ajudaram a elaborar a ideia de uma “vontade una e regular” que permitiria superar as divisões e divergências, e assim consolidar o país.

Depois de 1789, explica Girardet, esse esforço pela unidade já não poderia contar com o concurso da religião, daí as tentativas pós-revolucionárias na França de se criar uma espécie de “religião civil” – conceito presente já nas formulações de Rousseau, mas que de alguma forma acaba retomado com a instituição das “festas revolucionárias”, que tinham justamente o papel “de reunião, de unificação, de eliminação de todos os fatores individuais ou coletivos de diversidade, de não-conformidade”.³⁶⁶

Tais festas revolucionárias (celebrações cívicas, cercadas de simbologia, que marcaram especialmente o período de 1789 a 1799) não prosperaram nas décadas seguintes, mas os símbolos e o discurso de unidade – que eram partes fundamentais dessas festividades – acabaram por se constituir como marcas do nacionalismo que se buscou construir na França ao longo do século XIX. Para Girardet, tratava-se de um claro esforço para “assegurar para sempre a vitória das forças centrífugas sobre os fatores contrários de rompimento ou de divergência”.³⁶⁷

Essa rápida releitura de Girardet permite-nos concluir que a ideia de unidade, (que guarda semelhanças com o conceito de “corpo-uno”, a que nos referimos na seção 4.3 deste mesmo capítulo) tem quase sempre um caráter conservador: busca nublar os conflitos e ressaltar os aspectos de convergência. No caso europeu, resta evidente que a busca da unidade e a construção da ideia nacional cumpriram um papel conservador a partir de meados do século XIX. Tratava-se de expurgar as divergências e as divisões.

Mas e na América Latina? Seria possível transpor essa ideia europeia para o outro lado do Atlântico e concluir que, aqui também, o nacionalismo teve (sempre) um papel

³⁶⁶ GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 149.

³⁶⁷ Idem, *Ibidem*, p. 163.

conservador? Certamente, esse seria tema para uma pesquisa muito mais ampla. Fazemos, aqui, apenas algumas breves anotações.

Olhemos para a Colômbia e para o M-19. Não chega a ser uma surpresa que o grupo guerrilheiro, nacionalista e preocupado desde o início em construir um “socialismo a la colombiana”, adotasse o conceito de “unidade” como um elemento central de discurso. Isso quer dizer que os guerrilheiros carregassem também uma concepção conservadora, utilizando o nacionalismo para nublificar os conflitos?

Não nos parece. Tanto é assim que a defesa da pátria, nos documentos do M-19, estava sempre associada à derrota da oligarquia e da máquina militar a serviço de Liberais e Conservadores. A unidade defendida pelo M-19 tinha um viés de reforma e mudança.

É preciso ressaltar que o discurso nacionalista (seja na Europa do século XIX, seja na América Latina do século XX), se por um lado busca mesmo criar unidade, por outro estabelece quase sempre inimigos bem demarcados contra os quais se deve lutar. É a unidade contra o “outro”, que pode estar fora, mas também dentro da comunidade nacional. No caso colombiano, o nacionalismo do M-19 era ferramenta para unir amplos setores do país contra a oligarquia e contra o imperialismo.

Moniz Bandeira está entre os autores que procuram compreender as lutas sociais empreendidas por partidos de esquerda, em todo o subcontinente, a partir da chave de afirmação nacional. Em *De Martí a Fidel - a Revolução Cubana e a América Latina*, Moniz Bandeira avalia a Revolução de 1959 na ilha caribenha como parte de uma batalha muito maior - que teria menos a ver com a Guerra Fria e a URSS, e muito mais relação com a resistência ao capitalismo norte-americano que buscava expandir seus interesses rumo ao sul:

O nacionalismo nos países da América Latina, com efeito, desenvolveu-se em oposição, fundamentalmente, aos Estados Unidos, para os quais, desde os primórdios do século XIX, a expansão de seus interesses econômicos na América Latina jamais respeitou qualquer fronteira.³⁶⁸

Assim, se a Revolução Cubana constituiu fonte de inspiração para tantos grupos armados na América Latina, isso teria se dado não apenas pelo horizonte socialista que o movimento conduzido por Che e Fidel descortinou, mas também pelo caráter de afirmação nacional.

³⁶⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel - a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 730.

Na Colômbia, a ideia do M-19 de transformar Bolívar no símbolo central de luta contra a desigualdade deixou a esquerda um tanto confusa - como já vimos. Afinal, Bolívar não era um símbolo da unidade nacional conservadora? O M-19 indicou que Bolívar e a ideia de pátria poderiam ser ferramentas para o combate pela esquerda. E não agiu de forma isolada.

Os anos 1970 parecem ter assistido, em vários países da América Latina, à incorporação da questão nacional ao ideário da esquerda armada. Por isso mesmo, a relação entre esquerda e nacionalismo (especialmente no âmbito de movimentos guerrilheiros da Argentina e do Uruguai, ao longo dos anos 1970) pode constituir interessante campo de pesquisa, mas certamente extenso demais para nossas pretensões nesta dissertação.

O M-19 é parte de uma família de grupos guerrilheiros latino-americanos com forte viés nacionalista, entre os quais poderíamos listar os Montoneros na Argentina, os Tupamaros no Uruguai e os Sandinistas na Nicarágua. Para todos eles, o nacionalismo e a disputa pelos bens simbólicos tradicionais deveriam estar no centro da estratégia de luta de uma guerrilha de esquerda.

O que torna o M-19 ainda mais interessante é que – ao contrário de Tupamaros e Montoneros (mas em consonância com os Sandinistas) – os colombianos casavam a afirmação nacional com um discurso de defesa da democracia, numa época em que esse debate avançava entre marxistas da Europa (especialmente os italianos) e chegava também ao Brasil. Esse é o tema da próxima seção.

4.6 - A defesa da democracia

Já fizemos referência, em outros trechos desta dissertação, à entrevista concedida por Jaime Bateman, em março de 1983, um mês antes de desaparecer num acidente de avião. Nessa entrevista, depois editada em forma de livro, o líder guerrilheiro faz um balanço das atividades do M-19, mas também expõe sua visão sobre aspectos da história colombiana e dos movimentos de esquerda no século XX.

Um dos trechos mais reveladores é aquele em que Bateman faz a crítica do leninismo e da ideia de uma insurreição popular que conduziria à revolução, nos moldes do que ocorrera na Rússia em 1917:

Es la insurrección perfecta. Esa insurrección de octubre nos ha hecho a nosotros más daño que el imperialismo norteamericano con todas sus estrategias. Siempre pensando en Lenin y en lo que hizo... las tesis de abril, porque eso es lo que nos ha marcado nuestro esquema [refere-se à tradição do pensamento de esquerda na Colômbia] (...) Porque de esas jodiendas insurreccionales surge también el criterio del golpe de Estado que hizo carrera por ejemplo en Venezuela. Como no fue posible la insurrección ni la lucha armada, entonces el único camino era el golpe revolucionario, ganándose a algunos militares. Esto es más peligroso que el criterio de la insurrección.³⁶⁹

Lembremos que a ideia de uma esquerda que apela ao “golpe” tem longa trajetória, inclusive na Europa do século XIX, com o chamado “blanquismo”³⁷⁰. Naquele período, as primeiras formulações de uma estratégia socialista para chegar ao poder carregavam forte conteúdo conspiratório e golpista, diz Carlos Nelson Coutinho. Ele ressalta que os próprios Marx e Engels, em seus primeiros anos de atuação, seguiam um modelo próximo ao blanquismo, mas que pouco a pouco foi sendo superado.³⁷¹ Seja como for, ao longo do século XX, a tradição marxista sempre acolheu a ação dos bolcheviques em 1917 como um exemplo do bom vanguardismo, em que um punhado de revolucionários organizados conseguia entrar em sintonia com o sentimento das massas, para comandar a revolução.

No trecho citado acima, Bateman faz uma crítica dura não só ao “golpismo” de esquerda na América Latina³⁷², mas à ideia de uma insurreição nos moldes leninistas. Ironicamente, o comandante do M-19 refere-se à Revolução de 1917 como uma “insurreição perfeita”: um espectro atrás do qual correm os revolucionários socialistas, e que por isso mesmo provocaria mais danos à esquerda do que o próprio imperialismo.

Na mesma época em que Bateman fazia a crítica ao vanguardismo revolucionário, um grupo de acadêmicos brasileiros se reunia para refletir sobre as relações entre a esquerda e

³⁶⁹ BATEMAN, Jaime. *Oiga Hermano*. Bogotá: Ediciones Macondo, 1984, pp. 70-71.

³⁷⁰ O termo deriva do pensamento do revolucionário francês Louis-Auguste Blanqui (morto em 1882), que focava na ação insurrecional vanguardista, sem grande conexão com o movimento operário. Para Norberto Bobbio, o termo “blanquismo” consolidou-se e, já no século XX, servia para designar um tipo de luta revolucionária que “*privilegia, com relação ao momento da organização pública e partidária, o sectarismo, isto é, a organização de uma minoria prevalentemente intelectual que, mediante um ato de vontade, induz as massas à insurreição num primeiro momento, e à revolução logo em seguida*” (Cf. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UnB, 1986, p. 112).

³⁷¹ Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e Política - a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2012, pp. 79-80.

³⁷² No Brasil, a fracassada insurreição comunista de 1935, comandada pelo PCB de Luiz Carlos Prestes a partir de pequenos núcleos comunistas dentro dos quartéis, é um exemplo clássico dessa tradição de “golpismo de esquerda”. Na Venezuela, além das experiências mais remotas, há o caso de Hugo Chávez: em 1992, antes de assumir um discurso claramente socialista, ele tentou chegar ao poder pela via de um golpe militar, e acabou preso; mas 6 anos depois, Chávez (que tinha patente de tenente-coronel do Exército) chegaria ao poder pelo voto, e se transformaria no maior defensor do bolivarianismo e do chamado “Socialismo do Século XXI”.

a democracia. O simpósio se transformou em livro, em 1986. Nele, Francisco Weffort dizia algo parecido com o que defendia o guerrilheiro colombiano:

Qual a imagem que nos deixam a Revolução Francesa e a Revolução Russa? É a imagem da tomada da Bastilha e a do assalto ao Palácio de Inverno. É, pois, precisamente, a imagem de que o poder se concentra em determinados aparelhos, de que num dado momento esse poder se desmorona, tornando-se incapaz de resolver os seus próprios problemas e os da sociedade que ele administra. Em que consiste o passo decisivo para a Revolução senão na tomada desses aparelhos? (...) esta imagem da Revolução, no meu entendimento é anacrônica para a moderna sociedade brasileira.³⁷³

Ou seja: Weffort colocava em xeque não só a tradição insurrecional do socialismo de matriz marxista-leninista, mas a própria ideia de Revolução oriunda dos jacobinos. Num texto um pouco anterior, de 1983, Weffort fora ainda mais explícito, ao ressaltar o que parecia ser um novo caminho para os militantes socialistas: “O sentido da luta dos revolucionários, no Brasil, está em contribuir para a criação da democracia. Vou mais longe: *o sentido da revolução no Brasil é o de criar a democracia*” (grifo nosso).³⁷⁴

É de se destacar a absoluta similaridade entre o que defendia o professor brasileiro (que viria a ser secretário-geral do Partido dos Trabalhadores/PT na segunda metade dos anos 1980³⁷⁵) e o que pregavam os guerrilheiros do M-19. No Brasil que se preparava para sair da ditadura, o socialista Weffort queria disputar o poder pelo voto, e dizia que o sentido da revolução era “criar a democracia”. Na Colômbia, o guerrilheiro Bateman disputava o poder de armas na mão, e dizia praticamente o mesmo: “en este país un proyecto democrático es un proyecto revolucionario”.³⁷⁶

Notemos que a defesa enfática da democracia não significava que, naquele momento, Weffort renunciasse ao socialismo. Para ele, a luta principal continuava sendo a da classe operária contra a burguesia. Só que a democracia era a melhor forma de fazer essa luta. Não por uma escolha “tática”, nem como uma ferramenta que simplesmente pudesse ser abandonada logo adiante. Mas como um valor permanente:

A democracia foi, em algum momento da história da Europa, um instrumento da aristocracia contra o absolutismo monárquico. Tornou-se depois instrumento da burguesia contra a aristocracia. E é já de algum tempo - *como democracia*

³⁷³ GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As Esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1986, p. 69.

³⁷⁴ WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 118.

³⁷⁵ Em 1994, Weffort abandonaria o PT (e o campo socialista), para ocupar o cargo de ministro da Cultura de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), num governo de forte matriz liberal.

³⁷⁶ Trecho de entrevista reproduzido pelo jornal *Mayorías 19*, Bogotá, abril de 2011.

*representativa e democracia direta - um instrumento do operariado e das massas populares contra a burguesia*³⁷⁷ (grifo nosso).

No simpósio acadêmico que se transformaria em livro, em 1986, Daniel Aarão Reis Filho lembrava o caráter meramente instrumental que a democracia costumava ter para a esquerda no Brasil, no período anterior a 1964. Havia nas organizações comunistas, segundo ele, “uma perspectiva muito ambígua” em relação à democracia. “Quando sob ameaça golpista, reivindicavam a legalidade democrática, anunciavam a disposição de defendê-la. Por outro lado, pareciam desprezar a legalidade democrática realmente existente”.³⁷⁸ Em outro momento, Aarão Reis Filho diz que o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, prestava “pouca atenção à questão da participação política nas instituições que a *democracia burguesa* da época oferecia”³⁷⁹ (grifo nosso).

“Democracia burguesa”. O uso dessa expressão, em meados dos anos 1980, começava a sofrer críticas dentro do pensamento de esquerda no Brasil. Durante o simpósio mesmo, Carlos Nelson Coutinho questionou diretamente Daniel Aarão Reis Filho:

E me preocupou um pouco o fato de o Daniel ter se referido várias vezes a “democracia burguesa”. Eu prefiro dizer que há regimes democráticos onde existe dominação burguesa; ou, talvez, que o liberalismo – e não a democracia – é uma forma ideológica da burguesia. Mas teria muita dúvida, hoje, em usar esse termo “democracia burguesa”, como algo contraposto a uma suposta “democracia proletária”.³⁸⁰

Mais adiante, Coutinho é ainda mais direto: “a forma marxista-leninista de pensar a questão democrática é uma forma que tende a reduzir a democracia a mero instrumento – algo extremamente limitado em sua dimensão de valor em si”.³⁸¹ Estudioso das ideias de Antonio Gramsci, Coutinho era o autor que melhor conseguira traduzir, para a realidade brasileira, os termos de um debate que avançava na Europa – especialmente na Itália. Desde o fim da Segunda Guerra, sob a liderança de Palmiro Togliatti, mas especialmente a partir dos anos 1960, com Enrico Berlinguer e Pietro Ingrao, o Partido Comunista Italiano (PCI) colocara no centro do debate a afirmação da democracia como um valor permanente para a esquerda.

A partir das formulações dos italianos, a discussão ganhou força também entre militantes e dirigentes do Partido Comunista Espanhol (PCE) e do Partido Comunista Francês

³⁷⁷ WEFFORT, Francisco, op. cit. p. 119.

³⁷⁸ GARCIA, Marco Aurélio (org.), op. cit., p. 21.

³⁷⁹ Idem, Ibidem, p. 18.

³⁸⁰ Idem, Ibidem, p. 38.

³⁸¹ GARCIA, Marco Aurélio (org.), op. cit., p. 60.

(PCF). A nova corrente – que passou a ser conhecida como Eurocomunismo – afirmava a sua autonomia em relação à União Soviética e o seu compromisso com o pluralismo político.³⁸²

Sob influência desse debate, e também com a expectativa da abertura democrática que avançava no Brasil, Carlos Nelson Coutinho publica – no início dos anos 1980 – um ensaio que deixaria marcas em toda a esquerda brasileira: *A Democracia como valor Universal*. Logo de saída, esclarece qual a inspiração central para o texto, citando a célebre fala do líder do PCI Enrico Berlinguer, pronunciada em Moscou, em 1977: “a *democracia* é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o *valor histórico universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista*”³⁸³ (grifos nossos).

Coutinho rechaçava a visão “tática” que muitas correntes de esquerda no Brasil, àquela altura, ainda possuíam da democracia. E traçava um longo debate teórico para mostrar que, se na história da humanidade as liberdades democráticas objetivamente foram resultado das chamadas “revoluções burguesas”, nem por isso perdem seu valor universal. Ou seja, as conquistas democráticas não são uma conquista apenas da burguesia, mas possuem valor objetivo para todas as classes sociais, inclusive para aquelas que disputam hegemonia com a burguesia: “todas essas conquistas democráticas, tanto as que nasceram com a sociedade burguesa quanto as que resultam das lutas populares no interior do capitalismo, continuam a ter pleno valor numa sociedade socialista”.³⁸⁴

Ao refletir sobre as condições concretas do Brasil, Coutinho vê na afirmação democrática, pela esquerda, uma forma de vencer a tradição de um país em que “as transformações políticas e a modernização econômico-social” foram sempre efetuadas “no quadro de uma ‘via prussiana’, ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de cima para baixo.”³⁸⁵ Para Coutinho, essa tradição deixou marcas profundas também na esquerda, gerando uma tendência ao que ele chama de “golpismo de esquerda”, o que seria “apenas uma resposta equivocada e igualmente ‘prussiana’ aos processos de direção ‘pelo alto’ de que sempre se valeram as forças conservadoras e reacionárias em nosso país”.³⁸⁶

³⁸² Cf. WALKER, Ignacio. *Socialismo y Democracia: Chile y Europa em perspectiva comparada*. Santiago: Cieplan-Hachette, 1990, pp. 95 a 114.

³⁸³ Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como Valor Universal*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984, p. 19.

³⁸⁴ Idem, Ibidem, pp. 24-25.

³⁸⁵ COUTINHO, Carlos Nelson, op. cit., p. 36.

³⁸⁶ Idem, Ibidem, pp. 43-44.

O autor considera que o peso excessivo do poder Executivo guarda relação com essa tradição política no Brasil, e por isso sugere que a esquerda aposte em fortalecer o Parlamento e as ações legislativas:

A própria ideia de uma Assembleia Constituinte, como coroamento do processo de transição para esse regime [democrático], não é apenas o sepultamento de qualquer ilusão ‘golpista’, de qualquer solução imposta de cima para baixo, mas é também o reconhecimento do papel essencial do Parlamento na nova ordem política e social que os socialistas desejam para o Brasil.³⁸⁷

Nenhuma das questões teóricas de fundo apresentadas por Coutinho em seu ensaio estava, nem de longe, enunciada nos boletins ou documentos produzidos pelo M-19. O “Eme” tratava de temas muito mais concretos: a luta pela anistia dos guerrilheiros presos, o fim das torturas, e a denúncia de uma democracia que não se efetivava na Colômbia.

Mas ao deixar a formulação teórica de lado, e apresentar soluções para a luta de esquerda no Brasil (com foco na convocação de uma Constituinte), o diagnóstico de Coutinho guarda sim relação direta com o que propunha o M-19 na Colômbia, na mesma época. Os guerrilheiros, que haviam travado 16 anos de combates sangrentos em nome da democracia, também defendiam a Constituinte como saída: não para se chegar ao socialismo, mas simplesmente para se construir uma democracia menos “aberrante” - como dizia Bateman. E, conforme vimos nos capítulos anteriores, a nova Constituição de 1991, escrita com ajuda do M-19, acabaria por se transformar na grande conquista do grupo guerrilheiro que se lançara à luta em 1974.

É de se ressaltar que o debate sobre democracia avançasse simultaneamente entre militantes de esquerda de países com realidades tão diferentes como Itália, Brasil e Colômbia. Se o PCI (no ajuste de suas posições políticas, sob comando de Togliatti e Berlinguer) tinha por base concreta a dura experiência de uma nação que enfrentara o fascismo, a esquerda brasileira passava a valorizar a democracia – como valor universal – no momento em que o país saía da ditadura militar. Além disso, nos dois países, com suas evidentes especificidades, o debate se fez com forte base teórica. Carlos Nelson Coutinho e outros acadêmicos brasileiros baseavam-se nas formulações dos eurocomunistas, mas também recuperavam Gramsci e Lukács, e retomavam ainda os antigos debates do início do século XX, com Max Adler, Rosa de Luxemburgo e mesmo Lênin.

³⁸⁷ COUTINHO, Carlos Nelson, op. cit., p. 45.

Na Colômbia, o quadro era diverso. Primeiro: chama atenção que um grupo guerrilheiro de esquerda resolvesse transformar a democracia em objetivo principal, num país que, teoricamente, vivia sob regime democrático. A Colômbia não passara por fascismo, nem estava superando uma ditadura. Mas possuía um sistema político excludente, que mantinha a esfera institucional fechada para “os de fora”.

Sem citar Gramsci nem Berlinguer ou Togliatti, sem recorrer a nenhum aparato teórico explícito, o M-19 acaba por percorrer caminho semelhante ao trilhado pelos comunistas italianos e pelos teóricos do socialismo brasileiro, na passagem dos anos 1970 para 1980. Também na Colômbia, pareciam dizer os guerrilheiros do M-19, a democracia tinha um valor universal. Um valor a ser defendido pela esquerda, ainda que precisasse fazê-lo de armas na mão.

Por último, um fato curioso: quando o M-19 decidiu abandonar as armas, em 1990, qual foi a testemunha convidada para dar sua chancela ao acordo histórico com o Estado colombiano? Não foi um cubano (herdeiro do socialismo revolucionário), mas um representante da bem-comportada Internacional Socialista – que reunia partidos de linha social-democrata, principalmente europeus.

O tratado de paz, com a data de 9 de março de 1990, trazia os nomes do presidente da República Virgílio Barco e de mais duas autoridades, seguidos por Carlos Pizarro Leongómez e Antonio Navarro Wolf (pelo M-19), além de um representante da Igreja Católica (na qualidade de “*tutora moral e espiritual*” do processo) e, finalmente, de Luis Ayala (secretário-geral da Internacional Socialista/IS, representando o dirigente máximo da entidade, o alemão Willy Brandt).³⁸⁸

A presença de Ayala tinha uma razão bastante objetiva: um grupo técnico da IS serviria como receptor do armamento entregue pelos guerrilheiros. Ou seja: as armas do M-19 não foram repassadas ao Estado colombiano, mas a uma comissão da Internacional Socialista, que teria a função de fundi-las.³⁸⁹

Simbolicamente, era como se o grupo guerrilheiro também se fundisse a uma tradição de esquerda (originada na antiga Segunda Internacional), em que historicamente a defesa da democracia contava mais do que a superação do capitalismo.

Quanto à espada de Bolívar, essa foi devolvida pelo M-19 ao Estado, em 1991, e trancada num cofre do Banco Central colombiano, no centro de Bogotá.

³⁸⁸ Cf. texto final do “Acuerdo Político entre el Gobierno Nacional, los Partidos Políticos, el M-19 y la Iglesia Católica en Calidad de Tutora Moral y Espiritual del Proceso”, 9 de março de 1990.

³⁸⁹ Cf. VILLAMIZAR, Darío, op. cit., pp. 571-577.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma guerrilha que defendia a democracia e a justiça, mas que era capaz de julgar e executar adversários políticos, em nome do povo. Um movimento que se definia como inovador, mas que preferia falar em continuidade (colocando-se em linha com Galán, Bolívar e Gaitán), mais do que em revolução.

Esse é o M-19 que se revela, depois de quase quatro anos de pesquisa. Um grupo armado que se lançou ao mundo em 1974 como se fosse um produto, com uma campanha publicitária na grande imprensa; e que adotou, quase sempre, um discurso leve e informal, sem o fraseado ideológico marxista. Mas, ao mesmo tempo, o M-19 rendia-se muitas vezes a conceitos gastos: por exemplo, quando se propunha a criar um “hombre nuevo” na Colômbia, avançando no terreno da mitologia revolucionária típica da esquerda latino-americana dos anos 60; ou quando se dispunha a curar o corpo político colombiano, livrando o país de “vermes” e “parasitas”.

Como vimos, em 1990, depois de um intrincado processo de negociação, o M-19 depôs as armas e se constituiu como partido político. O EPL (guerrilha maoísta) também trocou os tiros de fuzil pelas disputas eleitorais, em 1991, mas não assumiu protagonismo como força política legal. Já as FARC e o ELN - apesar de mais fracos do que nos anos 1970 e 1980 - seguem até hoje (2015) de armas na mão, mas atuando em áreas distantes dos grandes centros urbanos.

A Guerra Fria poderia justificar o surgimento de tantas organizações guerrilheiras de esquerda no país, na segunda metade do século XX. Mas só a dificuldade do Estado colombiano em incorporar os conflitos à letra da lei é que pode explicar a longevidade e o alcance desses movimentos armados na Colômbia.

O M-19 abandonou as armas sem tomar o poder, e sem tampouco ter sido derrotado de forma absoluta. Em certo sentido, portanto, ao encerrar suas atividades o agrupamento guerrilheiro apontou para um caminho em que o conflito político pode ser resolvido não com exílio e morte. Mas “*com leis*” - como sugeria Maquiavel.

É preciso relembrar, no entanto, que, menos de dois meses depois de depor as armas, Carlos Pizarro Leongómez - comandante guerrilheiro que firmou os acordos de paz, e que se transformara em candidato a presidente da República - foi assassinado por matadores

profissionais associados à extrema-direita. Era um recado de que o caminho - pelo voto - não estaria livre de obstáculos. A morte seguia a falar mais alto do que a lei.

Ainda assim, os ex-guerrilheiros não desistiram da via democrática, pela qual tinham acabado de optar. Colheram bom resultado na eleição presidencial de 1990 e, no mesmo ano, a Aliança Democrática M-19 (ADM-19), partido formado pelos ex-combatentes, elegeu a maior bancada para a Assembleia Constituinte que redigiria a Carta de 1991. A nova Constituição tornou-se assim obra dos ex-guerrilheiros, em parceria com Liberais e Conservadores.

A ADM-19, no entanto, jamais conseguiu romper o cerco do bipartidarismo. Para Marc W. Chernick e Michael F. Jiménez, os ex-guerrilheiros acabaram “domesticados” pelas elites colombianas e não souberam (ou não puderam) criar as bases para disputar efetivamente o poder:

In the absence of a political party with an organizational base of support and participation, the ground swell of enthusiasm for the M-19 leading up to the constitutional assembly could thus prove as ephemeral as the vote for ANAPO in the presidential elections of April 19, 1990.³⁹⁰

Se em 1990 o ex-guerrilheiro Navarro Wolf (que ocupou o lugar de Pizarro na eleição presidencial) obtivera surpreendentes 12% dos votos, credenciando-se como liderança nacional, o partido declinou rapidamente nos pleitos sucessivos. Em 1994, o mesmo Navarro teve insignificantes 3% dos votos em nova disputa presidencial, e a ADM-19 não conseguiu eleger nenhum senador, obtendo apenas uma cadeira na Câmara.

O partido ainda elegeu alguns prefeitos em disputas locais nos anos seguintes. Mas em 1998 já havia se tornado “irrelevante” - na definição de Lawrence Boudon. O autor aponta falhas graves de estratégia e organização, que explicariam o fracasso: “the party focused on elections rather than on building a long-term project”.

Para Boudon, Navarro Wolf, depois do relativo sucesso em 1990, pareceu acreditar na possibilidade de tornar-se presidente em 1994 - rompendo a hegemonia de Liberais e Conservadores. Apostou tudo em acordos eleitorais, aderiu a um pragmatismo extremo, centralizou decisões e descuidou da organização local do novo partido:

The ADM-19 suffered from a nearly complete lack of organization, particularly at the local level. When the M-19 made the transition from guerrilla group to political party,

³⁹⁰ CHERNICK, Mark; JIMENEZ, Michael. “Popular Liberalism, Radical Democracy, and Marxism: Leftist Politics in Contemporary Colombia, 1974-1991”. In: CARR, Barry e ELLNER, Steven (eds.). *The Latin American Left: From the Fall of Allende to Perestroika*. Boulder: Westview Press, 1993, p. 76.

it took with it a rigid hierarchical military structure that was better suited to giving orders than to making proposals. This contributed to a top-down approach and lack of organization at the local level.³⁹¹

Para além desses erros, a derrocada eleitoral da ADM-19 pode ser vista também como mais um sinal da dificuldade colombiana em aceitar novos atores no jogo político. Autores que se dedicam a estudar movimentos de esquerda na América Latina indicam que essa parece ser a razão para que, até hoje, jamais tenha surgido um grande partido de esquerda (com origem trabalhista e sindical), disputando o poder pelo voto, na Colômbia:

The will and capacity of traditional political elites, especially within the Liberal party, to obstruct a more inclusionary politics within the new constitutional framework could very well constrict the political space for either a multiclass liberal democratic politics or a social democratic project emanating from the trade union movement, as in Brazil.³⁹²

Diferença evidente não só em relação ao Brasil, mas também na comparação com países como Argentina, Uruguai, Chile e Peru - que ao longo do século XX deram vazão para que se constituíssem grandes partidos com origem e programa de esquerda, e forte extração popular.³⁹³

Em anos mais recentes, nos vizinhos andinos como Venezuela, Equador e Bolívia também se constituíram partidos de esquerda que passaram a disputar (e ocupar) o poder pela força das urnas – e não das armas.³⁹⁴

A Colômbia segue como exceção: não parece uma simples coincidência que o país em que a esquerda é bloqueada pelo voto seja também aquele em que a guerrilha continua em plena atividade - já na segunda década do século XXI.

A trajetória do M-19 - das armas às urnas - tem suas especificidades evidentes. Mas, ao mesmo tempo, permite compreender certas permanências e continuidades – melhor observadas por uma historiografia que se permita debruçar sobre a longa duração dos fenômenos políticos. Foi esse nosso esforço ao longo desta dissertação.

³⁹¹ BOUDON, Lawrence. “Colombia’s M-19 Democratic Alliance - a case study in new-party self destruction”. In: *Latin American Perspectives*, vol. 28, number 1, Thousand Oaks/London/New Delhi: Sage Periodical Press, 2001, p. 87.

³⁹² CHERNICK, Mark; JIMENEZ, Michael, op. cit., p. 79.

³⁹³ Referimo-nos ao Partido Justicialista (peronista) na Argentina, aos Partidos Socialistas surgidos no Uruguai e no Chile (no caso chileno, o Partido Comunista também assumiu importância no embate eleitoral, ajudando a eleger Salvador Allende em 1970), e ao APRA peruano.

³⁹⁴ O chavismo levou à criação do PSUV na Venezuela, enquanto no Equador (com Rafael Correa) e na Bolívia de Evo Morales (com o MAS - Movimento ao Socialismo) partidos de esquerda também conquistaram o poder pelo voto, promovendo modificações profundas nesses três países.

A conclusão é que o M-19 (que surgira como expressão da guerra de facções e da longa tradição de violência na política colombiana) conseguiu, sim, romper com a lógica da violência e da disputa armada. Os ex-guerrilheiros abriram espaço para a disputa institucional, e pareciam dispostos a combater - agora com a força da lei - os partidos tradicionais, representantes daquilo que o “Eme” considerava o maior dos inimigos: a oligarquia colombiana.

Mas, ao trocar as armas pelas urnas, o M-19 acabou em poucos anos perdendo seu brilho. E se já não tinha os fuzis, ficou também sem votos.

A guerrilha permanece como uma referência na história, e alguns ex-guerrilheiros seguiram nos embates eleitorais, até com algum sucesso³⁹⁵. Mas o M-19 desapareceu como força política.

Se Jorge Gaitán e Camilo Torres foram exterminados pela violência das armas, e se a ANAPO e Rojas Pinilla foram bloqueados pela fraude, o novo partido ADM-19 (herdeiro de uma guerrilha que se lançou à luta armada em nome da democracia) acabou se esgotando aos poucos: foi tragado, domesticado e derrotado pelas forças tradicionais da política colombiana.

Com o fuzil em uma das mãos, e a espada de Bolívar na outra. Com a democracia e o nacionalismo a ocupar o centro do discurso. Com uma estratégia inovadora de comunicação e uma linguagem que se afastava do marxismo. Com a tradição e a história a iluminar o caminho. Com esses instrumentos, e também com tiros, bombas, mortes e violência, o M-19 escreveu sua história.

Pretendemos que o estudo desses 16 anos de ação guerrilheira tenha ajudado a iluminar - ainda que de forma pontual e limitada - 200 anos de história colombiana. E que possa também apontar caminhos para a reflexão mais geral sobre a América Latina, sobre os limites da ação armada, sobre os desafios das esquerdas e, principalmente, sobre as formas de consolidar e ampliar a democracia.

³⁹⁵ No fim dos anos 1990, os líderes remanescentes do M-19 Gustavo Petro e Navarro Wolff criaram uma nova força política: a Via Alternativa, que logo se fundiria a outros partidos para formar o Pólo Democrático – frente de centro-esquerda que chegou a ter 10% dos votos nas eleições presidenciais de 2010, com o ex-guerrilheiro Petro como candidato. Logo depois, Petro saiu do Pólo, ajudou a criar o partido Progressistas e, em aliança com o Partido Verde, chegou à Prefeitura de Bogotá, como vimos ao início desta dissertação.

FONTES

A - Fontes escritas

Para facilitar a consulta e a análise das fontes, efetuamos a **numeração de todos os documentos que serviram de base para esta pesquisa.**

São 56 itens, incluindo documentos internos da guerrilha, reprodução de discursos de líderes do M-19, manifestos, panfletos, anúncios publicados pelos guerrilheiros em jornais de grande circulação, além de boletins informativos e revistas editadas pelo agrupamento armado; também recolhemos notícias de jornal sobre o M-19, tendo concentrado as buscas em dois periódicos – *El Tiempo* (jornal de linha liberal, de Bogotá) e *El Colombiano* (diário de linha conservadora, de Medellín); por último, incluímos também entre as fontes primárias o jornal *Mayorías 19* (editado em 2011, por ex-guerrilheiros do M-19). Com exceção do jornal *Mayorías 19*, todas as outras **fontes escritas foram obtidas durante viagem a Bogotá, no primeiro semestre de 2013**, com objetivo exclusivo de recolher material sobre o M-19.

Essas fontes escritas têm três origens:

- **a maior parte dos documentos internos da guerrilha - panfletos, discursos, periódicos - foi cedida pela ex-militante do M-19 Vera Grabe**, que mantém arquivos digitalizados em sua casa;

- **parte das notícias de jornal sobre o M-19 (*El Tiempo* e *El Colombiano*) foi obtida nos arquivos do CINEP (Centro de Investigación y Educación Popular)**, entidade ligada aos padres jesuítas em Bogotá, e que possui uma excelente hemeroteca com serviço de microfilmagem;

- **outra parte das notícias de jornal foi obtida nos arquivos da Biblioteca Luis Ángel Arango**, mantida pelo Estado colombiano no centro de Bogotá; **na mesma biblioteca, encontramos os anúncios publicitários de “lançamento” da guerrilha**, publicados pelo M-19 no jornal *El Tiempo*, em janeiro de 1974, além de **uma coleção da revista *Mayorías*** - editada pela ANAPO Socialista (ligada ao M-19), na segunda metade dos anos 1970.

Os documentos encontram-se preservados, com o responsável por esta dissertação, e à disposição de eventuais interessados em pesquisar o tema. Ao fim desta dissertação, nos

Anexos, reproduzimos parte dessas fontes, além de uma foto da estátua de Bolívar, em Bogotá, sobre a qual discurremos no Capítulo 2.

A seguir, a **lista completa das fontes escritas** que foram analisadas durante a pesquisa):

- **Documento 1** - coletânea de anúncios publicados pelo M-19 no jornal *El Tiempo*, de Bogotá, em janeiro de 1974, durante a “campanha de lançamento” da guerrilha;

- **Documento 2** - Manifesto “Bolívar, tu espada vuelve a la lucha”, lançado pelo M-19 em 17 de janeiro de 1974, no momento de sua primeira ação armada (o roubo da espada de Bolívar);

- **Documento 3** - Primeira edição do *Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril* (boletim informativo da guerrilha), lançado em janeiro de 1974 - apresentava aos colombianos as propostas da guerrilha e definia os “inimigos” do M-19;

- **Documento 4** - Edição número 13 do *Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril* (boletim informativo da guerrilha), lançado em fevereiro de 1976 - convocava para o “julgamento popular” do sindicalista José Raquel Mercado;

- **Documento 5** - Edição número 14 do *Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril* (boletim informativo da guerrilha), lançado em abril de 1976 - anunciava o “veredito” do sindicalista, condenado à morte;

- **Documento 6** - Número especial do *Órgano Del Movimiento Anapista 19 de Abril* (boletim informativo da guerrilha), lançado em janeiro de 1979 - anunciava o roubo de 5 mil armas do Exército pelo M-19;

- **Documento 7** - Reportagem especial do jornal *El Tiempo*, publicada em 7 de janeiro de 1979 - trazia longa análise sobre o M-19, e reproduzia vários boletins informativos da guerrilha;

- **Documento 8** - “Discurso inaugural de la Octava Conferencia do M-19” (atribuído a Jaime Bateman), pronunciado em 7 de agosto de 1982;

- **Documento 9** - “Documento final da Octava Conferencia - M-19”, realizada em agosto de 1982;

- **Documento 10** - “Documento final da IX Conferencia Nacional - Movimiento 19 de Abril”, realizada em Los Robles (Departamento de Cauca), em fevereiro de 1985 - a conferência é chamada pelos guerrilheiros de “Congreso de la Democracia”;

- **Documento 11** - Manifesto do “Operativo Antonio Nariño por los Derechos del Hombre - compañía Ivan Marino Ospina”, lançado pelo M-19 no dia 6 de novembro de 1985, no dia do ataque guerrilheiro ao Palácio da Justiça (sede da Corte Suprema);

- **Documento 12** - Manifesto “Vida para la Nación, Paz a las Fuerzas Armadas, Guerra a la Oligarquía”, lançado pelo M-19 em janeiro de 1988;

- **Documento 13** - texto final dos Acordos de paz entre o M-19 e o governo colombiano, assinado em 9 de março de 1990;

- **Documento 14** - Discurso de Carloz Pizarro (comandante do M-19) no ato de desmobilização da guerrilha, em 9 de março de 1990;

- **Documento 15** - Edição número 37 da revista *Mayorías*, editada pela ANAPO Socialista, entre 10 e 16 de maio de 1976;

- **Documento 16** - Edição número 38 da revista *Mayorías*, editada pela ANAPO Socialista, entre 17 e 23 de maio de 1976;

- **Documento 17** - Edição número 39 da revista *Mayorías*, editada pela ANAPO Socialista, entre 24 e 30 de maio de 1976;

- **Documento 18** - Edição número 40 da revista *Mayorías*, editada pela ANAPO Socialista, entre 1 e 8 de junho de 1976;

- **Documento 19** - Edição número 42 da revista *Mayorías*, editada pela ANAPO Socialista, entre 21 e 27 de junho de 1976;

- **Documentos 20 a 23** - Edições da revista *Colombia*, publicadas pelo M-19 entre 1982 e 1984;

- **Documentos 24 a 53** - Edições do boletim informativo do M-19 (inicialmente chamado de *Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril*, depois aparece identificado apenas como *Con en pueblo, con las armas, al poder*, acompanhado da inscrição “*Movimiento 19 de Abril*”), publicadas entre 1980 e 1986;

- **Documento 54** - nota (bilhete) de mil pesos colombianos, com a figura de Jorge E. Gaitán;

- **Documento 55** - Coletânea de reportagens e artigos dos jornais “El Tiempo” e “El Colombiano”, sobre o M-19;

- **Documento 56** - Jornal “Mayorías 19”, publicado por ex-militantes do M-19 em abril de 2011.

B - Entrevistas

Realizamos, para esta dissertação, entrevistas com três ex-militantes do M-19.

1 - **Gustavo Petro:** jovem militante do M-19 nos anos 1970, ele assumiu posições na direção do M-19 na fase final da guerrilha; com os acordos de paz, acabou eleito para o Parlamento, e chegou a concorrer à presidência da República em 2010; é atualmente prefeito de Bogotá.

A entrevista com Petro foi realizada num hotel, em São Paulo, quando o ex-guerrilheiro participava de encontro promovido pelo Instituto Lula, no dia 21 de janeiro de 2013.

2 - **Otty Patiño:** fundador do M-19, integrou o Comando Geral da guerrilha entre 1986 e 1989; hoje trabalha numa fundação ligada à Prefeitura de Bogotá.

A entrevista foi realizada na casa de Patiño, em Bogotá, no dia 17 de fevereiro de 2013.

3 - **Vera Grabe:** era estudante quando ingressou no M-19; foi presa e torturada; chegou a integrar a direção da guerrilha; foi eleita para a Câmara dos Representantes, e depois para o Senado, quando o M-19 se desarmou nos anos 1990; hoje, dirige em Bogotá a organização não governamental Observatório para la Paz.

A entrevista com Vera Grabe foi realizada na sede do Observatório para la Paz, em Bogotá, no dia 22 de fevereiro de 2013.

Gravadas em áudio e vídeo, as entrevistas encontram-se transcritas nos Anexos, ao fim desta dissertação.

Os arquivos digitais das entrevistas estão preservados, em mãos do pesquisador, e à disposição de quaisquer interessados no tema.

BIBLIOGRAFIA

ALAPE, Arturo. *El Bogotazo: memorias del olvido*. La Habana: Casa de las Americas, 1984.

_____ *La Paz, La Violencia: testigos de excepción*. Bogotá: Planeta, 1985.

_____ *Tirofijo - Las vidas de Pedro Antonio Marin/Manuel Marulanda Vélez*. Bogotá: Planeta, 2004.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Boliviana*. São Paulo: Editora UNESP (Coleção Revoluções do Século XX, sob direção de Emília Viotti da Costa), 2007.

ANGEL, Alan. “A Esquerda na América Latina após 1920”. In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia da América Latina, Volume VII - A América Latina após 1930: Estado e Política*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2009.

ARAÚJO, Cícero. *A Forma da República - da Constituição Mista ao Estado*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

ARCHILA, Mauricio. “Prologo”. In: AYALA DIAGO, César Augusto. *Nacionalismo y Populismo*. Bogotá: CINDEC/Universidad Nacional de Colombia, 1995.

ARISTÓTELES. *A Política*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ARRUBLA, Mario. “Síntesis de Historia Política Contemporanea”. In: *Colombia Hoy* (vários autores). Bogotá: Siglo Veintiuno Editores, 1980.

ATEHORTÚA CRUZ, Adolfo León. *1810: ni Revolución, ni Nación*. Medellín: La Carreta Editores, 2010.

AYALA DIAGO, César Augusto. *El populismo atrapado, la memoria y el miedo - el caso de las elecciones de 1970*. Medellín: La Carreta Editores, 2006.

_____ *El porvenir del pasado: Gilberto Alzate Avendaño, sensibilidad leoparda y democracia - la derecha colombiana de los años treinta*. Bogotá: Fundación Gilberto Alzate Avendaño/Universidad Nacional de Colombia, 2007.

AVILA MARTINEZ, Ariel Fernando. “De la Guerra de Jojoy a la guerra de Cano”. In: *Arcanos – Publicación de La Corporación Nuevo Arco Iris, número 16*. Bogotá, abril de 2011.

BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. In: *Enciclopédia Einaudi, vol. 5 (Antropos-homem)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BATEMAN CAYÓN, Jaime. *Oiga Hermano*. Bogotá: Ediciones Macondo, 1984.

BEHAR, Olga. *Noches de Humo, Cómo se planeó y executó la toma del Palacio de Justicia*. Bogotá: Editorial Planeta, 1988.

BETHELL, Leslie (org.). *Historia da América Latina, Volume VI - A América Latina após 1930*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2009.

BIGNOTTO, Newton. “Guicciardini e Maquiavel”. In: *Republicanism e Realismo - um perfil de Francesco Guicciardini*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BITTAR, Sérgio. *Transição, Socialismo e Democracia - Chile com Allende*. Tradução de Rita Braga. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Tradução de Maria Manuel e Rui Grácio, Lisboa: Publicações Europa-América, sem data.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda - razões e significados de uma distinção política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução de Luís Guerreiro Pinto Cacaís, João Ferreira, Gaetano Lo Mônaco, Renzo Dini e Carmen Varrialle. Brasília: Editora da UnB, 1986.

BORON, Atilio. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais. A Longa Duração”. In: *Escritos Sobre a História*. Tradução de J. Guinsburg e Teresa Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. *O Mediterrâneo e o Mundo mediterrânico na época de Felipe II, Volume II*. Lisboa: Martins Fontes Editora, 1984.

BRAUN, Herbert. *The Assassination of Gaitán: Public Life and Urban Violence in Colombia*. Madison: University of Wisconsin Press, 1986.

_____. “Mataron a Gaitán (fragmento)”. In: *Guerras Inúteis* (vários autores). Bogotá: Intermedio Editores, 2009.

BRIENZA, Hernán. *Camilo Torres, Sacristán de la Guerrilla*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

BOUDON, Lawrence. “Colombia’s M-19 Democratic Alliance – a case study in new – party self destruction”. In: *Latin American Perspectives* (vol. 28 - number 1). Thousand Oaks/London/New Delhi: Sage Periodical Press, 2001.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989: a Revolução Francesa da Historiografia*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1990.

_____ *História e teoria social*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer e Roberto Ferreira Leal. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BUSHNELL, David. “A Independência da América do Sul Espanhola”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina, Volume III - Da Independência a 1870*. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 2009.

_____ *El Regimén de Santander en la Gran Colombia*. Bogotá: El Áncora Editores, 1985.

_____ *Ensayos de Historia Política de Colômbia, siglos XIX y XX*. Medellín: La Carreta Editores, 2006.

CARRERA DAMAS, Germán. “Prólogo”. In: *Simón Bolívar - escritos fundamentales*. Caracas: Monte Avila Editores, 1991.

CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia Desarmada*. Tradução de Eric Nepomuceno. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

COLMENARES, Germán. *Partidos Políticos y Clases Sociales*. Medellín: La Carreta Editores, 2008.

CHECCHIA, Cristiane. “Nova Granada em 1840 e a formação dos partidos políticos”. In: *Terra e Capitalismo*. São Paulo: Alameda, 2007.

CEBALLOS GÓMEZ, Diana. “Desde la Formación de la República hasta el Radicalismo Liberal (1830-1886)”. In: *Historia de Colombia - todo lo que hay que saber* (vários autores). Bogotá: Taurus, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHAUVEAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (org.). *Questões para a História do Presente*. Tradução de Ilka Stern Cohen. São Paulo: Edusc, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra Editora, 1984.

_____. *Gramsci - um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Marxismo e Política: A dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

CHERNICK, Mark e JIMENEZ, Michael. "Popular Liberalism, Radical Democracy, and Marxism: Leftist Politics in Contemporary Colombia, 1974-1991". In: CARR, Barry e ELLNER, Steven (eds.). *The Latin American Left: From the Fall of Allende to Perestroika*. Boulder: Westview Press, 1993.

CARR, Barry e ELLNER, Steven (eds.). *The Latin American Left: From the Fall of Allende to Perestroika*. Boulder: Westview Press, 1993.

CUBIDES C., Fernando. "La participación política del campesinado en el contexto de la guerra: el caso colombiano". In: GRAMMONT, Hubert. *La Construcción de la Democracia en el Campo Latinoamericano*. Buenos Aires: Clacso Libros, 2006

DEAS, Malcolm. "A Venezuela, a Colômbia e o Equador: o Primeiro Meio Século de Independência". In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina, Volume III - Da Independência a 1870*. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 2009.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes Historiográficas na França - séculos XIX e XX*. Tradução de Roberto Ferreira Leal. São Paulo: FGV/Ed. UNESP, 2012.

DEL POZO, José. *História da América Latina e do Caribe*. Tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2009.

FAYAD, Álvaro. "La guerrilla, la expresión de la democracia". In: ALAPE, Arturo. *La paz, la violencia. Testigos de excepción*. Bogotá: Editorial Planeta, 1985.

FERNANDES, Florestan. *Da Guerrilha ao Socialismo - a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart - uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERRO MEDINA, Juan Guillermo; URIBE RAMÓN, Graciela. *El orden de la guerra: las FARC-EP entre la organización y la política*. Bogotá: Centro Editorial Javeriano, 2002.

FIGUEIREDO, Alexandre Ganan de Brites. *Ecos do Libertador - Simón Bolívar no discurso de Hugo Chávez*. São Paulo: Annablume, 2013.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Guerras e escritas - a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830)*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GARCÉS, Joan E. *Allende y la Experiencia Chilena - las armas de la política*. Santiago: Ediciones BAT, 1990.

GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As Esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1986.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *El General en su laberinto*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2008.

_____. *Viver para Contar*. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

GARGARELLA, Roberto. *200 Años de Constitucionalismo en America Latina (1810-2010)*. Trabalho inédito disponibilizado em 2012 aos alunos de pós-graduação do DCP (Departamento de Ciência Política), FFLCH/USP.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada - as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón - Los Montoneros*. Buenos Aires: Grijalbo, 1987.

GIRARD, René. *A Violência e o Sagrado*. Tradução de Martha Conceição Gambini. São Paulo: Editora UNESP/Paz e Terra, 1990.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONZÁLEZ, Fernán. *Partidos, guerras e Iglesia en la construcción del Estado Nación en Colombia (1830-1900)*. Medellín: La Carreta Editores, 2006.

_____ “¿Una Historia Violenta? Continuidades y Rupturas de la Violencia Política en las Guerras Civiles del Siglo XIX y La Violencia del Siglo XX”. In: OCAMPO, José Fernando (editor). *Historia de las Ideas Políticas en Colombia*. Bogotá: Ed. Aguilar, 2008.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina, História de meio século*. Tradução de Marcos Bagno e Ricardo Gonçalves R. Castro. Brasília: Editora UnB, 1988.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

GRABE, Vera. *Razones de Vida*. Bogotá: Planeta, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

HALPERÍN DONGHI, Túlio. *História da América Latina*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HARTLYN, Jonathan. “A Democracia na América Latina após 1930”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina, Volume VII - A América Latina após 1930: Estado e Política*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2009.

HOBBSBAWM, Eric. “La Anatomia de ‘La Violencia’ en Colombia”. In: *Once ensayos sobre La Violencia* (vários autores). Bogotá: Centro Gaitán/Fondo Editorial CEREC, 1985.

_____. *Nações e Nacionalismo - desde 1780*. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. *Sobre História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986.

HYLTON, Forrest. *A Revolução Colombiana*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP (Coleção Revoluções do Século XX, sob direção de Emília Viotti da Costa), 2010.

JARAMILLO URIBE, Jaime. “Etapas y Sentido de la Historia de Colombia”. In: *Colombia Hoy* (vários autores). Bogotá: Siglo Veintiuno Editores, 1980.

LARA, Patricia. *Siembra vientos y recogerás tempestades*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1982.

LEFORT, Claude. *A Invenção Democrática*. Tradução de Isabel Marva Loureiro. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

LENHARO, Alcir. *A Sacralização da política*. Campinas: Papirus/Editora da Unicamp, 1986.

LIMONGI, Fernando Papaterra. “O Federalista: remédios republicanos para males republicanos”. In: WEFFORT, Francisco C. (org). *Os Clássicos da Política, Volume 1*. São Paulo: Ed. Ática, 2011.

LOPES, Marcos Antônio (org). *Fernand Braudel: tempo e história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina - uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

LUKÁCS, György. *Socialismo e democratização - escritos políticos (1956-1971)*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da UNB, 1979.

_____. *História de Florença*. Tradução MF. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007.

MADISON, James. “Capítulo X - Utilidade da União como preservativo contra as facções e insurreições”. In: *O Federalista* (coleção Os Pensadores). Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Editora UNESP (Coleção Revoluções do Século XX, sob direção de Emília Viotti da Costa), 2009.

MEDINA, Medófilo. *Historia del Partido Comunista de Colombia*. Bogotá: Centro de Estudios e Investigaciones Sociales, 1980.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. “A História, cativa da Memória?”. In: *Revista Instituto de Estudos Brasileiros*, número 34, 1992.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel - a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Fórmula para o caos - a derrubada de Salvador Allende, 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

_____. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil, Volume 3 - Teorias, Interpretações*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (org.). *História do Marxismo no Brasil, Volume 4 - Visões do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

MÚNERA RUIZ, Leopoldo; CRUZ RODRIGUES, Edwin (eds). *La Regeneración revisitada*. Medellín: La Carreta Editores, 2011.

OCAMPO, José Fernando. “Un Proyecto de Izquierda (1957-2006)”. In: OCAMPO, José Fernando (editor). *Historia de las Ideas Políticas en Colombia*. Bogotá: Aguilar, 2008.

OCAMPO LÓPEZ, Javier. *História Básica de Colombia*. Bogotá: Plaza & Janes Editores, 2010.

_____. “Mitos e creencias en los procesos de cambio de America Latina”. In: ZEA, Leopoldo (comp.). *America Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI, 1986.

ORTIZ MARQUEZ, Julio. *El hombre que fue un pueblo*. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1978.

PALMER, Robert. *The Age of the Democratic Revolution*. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1989.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido - organização e poder nos partidos políticos*. Tradução de Denise Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PATÍÑO, Otty. “Armas versus Política”. In: *De las Armas a la Democracia* (vários autores). Bogotá: Instituto Luis Carlos Galán para el desarrollo de la Democracia/Ministério del Interior, 2000.

PATÍÑO, Otty; GRABE, Vera; GARCÍA-DURÁN, Mauricio. “El camino del M-19 de la lucha armada a la democracia: una búsqueda de cómo hacer política en sintonía con el país”. In: GARCÍA-DURÁN, Mauricio (ed.). *De la Insurgencia a la Democracia - estudios de caso*. Bogotá: Cinep/Berghof, 2009.

PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada - memórias da guerrilha*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

PÉCAUT, Daniel. “Simbólica Nacional, Liberalismo y Violencias”. In: CALDERÓN, Maria Teresa; RESTREPO, Isabela (editoras). *Colombia: 1910-2010*. Bogotá: Taurus, 2010.

PEREA RESTREPO, Carlos Mario. *Cultura política y violencia en Colombia - porque la sangre es espíritu*. Medellín: La Carreta Editores, 2009.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no Século XIX. Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Edusp, 2014.

_____ “Bolívar, Bolívars”. In: *Folhetim, Folha de S. Paulo*, 24/07/1983.

_____ “Ensaio reedita o mito de Bolívar”. In: *Folha de S. Paulo*, 18/12/1983.

PRADO, Maria Lígia Coelho; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PRADO, Maria Lígia Coelho; PELLEGRINO, Gabriela; COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a Democracia na América Latina*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

PIZARRO LEONGÓMEZ, Eduardo. “La guerrilla y el proceso de paz”. In: GALLÓN GIRALDO, Gustavo (ed.). *Entre movimientos y caudillos: 50 años de bipartidismo, izquierda y alternativas populares en Colombia*. Bogotá: CINEP/CEREC, 1989.

_____ *Las Farc (1949-1966). De la autodefensa a la combinación de todas las formas de lucha*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia/Tercer Mundo Editores, 1991.

_____ *Insurgencia sin revolución. La guerrilla en Colombia en una perspectiva comparada*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1996.

RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (org). *História do Marxismo no Brasil, Volume 5 - Partidos e Organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

ROUQUIÉ, Alain; SUFFERN, Stephen. “Os militares na política latino-americana após 1930”. In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia da América Latina, Volume VII - A América Latina após 1930: Estado e Política*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2011.

SADER, Eder. “Introdução”. In: *Che Guevara* (Coleção Grandes Cientistas Sociais, coordenada por Florestan Fernandes). São Paulo: Editora Ática, 1981.

_____ “Chile: vida, paixão e morte da Democracia”. In: SADER, Eder. *Um rumor de botas - a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Editora Pólis, 1982.

SADER, Emir (coordenador). *Latinoamericana - Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/UERJ, 2006.

SAFFORD, Frank. “País fragmentado: continuidad y cambio en la geografía económica de Colombia”. In: PALACIOS, Marco; SAFFORD, Frank. *Colombia - país fragmentado, sociedad dividida. Su historia*. Bogotá: Editorial Norma, 2002.

SÁNCHEZ, Gonzalo. *Guerras, Memoria e Historia*. Medellín: La Carreta Editores, 2009.

_____ “La violencia y sus efectos en el sistema político colombiano”. In: *Once ensayos sobre la Violencia* (vários autores). Bogotá: Centro Gaitán/Fondo Editorial CEREC, 1985.

_____ “Guerra prolongada y negociaciones inciertas en Colombia”. In: SÁNCHEZ, Gonzalo; LAIR, Eric (eds.) *Violencias y estrategias colectivas en la región andina*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2004.

_____ *Guerra y Política en la sociedad colombiana*. Bogotá: El Áncora, 1991.

SÁNCHEZ ÁNGEL, Ricardo. “Bajo La Égida de los Estados Unidos”. In: OCAMPO, José Fernando (ed.). *Historia de las Ideas Políticas en Colombia*. Bogotá: Aguilar, 2008.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A Política Armada: fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

SERPA ERAZO, Jorge. *Rojas Pinilla - una historia del siglo XX*. Bogotá: Planeta, 1999.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo - reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Simón Bolívar* (Coleção Fundadores da América Latina, coordenada por Maria Lígia Coelho Prado). São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2008.

TIRADO MEJIA, Alvaro. “Colombia: Siglo y Medio de Bipartidarismo”. In: *Colombia Hoy* (vários autores). Bogotá: Siglo Veintiuno Editores, 1980.

URIBE CELIS, Carlos. “Regeneración o Catástrofe? (1886-1930)”. In: *Historia de Colombia - todo lo que hay que saber* (vários autores). Bogotá: Ed. Taurus, 2006.

VANEGAS CARRASCO, Carolina. “Pietro Tenerani y la escultura en Colombia en el siglo XIX”, disponível no endereço eletrônico http://www.academia.edu/2074247/Pietro_Tenerani_y_la_escultura_en_Colombia_en_el_siglo_XIX

VÁRIOS AUTORES. *Ganarse el cielo defendiendo la religión - Guerras civiles en Colombia, 1840-1902*. Bogotá: Unibiblos/Universidad Nacional de Colombia, 2005.

VEZETTI, Hugo. *Sobre la Violencia Revolucionaria*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2009.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. Tradução de Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VILLAMIZAR, Darío. *Aquel 19 será. Una historia del M-19, de sus hombres y sus gestos. Un relato entre la guerra, las negociaciones y la paz*. Bogotá: Editorial Planeta, 1995.

_____ *Un adiós a la guerra - Memoria histórica de los procesos de paz en Colombia*. Bogotá: Planeta, 1997.

WALKER, Ignacio. *Socialismo y Democracia: Chile y Europa en perspectiva comparada*. Santiago: Cieplan-Hachette, 1990.

WERNECK DE CASTRO, Moacir. *O Libertador - a vida de Simón Bolívar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

WEFFORT, Francisco. *Por que Democracia?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

YAMEL RIAÑO, José. *La Espada de Bolívar*. Medellín: Fondo Editorial ITM, 2006.

ANEXOS

A - Entrevistas

1 - Gustavo Petro (ex-guerrilheiro do M-19, eleito Prefeito de Bogotá em 2011)

- entrevista realizada num hotel, em São Paulo, em 21/01/2013.

Figura 29 – Gustavo Petro

(Gustavo Petro) Las FARC y el M-19 tienen historias completamente diferentes, aunque se conjugaron en una parte de la historia del país, las raíces de las FARC tienen que ver con campesinado liberal atingido por la violencia alrededor del siglo XX que de cierta forma es un eco de la violencia fascista de Europa, unos años antes, y el conflicto por la tierra en el país. El M-19 tiene que ver con una aspiración democrática que surge a partir de un fraude

electoral en 1970. Mas nacido en el mundo urbano, más politizado desde del punto de vista del proyecto democrático que las FARC; son dos proyectos disimiles que se desenvuelven también de manera diferente en la Historia del país.

¿Pero usted cree que el presidente [Juan Manuel] Santos debería estimular, por ejemplo, un cesar fuego bilateral?

Yo lo propuse ayer. Cerró digamos el cese unilateral del fuego, las FARC, ayer, precisamente. Era una actitud, como su nombre indica, unilateral. Demuestra su voluntad de paz por parte de las Farc. El país se dividió sobre qué hacer, algunos medios de comunicación se dedicaron a concentrarse en la violación del cese unilateral de fuego que en realidad ha sido marginal, comparando a los periodos del conflicto reciente. Y otra parte del país, incluyendo gente que propuso dar el paso lógico adelante: si salimos de una tregua unilateral, ¿por qué no entramos a una tregua bilateral? Cosas que están en discusión en este minuto. No sé si en estas horas y en estos minutos el gobierno nacional habrá ya se pronunciado o estará por pronunciarse a respecto, pero yo considero que es lo lógico para profundizar la confianza social al proceso de paz que se discute en La Havana, es pasarnos adelante. Es más, he propuesto, con la importancia que este tema dramáticamente tiene para Colombia y su violencia, una mesa específica para discutir una nueva política sobre drogas en Colombia. Que articularía el proceso de paz a discusiones americanas y latinoamericanas, que eso la OEA tiene un papel que jugar ahí. Obviamente el gobierno de los Estados Unidos, que todavía no comprende cabalmente porque su propia estrategia ha construido la región más violenta del mundo, incluso en el interior de su propio país. Y porque, en realidad, salir definitivamente de la violencia en Colombia, no se puede hacer sin resolver el problema del narcotráfico y no es porque las FARC sea o no narcotraficante, sino porque el narcotráfico ha incidido en todas las instancias de la sociedad colombiana, en sus partidos políticos, en el Estado, en la subversión, etc. Y no se puede hablar realmente de salir de esa época de la Historia en Colombia, que sea una sociedad que no se mate a sí misma, sin resolver el problema del narcotráfico, sin abordar la cuestión del narcotráfico. No se puede hacer con una mirada como de la última década o décadas, hay que hacer nuevas miradas. Una nueva política antidrogas, o más bien, una nueva política sobre las drogas es esencial para resolver la violencia colombiana y la violencia americana.

¿Eso pasa por la legalización?

Bueno, [hay que] discutirla, ¿no? El problema de la legalización es un problema supranacional. No es de un país exclusivamente. Por tanto un país es poco porque la ley es siempre una ley nacional, cuando hablamos de legalización estamos pensando en la legalización en un país. Aquí realmente una nueva política tendría que ser continental, no simplemente nacional. Pero también local, y esa es una de las experiencias de la alcaldía de Bogotá. Pero nosotros decidimos en práctica tratar de los problemas de las drogas desde otra óptica [comparada] a la tradicional. Tradicionalmente, en Bogotá y en el país se había manejado el problema del consumo de drogas como un problema de policía. Incluso, en varios periodos, llevando a la cárcel el consumidor de drogas. Entonces decidimos que se volviera práctica el tratamiento del consumidor de drogas del punto de vista médico. Aprovechando una frase que tiene en la Constitución nacional que lo permite. Desató la oposición de la extrema derecha y paradójicamente las mafias mismas que controlan la venta de droga nacional, que empezaron a ver en la política de Bogotá sobre las drogas, que se sintetiza en la palabra CAMAD, Centro de Atención Médica para el Dependiente, CAMAD, su principal enemigo. Empezaron ya con quemar uno, al personal médico, enfermeras. Lo que significa que es por allí, que realmente se puede debilitar las mafias en la dignificación del consumidor de drogas y no en su satanización o criminalización, como ha sido la práctica tradicional en muchos países de América y en Colombia.

Hace 30 años hubo un intento para que las FARC salieran de la lucha armada y se transformaran en un partido, como usted sabe, hubo una matanza enorme de los líderes de las FARC. ¿Hay condiciones políticas de que las FARC se vuelvan un partido político para que hagan la lucha político partidaria? ¿Es posible que la izquierda haga política por la vía democrática como usted hace?

Desde antes de las FARC, el país ha vivido varios genocidios políticos, concepto que todavía no está inscripto en el estatuto y tiene una discusión ahí, pero ha vivido varios genocidios políticos, es decir, el exterminio, dentro de una población de corrientes de acción política y pensamientos políticos. Y eso expresa una incapacidad de las elites en el poder de aceptar la diferencia, de aceptar el conflicto de manera pacífica, luego hay que hacer un exterminio. Así que la historia de la Unión Patriótica hace parte de esa historia de genocidios políticos.

¿Y ustedes sufrieron con eso también?

Nosotros sí, el comandante del M-19 después de las negociaciones de 1989 fue asesinado. Y la historia del M-19, que es precursora en América Latina, porque al dejar las armas gana las elecciones de la Asamblea Constituyente. La Constitución fue hecha protagonicamente por el M-19. Pues también en el caso nuestro no solamente se da una agresión física, un exterminio físico, sino un intento incluso de inhabilidad política 24 años después de firmar los acuerdos. Estoy viviendo yo mismo como alcalde de la ciudad Bogotá la revertida de sectores de extrema derecha que no se atreven al asesinato físico, pero si al asesinato político, quitando los derechos políticos. Desde hace... Desde que empecé el debate sobre el paramilitarismo comenzó ese tipo de estrategia. Es, digamos, una... Aunque existe ese tipo de realidad de exterminio físico, ese peligro, ese riesgo, también es cierto que hemos hecho una Constitución que sectores del país, democráticos, que una parte de la sociedad colombiana valora lo que significa la diferencia, la posibilidad democrática para Colombia. En esa medida, un proceso de paz es un riesgo que hay que asumir, nosotros lo asumimos y aun estando presentes, aquí estamos.

El próximo año hay elecciones y Santos tiene en las negociaciones con las FARC un capital político muy fuerte, quiere reelegirse, cómo la oposición debe posicionarse en ese debate porque parece que la oposición está un poco desarticulada, Santos tiene una popularidad muy grande ahora.

En realidad no. Las FARC no son un movimiento popular, sus algarismos en encuestas son ínfimos. Y el proceso de paz en sí mismo, aunque una parte, yo diría la mayoría, de los colombianos desea la paz, no es necesariamente mayoritario que ese deseo de paz se dé a través de negociaciones con las FARC, es muy fuerte la posición contraria, es decir, de pensar que la paz es el exterminio militar del contrincante. Durante 8 años esa fue la política de gobierno de Uribe y hoy Uribe es la oposición a Santos, claramente.

Por la derecha.

Más a la derecha. Y en la medida que el proceso no genera éxitos concretos, esa posición crece dentro de la sociedad colombiana. Yo diría que Santos no se fortalece en el proceso de paz, hace una apuesta riesgada del punto de vista político, de parte de él. Pero las elecciones del 2014 obviamente están atravesadas por esa discusión. ¿Será capaz Uribe de controlar el Congreso? Si controla el Congreso, ¿saboteará el proceso de paz? El gobierno terminará,

como en el péndulo, ¿volviendo hacia la extrema derecha? Aquí nosotros tenemos también que jugar, obviamente, el progresismo en sí mismo tiene un papel a jugar en ese sentido.

Usted ha salido del Polo Democrático, hubo un intento, quizás una tercera vía, con el Partido Verde que tampoco resultó... ¿Hay espacio para un contrincante a la izquierda?

Una tercera vía siempre ha existido en Colombia y de vez en vez, lo ves. No en el sentido de un partido sólido que permanece en el tiempo, estilo europeo o brasileño, pero la política colombiana siempre ha permitido que una tercera fuerza se exprese. Siempre no. Digamos que al principio se expresó de manera armada. Pero sobre todo a partir de la Constitución del 1991 ha crecido un espacio dentro de la ley. No solamente con la Constituyente, sino porque después ganó varias regiones del país, se ha atrevido, bajo diferentes formas, a pelear la presidencia de la República. Ha contado con bancadas importantes en el Congreso, minoritarias, todavía. Ganó la alcaldía de Bogotá, tres veces, bajo diferentes formas. Entonces, sí, existe un espacio progresista electoral, que se ha expresado varias veces, pero bajo diferentes formas. Ahora está planteado una mesa de acción política colombiana, una posible forma de reconfigurar eso. Ya veremos si eso es posible.

¿En año es posible presentar a alguien de una tercera vía para las elecciones?

Sí, creo que eso es indiscutible que habrá un candidato con opciones democráticas.

Su fuerza política podría estar junto con el Polo para hacer una [alianza].

El Polo como fuerza electoral es pequeño. Pero digamos existe...

Conversaciones con Mockus, por ejemplo.

Hay personas que están dentro de lo que podríamos llamar el Mockusianismo que participan de mi gobierno, pero hay conversaciones de diversas... Hay una diversidad política en el escenario democrático y progresista que se está reencontrando. Lo que pasa es que no podemos ser protagonistas del proceso.

Una pregunta sobre este tema, ese camino del presidente Santos hacia el centro y la gran alianza con el Partido Liberal, con algunas personas de la izquierda. Eso ha ocupado muchos espacios, que es una estrategia política que ocuparía el espacio del progresismo.

No. Hay un movimiento de Santos hacia...

[sobre o M-19] El viento caribeño recreó completamente la izquierda en Colombia, sacándola de sus esquemas y se planteó el proyecto de la democracia como un proyecto revolucionario. De cierta forma fue un precursor de una nueva época en América Latina.

¿Tenía algo que ver con las reflexiones que venían de Europa, el eurocomunismo?

Realmente no, nosotros, el primer intento de hacer el M-19 del punto de vista ideológico es reencontrarse con los héroes nacionales, de la independencia nacional.

Bolívar.

Bolívar, y a partir de ahí volver a pensar políticamente el país, entonces, se separó mucho de esas corrientes tradicionales de la izquierda mundial. Ancló en un latinoamericanismo a partir de Bolívar, estrechó mucho sus relaciones con Montoneros, Tupamaros en un principio, después con las guerrillas centroamericanas que entraron en auge, como el Frente Sandinista y Frente Farabundo I. Y fue la primera a dar el paso hacia una solución pacífica a la guerra, con lo cual ganó las elecciones.

Y fue para la Constituyente.

Entonces ese hecho del 1989 después fue reproducido con victorias electorales por las izquierdas en casi toda la América Latina, tuvo su primer paso precursor ahí en 1989.

2 - Otty Patiño (ex-guerrilheiro do M-19, chegou a integrar o grupo de comando da guerrilha; em 2013, trabalhava numa fundação ligada à Prefeitura de Bogotá)

- entrevista realizada na casa de Patiño, em Bogotá, em 17/02/2013.

Figura 30 – Otty Patiño

¿Cuáles son las vertientes que conforman el M-19, las principales?

(Otty Patiño) Las principales vertientes son un grupo de muchachos que había estado en las FARC y fueron expulsados de allá de las FARC porque estaban pensando que la lucha armada tenía que irse rápido, como parte del movimiento revolucionario y activador de la revolución y no movimiento de resistencia armada campesina. Terminaron siendo expulsados de allá. Y el otro un sector radical de la Alianza Nacional Popular (ANAPO), una organización política creada por el general Rojas Pinilla, que decide buscar la manera de generar un levantamiento armado a raíz del robo electoral de 1970.

¿El primer grupo como se llamaba?

Comuneros. El grupo de muchachos que salió de las FARC se llama Comuneros. Y está la gente proveniente de la ANAPO. No tienen un nombre aunque luego para distinguirse del otro sector de la ANAPO, se llamó ANAPO Socialista. Nosotros fuimos, pero a Bateman, que era la persona más importante del grupo este, Comuneros, no le gustó mucho ese tema que se llamaran ANAPO Socialista porque él pensaba que la mayoría de la gente que constituía la ANAPO no era socialista. Eso generaba una barera con mucha gente que siendo de la ANAPO, incluso teniendo simpatía con el M-19, no compartía el hecho de que no era socialista, como allá...

¿Pero eso fue antes del M-19 empezar?

No, después.

¿Dentro del M-19 había vertientes?

No. Dentro del M-19 la gente que viene de la ANAPO, como expresión política - porque nosotros creamos la expresión política, necesitábamos tener una expresión política - sabíamos que era muy importante, este grupo después crea la ANAPO Socialista para diferenciarse un poco de la ANAPO tradicional que es la que termina conviviendo, haciendo convivencia con el sector gobernante.

¿Pero ya estaban dentro del M-19?

Ya estaban. Y nosotros en buena parte financiamos esa ANAPO Socialista. Ellos sacaron un periódico que llamaba *Mayorías*. Era ya una expresión del pensamiento político del M-19 al interior de la ANAPO Socialista, de la ANAPO. Pero Bateman...

Pero solo para que lo entienda. ¿La ANAPO Socialista estaba en el M-19 y actuaba también en la ANAPO?

Sí.

¿Disputaba las bases?

Exactamente. Aunque ya en ese momento la ANAPO era un movimiento que iba declinando, que iba para abajo, porque mucha de la gente vio que la mayoría de sus dirigentes, empezando por María Eugenia Rojas, pues terminó trabajando al establecimiento. Incluso, María Eugenia

Rojas fue nombrada por López Michelsen, el gobierno de 1974-1978, ella fue la directora de la Caja Agraria, no...

¿Fue para el gobierno?

Sí. Instituto de Vivienda creo que fue.

¿Entonces, había una vertiente que venía de los Comuneros, ANAPO, la base principal, la gente misma venía de ANAPO?

Sí, pero también de una izquierda muy crítica frente al Partido Comunista, muy crítica incluso frente a un ELN que no había sido capaz de mantener vivo a Camilo Torres y que de todas maneras se volvió muy campesinista también, hacia una glorificación de la cuestión campesina, pero miraba siempre al sector urbano con cierta desconfianza. Frente a todos esos temas, se empezó a gestar un movimiento para hacer también la lucha armada en las ciudades.

¿El foco estaba en las ciudades?

En un principio sí, el foco fundamental, tanto de la acción como de los protagonistas en las ciudades, fundamentalmente en Cali y Bogotá.

¿Las acciones principales en la ciudad?

En la ciudad, las acciones principales de esa época, por mucho tiempo, fueron en las ciudades.

¿Tenían una visión de que la actividad política tenía que estar más en la ciudad?

Sí, claro, tenía eso y tenía una crítica de distintos... Dentro de izquierda, de la izquierda en general, pues tenía todo esa raigambre marxista-leninista doctrinaria y vivían en permanente discusión entre la izquierda. Y uno de los primeros planteamientos que se hizo al interior de M-19 y en eso Bateman fue, digamos, el líder de ese movimiento ideológico, dijo: la discusión nuestra no es en la izquierda, nuestro interlocutor es el pueblo, si el pueblo nos entiende, bien. Si el pueblo no nos entiende estamos mal.

¿Entonces no surge como una organización de izquierda socialista tradicional, marxista?

No, no. Como le decía, incluso Bateman, frente a la misma gente de ANAPO, que no venía de la izquierda, venía incluso más de los partidos tradicionales, incluso más del Partido

Conservador, cuando ellos empezaron a plantear la creación de la ANAPO Socialista, el principal opositor fue Bateman.

¿Y qué decía él?

Decía: ahí nos estamos alejando del pueblo, el pueblo no es solamente socialista y hay mucha gente a que no le va a gustar el tema socialista, pues, ¿para qué nos excluimos?

¿Ya nace el M-19 con la cuestión de la democracia, qué podemos decir sobre eso?

Justamente, el M-19 nace como una protesta frente a un robo electoral. En ese sentido se inscribe como una corriente democrática, sabiendo que la democracia, sobre todo la democracia representativa, depende mucho de la influencia electoral.

¿Para defender la democracia, toman las armas?

Claro. Para defender la democracia toma las armas, exactamente.

Es algo raro.

Es algo raro en un país donde las armas equivalían, digamos, a la oposición a la democracia - para crear un régimen de dictadura del proletariado, dictadura popular o digamos simplemente antioligárquica. El M-19 surge, y, claro, toda la lucha armada estaba muy ligada al movimiento comunista, incluso el movimiento que tenía inspiración cubana y curiosamente el movimiento 26 de Julio no era comunista en un comienzo, era un movimiento muy demócrata, era un movimiento de lucha contra una dictadura y luego por las circunstancias del mundo, pues, termina siendo comunista.

¿Pero [ustedes] tenían eso en cuenta cuando fundaron el M-19, el 26 de Julio de Cuba, o no?

Teníamos una admiración, mucha de la gente... Veníamos con esa inspiración, con ese aire, con ese ambiente de la Revolución Cubana. Es decir, con eso que puso en Latinoamérica que la revolución estaba al orden del día.

¿Pero no era una revolución socialista lo que planteaban?

No, no. Sin embargo, en 1974, para mirar una primera etapa del M-19, en la medida que la Anapo como movimiento popular fue declinando, pese al surgimiento de la ANAPO

Socialista, pero de todas maneras los líderes de la ANAPO misma se fue declinando hasta convertirse en un movimiento insignificante en esa época. Nosotros en ese momento, del M-19, en parte, empezamos a buscar y articularnos mucho más, entonces, cuando se agotara ANAPO, con un sector de izquierda democrática que se expresó en un periódico, en una revista que se llamó *Alternativa*.

¿Entonces, en un primer momento la ANAPO Socialista tenía *Mayorías*?

Alternativa respondía más a un movimiento político que se llamaba Firmes. Esa fue nuestra segunda expresión política importante, expresión abierta, de masas y con un órgano, que era *Alternativa* que luego, como pasa siempre en la izquierda, se divide en dos – el periódico. De *Alternativa* salió un sector que era Alternativa del Pueblo porque ahí participaba gente muy diversa. Pero eso no afectó nosotros sino que era una división dentro de la intelectualidad.

Cuando crearon el M-19, ¿había influencia de lo que se pasaba ya en Europa, por ejemplo, el Partido Comunista Italiano, todo el tema del Eurocomunismo, de la democracia no como una táctica, sino como valor universal para la izquierda?

Sí, algunas personas, una fundamentalmente es Álvaro Fayad, empezó a trabajar esa vertiente democratizante de la izquierda. Fayad era un estudioso y empezó a nutrirse del italiano Gramsci, y tal vez fue el que estudió más este tema porque toda la raíz ideológica de personas como Fayad era comunista. Entonces, trataba dentro de los desarrollos ideológicos del comunismo, tratarse de entender y de entroncarse por las actividades concretas que estábamos haciendo. Pero no era... Era más una búsqueda de articular el pensamiento con la acción que...

No era algo ideológico que estaba en el programa...

Exacto. Ahí ocurrió un hecho, estábamos hablando de 1978. En ese periodo, en esos cuatro años donde empezamos a navegar mucho hacia la izquierda, pero aún en ese momento somos una propaganda armada, un grupo que nace de una protesta armada y se convierte en un grupo de propaganda armada, propaganda de nuevas ideas dentro del país, todavía con un lenguaje muy de izquierda.

Grupo de propaganda armada, otra cosa rara para pensar. Incluso hacen anuncios en los diarios. ¿De quién fue esa idea?

La idea fue más colectiva la del anuncio... Pero la idea de hacer del nacimiento nuestros roles fue de Luis Otero. Una de las principales personas de Comuneros, un tipo que le gusta mucho la Historia de Colombia y encuentra que tenemos que ligarnos mucho con la Historia y por eso la acción principal que se hace en ese momento es el robo de la espada. Yo no participé del robo de la espada, sino en otra acción que fue insignificante, que fue la toma del Concejo aquí en Bogotá.

¿Fue el mismo día?

El mismo día. Una hora después. Tomamos, pues, la instalaciones, en el momento no estaba funcionando el concejo y repartimos...

¿Y cuál era la simbología de la espada, era, retomar la Historia?

Sí, el mensaje era que la espada no iba a estar en un museo, que iba a salir al combate, que la libertad y la independencia de la patria no estaban aseguradas, que el pueblo había sido traicionado por la oligarquía. Era un mensaje antioligárquico, nacionalista, demostraba una raigambre bolivariana, una raigambre con las tradiciones de que la revolución iba en el tiempo, sino que tenía raíces, se iba a nutrir de la Historia nuestra. Tenía un elemento nacionalista que era muy importante porque, pues usted sabe que entre las tendencias de izquierda el internacionalismo proletario luchaba mucho con el nacionalismo, incluso mucha gente ubicaba el nacionalismo con el fascismo, con el nacional-socialismo, imagínese, que trató de ligar nación con socialismo...

Ustedes rompían con eso.

Rompimos con eso, nosotros nacimos claramente como una crítica a todos en la izquierda...

¿Una crítica al Partido Comunista también?

Al Partido Comunista inicialmente, pero no a este Partido Comunista. Incluso otras agrupaciones de origen marxista dijeron que este movimiento había sido una creación de la CIA porque no obedecía a los parámetros marxistas ortodoxos, ni chinos, y nada de eso, entonces pensaban que nosotros éramos como una creación, aún más porque otro elemento que rompimos es que nosotros por primera vez editamos un periódico en offset. Generalmente los periódicos y boletines que editaba la izquierda clandestina era en mimeógrafo, eran más sucios, como se tuvieran más sentido de la tinta, más proletario.

¿El de ustedes era más bonito?

Limpio, bonito, bien hecho. Entonces decían: eso tiene que ser de la CIA. Y luego nacía de un concepto de que al pueblo le gustaba bien hecho, lo bonito, de que no... Ese concepto de que el pueblo no tenía un sentido de la estética, digamos, miserable, en algún grado parecía un concepto miserable, pues también era un concepto muy importante.

***Mayorías* era un diario así.**

Era legal, por supuesto hecho en imprenta común y corriente, pero digamos que era clandestino...

¿Cómo se llamaba?

Boletín del M-19.

Ya no era *Mayorías*.

No, había uno que se llamaba *Con el Pueblo, con las Armas, al Poder*.

Y con María Eugenia.

Al principio.

Eso también es raro. ¿Qué es eso?

María Eugenia era la hija de Rojas Pinilla. Al principio, ¿no? Después le quitamos el nombre María Eugenia porque ella no había respondido.

Hubo una campaña publicitaria también en los diarios tradicionales también, ¿no?

Nosotros, antes del robo, de sacar la espada de la Quinta de Bolívar, ahí viene el M-19, que “si perdía la memoria, M-19”, “Parásitos, M-19”...

Hablaban de la memoria, había ese componente de hacer una ligazón con la memoria.

Eran unas cintillas negras donde decía: “Pérdida de memoria: espere el M-19”. “Parásitos: espere el M-19”. Entonces era como todo el mundo, incluso los periódicos, pensaba que era un remedio nuevo que iba a surgir, y que era una propaganda de remedio y no preguntaron

mucho de que podría tratarse de otra cosa, no tuvieron grandes certificaciones, sino que, en fin...

¿Y esa idea tuvo ayuda de un publicitario?

Éramos nosotros mismos, digamos, nosotros en un principio éramos como un grupo donde realmente la idea de sacar ese anuncio no sé quien sufrió de pronto, fue Bateman mismo o Germán Rojas, no recuerdo quien, pero el cómo hacerla, nos convertimos en un grupo creativo donde se podía, además de discutir acciones militares, estábamos pensando también en cómo propagandizar la política. Y propagandizar este nuevo mensaje que era un mensaje distinto al de la izquierda tradicional, que era con cosas muy elementares y muy cortas, pero muy fuertes que pudiera llegar a la gente. Realmente el M-19, su fuerza, consistió en siempre estar afectando la opinión pública colombiana, y uno se encontraba gente que sin tener tanta ligazón orgánica con el M-19, con los núcleos de poder y de dirección formales, encontrábamos gente... Fue dándose muy silvestre, muy espontáneamente. Mucha gente recibió los mensajes y simpatizó con el movimiento.

¿Cuántas personas llegaron a participar del M-19, orgánicos mismo?

Era una organización muy pequeña, realmente yo creo que no pasó de ser una organización de unas 2 mil personas. Armadas, eran mil, la mitad que movilizamos, pero era una cuestión pequeña.

¿Cómo era la institucionalidad, había una dirección general, había un comité central, cómo era eso?

Eso cambió con el tiempo. En un principio era como una especie de partido, pero luego Montoneros y Tupamaros inventaron eso de la organización político militar, donde se juntaba grados como oficial mayor, oficial.

Y había un Estado-mayor.

Y había como un oficial superior que era como un Estado-mayor.

¿Y usted que era?

Yo fui oficial mayor y después oficial superior.

¿Fuiste de la dirección general, cuántos participaban de la dirección?

Sí. Había varias instancias de dirección, una que se llamaba dirección nacional, otra que comando superior y otra era la comandancia. Yo llegué a la comandancia.

¿Eran cuantos?

Cinco. Pero el comando superior eran 12/13 y la dirección nacional eran unos 40. Pero eso en la última etapa.

¿Usted fue del frente armado o de planeamiento?

Sí. Ahí se planteaba el tema del cuadro integral, pues que es un cuento. Tenía que participar de todo. Pero desde luego hubo cuadros muy importantes que nunca fueron militares y hubo cuadros militares que no tenían un gran pensamiento político. Pero incluso su inserción dentro de la vida civil no fue fácil.

De qué acciones usted formó parte. ¿Usted estuvo en la toma de la embajada?

En el planeamiento, no en la toma misma.

¿Y el robo de las armas?

Estuve en la parte propagandística.

¿Pero no en el túnel para sacar las armas?

No.

Fue una cosa increíble, ¿cuantas armas se sacaron de ahí?

Como 5 mil.

¿Era más propagandístico o para armarse?

En este momento había una gran conexión, Bateman la había establecido con un profesor nicaragüense y entonces la idea era sacar las armas y entregárselas al Movimiento Sandinista.

¿No era para utilizarlas en Colombia?

No, no teníamos capacidad de absorber todas esas armas, no teníamos esa gente. Entonces, tenía un elemento propagandístico, pero desde luego, con esa acción el M-19 pasó de ser un

grupo de propaganda armada a un grupo ya propiamente guerrillero porque, además, la persecución que se desató, por esa acción la gente empezó a ser torturada de forma brutal.

Incluso gente que no era tan cercana.

Ya, incluso gente que no era ni siquiera cercana pero que de alguna manera tenía ligazón de otro tipo.

¿Usted estuvo preso en esa época?

Yo nunca caí preso.

Como Marulanda.

Por muy poquito nunca caímos preso. Bateman no cayó preso. Hay otro personaje que se murió hace poco, que se llama Germán Rojas, que tampoco estuvo preso.

¿Cómo definían el M-19?

Yo diría que era un grupo de propaganda armada en el sentido de que nos interesaba básicamente la comunicación con las grandes mayorías del país, con las masas, por eso nunca hicimos un uso, un órgano de comunicación de pensamiento, sino más político, toda la comunicación era política, era con la gente. No era un grupo de debate sobre temas para la intelectualidad o la izquierda.

¿No era?

No.

¿Tampoco era para la toma del poder?

Sí, nosotros, en 1976, creo, desarrollamos una conferencia que se llamó que se llamó la Quinta Conferencia donde hicimos unos planteamientos estratégicos y en ese sentido, pues también aparecimos en ese momento como un grupo de izquierda. En 1976, ideológica y estratégicamente éramos otro grupo de izquierda. En ese momento ya la ANAPO está bastante quebrantada y entonces empezamos a buscar alimentarnos más de los sectores de izquierda y de los sectores sindicales y del movimiento estudiantil por supuesto, mas que el movimiento estudiantil estaba profundamente permeado por corrientes de izquierda, así, digamos, con la ANAPO.

¿Pero había la idea de la toma del poder?

Sí, correcto. Pero en la práctica política y en la práctica armada nos comportábamos, más que como un grupo que estuviese pensando en la toma del poder, como un grupo de propaganda armada.

¿Y no era un grupo de elaboraciones teóricas? Como el Partido Comunista, que sacaba documentos.

No, no.

No tenían eso de documentos oficiales. Pocos, ¿no?

Pocos. Las conferencias de alguna manera y había algunas personas, como Fayad, que se preocupaba mucho por unos elementos más sesudos, en el tema ideológico y en el tema de orden político, pero éramos muy activistas, con una gran inspiración política, que la daba gente como Bateman. Y de todas las maneras, con un gran entusiasmo por lo que estábamos haciendo porque sentíamos que la gente nos entendía, la gente común. Más que sentido que acogimiento en la izquierda, sentíamos que era muy fácil llegar a mucha gente a través de nuestro discurso.

Bateman decía que el objetivo debería ser la democracia, no el socialismo, ¿cierto?

Eso fue en 1979. Cambió. De 1974 a 1978, nosotros éramos un grupo de izquierda más socialista con una práctica política que no era marxista, ni tampoco teníamos un discurso político marxista. Pero nos inscribíamos dentro de la corriente socialista, estábamos muy inmersos dentro de las corrientes de izquierda de esa época. Desde luego nos gustaba mucho, teníamos mucha afinidad con movimientos que en este momento estaban victoriosos o que estaban con gran pujanza, como los Sandinistas, en Nicaragua, por supuesto Vietnam, era una inspiración enorme para nosotros, leíamos mucho todo lo que ha ocurrido allá y teníamos una admiración enorme por Cuba, independientemente de comunista o no. Incluso con Cuba tuvimos mucha afinidad con gente proveniente del 26 de Julio, usted sabe que el Partido Comunista Cubano se creó con muchas vertientes y una fue la más fuerte, en la línea Fidel, era el 26 de Julio, que no era un movimiento comunista.

Incluso tuvo problemas con los comunistas.

Exacto. Los comunistas incluso no creían en el proceso de levantamiento armado.

En 1979 eso cambia acá.

Sí, después de lo de Cantón Norte, cuando vimos que la respuesta frente al tema de las torturas no venía tanto del movimiento comunista, sino del movimiento democrático y cuando el tema de la lucha por los derechos humanos que es una lucha liberal, democrática, fue la gente que más reaccionó frente a eso, entendimos debido a la política, no a la ideología, que la lucha armada estuviera como una lucha democrática, que ahí estaba la fuerza y la razón de ser y además recobrábamos nuestro origen, pues nosotros habíamos hecho un levantamiento en defensa de la democracia.

¿Entonces, a partir de los años 1980, el foco está más en la democracia?

Y después nos encontramos con otro elemento muy importante que es el tema de la paz. Es decir, que fue la raíz del desenlace y del desarrollo de la toma de la embajada de la República Dominicana, cuando Bateman, a través de lo que se va sucediendo en la toma, se da cuenta de que lo que llama la atención no es la toma misma sino el proceso de negociación. De que es posible resolver los asuntos en Colombia por medio de un proceso negociado. Y Bateman lo entiende muy bien viendo las escenas de “la Chiqui”, de la muchacha guerrillera hablando con el delegado del gobierno, con presencia internacional, con el gran público que se generaba a través de esa negociación. Él alcanza a mirar que la paz es un elemento estratégico de la lucha por la democracia en Colombia.

Hay unas frases en Colombia, no sé si son verdaderas, que la lucha no es por el socialismo, que hacer revolución es hacer democracia. ¿Hay eso en documentos?

Sí, en la Séptima Conferencia se plantea eso.

¿Dónde se encuentra ese documento?

En el archivo general hay. Pero es posible que esté en la página que se llama cultura, democracia y paz...

Voy a buscar, pero para mí es muy importante si tuviera los documentos, hablamos de eso...

Este documento está ahí. Pero en la Séptima Conferencia se desarrolla a mediados del 1979; mucho mejor dicho, 10 años antes que caiga el muro de Berlín, nosotros lo tumbamos aquí. En eso un tipo como Joaquín Villa Lobos se asombra que nosotros, antes que caiga el muro de Berlín, diez años antes, para nosotros el mundo no era la discusión entre socialismo y capitalismo.

Pero eso vino de la táctica política, porque en Brasil llegó por Gramsci, por los italianos, entonces, del Partido Comunista se cambió por ahí, facciones que fueron para el PT también...

Aquí surgió por la política realmente, por ver que la fuerza política descansaba más en la lucha por la democracia y en ese momento era la lucha por los derechos humanos que concitó a mucha gente, [es] una lucha liberal, no es una lucha socialista.

Pero hubo muchos presos y procesos colectivos...

Claro, hubo muchos presos, pero la reacción de la gente, y ahí encontramos la esencia de que este país, Colombia, no estaba en los albores de una revolución socialista, pero si en la necesidad de defender y pronunciar la democracia. Empezamos a mirar que la oligarquía de este país había disfrazado un Estado antidemocrático con un Estado de democracia y lo principal era derrotar la oligarquía, derrotar una manifestación que no era democrática, que era, por el contrario, de restricción, de negación de la democracia.

¿Eso después de la Séptima Conferencia?

[Señal afirmativa con la cabeza]

Dos acciones: la ejecución del sindicalista...

Eso fue mucho antes. Eso sucedió justamente en la coyuntura en donde está declinando la Anapo y estamos comprometidos con sectores sindicales obreros. Los sindicalistas nos dicen: el principal enemigo del sindicalismo en Colombia se llama Rafael Mercado, hay que juzgarlo y correrlo preso. Hay que correrlo preso y juzgarlo. Entonces, esos sectores sindicales que habían... Que sentían que había un sindicalismo al lado de la oligarquía, al lado del sindicalismo patronal, había que golpearlo y mostrar un camino distinto.

Pero pensando ahora no tenía mucho que ver con eso de la democracia.

No, era más metido dentro de ese deslizamiento nuestro hacia la izquierda. Dentro del extravío que tuvo el M-19 en ese periodo, y en la necesidad de conquistar bases porque ya como decían los de la ANAPO, ya estaba decayendo.

Pero cuando ejecutan a él, ¿hubo una reacción muy fuerte por parte de la prensa contra ustedes? ¿Hubo apoyo?

No, los que dicen que les toca hacer la ejecución son sectores obreros que estaban llegando al M-19.

Hicieron algo como una consulta por las calles...

Sí, desde luego, eso fue un error nuestro, una equivocación en el sentido que el M-19 era un movimiento muy limpio, muy humanista hasta cierto punto y eso de hacer una ejecución era terrible.

¿Usted estaba próximo en ese momento?

Yo estaba en ese momento en el periódico, en propaganda.

No en el grupo que decidió [la acción].

No, pero pronto si me hubiese tocado estar en el grupo de decidir, de pronto también hubiera estado. Pero lo que quiero decir es que más allá de que hubiese estado o no, primero, me parece que fue un error, incluso fue algo un poco repugnante incluso para nosotros mismos, algo repugnante. Eh... incluso, digamos, yo recibí el cuento de que la cuestión de la ejecución era porque él había reconocido la casa donde he estado y había reconocido alguna gente, entonces era como un elemento de protección de la organización y de las personas, pero eso es un cuento que yo no confirmé y que luego porque tampoco se encontraba una salida de qué hacer con él, pero yo estoy seguro que Bateman, el tema de la discusión, Bateman no... porque justamente una de las discusiones grandes que hubo cuando empezamos la guerrilla rural, en Colombia, nos dijeron: primero hay que conquistar el territorio y para conquistarlo es necesario a toda persona que no sea nuestra, matarla. Frente a eso, Bateman, en el Caquetá, alguna de la gente que fundaron el Frente Sur, empezó con este tema de los fusilamientos a personas que no eran amigas del movimiento armado y era, pues, distintas visiones, o más amiga de los partidos tradicionales, más amiga del ejército, pues era matarlos. Y Bateman dijo: un movimiento que en una rebelión, cualquiera que sea, que mate más de una persona

está equivocado. Hay que conquistar a la gente, no hay que matar a los enemigos porque ahí no hay enemigos sino campesinos.

¿Pero hubo algo como un tribunal para decidir la ejecución?

Yo no conozco, la verdad es que no conozco como se perfiló la decisión. Supe que cuando lo mataron, pero luego ese tema, no... Bateman mismo luego decía, bueno, todos en general, Pizarro, Fayad, que sentían algo de vergüenza frente a ese hecho.

Después, más adelante, en la democracia, después de 1979, ahí intentan la paz...

Pero lo que te quiero decir también es que la justificación política de la muerte vino de los mismos sectores sindicales que estaban entrando y ya habían entrado al M-19. Tuvo un cierto aval en ese sector de gente radical.

Perfecto. Después, cuando hay el intento de negociación, en proceso de Corinto, ¿no?

¿Bateman ya estaba muerto?

Bateman ya estaba muerto, sí.

¿[La muerte de] Bateman fue [en] 1983?

Sí.

¿Por qué se llega a la toma del Palacio? Me parece que el M19 entendió que Betancourt traicionó, ¿fue eso? ¿Es complicado eso?

A ver. El proceso con Belisario justamente empieza con las conversaciones con Belisario. Belisario no tenía, ni nosotros tampoco, teníamos claro nuestra estrategia de paz. Belisario creía – yo creo – que dando una amnistía, dando la posibilidad de una apertura política, un dialogo, una tregua, el movimiento armado iba a quedar debilitado y se iba crear una corriente política fuerte. Iba a ser innecesario el movimiento armado, la guerrilla armada. Eso digamos es lo que piensa Belisario, en el sentido de que no hay necesidad de pactar una desmovilización, sino que el espacio político iba a dejar sin justificación lo armado y lo normal era que termináramos abandonando las armas. Creo que esa era la perspectiva de Belisario, eso en 1982, empezó en 1982 con la amnistía...

Pero cuando empezó el proceso de paz fue ya después de la muerte de Bateman.

No, ya había empezado, Bateman plantea, cuando se habla en amnistía, que la amnistía no es la paz. Nosotros necesitamos que nos perdonen a nosotros y crear las condiciones para crear la paz en Colombia, para que haya democracia. Entonces Bateman plantea que la paz tiene que pasar por tres elementos que son la amnistía, por supuesto, que era muy importante, la tregua - que no haya bala - y el diálogo nacional. Todos tres elementos [por los cuales] pelea el M-19 en ese momento. Las FARC en ese momento encuentran la posibilidad de tener interlocución directa con el gobierno y el gobierno crea una comisión de paz, y hacen un acuerdo que se llama Los Acuerdos de la Uribe.

Que crea la Unión Patriótica.

Que crea la Unión Patriótica. El principal punto de esos acuerdos de paz fue la creación de la Unión Patriótica, pero fue un pacto distinto al del M-19. Nosotros estábamos más en la creación de un movimiento político que discuta los grandes temas nacionales y ellos estaban planteando la creación de un movimiento de ellos, pero de todas maneras, en ese momento tiene una gran fuerza. Ambas cosas [tienen fuerza]. Pero desde luego no se produce una desmovilización de la guerrilla y el ejército, digamos, sigue un hostigamiento muy fuerte contra las fuerzas guerrilleras.

Hay un atentado contra Navarro, ¿no?

Sí, pero eso ya es casi al final de todo ese proceso, me acuerdo que ya estaba prácticamente agotado. Belisario empieza a tener una orientación muy complicada porque no sujeta a los militares sino permite que ellos sigan violando la tregua. Y él se mantiene un poquito al margen de la situación. El punto más alto de ese momento se dio en unos combates que llegan al Cauca, en un sitio que se llama Yarumales.

¿Hay un bombardeo?

Sí, en ese campamento, donde estaba concentrada la mayoría de la fuerza nuestra había secuestrados que era necesario y era necesario, pues, tomarse el campamento.

¿Había secuestrados?

Se decía, decía el ejército, [pero] no había.

¿Estabas en el campamento?

Yo estaba acá en Bogotá, incluso traté – cuando el ejército empezó a entrar – de penetrar, pero no pude ya. Yo sabía que no iba...

A esa altura el M-19 ya tenía un batallón grande.

Sí tenía una fuerza importante.

Pizarro era el comandante de eso.

Sí, el ejército trata de penetrar, y no lo logra. Belisario en ese momento se va del país y deja el ejército hacer lo que quiera y se va afuera del país. Cuando regresa todavía estamos combatiendo y no logra el Ejército tomar ese campamento. Eso fue en diciembre de 1984, tal vez, y entonces se obliga a pactar que se desaloje el campamento en un sitio en Yarumales, en seguida, que se llama Los Robles y ahí se hace la Novena Conferencia del M-19. En ese momento el M-19 proclama la voluntad de ser gobierno.

¿Cuál es la explicación para que al final de la acción armada el M19 consiga un resultado que parece alto, elige 19 escaños para la Asamblea Constituyente? ¿Qué eso muestra?

El M-19 nunca se consideró una organización, sino un movimiento, entonces siempre nosotros tratamos de estar sintonizados con la opinión pública, nunca despreciamos la opinión pública, al contrario de los movimientos marxistas y sobre todo el Partido Comunista o las FARC mismo. Y consideran que la opinión pública es la creación de los medios de comunicación, de la hegemonía gobernante y no es muy importante lo que ellos piensan, sino tener poder y luego crear una opinión pública favorable. El M-19 siempre se preocupó por la opinión pública, incluso, lo que hizo que rectificara su política por cuando empezó a perder dentro de la opinión pública, después de lo del Palacio de Justicia, nosotros sentimos que el pueblo se había ido por otro lado, que no había entendido lo del Palacio de Justicia, y que no entendía tampoco lo de la guerra contra el ejército y creo que eso fue lo que llevó a hacer una rectificación importante y lo que permitió que, pese a todas las contingencias y hechos fallidos que tuvimos, hubiera un elemento de simpatía más o menos permanente en la población colombiana en relación al M-19.

¿Cuál era la consigna? ¿Qué año fue eso?

En 1986 la consigna fue “Paz a las Fuerzas Armadas, Guerra a la Oligarquía y Vida a la Nación”. Era un poco retomar el sentido democrático y anti oligárquico que se dio en el nacimiento del M-19.

¿El enemigo no podía ser las Fuerzas Armadas?

No eran las Fuerzas Armadas, un elemento clásico que se establecía es que las Fuerzas Armadas eran los enemigos. Pero acá nosotros tratamos de rectificar lo que se dio en Cantón Norte donde hicimos algo que las Fuerzas Armadas lo tomaron como una declaración de guerra contra ellos y en ese momento cambiamos nuestra orientación. El M-19 estuvo tratando de sintonizarse con lo que pensaba las mayorías del país y eso le valió tener un espacio de simpatía con mucha gente.

Hay algunos intelectuales incluso que creen que fue poco lo que sacó el M-19, que fue la Constitución en '91.

Por favor, sacar adelante una Constitución, eso es lo máximo que se puede sacar, ahora desde luego que no fue la Constitución del M-19, fue una Constitución acordada con toda una cantidad de sectores conservadores, liberales, indígenas, sindicalistas, gente no cristiana en un país que tiene un concordato con la iglesia católica, que se pensó que este era un país confesional, un Estado confesional, nos volvimos a las 8 de la mañana en un país laico, un Estado laico, con libertad religiosa...

¿Fue una conquista de la Asamblea de 1991?

Claro, claro.

Porque la Constitución del siglo XIX era puramente católica.

Confesional, claro. Y como aquí nunca hubo una revolución liberal, como en otros países, le tocó hacer la revolución liberal a los sectores que habían hecho la lucha armada, y desde luego se planteó un elemento muy importante que era no crear Estado de Derecho sino un Estado Social de derecho. Había también reivindicaciones de orden social contenidas por lo menos en los enunciados.

Y fue la primera Constitución de Colombia que no hicieron ni los Liberales ni los Conservadores... ¿Cómo se define eso?

Fue una Constitución nacional, ahí sí. No hubo una Constitución donde se permitió que se participaran los sectores más allá de los partidos tradicionales. Se rompió la hegemonía liberal/conservadora porque luego en el siglo XIX o las constituciones eran liberales o conservadoras. Y la Constitución de 1886, que nace como una Constitución de unidad nacional, pero con un fuerte contenido conservador, se rompe en el 1991, con la Constitución del 1991. Es decir, cuando uno tiene una lectura y una mirada puramente ideológica y no histórica, no ve el avance. Pero cuando uno tiene la mirada histórica del desarrollo del país, de los desarrollos políticos, por supuesto la Constitución del 1991 fue un gran avance dentro del desarrollo nacional. Es más, lo que ha habido por parte de la extrema izquierda y la extrema derecha es un afán por destruir la Constitución de 1991, que todavía sigue vigente. Las FARC y [el expresidente Álvaro] Uribe han sido, hasta el momento, los principales enemigos de esa Constitución.

Y la espada de Bolívar, todo empezó con la espada. Cuando viene la Constitución, ¿qué se pasa con la espada?

Se devuelve... Ahí se pacta con el gobierno de ese momento de Gaviria, de devolver la espada, pero siempre y cuando se preservara, de que no se la volviera a robar nadie más. Porque ya en ese momento las masas estaban hablando de Bolívar, no hay ese movimiento que viene del comunismo donde Bolívar era un traidor por lo menos, a las causas obreras, yo no sé, a las causas de los trabajadores. Se plantea ya las FARC como un movimiento bolivariano y entonces la espada de Bolívar ya podría ser muy bien apetecida, la dejó el M-19.

3 - Vera Grabe (ex-militante do M-19, integrou a direção da guerrilha; foi eleita para o Parlamento quando o M-19 se desarmou nos anos 1990; hoje, dirige a organização não governamental Observatório para la Paz);

- entrevista realizada na sede do Observatório para la Paz, em Bogotá, no dia 22/02/2013.

Figura 31 – Vera Grabe

(Vera Grabe) Yo hacía asuntos culturales. En la [Universidad] Nacional había mucha... se movían todos los grupos, ELN, FARC y todos, y había mucha cercanía y había la inquietud, y además yo alfabetizaba en los barrios populares, usando incluso brasileiros, [Paulo] Freire y todo eso. Y el entorno era muy político, pero yo no tenía militancia previa porque a mí no me gustaban los... Bueno, no me atraía el comunismo porque los grupos eran muy sectarios, de hecho tenía que casi hacer una carrera para lograr ingresar [en los grupos]. Entonces entorno a mí, o yo entorno a, había gente que, resulta que me di cuenta después, era de Comuneros. Yo empecé a estudiar cosas, a leer, yo no tenía militancia mayor, no he tenido militancia.

¿Tenía una formación cristiana?

No, no, como una formación, no sé, social y humanista, pero obviamente con la preocupación política y obviamente con los ideales revolucionarios y todo eso de querer cambiar; como los vientos de la época, con lo que se dio en la revolución en Cuba, Che Guevara y todo eso. Entonces, en esa época todavía no era el M-19, yo estaba cercana a gente de Comuneros, después me pasaron documentos de Comuneros y participé en la inteligencia que se hizo para el robo de la espada de Bolívar.

¿Sí?

Pues yo previo ni sabía para qué era. Tenía ni idea. Nos decían: váyanse para allá, averigüen lo que pasa ahí, entreguen los horarios, entreguen las rutinas.

¿En la Quinta de Bolívar?

En la Quinta de Bolívar. Y yo estudiaba en la Universidad de los Andes, que era cerca, entonces salía de la Universidad, me sentaba allá y miraba lo que estaba pasando, pero no sabía de qué se trataba. Entonces, la sorpresa fue cuando nació el M-19, de que no tenía ni idea... Eso, años 1973/1974.

¿Y cuándo ingresaste orgánicamente al M-19?

Es que, más que orgánicamente, yo estuve en ese proceso de empezar a hacer tareas, algunas cosas, participar en grupos de estudio. Es como un proceso, entonces, eso resultó ser el M-19 y entonces he hecho eso, empecé a ser militante de base.

¿Y para usted estaba claro si el M-19 era un movimiento, era un partido, si era para hacer el socialismo o si era para mejorar la democracia?

No, en ese momento lo único para mí era que el M-19 era gente que no era tan esquemática como la izquierda tradicional, gente más flexible, más dispuesta a aceptar uno como era y con la posibilidad de hacer cosas. Cosas bajo unos principios básicos que era: lucha contra la oligarquía, por la unidad guerrillera, por la justicia, contra el imperialismo y bueno, cinco principios había en esa época. Pero, concepción política yo por lo menos no la veía. Era simplemente una construcción, no había todo ese cuerpo que hay después de lucha por la democracia... Eso [hay] cinco años después.

¿Empezó como parte de la ANAPO? Eso que no comprendí totalmente, todavía. ¿El M-19 era un movimiento y algunos participaban de la ANAPO, o el M-19 entero era parte de la ANAPO, en 1974/75?

En la fundación del M-19 había gente de la ANAPO y el M-19 se reivindicaba como brazo de la ANAPO.

De la ANAPO Socialista.

No, de la ANAPO. Y fue generando un proceso que se llamó ANAPO Socialista, que fue radicalizando la Anapo, pero no todos estábamos ahí, había algunos que estábamos en el aparato, en otras actividades y otros que hacían esa política en la ANAPO.

Usted no estaba en la ANAPO.

No, yo estaba en la parte clandestina. Entonces la ANAPO era... Supuestamente éramos un movimiento en la ANAPO, pero en la realidad no era así. Había gente, cuadros del M-19, que eran de la ANAPO y se mantuvieron ahí.

¿Y hasta cuando hubo esa duplicidad?

Hasta el 1976, más o menos, creo.

¿Y después eso acabó?

Sí, después ya no era... ¿cómo era? “Con el pueblo, con las armas, con María Eugenia al poder”, después desapareció María Eugenia.

Quitaron María Eugenia.

Sí. Porque la ANAPO se radicalizó mucho, porque empezó todo el tema de la represión. En la medida que el M-19 actuaba, por supuesto también había más investigación y se corría mayores riesgos.

¿Cuál era la idea del M-19 en los 1970 y después en los 1980, era tomar el poder, era hacer propaganda política con las acciones armadas, qué era exactamente? ¿Estaba claro eso o fue constituyéndose también?

Se fue construyendo. A mí me pasó incluso que al comienzo yo trataba de “reclutar” otra gente y les echaba el cuento del M-19 y yo no sabía ni explicarlo. Entonces yo decía: bueno,

con ese proyecto político. No, es que luchamos por eso, eso y eso... [el otro decía] Sí, pero... ¿Qué? O era un problema mío, o también un problema de la organización. Después se va configurando la concepción, se viene el tema del socialismo, el socialismo a la colombiana. Después se discute si éramos partido, ejército, frente, si éramos las tres cosas...

¿Y qué era?

Era como una mezcla, porque ejército en esa época no éramos. Éramos un grupo urbano que hacía cosas. Se empieza la concepción de ejército después, en el 1982. Y frente, pues, tampoco. Pero el M-19 se fue convirtiendo en un grupo que hacía cosas y tenía una concepción de poder, pero también movimiento. Pero eso es posterior. En el comienzo era gente que hacía cosas.

Cuando va cambiando y desarrollando el grupo hay un momento en que se define como socialista, ¿no? Porque habla de socialismo a la colombiana.

Eso es al comienzo, eso es como 1975, me parece, después de la muerte de Rojas Pinilla creo. La ruptura grande es cuando se define como democrático que ya es año 1979.

Esa es la diferencia. Primero habla más de socialismo y después de democracia.

Se planteaba el socialismo a la colombiana, es decir, una búsqueda propia, no estar en el marco de las tendencias internacionales, pro-soviética, pro-Havana...

China...

No. Ese es el primer punto de partida. El M-19 buscaba un lenguaje colombiano. En el año 1979, fue el robo de las armas del Cantón y todo el debate que se da entorno a los derechos humanos, la represión, persecución y todo eso, el M-19 plantea que en Colombia lo más revolucionario es luchar por la democracia y ahí se da esa ruptura.

¿Hay un documento que dice eso? Una de las conferencias, ¿no es eso?

Sí. En un encuentro que hay en el año 1979, aquí cerca de Bogotá, donde se planteó eso. Donde mucha gente que estaba en la cárcel, pero había una reunión en medio a la persecución, nos estaban buscando, y ahí se empezó a hablar de democracia; eso en junio/julio del 1979.

¿Bateman hablaba de eso o todos?

Bateman. De los cuadros fundamentales, la mayoría estaba en la cárcel. Muchos. Bateman era el que lideraba eso, pero con el tiempo fuimos acogiendo. Algunos con dificultades de entender, ¿qué democracia? ¿Cuál democracia? ¿Qué tipo? Él decía: democracia, a secas. Colombia ni siquiera tenía una democracia. Entonces eso es por lo que debemos luchar.

Él decía que era una revolución hacer democracia.

Claro. Es decir, la democracia es un planteamiento revolucionario porque las elites, la oligarquía le ha dado un sentido muy pobre, muy representativo y Colombia además es un país con altos niveles de violencia y un régimen aparentemente democrático, era una disputa por la bandera de la democracia. Eso obviamente a la izquierda tradicional le parecía horrible. ¿Cómo así democracia? Como si fuera un planteamiento burgués.

Es curioso porque en esa época en Brasil, por ejemplo, había...

Lula. PT.

Sí, pero aun el Partido Comunista hacía ese cambio, pero con algo más ideológico, usando a los eurocomunistas, Gramsci, Berlinguer. ¿Acá fue lo mismo pero más en la práctica misma? O hubo la influencia de [los teóricos].

Sí, creo que obviamente nosotros leíamos todo del eurocomunismo de Italia, Francia. Creo que sí, creo que los compañeros sí leían eso, pero fue más una lectura también de... bueno, ¿qué hay que decir a ese país? Como una mirada pragmática, pero también de darle sentido concreto a la revolución en Colombia.

Entonces, a partir de 1979, pasan a hablar en democracia. Pero seguían con relaciones con Cuba, con los Sandinistas y todo eso. ¿O no?

Claro, claro. Incluso Bateman decía a los compañeros, decía a los cubanos, les hacía el planteamiento. Algunos decían que el M-19 había hecho la Perestroika antes de Gorbachov. Y [Bateman] le decía a Cuba, no cuestionando su socialismo, pero sí planteando la necesidad de renovar y los cubanos no aceptaban, que no existía alinearse con eso. Y los Sandinistas fueron muy importantes en el sentido de que fue una revolución que se planteó también la democracia, o sea, el nacionalismo, la postura nacionalista, y que ganó. Fue un ejemplo importante para nosotros.

Hubo relaciones e influencias de otros grupos guerrilleros de América de Sur, como Montoneros, Tupamaros...

En el origen del M-19, mucho de su simbología inicial, el tipo de acciones, están inspiradas en los Tupamaros, nosotros leíamos a las actas tupamaras, escuchábamos las canciones de los Tupamaros porque fíjate que los Tupamaros, así como el M-19 se robó la espada, ellos habían hecho un acto simbólico con la bandera de Artigas. Era una guerrilla creativa que hacía cosas locas... Entonces ellos fueron muy importantes. Después hubo tupamaros, o ex tupamaros, que les había tocado salir [del país], que estuvieron en el M-19. Después hubo una cercanía con el ERP, de Argentina, pero con un discurso muy radical, muy moralista. Los Montoneros tuvieron mucha influencia porque era un discurso nacionalista, y porque ellos además nos empezaron a traer tecnologías, como radios...

Para las acciones prácticas.

Sí, para las acciones prácticas. Y fueron importantes porque vino – no me acuerdo como se llamaba, un señor – llegaron con la concepción integrante de la organización, es decir, que se inventaba una organización político-militar, lo que llamábamos la OPM, es decir, que todo cuadro del M-19... Uno que había que tener jerarquías: militante, pre-militante, oficiales, medios, altos...Y todo cuadro tenía que hacer acciones que tuvieron sentido político, pero también saber la cuestión militar. Eso fue muy importante.

¿De qué acciones participó usted? Las más importantes. Usted dijo que participó de la planificación [del robo] de la espada, de la toma de la embajada dominicana...

No, estaba presa.

¿Estuvo presa? ¿Por el robo de las armas?

Por el robo de las armas, en octubre de 1979 me detienen, fui una de las últimas detenidas de ese año. Cuando se dio la toma yo estaba en la cárcel y esperaba salir.

Después hubo una amnistía, salieron muchos, ¿no?

Sí, a raíz de esa toma Bateman plantea la paz, una salida de paz y plantea amnistía general, diálogo nacional y levantamiento del estado de sitio. Y a partir de ahí el M-19 se mete en una estrategia de guerras por la paz, todas las acciones militares eran en función de esa propuesta

básica y se fue logrando. Turbay al final de ese gobierno levanta el estado de sitio y mucha gente sale de la cárcel y después Belisario da una amnistía y después hacemos el primer acuerdo de paz en el año 1984, que es de tregua y diálogo nacional, con Belisario Betancourt.

Que fue la misma época que las FARC hicieron lo de la Unión Patriótica.

Exacto.

Entonces usted estuvo presa...

Fin de 1979 a fin del 1980.

Entonces, cuando salió de la cárcel permaneció con el M-19.

Sí, pero me delegaron... Era la secretaria internacional del M-19, como una embajadora. Entonces me tocó manejar las relaciones políticas, y hacer diplomacia, y tratar con la social-democracia y con la Copal y con los guerrilleros de América Latina, entonces era como... Hicimos una revista...

¿Revista *Colombia*? ¿Que fue publicada en México?

Sí, exacto.

Me gustaría tener esa revista.

Yo tengo... Yo la dejé... Me tocaría buscar... No sé quién tiene esa revista. Era muy buena, muy bien hecha.

Y era una revista para dialogar con Latinoamérica.

Sí. Era como un órgano político.

Perfecto, tuviste contacto con gente de Brasil, en esa época la guerrilla ya estaba derrotada.

Sí, pero nosotros leíamos mucho a Marighella...

“Manual del guerrillero urbano”...

Sí, toda la historia. Incluso tengo un libro con una reja así, no sé si de Marighella. Y todo el tema incluso del teatro y guerrilla.

Y con las nuevas fuerzas democráticas en Brasil, el PT...

Yo no, pero era como parte del entorno que interesaba.

En las acciones que vienen después, en la toma del Palacio, ¿usted estuvo en eso?

Yo, yo estaba en esa época, después que se rompió la tregua, nos delegaron al grupo a Antioquia, armar un frente guerrillero conjuntamente con el EPL, una fuerza conjunta.

No era Batallón de América todavía.

No, Batallón América fue en el sur, en el Cauca. Allá se generó una fuerza conjunta con el EPL, el otro grupo guerrillero y cuando pasó lo del Palacio nosotros no sabíamos. Estábamos preparando una toma guerrillera en Robles.

En esa época Bateman ya estaba muerto, Álvaro Fayad era el comandante.

Sí.

Qué usted piensa ahora, ¿cree que fue un error la toma del Palacio?

Es fácil decir que, fácil no, es obvio que es un error, por los efectos que tuvo y los impactos que eso tuvo, pero era parte de una concepción. Yo siempre digo que hay que comprender porque se dio esa acción. Es muy fácil desde hoy decir... Pero obviamente creo que había un imaginario que se dio algo parecido con toma de la embajada de la República Dominicana, porque el M-19 nunca hacía acciones que pensaba que iban a salir mal. O sea, en el M-19 era siempre muy importante el final feliz. Entonces esa toma, nace producto, pues, de toda ruptura de los acuerdos, de hacer una demanda armada y tal. Y también de una concepción de poder, pero obviamente nunca se pensó que iban a sacrificar a la justicia, nunca. Entonces, yo creo que hubo un error de cálculo, de pensar que eso no se iba a dar, pero es producto de la manera de entender la paz, de entender las cosas.

La tregua había sido rota extraoficialmente; oficialmente estaban en tregua.

No, ya se había roto. En el año 1984 se firma el acuerdo con Belisario. Ese acuerdo realmente le dimos sentido, movilizamos gente, hicimos movilizaciones de masa etc. Ahí hubo unos combates muy fuertes a finales del año 1984 en Yarumales. Entonces en esos combates...

Estaba en plena tregua.

Claro, se rompieron de hecho. Pero por esos combates se recupera la renegociación del proceso. Y se trata de reimpulsar proceso que estaba muy débil, porque el gobierno no tenía la decisión ni la fuerza para hacerlo. Y después se da el atentado, creo que en mayo, a Navarro y un grupo de compañeros. Y se mantiene la tregua como formalmente, aunque ya estaba el ambiente muy tenso, mientras logramos que Navarro salga del hospital.

Intentaron matar a Navarro.

Sí, hubo un atentado en Cali a él y a otros cinco compañeros...

¿Los paramilitares? ¿El Ejército?

No se sabe... Eran sicarios. Les tiraron una granada. Y en eso Navarro pierde una pierna y queda hospitalizado en Cali y tratamos de mantener la tregua hasta que él salga del hospital y se vaya afuera del país. Y después creo en agosto o septiembre se rompe la tregua.

De 1985.

Sí, ha roto la tregua y arrancan los combates otra vez, [cuando pasó lo] del Palacio ya está la tregua rota, pues el gobierno no cumplió.

Es increíble leer los diarios de la época. Incluso uno de los diarios te da como muerta, *El Tiempo*, y después de 4 o 5 días, dicen que no. El ejército es que decía [que estaba muerta]. Queda muy claro que se manejaban mucho con las informaciones del ejército. Y todos apoyan la acción del ejército. Es increíble porque hoy cuando se lee el diario de hoy, *El Tiempo* de hoy, está cuestionando el gobierno, la cuestión de la OEA. Qué evalúa usted, no sé si en la época tenía posibilidad de leer el diario, ¿cómo la prensa trató el tema en la época?, porque a mí me pareció que había apoyo total a una acción que fue sanguinaria del ejército.

Yo realmente leí la prensa mucho después, pues en el monte en esa época no había nada, entonces me acuerdo que llegaron los periodistas, que además no creían que yo estaba viva. ¿Cómo así que usted está viva? Sí, aquí estoy. Y ellos llevaron periódicos. Y fue ahí que empezamos a ver la dimensión del desastre que había, que se había generado. Es que yo creo... Alguien decía que a partir de ahí el país quedó con una parálisis muy extraña. Que nadie entendía lo que había [pasado]. Pues sí se entendía lo que había pasado, pero fue como

cuando quedas así... Creo que hubo algunos debates en el Congreso que buscaron a juzgar a Belisario. La gente dice que como hubo lo de Armero, eso quedó tapado. Sí se estaban dando críticas, pero cuando se da el desastre de Armero, del volcán, dicen que eso salvó a Belisario porque si no se le hubiera venido en contra todo el mundo. Entonces como se pasa esa tragedia, ya este tema se pasa a un segundo plano.

A mí me llama la atención como la prensa...

Los medios, incluso en el proceso de paz previo a eso estaban en contra.

Yo soy periodista, entonces miro eso. Las radios intentaron hacer un poco de periodismo, incluso hay un testimonio de Reyes [presidente da Corte Suprema] por la radio.

Pero hubo silencio. Nosotros estábamos en el monte, oíamos todo y de pronto silencio. ¿Qué fue que pasó aquí?

Los diarios daban en M-19 como acabado porque cometieron un error y eso es el fin. Y después de 4, 5 años, [está] el proceso de paz, elecciones y eligen un conjunto grande de parlamentares para la Constituyente. Eso llama la atención, no estaban derrotados políticamente.

Sí, pero después del Palacio sí nosotros sí estábamos... Amigos cercanos, que también habían sido amigos de militancia y eso empezaron a... Decían: no, yo aquí no voy a aparecer. Nosotros sí después del palacio sí vivimos un desierto inmenso, de una soledad terrible, porque la gente nos decía, o nos hacía saber, que nos quería mucho, que se habían simpatizado, pero que eso no. Tuvimos grandes niveles de rechazo. Hubo muy poquita gente leal que siguió apoyándonos.

¿Y cómo se recupera? A punto de que venga el proceso de paz...

No, antes, antes. Hubo una época de buscar por donde era la cosa y redefinir la guerra a la oligarquía, era una manera de redefinir...

¿86?

88.

Paz con las Fuerzas Armadas, Guerra a la Oligarquía...

Estábamos tratando de definir el sentido de la guerra y decir: aquí nos estamos matando entre colombianos. El ejército se está fortaleciendo y no estamos ganando nada. Y las acciones tampoco tenían impacto, entonces se hacían acciones armadas y por eso la prensa ni las registraba. Entonces, se hizo la coordinadora guerrillera, tampoco. Entonces, yo creo que el M-19 retoma la iniciativa y la posibilidad con el secuestro de Álvaro Gómez. Pero sobre todo porque ese secuestro tuvo una salida ligada a la paz. O sea, cuando el M-19 vuelve a hablar de paz, y además coincide con una necesidad del país de buscar salida porque veníamos de toda esa etapa de la guerra sucia. Donde se mataba a la gente, donde había movimiento por la vida, una serie de manifestaciones de la sociedad civil que decían: queremos la vida, queremos la paz y ya no queremos las armas. Y creo que la capacidad de leer eso y volver a conectarnos con la paz, vuelve a ponernos en sintonía con el país.

Aun con el pasado y lo del Palacio de Justicia.

Claro. Lo del Palacio fue muy grave, pero se ha manipulado mucho en los últimos años. Y sobre todo en la boca de Uribe. Lo ha manipulado mucho en el sentido de no tratar de entenderlo sino de juzgar y eso. Claro, tuvo grandes niveles de simpatía el proceso de paz, la gente... Lo de Santo Domingo fue realmente una peregrinación, la gente diciendo esto: queremos que estemos en la paz y había mucha simpatía a pesar del palacio.

Primero hay la paz, las primeras elecciones, usted fue elegida representante por Bogotá y hubo otro... Pizarro fue elegido también, ¿no?

No. Las primeras elecciones son en marzo del 1990. En esas elecciones Pizarro está como candidato para alcalde y saca una votación buena. En Bogotá. Navarro, en Cali.

Pierden, pero salen con buena votación.

Sí, también. Rosemberg Pabón queda elegido en Yumbo, cerca de Cali. Con una alianza que se llamaba Acción Democrática, algo así.

Todavía no era Alianza Democrática.

No. Y yo también. Nosotros dejamos las armas el 9 o el 8 y el 11 eran las elecciones. Yo no tenía cedula. No pude votar... y fue electa. Con 19 mil votos, una cosa así.

Aquí en Bogotá.

En Bogotá. Y yo no hice campaña.

Y usted fue la única del M-19 que fue electa.

La única parlamentaria. Y yo no sabía ni echar discursos, no tenía ni idea de nada. Quedé como...

Usted fue electa, entonces, un poco por la historia del M-19.

Y por la opinión por el proceso de paz, claro.

El M-19 empieza con la espada de Bolívar, y termina con la Constituyente. Yo lo veo así: empieza con la espada de Bolívar, pero termina escribiendo las leyes, como Santander.

¿Es posible hablar de eso, que empieza con Bolívar y termina con Santander?

No, Santander, no. Pues Santander es el símbolo de ley, pero el M-19 no se volvió santanderista. Seguía siendo bolivariano, pero con las leyes.

Bolivariano con las leyes.

Sí, claro, pero sobre todo con nuevas leyes. Con una Constitución. Obviamente que si tú dejas las armas y dices que te vas a insertar, tienes que insertar a un orden legal. Y ese dato incluso de la Constituyente de redefinir el orden legal.

Crees que la gran victoria del M-19 fue la...

La Constitución, sí, la Constituyente.

¿Por qué es tan importante?

Porque la Constitución vigente, la de 1986 del siglo XIX, era una Constitución muy retardataria.

¿Era todavía la Constitución de 1886, la conservadora?

Sí, con muchos cambios, pero había una serie de normas que eran absolutamente antidemocráticas, no existían los derechos, no existían una cantidad de mecanismos de participación, no existía el pluralismo, no existía realmente una concepción democrática. Existían todos los mecanismos de excepción que rigieron a Colombia durante el siglo XX.

Entonces, uno, porque es producto y parte del pacto de paz. Dos, porque es plantear a Colombia una nueva organización política, consagrar los derechos porque Colombia no tuvo una revolución liberal, como otros países. En Colombia todos somos hijos del Frente Nacional del bipartidismo y esa realmente es la gran ruptura con esa tradición bipartidista, porque aparecen nuevas fuerzas también, la posibilidad, en la realidad, pero también por norma, de que puedan existir otras fuerzas.

Hoy usted no tiene más militancia política, pero sigue con la foto de Carlos Pizarro, ¿por qué?

Porque nosotros le debemos a Pizarro, creo, que tuvo la visión de que había que clausurar la etapa de la guerra y optar por la paz. Creo que eso fue una gran audacia y una gran herejía para este país, donde dejar las armas era algo impensable. Dar ese paso es un acto revolucionario y además fue en el momento propicio porque si el M-19 hubiera seguido en la guerra, estaríamos peor, parecido a lo que está hoy los otros grupos. Y porque ya era el momento de dejarlo y él tuvo esa intuición y esa percepción y creo que de hecho es tan importante o más que Bateman.

Y pagó con la vida.

Pagó con la vida, pero tuvo esa... Fue como el gran... Bateman fue el profeta, pero sí fue el arquitecto, y tuvo la visión.

¿Bateman o Pizarro?

Pizarro, Bateman pues era super político y Bateman seguramente hubiera llegado a una conclusión parecida, pero Pizarro fue muy duro en el tema de las armas, fue un gran guerrero, sabía el oficio de la guerra. Y por eso él también se dio cuenta de los límites que esa guerra tenía y fue capaz también de entender que había que hacer algo. Salirse también de la guerra, que era algo revolucionario en ese momento en los años 90, ¿no?

¿Usted estuvo en la guerra, en combate?

Sí.

¿Había muchas mujeres?

Sí. En el M-19 siempre hubo muchas mujeres y también mujeres en la dirección. Ya en las instancias de comandancia ya éramos menos. Pero la presencia femenina en el M-19 era bien importante.

Diferente de otros grupos.

Claro.

¿Por qué venían de la ciudad?

Tiene que ver con eso, pero también con una... Arjaid [Artunduaga, ex guerrilheiro] siempre dice que el M-19 es muy femenino en términos de... La manera de asumirnos, de hablar de los afectos, de relacionarse, muchas cosas creo que da mucha calidad para las mujeres.

Yo he leído en un libro de Yamel, *La Espada de Bolívar*, que decía que cuando los nuevos militantes llegaban y pedían literatura, no sé si es un chiste, les decían: lee “Cien años de Soledad”, ¿es verdad?

Sí, claro, porque se trataba de interpretar a Colombia, más que leer la doctrina. Al comienzo sí leíamos el *18 Brumario*, todas esas carretas, pero después era como leer literatura... Bolívar...

¿Y qué leían?

Bradbury, leíamos... Ciencia ficción, pero también leíamos las actas tupamaras, nos inspirábamos en otras experiencias guerrilleras para entender y para aprender.

¿Pero García Márquez también?

Claro, *El general en su laberinto* fue muy importante.

Sobre Bolívar.

Sí.

¿Y leían los textos sobre Bolívar?

También. Biografía de Bolívar, textos de Bolívar, la Carta de Jamaica, el Congreso no sé qué. Sí, claro.

Entonces era más nacionalista que marxista.

Sí, el M-19 es una guerrilla muy nacionalista. Hay un estudiante, una vez que yo estuve en la Nacional [que] decía: el M-19 era una guerrilla republicana. Ese era el discurso del M-19. Que el M-19 reivindicó algo que en Colombia era revolucionario, con un discurso republicano. Es que Colombia políticamente es muy conservadora.

¿En los años 1970 había democracia en Colombia?

Democracia formal, pero bipartidista, o sea, solo tenía cabida dos grupos políticos.

¿Hoy hay?

Hoy hay más ejercicios democráticos. Obviamente es un sistema muy viciado, además que hoy está atravesado por muchas corrupciones y todo ese tema, el paramilitarismo.

¿Pero hay espacios para nuevas alternativas?

Claro que sí. Si no Petro no podría ser alcalde. Claro que sí hay.

Un hombre que estuvo en el M-19.

Sí, un hombre que estuvo en el M-19. Claro que hay trampa, que hay clientelismo, que luchar contra las fuerzas tradicionales es difícil y eso, pero sí hay espacio para un ejercicio diferente.

Algunos creen que, al final, el M-19 hizo solo la Constitución, como si fuera poco.

¿Cómo evalúa usted eso?

Creo que el M-19 tuvo la fortuna de pensar en lo posible, no solamente en lo deseable y en lo utópico, creo que eso es muy importante. Porque cuando tú piensas que tienes que llegar a una meta llena de requisitos, pues te frustras muchísimo. Eso no quiera decir que no tuviera ideales, pero el M-19 fue dando concreción y fue entendiendo una realidad cambiante y actuar sobre ella, eso es muy importante. Claro, dentro de una perspectiva maximalista, no hicimos nada. Pero si tú entiendes que eso son procesos. Procesos. Que los procesos de cambio son largos, que superar y generar nuevas culturas es difícil, que cambiar regímenes políticos no es solamente [hacer] un decreto y ya, pues obviamente ves los avances. No se puede leer la historia como algo lineal y con la idea de progreso absoluto, pero hay que ver todo el historial con toda la complejidad que eso implica.

B - Documentos do M-19

Reproduzimos, nas páginas seguintes, parte das fontes primárias citadas ao longo da dissertação.

Índice e legendas das fontes:

- Manifiesto “Bolívar, tu espada vuelve a la lucha”, 17 de janeiro de 1974 p. 260
- “Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril”, número 1, janeiro de 1974 p. 261
- “Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril”, número 13, fevereiro de 1976..... p. 262
- “Órgano del Movimiento Anapista 19 de Abril”, número 14, abril de 1976..... p. 263
- “Discurso inaugural de La Octava Conferencia”, agosto de 1982pp. 264-267
- Documento final da “Octava Conferencia”, agosto de 1982pp. 268-275
- Manifiesto “Vida para La Nación, Paz a las Fuerzas Armadas, Guerra a la Oligarquía”, janeiro de 1998.....pp. 276-277
- Boletim do M-19, dezembro de 1980 (com várias gravuras)
+ comparação Bolívar do M-19 x Bolívar da Praçapp. 278-280
- Boletim do M-19, dezembro de 1980 (“¿Qué es el M-19?”) p. 281
- Boletim do M-19, abril de 1983 (com homenagem a Gaitán)
+ comparação Gaitán da nota de mil pesos p. 282
- Boletim do M-19, dezembro de 1983 (com homenagem a Bolívar).....pp. 283-284
- Reportagem especial do “El Tiempo” sobre M-19, 7 de janeiro de 1979..... p. 285

BOLIVAR, TU ESPADA VUELVE A LA LUCHA.

▶◀ **M19**

"No envainaré jamás la espada mientras la libertad de mi patria no esté completamente asegurada!"

Simón Bolívar.

(Discurso pronunciado el 2 de enero de 1814).

Y la libertad no está asegurada. No existe. De México a la Tierra del Fuego, el obrero, el campesino, el trabajador, el estudiante, la mujer del pueblo, el indio... nosotros los latinoamericanos vivimos el hambre. Nos debatimos en la miseria. Nos desangramos en la injusticia. Sentimos nuestra cultura castrada, deformada, vendida.

Es que las cadenas españolas rotas por Bolívar, hoy son reemplazadas por el dólar gringo.

Y es que en el solio de Bolívar, cada cuatro años se han turnado los representantes de las oligarquías asesinas del pueblo colombiano.

Y es que esos explotadores, hablan de una patria soberana mientras la entregan al amo extranjero. Hablan de una patria justa mientras la riqueza de unos pocos privilegiados se amasa en la angustia de los trabajadores. Del campesino sin tierra. Del niño con hambre y sin escuela. Del desempleado y su miseria. De la mujer sometida. Del indio acosado como fiera. Del inconforme encarcelado. Del estudiante amordazado.

Por eso la lucha de Bolívar continúa, Bolívar no ha muerto.

Su espada rompe las telarañas del museo y se lanza a los combates del presente. Pasa a nuestras manos. A las manos del pueblo en armas. Y apunta ahora contra los explotadores del pueblo. Contra los amos nacionales y extranjeros. Contra ellos, los que la encerraron en museos, enmoheciéndola. Los que deformaron las ideas del Libertador. Los que nos llamarán subversivos, apátridas,

CON EL PUEBLO
CON LAS ARMAS
CON M^{te} EUGENIA
// AL PODER //

M 19

ORGANO DEL MOVIMIENTO ANAPISTA 19 DE ABRIL - N° 1 Enero 1974

A LOS PATRIOTAS

¿Qué es el M-19?

M-19 es el MOVIMIENTO 19 de ABRIL. Ese día, abril 19 de 1970, el país entero presencié horrorizado el fraude más escandaloso y descarado de que se tenga noticia en todo el continente. Los personajes centrales del monstruoso robo político fueron tres: Carlos Lleras Restrepo, Carlos Augusto Noriega y Misael Pastrana Borrero. El primero como ideólogo del fraude infame, el segundo como su vulgar ejecutor y el tercero como beneficiario directo de una presidencia espuria que colma de indignidad a la clase que Pastrana representa.

Pero la dolorosa experiencia nos dejó una gran lección, la de que las conquistas populares sólo serán duraderas y definitivamente respetadas por las oligarquías en la medida en que esas conquistas estén respaldadas por el PODER DE LAS ARMAS en manos del pueblo mismo. Y con esto no estamos descubriendo nada nuevo; el ejemplo está a la vista. Nuestros enemigos, las oligarquías, tienen todo un ejército muy bien armado para defender sus bienes: sus haciendas, sus fábricas, sus barcos, sus edificios, sus mansiones; todo ello fruto de la más desvergonzada explotación de las masas populares.

El 19 de abril de 1970 nos demuestra dramáticamente que no basta con ganar si es que el pueblo no está en condiciones de hacer respetar su triunfo; y el 11 de septiembre de 1973, fecha sangrienta y luctuosa para la causa popular latinoamericana, vino a complementar nuestra experiencia. A los anapistas de Colombia simple y llanamente nos robaron las elecciones; a los compañeros chilenos de la Unidad Popular les entregaron el poder político para luego, cuando empezaron a construir una nueva sociedad amebatárselo a sangre y fuego. Esos dos hechos que no son creaciones imaginarias de nadie, sino que han ocurrido a la luz de todo un continente, tienen necesariamente que hacer reflexionar a la militancia revolucionaria de América Latina. Porque insistir en las elecciones por las elecciones mismas, cerrando los ojos a tan costosas experiencias nos parece un acto no sólo de cretinismo político sin además de abierta traición a los anhelos revolucionarios del pueblo, pues con las elecciones a secas le estaríamos haciendo el juego a las oligarquías y al imperialismo norteamericano en su falaz empeño de mantener en lo posible las apariencias democráticas en nuestros países.

Por todo lo anterior, nosotros ANAPISTAS del MOVIMIENTO 19 de ABRIL, CONVOCAMOS a toda la militancia del partido a que nos preparemos POLÍTICA Y MILITARMENTE para que con nuestra insustituible candidata compañera MARÍA EUGENIA DE COLOMBIA, ganar las elecciones de 1974 por una mayoría abrumadora o más que las de 1970, para hacer respetar esa nueva victoria del pueblo contra las oligarquías liberales y conservadoras, para defender eficazmente el gobierno popular de la segura amenaza de otro baño de sangre al estilo chileno y no nos cojan desprevenidos e indefensos.

• ¿Quiénes son nuestro enemigos?

Como nuestro movimiento es fiel a una línea política eminentemente clasista, encuentra sus peores enemigos en el IMPERIALISMO NORTEAMERICANO que sojuzga a nuestros pueblos impidiéndoles su desarrollo económico y social; en las OLIGARQUÍAS nacionales, serviles incondicionales del imperialismo, vendepatrias descaradas y explotadoras insaciables de los campesinos y de los obreros; en los altos MANDOS MILITARES, perseguidores de obreros, campesinos y estudiantes, guardianes de los intereses del imperialismo y de las oligarquías; el alto clero, obispos y arzobispos que se cuelgan a Cristo en el pecho y por debajo de la lujosa sotana se les ve la gruesa chequera, quienes habiendo hecho voto de pobreza llevan una vida de faraones modernos, quienes persiguen y descalifican a los generosos.

SOCIALISMO A LA COLOMBIANA

FEBRERO 15-1976 - Nº 13

ORGANO DEL MOVIMIENTO ANAPISTA 19 DE ABRIL

**CON EL PUEBLO
CON LAS ARMAS**

! AL PODER !

M 19

DETENIDO Y PUESTO EN PRISION

José Raquel Mercado

-LLAMADO A JUICIO POPULAR-

EL MOVIMIENTO 19 de ABRIL (M-19), A TRAVES DE LOS COMANDOS SIMON BOLIVAR Y CAMILO TORRES RESTREPO, COMUNICA AL PUEBLO COLOMBIANO Y A LA OPINION PUBLICA EN GENERAL:

1. Que el día 15 de febrero fue detenido y puesto en prisión por los Comandos Simón B. Camilo Torres Restrepo, el señor José Raquel Mercado, presidente de la C.T.C., en cumplimiento del mandato del pueblo; la clase obrera lo exigía y el M-19 lo cumple.
2. El señor José Raquel Mercado, será sometido a la justicia popular revolucionaria, acusado de:
 - a) Traición a la Patria
 - b) Traición a la clase obrera
 - c) Enemigo del pueblo
3. Convencidos que es el pueblo trabajador y explotado el llamado a hacer justicia, M-19 brazo armado del pueblo anapista, convoca a todas las organizaciones populares y gremiales, religiosas, culturales, estudiantiles, a los grupos de izquierda y de oposición y al movimiento guerrillero, para que promuevan la participación popular y apliquemos contra el señor José Raquel Mercado la justicia popular revolucionaria. Hacemos un llamamiento a cada colombiano, a cada trabajador, obrero, campesino para que defina si el señor J. Raquel Mercado es CULPABLE SI o NO de los cargos antes citados.
4. El movimiento M-19, se compromete ante las clases explotadas, respetar la vida del señor José Raquel Mercado, dándole el tratamiento de preso político, hasta que se produzca el veredicto popular, y asume la responsabilidad de cumplir el mandato del pueblo.

! La justicia del Pueblo, la hace el Pueblo !

CON EL PUEBLO, CON LAS ARMAS, AL PODER !

M-19

ABRIL 5-1976-NO 14
ORGANO DEL MOVIMIENTO ANAPISTA 19 DE ABRIL

CON EL PUEBLO
CON LAS ARMAS

! AL PODER !

M 19

Veredicto Popular:

CONDENADO A MUERTE

CONMUTACION DE LA PENA
A CAMBIO DEL

1. Reintegró de los trabajadores despedidos.
2. Estabilidad laboral
3. Reproducción de este periódico en la gran prensa.

Acabar con el mito de los hombres perfectos

Discurso inaugural de la Octava Conferencia

El M-19 se ha forjado es aquí, en las dificultades, en los problemas. Cualquiera de ustedes guerrilleros, sabe como se ha ido forjando esto. Cualquiera de ustedes sabe que aquí no hay un solo elemento que no tenga un primo, un hermano, un abuelo, muerto en la lucha por la libertad de la patria. Cada uno tenemos nuestra propia historia; la verdadera historia que se está escribiendo en este país se está escribiendo aquí, donde obreros, campesinos, intelectuales, no están dispuestos a arrodillarse al sistema.

En esa época compañeros, hace más de tres años, nosotros dijimos: ¡adelante! siempre que quede uno del M-19, quedará la esperanza de la lucha. Siempre que quede uno dispuesto a levantar esas banderas que son las banderas de nuestro país, que son las banderas de la dignidad de nuestro pueblo, no seremos derrotados ¡nunca! Porque la verdad está de nuestro lado, porque nuestra voluntad es la de favorecer a la inmensa mayoría de la población. No son, compañeros, no son fáciles los esfuerzos que hemos hecho; desde la VII conferencia a esta conferencia nos han derrotado mil veces y mil veces hemos surgido en los combates y ahora somos más que antes y ahora tenemos mejor voluntad de luchar y sabemos que vamos a triunfar. Cuando todo el mundo creía que estábamos enterrados en las mazmorras del sistema, cuando todo el mundo creía que nos habíamos asilado, cuando todo el mundo creía que nos habíamos ido a pasar nuevos rumbos, surgimos de las cenizas y nos tomamos la Embajada de la República Dominicana.

Sólo la lucha, compañeros, sólo la lucha ha mantenido esta voluntad de triunfo. No hay otro camino, no hay otro camino y eso lo hemos ido aprendiendo aquí: poco a poco, hemos ido dando un ejemplo de dignidad, un ejemplo de va-

lentía, un ejemplo de heroísmo. Por eso no es cualquier acto esta reunión: es el balance de los tres más difíciles años por los que ha pasado nuestra patria. Tenemos que recordarlo siempre, compañeros, porque cada uno de nosotros en el futuro, tenemos que convertirnos en un general de la revolución, porque nosotros no aspiramos a continuar siendo una guerrilla; tenemos que aspirar a ser un ejército y tiene que ser un ejército de millones de personas, un ejército donde participe la inmensa mayoría de nuestra población.

Por eso siempre hemos sido enemigos de aquellos compañeros que pretenden seguir siendo guerrilleros toda la vida, que pretenden seguir siendo chiquitos toda la vida. Ahí está una de las grandes revoluciones que nosotros hemos hecho en este país: es acabar con los mitos, es acabar con los hombres perfectos, es acabar con los hombres que nunca cometen errores. Si nosotros queremos que esta revolución sea del pueblo, si nosotros queremos que esta revolución sea de montoneras, compañeros, tenemos que ir donde el pueblo, tenemos que darle el arma al pueblo, tenemos que ofrecerle nuestra voluntad y enseñarles que el camino de la revolución, que el camino de la liberación, sólo se consigue en la lucha.

Todos son testigos, compañeros, de las propuestas de paz del M-19 al país, todos son testigos de que el M-19 no tiene una voluntad guerrillera. Hemos sido los abanderados de las soluciones en este país: hemos demostrado hasta la saciedad que los guerrilleros, que los amantes de la guerra son la oligarquía, el imperialismo, son los militares. Nadie nos podrá acusar de estar azuzando la muerte, el asesinato, la tortura. Ya el país, compañeros, millones de personas están esperando a que el M-19 deje de ser una esperanza y se convierta en una realidad. No podemos perder el tiempo, compañeros.

Hoy 7 de agosto, fecha memorable en nuestra patria, hoy 7 de agosto se está posesionando el nuevo gobernante en Colombia, el señor Belisario Betancur. Hoy se acaba uno de los gobiernos más reaccionarios, más militarista, más torturador, más asesino, de la historia colombiana. Gracias a nuestra lucha, gracias a nuestro combate, gracias a nuestras propuestas, el liberalismo, compañeros, como proyecto político en este país ha sido golpeado en el corazón, porque es un partido entregado a la oligarquía, porque sus dirigentes han entregado las mejores banderas que en otra hora fueran orgullo y símbolo de nuestro pueblo. Hoy asume un conservador. Para el M-19 no hay prejuicios que en otras épocas hicieron que colombianos se mataran unos contra otros. El M-19 es el abanderado de una política para el pueblo, no de una política partidista; el M-19 es abanderado de una política nacionalista, que resuelva los problemas de la nación, no de la oligarquía; que resuelva los problemas de la inmensa mayoría de nuestro pueblo.

Por eso nos odian, por eso quieren vernos muertos, compañeros; por eso el señor Min-defensa dice que nosotros somos bandidos, como Jesucristo; por eso nos humillan, o quieren o pretenden humillarnos; por eso nos persiguen; por eso tenemos cientos de presos, compañeros, ¡cientos de presos! Por eso la lista de los muertos no alcanza en los cuadernos; porque estamos al frente, porque tenemos esta (arma) levantada, porque nadie nos viene a nosotros con cuentos de rendición, ni de amnistías a medias. ¡El M-19 no se rendirá nunca! El M-19 no se dejará humillar nunca.

Muchos compañeros se han decepcionado, muchos se han entregado. Todos sabemos las debilidades que se presentan en el combate, todos sabemos las dificultades que se presentan en el combate. En estas dos últimas elecciones hemos tenido 400 detenidos, hemos tenido más de 40 muertos pero nosotros lo hemos dicho una y mil veces: esta revolución se escribirá con sangre, porque la oligarquía, compañeros, no dejará nunca que sus intereses pasen a otras manos. Ellos se defenderán con las uñas; para eso tienen ese ejército, un ejército poderoso, con aviones, con helicópteros, con barcos, con espías, con B-2, con F-2, con DAS; cientos de miles de hombres. Y nosotros tenemos que estar orgullosos de haber combatido y de haber triunfado, porque ellos no han podido cumplir con su estrategia que es la de destruir esta guerrilla. Las operaciones de septiembre, octubre y noviembre fueron el éxito mayor alcanzado por guerrilla en nuestro país: 17.000 hombres, compañeros, se lanzaron contra nosotros. No se lanzaron a jugar, se lanzaron a destruirnos, y nosotros tenemos que sentir un inmenso orgullo de haber enfrentado ese ejército, porque los estamos enfrentando...

Es la moral, compañeros, nosotros nunca podemos liquidar este ejército —además porque ése no es nuestro objetivo—, pero su voluntad de lucha cada día es menor y cuando nosotros dejamos de combatir, cuando dejamos de luchar,

sube la moral de ellos y baja la nuestra. La única estrategia viable, compañeros, con armas o sin armas, será siempre la lucha, no hay otra.

Hoy en el mundo, los pueblos por todas partes resurgen a la lucha: pueblos enteros se están liberando. El imperialismo norteamericano está llegando a su final, no será ni en cinco, ni en diez, ni en veinte años, porque es un imperio, pero ese imperio está herido, compañeros, y está herido porque Vietnam ganó, y Salvador, compañeros, ese pueblo tan pequeño, en 20.000 Kmts², 5 millones de personas, están librando una lucha jamás conocida por la humanidad, jamás conocida por la humanidad... Son monstruos esos guerrilleros que nos están dando ejemplo a nosotros, y que lo aceptamos como es, porque es un pueblo pequeño luchando contra ese monstruo que es el imperialismo norteamericano. Las revoluciones, compañeros, se están haciendo en el mundo y nosotros no nos vamos a quedar atrás; aquellos que no tengan voluntad, aquellos que no crean que es posible, tienen que irse a vender empanadas, compañeros.

Estamos hechos para las dificultades, estamos hechos para los problemas y si se van a triplicar los problemas los recibiremos con mucho gusto. En Colombia, compañeros, el M-19 es una alternativa de poder. Esto significa que millones de personas piensan que nosotros podemos dirigir este país. No es mamando gallo: ¡vamos a dirigir este país! Cada uno de nosotros tiene que estar pensando en eso todos los días: a que hora le tocará asumir la dirección del Estado, a que hora cada campesino de estos tiene que dirigir millones de personas. Eso será lo único que no podrá destruir nunca a nuestra organización. Porque tampoco se trata de supervivir. Eso es reaccionario, compañeros, eso ayuda es al enemigo. Los que hablan de una guerra prolongada para toda la vida... La revolución hay que hacerla ahora y tenemos que hacerla con la gente, y tenemos que estar dispuestos a aceptar a la gente.

A veces el mismo pueblo se siente discriminado por nuestra organización y puede que tenga razón, por las dificultades inmensas que hay en cuanto a la clandestinidad y a la persecución feroz que hace el enemigo contra nosotros. No hay un miembro del M-19 de primera y otros de segunda; no hay miembros del M-19 armados y unos desarmados; todos son iguales y el enemigo lo asimila de esa forma; igual nos tortura a los dirigentes sindicales nuestros, igual nos tortura a los dirigentes campesinos nuestros y ustedes lo saben muy bien: aquí no hay avechitas puras, todo el que está con el M-19 es subversivo, todo el que está con el M-19 está catalogado por el enemigo como un bandido y nosotros debemos asumir esa responsabilidad con todas sus consecuencias. Que nos digan bandidos... ¿Quién se ofende? ¿A Jesucristo no lo llamaron bandido? ¿A Bolívar no lo llamaron bandido? ¿A Galán no lo llamaron bandido? A Guadalupe Salcedo, compañeros, guerrillero de los Llanos Orientales, ¿qué era para esos que están mandando hoy en el país, si no era un bandido? Los guerrilleros de la violencia, ¿no eran bandoleros? A nosotros no nos asustan esos epítetos, al contrario, entendemos que lo estamos haciendo bien: entre más nos critiquen, entre más nos persigan, entre más nos fusilen, entre más nos torturen, más razón tenemos. Así se mide la política en este país.

Eso no significa que hayamos hecho todo bien, eso no significa que seamos los portadores de la verdad revolucionaria en nuestro país, eso no significa que hayamos acertado en toda nuestra política. Hemos cometido demasiados errores; ese será un tema de esta reunión.

La voluntad de unidad, la voluntad de hacer un solo frente contra el enemigo, no es una labor fácil en nuestro país; la voluntad de tener a nuestro lado a las otras organizaciones guerrilleras no es fácil en este país. Son demasiados años de frustraciones, demasiados años de errores, pero es nuestra organización la que está llamada, compañeros, a dar el ejemplo, a dar el ejemplo, porque ya no basta la carreta, ya no basta estar hablando, echando discurso. Los hechos, compañeros. Los hechos. Por eso nosotros insistimos, cuando nos encontremos con los guerrilleros de las FARC, del ELN, del EPL, que tenemos que recibirlos como lo que son: nuestros hermanos. Es gente igual que nosotros, es pueblo igual que nosotros, y tenemos nosotros que dar el ejemplo. No importa, no importa, compañeros, que contra nosotros se usen las malas palabras, se utilice el sectarismo y se nos persiga aún más. No importa. No hay que confundir la lucha: una cosa son nuestros amigos y otra cosa son nuestros enemigos, ustedes saben muy bien las críticas que nos hacen a nosotros las otras organizaciones guerrilleras. Eso no

importe; el ejemplo, compa, el ejemplo permanente; hagamos a un lado eso y echemos hacia adelante; el ejemplo, compa, arrastrará, porque son gente bien intencionada, son gente revolucionaria y estarán con nosotros en la lucha.

Aquí en este campamento hay gente del Ejército de Liberación Nacional; para nosotros eso es muy positivo, para nosotros eso es una demostración de que sí es posible y los recibimos con el cariño, con la admiración con que debemos recibir a otros revolucionarios. No está lejos, compañeros, el día en que podamos estar reunidos, cientos de columnas del M-19, las FARC, del ELN. No está lejos.

Pero no nos enredamos, compañeros, no nos enredamos en las discusiones en que nos quieren meter. Nosotros con los amigos discutimos, pero en la casa, con un tinto y ojalá con un aguardiente, como hermanos. Con el enemigo discutimos a plomo porque no nos dan otra y el que nos diga que no es así que nos lo diga en nuestra cara.

Porque hemos hecho lo imposible para evitar en este país la guerra civil, hemos llegado al colmo de las propuestas de paz, hemos estado dispuestos a que no haya una sangría en nuestro país y miren las respuestas, cuales son: los helicópteros artillados, los tanques de yo no sé que jodienda, anfibios para meterlos a esta selva, 200, 300 tanques, compañeros, díque para meterlos aquí en esta selva del Putumayo y del Caquetá... Queremos ver los anfibios aquí... ya conocemos el helicóptero.

La oligarquía, compañeros, se está rearmando; se está rearmando significa que se están modernizando para matarnos; no es para joder la vida: es para matarnos. Esa es la medida con que inicia su actividad el nuevo gobierno. Para nosotros ese es un síntoma negativo, como son negativas las medidas iniciales que toma el gobierno; siguen pensando que nos van a enredar con las famosas amnistías, siguen pensando que nosotros somos pendejos, siguen pensando en ver una línea larga de guerrilleros entregando armas.

¡No vamos a entregar armas, compañeros! Así no vamos a discutir nunca, porque nosotros no estamos derrotados. No vamos a entregar escopetas, como dicen algunos compañeros: "entreguemos diez escopetas para que crean..." No señor, el que entregue una escopeta se está rindiendo y nosotros no estamos derrotados o yo no sé ustedes que piensa... Quien se sienta con los cojones para entregar un arma aquí, compañeros, ¡que levante el arma! Nadie está dispuesto, porque las hemos conseguido con un esfuerzo inmenso, no vamos a negociar armas. Vamos a negociar la libertad que el pueblo necesita, y si no la negociamos, la conseguiremos como tiene que ser. No esperemos de la oligarquía sino eso, plomo, cárcel, tortura. No esperemos nada diferente.

Esta es la VIII Conferencia, compañeros. Estas reuniones son para evaluar, para trazar nuevos rumbos, para ver donde nos equivocamos, donde acertamos. Vamos a cuidar esta reunión, compañeros, aquí está lo mejor del M-19. Vamos a mantener un espíritu de disciplina altísimo, vamos a mantener una vigilancia estricta. Este campamento no puede ser violado por el enemigo, tenemos una responsabilidad muy grande con mucha gente que está aquí y aquí en este campamento la responsabilidad número uno la tienen los guerrilleros del Frente Sur. Los compañeros que han venido de afuera son nuestros hermanos, seguramente gente que no está acostumbrada al monte, pero tenemos que ayudarlos, tenemos que colaborarles, tenemos que enseñarles, porque tarde o temprano su camino será éste. Mañana comenzaremos las deliberaciones. Hoy está reunido el congreso del pueblo igual que está reunido allá el congreso de la oligarquía. El 7 de agosto de 1982, será recordado como el día en que una organización decretó una vez más la lucha revolucionaria en este país.

¡Viva el M-19! ¡Viva la lucha revolucionaria! ¡Viva la unidad revolucionaria! ¡Con el pueblo, con las armas, al poder!

Combatientes caídos en el Caquetá: ¡presente! Combatientes caídos en el Valle: ¡presente! Combatientes caídos en el Putumayo: ¡presente! Combatientes urbanos caídos en las ciudades de Colombia: ¡presente! Presos políticos del M-19: ¡presente! Presos políticos de todas las organizaciones revolucionarias: ¡presente! Bolívar: ¡presente!

¡Bolívar, tu espada en pie de lucha, ¡ayer hoy y siempre!

¡Con el pueblo, con las armas, al poder!

Movimiento 19 de Abril

OCTAVA CONFERENCIA

M-19

The logo consists of a black outline map of Colombia. A rifle is drawn diagonally across the map, from the bottom left to the top right. The words 'OCTAVA CONFERENCIA' are printed in a sans-serif font on the left side of the map, and 'M-19' is printed in a bold, sans-serif font on the right side of the map.

VIII CONFERENCIA NACIONAL M - 19

Con el orgullo de haber mantenido superando las dificultades, con la resolución de seguir combatiendo por el pueblo, por la patria, con la seguridad del triunfo no lejano de las mayorías, hemos reunido la Octava Conferencia Nacional del M-19.

Y lo hemos hecho en una fecha histórica para el pueblo colombiano. Este siete de Agosto recuerda el heroísmo de los patriotas en la primera independencia y recordará un triunfo más del M-19 al congregar a lo mejor de sus dirigentes en medio de una aguda represión. Este siete de Agosto está reunido el Congreso del Pueblo. A esta reunión no ha podido asistir un gran número de miembros de la Dirección Nacional hoy presos en la Picota y otras cárceles del país. Otros han caído en el combate. Su participación la da la presencia que han alcanzado en el país, la de su autoridad ya reconocida por la opinión nacional como dirigentes populares, la de su ejemplo de lucha. Pero están presentes compañeros provenientes de todos los rincones del país, dirigentes políticos y militares, luchadores populares y también compañeros que en el exterior amplían el espacio político del M-19, todos los cuales demuestran que el M-19 es hoy más fuerte que antes, más grande y decidido, con mayor experiencia en la pelea y en la política.

Son, pues, tres años de accionar que hoy se evalúan; desde 1979, por el trajín del combate y la política, el M-19 no había podido dedicarse a reunir sus fuerzas para analizar el camino recorrido; hoy lo hacemos destacando aciertos, señalando los errores y trazando los rumbos políticos, militares y organizativos que permitan al pueblo encontrar en nuestra organización una real alternativa de poder.

El M-19 es una organización que se ha forjado en la lucha, en las dificultades, en base a sus propias fuerzas. Ha retomado lo mejor de las tradiciones de la lucha guerrillera, de la lucha popular, del pensamiento democrático colombiano para construir su proyecto

político militar. Proyecto democrático, nacionalista y de justicia social para el pueblo, ahora ratificado por la Octava Conferencia Nacional y enriquecida por la experiencia recogida en los últimos años por nuestra organización y por las fuerzas democráticas y revolucionarias del país.

Que las mayorías dirijan a la nación y satisfagan sus múltiples necesidades, eso es democracia. Que nuestro país sea libre, soberano, dueño de sus propios recursos, eso es nacionalismo.

A estos objetivos solo se opone un puñado de familias que han levantado su poder sobre el sufrimiento, el hambre y la opresión del pueblo colombiano. Es la antipatria, enemiga del progreso y de la justicia. Pero la patria es grande, la patria es mayoritaria, la patria son los campesinos, estudiantes, obreros, desempleados, pobladores de las barriadas, pequeños y medianos industriales y comerciantes, los oficiales demócratas de las fuerzas armadas, la iglesia popular, el movimiento guerrillero, los defensores del Estado de Derecho, los demócratas en general. Esa patria grande que se enfrenta a la fuerza bruta del ejército y al poder extranjero forjará ca -

minos de unidad, elevará su unidad de combate y vencerá.

También, este 7 de Agosto finaliza uno de los gobiernos más sangui-
narios de los últimos tiempos. El Sr. Turbay Ayala siempre será re-
cordado por su desinterés e incapacidad de resolver la crisis del
país y los problemas populares y por su empeño para violar los De-
rechos Humanos, para crear campos de concentración en las zonas cam-
pesinas, por asesinar demócratas tras la careta de los grupos para-
militares, por torturar y encerrar a quienes encarnan la rebeldía
popular, para salirle al paso con su espíritu guerrillerista a la paz
nacional.

Turbay deja un país en la quiebra económica; la inflación creció, las
tasas de interés alcanzaron niveles desproporcionados, los monopolios
se fortalecieron y los especuladores con el dinero se enriquecieron
robando públicamente a los ahorradores, el crecimiento del país fué
nulo y el pueblo se sumió en la explotación y en la miseria.

Sus "grandes reformas" sucumbieron ante el peso de la Constitución.
La imagen internacional del país se fué al suelo. Respetables orga-
nismos internacionales denunciaron los horrores de la represión en
Colombia y nuestros hermanos latinoamericanos llamaron a la nación
"el Caín de América", pues Turbay no vaciló en apoyar a los ingleses
contra los argentinos en la lucha por las Malvinas, en bloquear a Cu-
ba en el Consejo de Seguridad de la ONU y respaldar el hostigamien-
to gringo a Nicaragua y el genocidio al pueblo del Salvador.

La paz y el diálogo nacional, necesidades ampliamente recogidas por
el país, chocaron siempre con la intransigencia turbo-camachista. Se
va pues Turbay y no deja nada positivo al país, se va dejando inmen-
sas deudas a la nación y al pueblo.

Al tiempo que se reúne la VIII Conferencia del M-19 se inicia un nue-
vo gobierno en nuestro país. Un nuevo gobierno que ha logrado desper-
tar enormes expectativas a lo largo y ancho de la República. El presi-
dente Belisario Betancur ha anunciado su disposición a dar los pasos
necesarios para alcanzar la paz requerida. Esos pasos, en los que he-
mos venido insistiendo en estos últimos años, por los que hemos bata-

llado desde la toma de la Embajada de la República Dominicana, se resumen en posibilitar un gran DIALOGO NACIONAL que reúna al gobierno, a los partidos políticos, a las fuerzas armadas, a la iglesia, a las organizaciones populares, a las fuerzas guerrilleras y democráticas. A todos los que tienen algo que decir para resolver la crisis. A los que aspiran al bienestar y la paz.

Nuestra organización ha anunciado su ánimo de apoyar las medidas positivas del nuevo gobierno, ha puesto su intención de creer en la sinceridad de las palabras del nuevo presidente. Sin embargo, parece que la situación del país no variara, pues tan solo a dos días de posesionado el Sr. Betancur, el Ejército, amparándose en masca - das y nombres en los que nadie cree, asesina alevosa y cobarde - mente en Cali a tres ex-presos políticos, dirigentes populares y miembros de nuestra organización. Ante estos hechos, exigimos del nuevo presidente un claro pronunciamiento. El ejército está bajo su mando y por lo tanto es él quien decide.

Pese a lo anterior, reiteramos nuestra disposición a la paz y a asistir al diálogo, donde sea y cuando quiera.

La VIII Conferencia del M-19 ha resuelto:

- Aceptar el diálogo con el gobierno para avanzar hacia un GRAN DIALOGO NACIONAL con todas las fuerzas vivas del país.

- Comprometerse a luchar por una apertura democrática que allane el camino hacia la paz y la democracia. Una apertura que no es solo la libertad de los presos políticos, ya que una democratización real, exige reivindicaciones de tipo social, económico y político para el pueblo.

- Llamar a todos los sectores democráticos y políticos a conformar un amplio MOVIMIENTO DE SALVACION NACIONAL que exija al nuevo gobierno el cumplimiento de sus promesas y que asuma como propias las consignas de la apertura democrática, del diálogo y de la paz.

- 5 -

Entendemos que para lograrlo, es necesario un permanente accionar político-militar que con el lenguaje de los hechos demuestre nuestra firmeza. Esta ha sido la gran lección de los últimos años: solo actuando, solo mostrando poderío militar, la oligarquía escucha y acepta el diálogo.

Así mismo y con mayor razón debemos actuar en la perspectiva estratégica. La democracia en Colombia solo será posible cuando la base del poderío de la antidemocracia, el Ejército, sea minada completamente en su voluntad y capacidad de combate. La democracia para el pueblo será la derrota política y militar de la oligarquía y de su ejército. Es pues, a las claras, necesario avanzar en la construcción de las instancias organizativas que permitan al pueblo vincularse a la lucha y alcanzar este objetivo. Dotamos por ello a nuestra organización de una estructura político-militar que dirija a las masas en todos los niveles de su lucha reivindicativa, política y militar.

De otra parte, es preciso construir una fuerza militar estratégica del pueblo que vaya dando pasos a la conformación de su ejército. E

- 6 -

sa fuerza militar de masas que combate en el campo y en la ciudad, que asume nuevos métodos y concepciones de lucha, es ya un hecho en gestación en el Frente Sur del M-19 en el Caquetá y Putumayo. Concentrar fuerzas, mantener la iniciativa en el combate, maniobrar para golpear al enemigo en movimiento, crecer vinculando el pueblo a la guerra son las máximas de esta fuerza militar que hoy avanza.

Construir el ejército del pueblo es, pues, la única garantía del triunfo de la Democracia y ello implica también la unidad de las organizaciones armadas que hoy combaten en diversos rincones de la geografía nacional. Por ello, la VIII Conferencia Nacional hace un llamado a las FARC, al ELM, al EPL, PLA, al ADO a unir sus fuerzas, sus armas y su experiencia para golpear con mayor dureza al enemigo y a responder así a lo que es una gran esperanza del pueblo colombiano.

Unir al pueblo hacia un gran movimiento político de masas, desarrollar una fuerza militar de combate y unir las organizaciones guerrilleras hacia un ejército popular, es la línea que guiará nuestro accionar estratégico.

De otra parte, el M-19 entiende que la lucha del pueblo colombiano es parte de la lucha de todos los pueblos por la paz, la libertad y la democracia. Por ello nuestro combate es contra el imperialismo, el sionismo, el racismo y todo tipo de colonialismo. Por ello respaldamos el principio de autodeterminación de los pueblos y saludamos las políticas que a nivel internacional propugnan por el anti-intervencionismo.

Apoyamos el principio de coexistencia pacífica entre los países de distintos regímenes políticos, apoyamos los movimientos tercermundistas y por lo tanto el movimiento de los No-Alineados. Saludamos a las revoluciones triunfantes de América, Asia, África y abogamos por su consolidación y fortalecimiento. Estamos con Cuba socialista, la revolución sandinista de Nicaragua, de Granada y Surinam.

Renovamos nuestra solidaridad de combatientes con los movimientos de liberación en el mundo. Compartimos la lucha del pueblo palestino.

- 7 -

por una patria propia y condenamos los horrendos crímenes y el permanente hostigamiento de las fuerzas israelíes.

Junto al pueblo colombiano nos solidarizamos con los pueblos de El Salvador y Guatemala que con heroísmo indescriptible derrotan las fuerzas combinadas del imperialismo y los ejércitos reaccionarios. Frente a la crisis del Caribe, apoyamos la propuesta mejicana de un diálogo que busque su resolución por las vías de la negociación.

Recogemos el pensamiento de Bolívar y de Sandino de unidad de los pueblos latinoamericanos. Nos unen la historia, la cultura, el idioma, un enemigo común y una opresión por superar. La revolución en América Latina es un ideal común y la coordinación de las fuerzas revolucionarias de nuestros países es una necesidad inaplazable.

El M-19 al finalizar su VIII Conferencia Nacional, pone en alto la bandera del combate, seguro de que nuevas y mejores fuerzas engrosarán las filas del movimiento político-militar del pueblo colombiano, seguro de avanzar, fortalecernos y vencer seguros de alcanzar para nuestra patria la paz, la democracia y la independencia nacional.

CON EL PUEBLO

CON LAS ARMAS

AL PODER !!!

Agosto de 1982.

COLOMBIANOS : VIDA PARA LA NACION, PAZ A LAS FUERZAS ARMADAS, GUERRA A LA OLIGARQUIA

Tenemos un sólo propósito, la democracia, un sólo enemigo, la oligarquía, una sólo bandera, la paz.

No más impunidad, que la oligarquía responda con su vida, honra y bienes por los crímenes cometidos en el desarrollo de su guerra sucia, por el asesinato de luchadores populares en la propuesta ciudadana, por el estado actual de hambre y lutos nacionales.

Convocamos a una Cruzada por la vida, la reconstrucción de los valores nacionales y el rescate de los derechos ciudadanos. Llamamos a una Cruzada civil y militar contra la oligarquía quien gesta y conduce la guerra sucia y es responsable de la miseria y de la entrega.

La guerra entre el M-19 y las Fuerzas Armadas iniciada hace ya nueve años, sólomente es útil a la oligarquía. Decretamos un cese al fuego a partir del 25 de enero durante seis meses con el conjunto de las Fuerzas Armadas, el Ejército, la Policía, la Armada, la Fuerza Aérea, los Servicios de Inteligencia, que ayude a gestar un clima de convivencia ciudadana. No adelantaremos ninguna acción ofensiva contra las Fuerzas Armadas, sólo combatiremos en legítima defensa del pueblo y nuestras fuerzas con el honor y dignidad de Yarumales y el Palacio de Justicia.

Invocamos los sentimientos antioligárquicos sembrados por Bolívar con Gaitán y Rojas Pinilla al interior de las Fuerzas Armadas. Apelamos a su conciencia, a su vocación de Patria, paz y dignidad para dar fin a la violencia generalizada y construir entre todos una nueva nación. Que soldados, oficiles, guerrilleros y pueblo seamos hermanos en Colombia, que los cuarteles se conviertan en santuarios de la vida y bastiones de patria antioligárquica, que los CAI (Centros de Acción Inmediata) sean verdaderos campamentos de la paz e instrumentos de las mayorías para recuperar sus derechos ciudadanos.

Convocamos a la Iglesia a ejercer su liderazgo espiritual, colocándose a la cabeza de la Cruzada Nacional por la Vida. Que las iglesias se abran al reencuentro de los colombianos, que sean los templo de diálogo fecundo y refugio de la colombianidad perseguida.

Los narcotraficantes tendrán una solución nacional siempre y cuando no se integren a la oligarquía como instrumento de sus fines antipopulares y contribuyan al desarrollo nacional.

Que las naciones acompañen esta gesta democrática y sus sedes diplomáticas apoyen esta lucha libertaria por un nuevo mundo.

Nunca nos negaremos al diálogo, siempre y cuando conduzca a soluciones reales de democracia y a la salvación nacional.

Que estas palabras contribuyan a que todas las fuerzas insurgentes, hoy reunidas en la Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar, hagan suyo el propósito de una patria grande, digna y soberana, multiplicando su generosidad en la batalla antioligárquica.

Es la hora de la unidad nacional por la lucha!

Guerrilleros, soldados y policías, liberales y conservadores, comunistas, anapistas, demócratas, campesinos e indígenas, estudiantes, intelectuales, artistas, obreros y desempleados, científicos, empresarios y dirigentes cívicos, sacerdotes y monjas, políticos, diplomáticos, hombres y mujeres de la Nación...

Contra la oligarquía, a la carga!

¡ Con el pueblo, con las armas, al poder!

CARLOS PIZARRO LEONGOMEZ
Comandante General del M-19

ANTONIO NAVARRO WOLFF
OTY PATIÑO
Comandancia General del M-19

GERMAN ROJAS
MARCOS CALITA
VERA GRAVE
ROSEMBERG PABON
LIBARDO PARRA
ARJAID ARTUNDUAGA
AFRANIO PARRA
Comando Superior del M-19

Siguen más firmas de la Dirección Nacional del M-19

Montañas del Cauca
22 de Enero de 1988

BOGANO DEL MOVIMIENTO 19 DE ABRIL 21 de mayo de 1980 No. 391

COM EL PUEBLO
CON LAS ARMAS

AL PODER

M 19

EN EL SESQUICENTENARIO DEL
LIBERTADOR

**AMNISTIA
PARA COBARDES**

**OPERACION
"SIMON BOLIVAR"**

7 de octubre de 1980. La i-
nomérica guerra continúa. Los
ciertos cincuenta años de la
muerte del Libertador. Simón Bolí-
var, la gloria de haber funda-
do Venezuela, determinó al
gran imperio del momento. En a-
compaña en todos los momentos.
En los más dolorosos. Su
muerte se convirtió en un
señalamiento histórico de las o-
bras que en la época pasada y
presente. Desde entonces, exis-
ten dos Bolívars: el de los cla-
ses explotadas y el del pueblo.
El "mantenido" y el revolucionario.
Los "clases" dominantes han
querido perpetuar el Bolívar
guerrero, sin reconocerlo como el
símbolo de la libertad, es-
tatuario del símbolo y el trueno.
El pueblo latinoamericano recupe-
ra paso a paso su nombre, sus
barriles, su idioma político
propieta y en movimiento y su
propio futuro, el de la nación.

"nuestra América", sus luchas con-
pobrecedas, frente a las presen-
cias expansionistas y neógeno-
ticas de los Estados Unidos. Su
voluntad, resaca de más de un
siglo de espera, vuelve a la la-
cha a cumplir con el cometido
de su honorado, de su ducto
de re-enfunda la "libertad". He-
mos a la América de las libe-
dades y injusticias.

Hoy, como ayer, libre comuna-
ción: una, la de las ciudades
adornada con toda la pompa de
propiedad que en la era del
moderno. Hemos a la América
por el pueblo, por el cual.
Bolívar día a día, su vida, su
no hoy, tampoco, crean en las de-
cisiones populares. Hemos a
en la participación popular. Es
cambio de era, de estado. Sin
fuerza de un pueblo sacrificado
que endosó el resultado. La
ganancia, brutalidad, y la
quien: la gesta libertadora.
Con el principio de la vol-
taria de muestra para que sin
mayores dificultades aprenda la
ta de recuadrar el yugo es el

La vida comunal, es la que
da por día, no por día. El
nuestro pueblo el tiempo y la
de la "libertad" una nueva y mejor
forma de vivir. Es la que se re-
fuerza en la "libertad" y en la
verdad, como siempre. Es la que
está prontos a la cárcel y en
los penales de la tierra. Es la
que revive el "libertador" revolu-
cionario, imperalista, inte-
lectualista, "libertador" hijo de
nuestro día.

inimigo y cobardes cerdo, estordidos. Esa es la historia de los pueblos. Y esa era la bandera revolucionaria: la unidad frente a la traición que apenas comenzaba.

Esa unidad, es la unidad que necesitamos los colombianos para lograr los objetivos de la libertad, de la democracia y del bienestar. Por eso apoyamos las luchas del

Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia: Ejército Popular de Liberación y Movimiento de Armadefensa Obrera; por eso hay que combatir en todos los sitios, en todas partes, con todas las formas del accionar popular, con todas las voces y todas las armas que la realidad nos obliga a utilizar.

Consejo Nacional Sindical y con los sindicatos independientes; por eso apoyamos las luchas reivindicativas y solidarias de los campesinos e indígenas; por eso apoyamos el surgimiento de nuevos partidos políticos que abran la perspectiva de la participación popular; por eso nos hermanamos con nuestros compañeros del Ejército de Liberación Nacional.

Pensemos que, hace ciento cincuenta años murió nuestra libertad.

El mejor homenaje que le podemos brindar es lograr el triunfo de los ideales de la "gran América". Al logro de este objetivo se oponen el Imperialismo, el racismo y las oligarquías nacionales. De las oligarquías se encargarán los revolucionarios.

gar los revolucionarios de todo país. Del Imperialismo nos encargarán los pueblos del mundo.

Comando

LILIANA HERNANDEZ DE LA TORRE

Comandante

GERARDO RECOLLOO CHAYARRO

CON EL PUEBLO!
CON LAS ARMAS!
AL PODER!

Noviembre 10 de Abril, M.

Jaime Bateman
JAIME BATEMAN CATON

NOSEMEL
CARLOS MARTIN OSTINA

Carlos Toledo Plata
CARLOS TOLEDO PLATA

Esta claro, que al sistema y a la oligarquía les conviene la guerra... Vivir de la guerra... viven de la represión... del terrorismo contra el pueblo.

No nos dejan otro camino que el de la protesta, el de la indignación y el de la rebelión.

Avanzaremos con las armas con más fuerza, mejor organización y más unidad.

Definitivamente la paz la conquistaremos con la guerra. Definitivamente la democracia la lograremos con las armas. Definitivamente el camino de la dignidad está lleno de dificultades.

Pero ese es el legado más hermoso que nos dejó el libertador: enfrentar las dificultades.

Sí, ellos son poderosos. Tienen todo el dinero, tienen todo el ejército. Tienen la solidaridad del uno del norte.

Nosotros somos débiles. Nuestra riqueza es la razón. Es la dignidad. Es el pueblo. Por eso somos poderosos. Vietnam, venció al país más poderoso del mundo. Panamá, ese hermoso país, pequeño, prácticamente desarmado, vence todos los días las pretensiones del imperialismo norteamericano de saquear su dignidad y su tierra; Ecuador, no se dejó del maestro que robó su riqueza tecnológica; Cuba, heroica, cede un milímetro en sus principios. Al

Diciembre de 1980

CON EL PUEBLO
CON LAS ARMAS

! AL PODER !

M 19

Compañeros:

Nuestra Organización: El Movimiento 19 de Abril, M-19, le saluda fraternal y revolucionariamente al mismo tiempo que reitera su compromiso de luchar, sin descanso, junto al pueblo por los justos y necesarios anhelos de Paz, Justicia, Libertad, e igualdad para todos los colombianos.

¡TENEMOS UNA CONSIGNA!

El M-19, es parte y continuación de las luchas populares por una verdadera DEMOCRACIA e INDEPENDENCIA en Colombia.

Estas luchas por PATRIA LIBRE Y DEMOCRACIA, responden a las necesidades de hoy, de la nación, del pueblo, de los trabajadores y serán victoriosas con LA PARTICIPACION de todo el pueblo, de toda persona honesta, de todo inconforme, construyendo así una fuerza unida, organizada, masiva que en-

frente, por todos los amigos próximos, a los enemigos del pueblo, de la DEMOCRACIA Y LA INDEPENDENCIA, del progreso, de la justicia, la paz y la igualdad. Estos enemigos son los monopolios y el militarismo.

Nuestra consigna: Hacer de Colombia una Nación Democrática e Independiente, que es nuestro deber y lo cumplimos!

¡QUE ES EL M-19?

El Movimiento 19 de Abril, M-19, nace de nuestra historia y de nuestro pueblo de nuestras miserias y de nuestras esperanzas: Somos NACIONALES, PATRIOTAS, INDEPENDIENTES Y REVOLUCIONARIOS.

Nos unen con todos los pueblos del mundo la lucha por la justicia social y la independencia.

Tenemos una patria, un pueblo y un destino:

Hacer de Colombia una patria libre y Democrática o morir en el intento.

El M-19, es la organización que el pueblo mismo se da para lograr su objetivo: Somos un movimiento político abierto a todas las clases, capas y miembros de la población que sufren las consecuencias de un régimen que representa a los monopolios nacionales y extranjeros.

Somos la expresión política organizada de un pueblo que se ha encontrado en quién depositar su confianza, su voluntad y su esperanza, somos una alternativa real para Colombia.

MOVIMIENTO 19 ABRIL

CON EL PUEBLO
CON LAS ARMAS
AL PODER!

Diario de 1983 No. 96

M 19

**"COLOMBIANOS!
MIS ULTIMOS VOTOS SON
POR LA FELICIDAD DE LA PATRIA"**

SIMÓN BOLÍVAR

**B
O
L
I
V
A
R**

YAMBO: EL DERECHO...

Viene de la pag. 8

como a un ciudadano de segunda o así. Porque cuando se muestra una cédula de Yumbo, se cierran las puertas del trabajo y de la educación para los hijos.

Solo la lucha es una perspectiva real. Lo demás son promesas vacías, se casan (a esperar). Por eso ellos de Yumbo saciaron los pobladores de Yumbo a protestar. Salieron a redamar agua, comida, ropa y paz, pero recibieron o contrario. Recibieron a diestros de soldados trasladados de Cali, con el fusil en ristre, disparando contra las puertas de sus casas, disparando contra el pueblo refugiado tras irrazonables barreras.

El Ejército Negro a arrasar con el pueblo; si alguien se lea el de la vista gen-

de y dice que hay "paseos malos" dentro del paro; el jefe de policía dice que los yumbenos protestan "porque si y porque no" y los medios de comunicación muestran a la Nación "el animal" que los pobladores utilizaron en la protesta.

Pero toda esta sadanata político-militar enemiga del pueblo yumbeno, no logrará intimidarlo. Porque mientras no existan soluciones habrá combates. Y si los fusiles del Ejército esta vez hicieron molestia a la población, que esté seguro el país de que se aprendió la lección. En Yumbo el pueblo prepara nuevos y mejores combates hasta lograr sus legítimos e inmediatos derechos. Y en ese propósito, con o sin ellos y como en todas, el M-19 no deja sola a los yumbenos.

Esperare...
PROXIMO PERIODICO

Farc-M-19

Un paso más hacia la
UNIDAD

1783
1830
1983

SIMON BOLIVAR

Dos siglos de la historia de un continente que no ha conocido descanso en su combate por la libertad. Una historia escrita diariamente con el sudor y la sangre de los ignorados, con el esfuerzo y la vocación de los decididos, con el orgullo y la vida de los altivos. Una lucha iniciada con la seguridad del triunfo, adelantada con el cuidado, la paciencia y la sabiduría del pueblo, continuada con la escogencia certera de sus dirigentes y pronta a finalizar por la resolución de los americanos de borrar para siempre todo rastro de opresión y dependencia.

Historia y lucha que no se cuentan en los libros, batallas constantes que se resisten a ser inscritas en el recuerdo, presencia perenne de hombres como Galán y Bolívar colmando de intrepidez, audacia y rebeldía este suelo por siempre altivo, por siempre vigoroso. América vió extinguirse una luz de esperanza en 1830 y a sus pueblos nuevamente sumirse en el atraso, la explotación y la miseria. Y renacer con mayor fuerza una gesta libertaria, sencilla continuación bolivariana, para abatir hasta el último vestigio de esclavitud y de ignominia. Ayer fueron los ejércitos extranjeros los que golpearon y mataron la ira, la

protesta, la libertad de nuestros pueblos; hoy son ellos y sus lacayos en nuestros países; los encargados de asesinar la libertad. Ayer, con una precaria independencia y apagándose su llama viviente, pudieron más las ambiciones personales y las desconfianzas intestinas que la suerte continental; hoy con el despojo y el saqueo imperialistas, con el atraso económico, la ignorancia y la desprotección social, con el desangre y la violencia entre hermanos, pueden más la indiferencia partidista, el apetito burocrático y la comodidad de secta que el porvenir de millones de colombianos.

América y Colombia no han cesado la lucha. No creen en los mandatarios que en los discursos fosilizan el vocablo LIBERTAD. El silencio ahoga el grito de nuestro pueblo cuando oye a sus tiranos prometerle proteger su vida, honra, bienes e instituciones, porque esa es su protesta contenida ante lo primero que le oprimen. Hoy como ayer, la lucha es en las selvas y en las ciudades. Ahora como entonces, nuestro pueblo pelea para manejar su destino. En esa época como en aquella, también son vejados, torturados y asesinados los que se atreven a alzar su voz y su

brazo contra la injusticia; también tienen precio las cabezas de los dirigentes; del mismo modo son arrasadas aldeas enteras; con la cobardía que le es propia, de idéntica forma atacan las bandas de asesinos a sueldo.

Pero nada de esto impide que los hombres de 1983 abogemos por los ideales de 1830. Porque las palabras de Bolívar viven hoy en el sentimiento de este pueblo tantas veces frustrado. Porque la insultante opulencia de pocos no puede seguir siendo ofensa eterna de muchos. Porque este suelo debe producir holgadamente para todos los nacionales y no constituirse en botín de guerra de extraños. Porque jamás se verá a un americano doblegarse ante el insulto y la opresión. Porque la espada de Bolívar no se envainará hasta cuando nuestra independencia "ESTE TOTALMENTE ASEGURADA".

Y con esa espada en alto, los hombres y mujeres de nuestra Colombia, protagonistas únicos de la lucha libertaria del pasado siglo, nuevamente unen sus voluntades y sus brazos para dar realidad, ahora sí y para siempre, a la esperanza y a la herencia del Libertador. ■